

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

DANIEL DE OLIVEIRA BAPTISTA

**A PALAVRA DOS CLANDESTINOS: escrituras episódicas e racismo estrutural a
partir da experiência cotidiana negra do PPGAN-UFMG.**

BELO HORIZONTE

2023

Daniel de Oliveira Baptista

A PALAVRA DOS CLANDESTINOS: escrituras episódicas e racismo estrutural a partir da experiência cotista negra do PPGAN-UFMG.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Prof (a). Dra. Érica Renata de Souza.

Área de Concentração: Antropologia Social

Belo Horizonte

2023

306
B22p
2023

Baptista, Daniel de Oliveira.

A palavra dos clandestinos [manuscrito] : escrituras episódicas e racismo estrutural a partir da experiência cotista negra do PPGAN/ UFMG / Daniel de Oliveira Baptista. - 2023.

246 f. : il.

Orientadora: Érica Renata de Souza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia – Teses. 2. Racismo – Teses. 3. Direito à educação – Teses. I. Souza, Érica Renata de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE DANIEL DE OLIVEIRA BAPTISTA (MATRÍCULA N.º 2017711726)

Aos 04 (quatro) dias do mês de julho de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se às 13:30 horas, no Auditório Bicalho, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: **“A PALAVRA DOS CLANDESTINOS: ESCRIVÊNCIAS EPISÓDICAS E RACISMO ESTRUTURAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COTISTA NEGRA DO PPGAN-UFMG.”**, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Erica Renata de Souza (PPGAN/UFMG) – Orientadora, Edgar Rodrigues Barbosa Neto (PPGAN/UFMG), Andrei Isnardis Horta (PPGAN/UFMG), Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB), Marcella Beraldo de Oliveira (UFJF)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. **Erica Renata de Souza**, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao doutorando, Daniel de Oliveira Baptista, para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

Membros da Comissão Examinadora:

Erica Renata de Souza (PPGAN/UFMG) – Orientadora

Edgar Rodrigues Barbosa Neto (PPGAN/UFMG)

Andrei Isnardis Horta (PPGAN/UFMG)

Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB)

Marcella Beraldo de Oliveira (UFJF)



Documento assinado eletronicamente por **Edgar Rodrigues Barbosa Neto, Membro**, em 07/07/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcella Beraldo de Oliveira, Usuária Externa**, em 07/07/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Isnardis Horta, Professor do Magistério Superior**, em 07/07/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Renata de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 10/07/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Regina Rodrigues da Silva, Usuária Externa**, em 01/08/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2430698** e o código CRC **CBDB09EC**.

“Em 1885, William E.B. Du Bois se tornou o primeiro estadunidense negro a conquistar o título de PhD na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Sobre isso, anos depois, ele declararia: ‘A honra, eu lhes garanto, é toda de Harvard, não minha’”.

Para a UFMG, que teve a honra de ter a mim, Daniel de Oliveira Baptista, ao Tiago Heliodoro Nascimento, e à Jaqueline de Oliveira e Silva, como seus primeiros cotistas negros em um curso de Doutorado em toda a história de sua instituição. E para todas as pessoas Negras, Indígenas e PCD e LGBTQIA+ que, em algum momento, habitaram os espaços dessa instituição, seja por meio, ou não, de alguma Política de Ação Afirmativa. Para que nunca esqueçamos que o poder das instituições, e da sociedade como um todo, foi e é exercido através de nós e a honra maior é do outro por, um dia, ter tido acesso a nossa potência.

AGRADECIMENTOS

A autoria de um texto se apresenta sempre enquanto uma questão demasiadamente curiosa. Poderíamos atribuir, levemente, os frutos de nossos esforços reflexivos e narrativos à caprichos individuais, trejeitos personalistas, que dependem única e exclusivamente da vontade do ser, dos atrevimentos desses sujeitos que se autoproclamam, levemente, autores e autoras. Mas isso, assim como grande parte das coisas que nos rodeiam, não passa de uma circunstância ilusória. Críticas mordazes, abraços sinceros, olhares acolhedores, silêncios agudos: moldamos e somos moldados. Tudo isso perpassa, de maneira fugidia, por cada palavra ou intensão, dita ou não dita, escrita ou insinuada, do que carregamos e do que, muitas vezes, não podemos nos desfazer. Eis então o texto, um fruto nefasto de quem nem sabemos quem somos, mas ainda assim igualmente um fruto, nunca exclusivo do caule exposto da consciência: um fruto da terra afetiva, das folhas fraternas, das flores familiares, das estações biográficas.

Eis aqui, então, o fruto de várias mãos, germinado em temporalidades distintas, mas que emergiu, em seu tempo próprio, com a marca de todos os que o fizeram. Um fruto plantado por mãos hábeis que viram em um pedregulho estéril e cheio de lascas potencialidades distintas e que tudo que precisaram fazer foi lhe oferecer o sereno de um sorriso ameno. Sorriso este que agradeço pelo recebimento de quando a flor não se pensava enquanto flor, mas se julgando algo ainda disforme, desejava uma forma qualquer. Às minhas professoras de graduação, Ana Rita Fonteles Duarte e Meize Lucas, por me adotarem como um de seus potenciais frutos e me abrirem as portas mais importantes já abertas: a da empatia. Ao meu professor, amigo e exemplo, Antônio Luiz Macêdo Filho, que nas exigências pontuais de competências intelectuais, me ofereceu outro caro presente com seus textos e seu trabalho: um começo.

O passado se mistura com quem somos (ou estamos) no presente. E também não poderia deixar de mencionar aqueles que tão bem e sinceramente me acolheram em minha nova e nada fácil etapa de vida nessas terras de conflitos gerais. Aos amigos e amigas que fiz por intermédio das Ações Afirmativas, os cotistas e as cotistas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, de nosso Programa de Pós-graduação, que tão bem souberam me guiar, instruir e acolher ao longo de cada conversa, desabafo, disputas e pronunciamentos que nos submetemos dentro e fora das salas de aulas. Aos queridos e queridas Mayara Mattos, João Paulo Araújo, Simone Mestre, Sofia Repolês (Sofis), e a tantos e tantas que nem cabem em meio a essas páginas, mas que definitivamente foram de suma importância na feitura desse trabalho.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, mas não a todos ou todas, apenas aqueles e aquelas que fizeram do exercício da atividade docente um exercício de acolhimento humano e que nos deram mais que instruções: dividiram perspectivas. À professora Érica Renata de Souza, a primeira pessoa a me acolher em um ambiente hostil e estranho como uma cidade e Universidade adversa, e uma orientadora fantástica, cúmplice das críticas mais ácidas, porém sábia o suficiente para guiar essa acidez a uma ponderação produtiva e eficaz; à professora Karenina Andrade, que faz de sua relação com o outro uma luta de si e por si; ao professor Andrei Isnardis que sempre soube usar de seu lugar de fala como um lugar de perpetuação do direito ao outro e reiterar falas por demais distintas das suas; ao professor Eduardo Vargas, por seu esforço na manutenção de uma boa relação e acolhimento dos discentes; e, por fim, à Aninha Mercês, amiga, acolhedora e fiel aos seus afetos e carinhos, a diferença titular de quem possui o melhor e mais cobiçado de todos os títulos: o gostar sincero de quem saber amar.

Como uma das minhas últimas menções, porém não a menos significativa, aos meus pais Ricardo de Paula Baptista e Anair Sandra Lopes de Oliveira Baptista, que sempre me ensinaram o valor das palavras ditas e não ditas, das palavras escritas e faladas. Aos meus pais, que do fruto de seu amor sincero, ajudaram a germinar o fruto de reflexões singelas. Ao apoio e acolhimento incondicional, ao alicerce e ao meu fundamento moral, ao horizonte de sonhos e expectativas, aos significados sempre reiterados de lar, de um lugar para o qual eu sei que sempre poderei voltar.

Por fim, agradeço à banca avaliadora, que acolheu a proposta desta pesquisa com um interesse sincero ao que poderia oferecer.

Quer eu queira, quer não, até onde posso notar ou até onde deixo escapar, em todas as vírgulas, parágrafos e estrofes, vocês estão invariavelmente presentes, e este também se configura como um fruto igualmente oriundo de um plantio mais ou menos ostensivo, hostil e gentil. Eis aqui, mais um fruto, dentre tantos outros, humano. Eis aqui, um texto.

RESUMO

Partindo do interior das regras e práticas acadêmicas institucionais, essa tese procura analisar como discentes cotistas negros, negras e indígenas tem o seu reconhecimento enquanto sujeitos, e produtores e produtoras de conhecimento, negado a partir de uma leitura muito específica de suas ações e comportamentos dentro da estrutura institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, e, mais especificamente, do PPGAN-UFMG, a comunidade acadêmica estudada em questão. Esta tese procura mostrar como suas ações e comportamentos não são lidas pela instituição acadêmica, pelos membros de sua comunidade, assim como pelo corpo docente da instituição, como legítimos ou apropriados, na medida em que os significados previamente estabelecidos pela instituição têm por referencial as noções e práticas da branquitude.

Palavras-Chave: Ações Afirmativa; Racismo Estrutural; Racismo Institucional.

ABSTRACT

Based on the internal rules and institutional academic practices, this thesis aims to analyze how black, indigenous, and quota students are denied recognition as subjects and knowledge producers based on a very specific interpretation of their actions and behaviors within the institutional structure of the Federal University of Minas Gerais, and more specifically, within the PPGAN-UFMG academic community under study. This thesis seeks to demonstrate how their actions and behaviors are not interpreted by the academic institution, its community members, and the faculty as legitimate or appropriate, as the meanings previously established by the institution are based on notions and practices of whiteness.

Keywords: Affirmative Action; Structural Racism; Institutional Racism.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Cartaz da Série Bridgerton	48
Imagem 2: Rainha Charlotte, da série Bridgerton	55
Imagem 3: Cena da Série “Cara Gente Branca”, da Netflix	60
Imagem 4: Garçom negro servindo a ABA	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
SOBRE LEÕES E CAÇADORES: UMA INTRODUÇÃO	14
1.1 Propósito	14
1.2. A política do Apito de Cachorro	20
1.3. A escrevivência episódica	25
2. CAPÍTULO I	35
HÁ IMBECIS DE MAIS NESSE MUNDO	35
2.1. Alexandre Dumas: a heresia de um capítulo inusitado	35
2.2. A Rainha Negra da Inglaterra	45
2.3. ECLESIASTES: nada de novo sob o sol	62
3. CAPÍTULO II	70
A (AUTO) ANTROPOLOGIA É MUITO COMPLICADA...	70
3.1. Todo ano tem carnaval	70
3.2. Nome de Autor e o Dilema da Autoantropologia	81
3.3. Dos Significados da Presença e da Cor	105
3.4. Embates e Controversas entre o Eurocentrismo e Afrocentricidade	106
4. CAPÍTULO III	124
NADA DE NOVO SOB O SOL	124
4.1 Nome aos Bois	124
4.2. O Chamado De Oxalá: a formação do CEPIC-PPGAN	137
4.3. Desdobramentos para além do PPGAN-UFMG: os embates nas representações de antropologia.	145
5. CONCLUSÃO	157
(IN) CONCLUSÃO: O EFEITO AHMED	157
6. BIBLIOGRAFIA	160
7. ANEXOS	163
7.1. Anexo 1 - Carta de Desligamento do Programa	163
7.2. Anexo 2 - Ata da Carta de Desligamento	165
7.3. Anexo 3 - Intelectualidade Negra e Africana em Diáspora	170
7.4. Anexo 4 - Ata da ...ª Reunião 01.07.2019 -MINUTA	180
7.5. Anexo 5- Moção dos antropólogos negrxs à ABA	183
7.6. Anexo 6- Resposta Presidência da ABA à moção do coletivo de antropólogos_as negros_as	184
7.7. Anexo 7- Resolução-Mudança-de-Nível	186

7.8. Anexo 8 - 2016.10.07_Edital Doutorado PPGAN Ações Afirmativas_Final	187
7.9. Anexo 9 - Edital-Regular-PPGAN-2023_FINAL	194
7.10. Anexo 10 - RESULTADO FINAL_DOUTORADO.2017_COTISTA	218
7.11. Anexo 11 - RESULTADO FINAL_DOUTORADO.2017_Livre Conc.	219
7.12. Anexo 12 - Resultado final após recursos - candidatos optantes	222
7.13. Anexo 13 - Resultado final após recursos - candidatos não optantes	223
7.14. Anexo 14 - DOU extinção de cotas UERJ	224
7.15. Anexo 15 - MANIFESTO DOS DISCENTES COTISTAS - Documentos Google	225
7.16. Anexo 16 - Manifesto Cotista contra candidatura de docente à presidência da ABA	238
7.17. Anexo 17 - Manifestação Diretoria eleita	241
7.18. Anexo 18 - Manifestação Docente PPGAN	243

1. INTRODUÇÃO

4.2. SOBRE LEÕES E CAÇADORES: UMA INTRODUÇÃO

“Enquanto os leões não contarem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis” (Provérbio Africano)

1.1 Propósito

Perfeição: eis a meta irreal que impele a todos aqueles e aquelas que, ao descobrirem os encantos das palavras, lutam, as vezes de maneira até inglória, pelo reconhecimento de suas poucas sentenças performáticas, em formatos textuais pré-fixados, mas que são, contraditoriamente, bem aceitos, simplesmente pela inflexibilidade de seu expressar, como se essa fosse a marca maior do domínio da erudição e de um pretense “refinamento intelectual”. Mas por que isso logo agora? Porque me dou ao direito do atrevimento e à audácia de dizer: esse não é um trabalho comum, e essa não é uma tese qualquer. Não arrego, com isso, a ingenuidade da autoimportância, nem pretendo, de outro modo, construir qualquer tipo de arroubo vanguardista.

Escrevo para doutos, e, querendo ou não, quer eu goste ou não, também escrevo por sua pretensa aceitação. Mas não posso me negar a crer na pequena possibilidade desse atrevimento textual escapar, por uma brecha que seja, das muralhas acadêmicas, e ter, até mesmo a esperança, quem sabe, de ver tais palavras contrabandeadas para aqueles e aquelas que, sem os títulos ou graduações, consigam delas extrair um suco mais doce do que alguns de nossos diplomados mais refinados. O fato é que escrevo uma tese e que essa não é uma tese qualquer.

O esmero que tenho para com sua forma não é, meramente, um recurso estético ou, de outra monta, apenas para garantir a boa graça de meus possíveis e/ou futuros leitores e leitoras: esse é apenas o primeiro ponto, nem menos e nem mais importante que os demais. Cada ponto, cada sentença, cada frase, cada gesto expresso, aqui, por uma palavra, tem um lugar de ser e serve a um propósito. Comunicar? Sim, obviamente. Comunicar bem? Certamente. Mas é necessário ir além. Aquilo que se seguirá a partir dessas páginas, as reflexões, os casos, bem como suas análises e os aprendizados que poderemos extrair de cada ponto e cada conto, dependerá, não exclusivamente, mas significativamente, com a forma com que elas cairão

abaixo do olhar de cada um que se aventurar a ler aquilo que poderá ser o seu próprio reflexo. Escrevo, fundamentalmente, sobre sombras, mas me decepcionei por ter percebido que tais sombras não eram, exclusivamente, minhas.

Quando lidamos com nossas próprias sombras, seja em que âmbito for, a luta é muito mais pontual, mas, nem por isso, menos árdua. Entretanto, quando nos vemos obrigados a administrar as sombras alheias, a céu aberto e em praça pública, os projéteis, antes atirados a ermo, agora possuem um alvo bem delimitado e as trincheiras dos embates infundáveis passam a ser familiares em demasia ao ponto de nos sentirmos confortáveis, o suficiente, para as chamarmos, erroneamente, de “lar”.

Eram 18:30 da tarde, do dia 28 de junho de 2022, quando meu telefone começou a vibrar de uma maneira, relativamente, insistente. Recebo algumas mensagens de um número desconhecido. Era uma das representações estudantis do corpo discente do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Perguntou se eu estava ocupado e, depois, disse que precisava me fazer alguns repasses sobre a última assembleia geral do programa. Fiquei um pouco confuso, pois já faz pouco mais de três anos que já não estou mais presente, nem física e nem remotamente, de qualquer tipo de atividade vinculada ao meu programa de pesquisa e nem tão pouco à minha Universidade. O que esse representante discente haveria de repassar para mim, justo agora?

Fui indagado acerca de quem era a minha orientadora e, depois de ter lhe dado a resposta, a representação estudantil me disse que não havia muito com o que me preocupar. Não aconteceu nada de substancialmente grave, para além das disputas e dissidências que já estavam em curso, internamente ao programa, há algum tempo. Até aquele momento, eu ainda estava vinculado ao PPGAN: Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais, na condição de estudante de doutorado. O Programa possui duas grandes áreas de concentração, como o próprio nome sugere: Antropologia Social e Arqueologia. Entretanto, ainda que sejam áreas afins, cada uma delas possui um núcleo relativamente diversificado de discentes e docentes, bem como de pesquisas realizadas e, tais núcleos, entram em dissidência com uma relativa frequência.

Até então, meus caros leitores e leitoras, isso não se configura em nenhuma grande anomalia, e, creio eu, que qualquer um que conheça, ainda que superficialmente, qualquer ambiente acadêmico, sabe muito bem da existência das inúmeras disputas de poder, de influência e de ego que circundam nesses espaços. Como bem disse, certa feita, um antigo

professor que tive em minha época de graduação, “Deus criou as universidades e seus distintos departamentos, mas o demônio, por pura inveja, criou o ‘colega de departamento’ para sabotar a obra santa do senhor”...

Continuando com o seu repasse, a então representação estudantil me disse a que veio: o colegiado do programa havia recebido, por intermédio de uma carta pública e assinada, pouco antes da realização de sua última assembleia, o pedido de desligamento de 4 docentes vinculados à grande área da Arqueologia: *Manuel Borba Gato, Domingos Jorge Velho, Antônio Raposo Tavares, e Karen*¹.

Impactante: 4 docentes, de uma mesma área, pedindo desligamento, ao mesmo instante, do programa de pesquisa que, há tanto tempo, compunham!². Alegando, pretensamente, participarem de um grupo singular de docentes que têm trabalhado “arduamente” para o desenvolvimento e bem comum de todos aqueles e aquelas pertencentes à comunidade acadêmica do PPGAN, esse referido grupo de docentes, reafirmando sua insatisfação perante aos seus pares por uma suposta exclusão contínua das decisões importantes referentes ao bom funcionamento do programa, soaram o martelo conclusivo, de seu veredito infame, sobre a impossibilidade de sua permanência no PPGAN. Apesar de chocante, tal anúncio não me causou tanta espécie, uma vez que, no período em que eu ainda frequentava as aulas da Pós-graduação, no ambiente universitário onde se situa o Programa, esse assunto era, não apenas, debatido em sala de aula- e pelos corredores-, como também figurava enquanto temas de assembleias e reuniões departamentais em que, eu mesmo, me apresentei enquanto representante discente em algumas delas. Eis, aí, um desfecho que, talvez, pudesse ser considerado assertivo e com todas as arestas devidamente podadas: a carta, a reunião e a publicização dos descontentamentos. Só restavam os acertos formais para a conclusão desse desgastante divórcio catedrático e novos caminhos poderiam ser traçados para o futuro do PPGAN, fosse ele sombrio ou iluminado.

O recado havia sido dado, e o desligamento, até onde me consta, seguiu em curso de negociação. Mas, afinal de contas, no que esse conflito departamental interno havia de se relacionar a mim? Permanecia, então, um pouco confuso diante dos informes que haviam me

¹ Nome fictício dado aos docentes que, porventura, aparecem no texto de minha tese, seja através de registros ou de relatos utilizados para fins de pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

² Olhar Anexos: anexo 1.

sido dados quando, ao entrar em contato com outra representação estudantil, ela completara: “leia a ata”.

Na ata, ao logo do extenso registro de posicionamentos e falas de diferentes docentes e, também, de alguns membros do corpo discente presentes na reunião enquanto representação estudantil, acabei por me deparar com uma curiosa fala oriunda de um dos membros dissidentes e autores da famigerada carta:

“O professor [Borba Gato] ponderou que no PPGAN não existe planejamento estratégico; que estava há algum tempo cobrando a discussão da resolução revisada de critérios de credenciamentos, que até o momento não fora pautada em reunião de colegiado; o professor mencionou que o Programa não é vinculado ao CapesPrint, lembrou de acusações de racismo direcionadas contra professores do PPPGAN em ocasiões passadas, mas que o motivo principal do pedido da saída dos docentes é a falta de valorização da produção acadêmica” (grifo e destaque do autor)³.

Agora, tudo fazia sentido. Findada a leitura dos dois documentos que me foram repassados, retornei o contato com as representações estudantis e elas completaram seus informes me reafirmando que os docentes da Arqueologia apontavam uma desvalorização profissional, por parte dos docentes da grande área da Antropologia Social, devido à ausência de medidas efetivas para melhorarem, em termos coletivos, o nível de publicação do Programa como um todo. Mas foi o lembrete das acusações de racismo que a levaram entrar em contato comigo.

Entre os anos de 2016 e 2017, mais especificamente em fins dos anos de 2016, quando as universidades públicas federais e as instituições de ensino de nível básico passaram pelo processo de ocupações como forma de protesto público contra a PEC 55/241, mais conhecida como a “PEC do fim do mundo”⁴, diversos tipos de movimentos internos ao espaço acadêmico e universitário, como um todo, eclodiram simultaneamente em ocupações estudantis: alguns professores, de alguns cursos e departamentos, no que concerne à Universidade Federal de Minas Gerais, integraram parte da mobilização, ministrando cursos e aulas junto aos estudantes e realizando encontros, reuniões e assembleias, de seus respectivos cursos, junto aos discentes manifestantes dentro das ocupações. Na época, vimos, tanto discentes quanto docentes, uma espécie de dissipação ou amenização das fronteiras hierárquicas existente entre esses e outros segmentos da universidade: as decisões tomadas em reuniões e em assembleias coletivas tinham

³ Olhar Anexos: anexo 1.

⁴ Proposta de Emenda Constitucional que criou um maior controle no teto de gastos públicos para as áreas da saúde e da educação, congelando possíveis novos investimentos nessas áreas por, aproximadamente, 20 anos.

um peso oficial, respaldadas pelos docentes que delas participavam e, até mesmo, pelos demais que se mantinham mais afastados. O peso dos votos de cada indivíduo era levado em conta sem que suas atribuições formais, de cargos e títulos, se sobrepusessem às decisões do coletivo e, no que tangia às reuniões a níveis sindicais e de servidores universitários, todas as decisões que lá eram realizadas nos eram repassadas pelos docentes que nelas se faziam presentes e que, posteriormente, participariam das assembleias com os estudantes para nos indicar, de acordo com a mobilização de outros setores universitários, os melhores rumos que poderíamos tomar na manutenção das ocupações protagonizadas por nós, discentes. Ao que tudo indicava, parecia estar sendo constituída, naquele instante, uma nova forma de se conduzir e construir a universidade como um todo.

O deslumbre, no entanto, logo cedeu lugar ao desencanto e ao descontentamento: à medida em que as ocupações se mantinham, as fraturas e desigualdades sociais e hierárquicas começaram a dar mostras de sua existência nas relações estabelecidas no dia a dia das ocupações. Casos de racismo, machismo, homofobia e sexismo começaram a aparecer tanto entre segmentos discentes quanto entre segmentos docentes. Antigas rusgas e casos cotidianos pré-ocupações começaram a ser lembrados entre estudantes, professores e servidores presentes no campus e, em um ritmo desordenado e acelerado e, talvez, até precipitado, novas assembleias foram formadas, mas, agora, para denunciarem novos e antigos atritos existentes entre os referidos segmentos universitários.

A fala do professor Borba Gato, mencionada em ata pública e destacada aqui, anteriormente, refere-se à um desses episódios em específico, quando, em uma das reuniões do fórum de diálogos que fora formado no departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e do PPGAN para mediar a relação entre discentes e docentes, manifestei o meu descontentamento com parte da postura de determinados docentes que incorriam, frequentemente, em comportamentos e atitudes racistas para com alunos e funcionários da universidade dentro e fora das salas de aulas⁵.

Na fala do distinto professor, destacada aqui e registrada oficialmente e publicamente em ata, há a ressalva de que, apesar do descontentamento, por parte dos docentes e, em especial, dos docentes autores da carta de desligamento, com relação àquilo que chamam de “acusações de

⁵ Aqui, neste ponto em questão, creio ser necessário destacar, para o meus distintos leitores e leitoras, que a análise, a exposição e o escrutinar mais pontual e detalhado dos conflitos que se sucederam naqueles tempos – no período das ocupações – não fazem parte do escopo dessa tese, e se os menciono aqui, neste primeiro momento, é apenas para fins de contextualização, muito embora eles também não sejam de todos desconsiderados à priori, no transcorrer das palavras que virão.

racismos direcionadas contra professores do PPGAN”⁶, não seriam essas mesmas acusações as forças motrizes que desencadearam o pedido de desligamento e a oficialidade de uma possível ruptura, mas sim a tentativa, infrutífera, do desenvolvimento do Programa de Pós-graduação, em termos acadêmicos, frustradas, em sua maior parte, por dissidências de teor teórico-metodológicas com as demais figuras docentes concentradas, em sua maior parte, na grande área da Antropologia Social. Isso é o que consta nos registros oficiais, porém a leitura à contrapelo, de um contexto registrado fora das atas, pode sugerir outra interpretação.

A partir do testemunho e dos apontamentos realizados na última assembleia departamental aqui mencionada, que me foram cedidos, generosamente, pelas distintas representações estudantis, algumas figuras docentes, no intuito do exercício de sua venerável liberdade de expressão, construíram uma fala contrária a determinadas propostas de pesquisa ao afirmarem que “*tem aluno aqui fazendo pesquisa contra o departamento e dizendo como nós somos racistas*”. Tais falas são um tanto curiosas, pois reiteram um descontentamento, já de conhecimento público e notório, diante de determinadas situações que já vinham se arrastando ao longo dos últimos seis ou sete anos naquele espaço, mas que, de uma forma sumariamente intrigante, não constam nos ditos registros oficiais. Não sem razão, nessa mesma ata, tem-se registrado uma pequena advertência feita aos presentes na reunião:

*“Antes do início da reunião, a Coordenação também realizou outra consulta junto aos presentes da possibilidade de gravar a reunião para fins de elaboração da ata. O pedido foi aceito, condicionado a que o conteúdo da gravação fosse usado somente para esta finalidade”*⁷.

Como vemos, entre o oficial e o informal, o dito e o não dito, subsiste uma infinidade de posturas, situações e contextos que nos oferecem um farto adubo para os nossos inúmeros canteiros reflexivos. Ao contrário do que alguns poucos possam pressupor, no entanto, o intuito desse trabalho é bem menos personalista do que a turva visão de uns tolos conseguiria conceber e é exatamente isso que pretendo demonstrar nesta ácida, porém assertiva, introdução.

⁶ Olhar Anexos: anexo 2.

⁷ Idem, nota 6.

1.2. A política do Apito de Cachorro

A conversa inesperada com as representações estudantis me rendeu, na noite do dia 28 de junho de 2022, quase que uma nova entrevista para esta tese, uma entrevista que, diga-se de passagem, fora tão inusitada quanto feliz, me presenteando com um mote narrativo perfeito para a apresentação do trabalho que, anteriormente, me propusera a fazer.

Após a leitura dos documentos públicos sobre o conflito interno entre as duas áreas de concentração do Programa, que me foram repassados pelos representantes discentes – e depois de realizada uma breve pausa meditativa para assentar as informações recebidas –, indaguei às distintas representações sobre o que elas pensavam sobre o que haviam compartilhado comigo.

As perspectivas sobre o ocorrido foram, apesar de diversificadas quanto às opiniões pessoais de quem me repassava o que, semelhantes em termos de um tom mais generalista quanto a um possível significado em comum do evento como um todo: uma oposição sutil, porém contundente, não apenas às temáticas de *raça* e *gênero*, enquanto pesquisas acadêmicas e áreas internas ao Programa, mas, também, aos docentes e discentes que faziam, dessas áreas, seu campo de atuação e pesquisa e pautavam tais questões no âmbito do funcionamento interno do PPGAN-UFMG (política de ações afirmativas, critérios de distribuição de bolsas, questões de assédio ou de desqualificação pessoal através de aspectos identitários, etc). Eis, aqui, um dos exemplos mais perfeitos e concretos daquilo que podemos caracterizar enquanto *Política do apito de cachorro*.

A política do apito de cachorro foi um termo cunhado por Ian Haney López, Chefe de Justiça Earl Warren, especialista na área de justiça racial, no direito estadunidense, e Professor de Direito Público, da Universidade da Califórnia, Berkeley. De acordo com López,

“ele explica o entusiasmo popular por políticas que ferem a classe média em termos de política de apito de cachorro: apelos raciais codificados que manipulam cuidadosamente a hostilidade contra os não brancos. Exemplos de política de apito de cachorro incluem repetidas manchetes sobre criminosos e fraudes de políticas assistencialistas, imigrantes ilegais e lei sharia em sua terra natal. Superficialmente, essas provocações não têm nada a ver com raça, mas, no entanto, comunicam poderosamente mensagens sobre ameaçar não brancos. Nos últimos 50 anos, A política de apito de cachorro levou amplas faixas de eleitores brancos a adotarem uma hostilidade autodestrutiva em relação ao governo e, no processo, refez a própria natureza da raça e do racismo”.⁸ (LÓPEZ, 2014, p.9, tradução livre).

⁸ Trecho original: “It explains popular enthusiasm for policies injuring the middle class in terms of ‘dog whistle politics’: coded racial appeals that carefully manipulate hostility toward nonwhites. Examples of dog whistling

Explicando melhor a metáfora, a política de apito de cachorro consiste em um tipo de discurso passivo-agressivo em que, embora as hostilidades não sejam explicitamente direcionadas a um perfil ou grupo social em específico, elas constroem, ao longo de sua cadeia retórica, um inimigo social comum e sutil, de modo que, o inimigo construído se reconhece e sente os efeitos da hostilidade de tal discurso, apesar de, na maior parte dos casos, se veja impossibilitado de denunciá-lo por uma ausência de nomeação direta de sua figura. Tal como um apito de cachorro, que, ao ser soprado, emite sons que vibram em uma frequência abaixo da que os ouvidos humanos conseguem captar e apenas os cães entendem o seu recado, esses discursos disseminam violência e ódio racial sem, necessariamente, racializarem suas sentenças, fazendo com que apenas os violentados padeçam dos seus efeitos sem que tais violências se configurem, de maneira evidente, enquanto violências propriamente ditas e assimiladas ao grande público como um todo.

Exemplos de discursos como esses estão aos montes nas grandes mídias e redes sociais. A famosa frase, “*bandido bom é bandido morto*” é um exemplo significativo desse tipo de discurso e política aqui, em solo brasileiro. Se levamos em consideração que mais de 50% da população do Brasil é considerada de cor e a maior parte da população carcerária brasileira é negra, ao falarmos que “*bandido bom é bandido morto*”, estamos instrumentalizando um discurso de ódio racial, ainda que não exista nenhum elemento racial propriamente dito nessa sentença, mas seus efeitos, à níveis de sociedade, são práticos, objetivos e nefastos.

Ao perguntar para cada uma das representações estudantis informações sobre as falas do ilustríssimo Professor, todas elas foram categóricas ao me afirmarem que em nenhum momento houve a nomeação de que discentes ou docentes ou de quais temáticas e pesquisas ele estava se referindo para fazer seus apontamentos, mas, em contrapartida, todas as representações foram assertivas ao confirmarem que sabiam de quem e sobre o que ele falava, chegando a confidencializarem que determinadas figuras docentes pediram um afastamento temporário de suas funções após suas falas, presenciando, os discentes disposto na dita assembleia, o desconforto e a violência que tais falas impuseram aos demais.

include repeated blasts about criminals and welfare cheats, illegal aliens, and sharia law in the heartland. Superficially, these provocations have nothing to do with race, yet they nevertheless powerfully communicate messages about threatening nonwhites. In the last 50 years, dog whistle politics has driven broad swaths of white voters to adopt a self-defeating hostility toward government, and in the process has remade the very nature of race and racism. American politics today—and the crisis of the middle class—simply cannot be understood without recognizing racism’s evolution and the power of pernicious demagoguery”.

Ainda sobre a política de apito de cachorro, López nos revela, em seu livro, uma experiência impactante que teve em uma África do Sul tomada pelo Apartheid e que mudou, de maneira significativa, sua visão sobre o que seria o racismo:

“Outras conversas, no entanto, mudaram completamente a minha maneira de pensar sobre o racismo. Destaca-se uma em particular. Na Namíbia, então sob controle sul-africano e também sob um estado de Apartheid, as cidades estavam amplamente espaçadas em um deserto de beleza geológica do serei. Um fazendeiro me deu uma carona e vivia a mais de cem quilômetros fora da próxima cidade, mas reconhecendo que haveria pouco tráfego e, portanto, praticamente nenhuma chance de eu conseguir uma carona para a frente, atravessou de carro por toda a sua propriedade rural, sob a luz do sol que se apagava. Este ato generoso acrescentou horas de condução desnecessárias a um dia já longo para o agricultor. Ao chegar perto da cidade, porém, ele pediu desculpas e explicou que teria que me deixar a várias centenas de metros da periferia. Ele havia matado um "kaffir" - o equivalente local de "criolo" - por caçada furtiva, e o policial havia pedido que ele ficasse fora da cidade por algumas semanas até que a pressão para sua prisão diminuísse. Fiquei atônito sem palavras. Então as rotinas de etiqueta normal começaram e me levaram através de um ritual de agradecimento, adeus, boa sorte com suas viagens. (...) Como a maioria, eu tinha sido condicionado a pensar no racismo como ódio, e nos racistas como indivíduos patologicamente perturbados. Com certeza, os racistas sádicos existem e o racismo está frequentemente ligado ao calor emocional do medo e do ódio. Mas quando comecei a intuir enquanto pedia carona pela paisagem do Apartheid, a maioria dos racistas são boas pessoas. Isso vale a pena enfatizar, já que é tão profundamente contrário à concepção dominante. Até mesmo o fazendeiro que matou outro ser humano pelo pequeno ato de caça furtiva, eu vim a entender, não era um lunático homicida, mas uma pessoa complexa capaz tanto de violência brutal quanto de verdadeira generosidade”⁹. (LÓPEZ, 2014, p.13, tradução livre).

Ao desenvolver sua tese e sua explanação a respeito dos significados e da existência de um sistema como o da política do apito de cachorro, López é contundente ao afirmar que o racismo, e toda a estrutura de poder que envolve suas relações socioculturais, não está

⁹ Trecho original: “Other conversations, however, completely upturned how I thought about racism. One in particular stands out. In Namibia, then under South African control and also an apartheid state, the towns were widely spaced in a desert of sere geologic beauty. A farmer who gave me a lift lived some hundred-plus kilometers outside of the next town, but recognizing that there would be little traffic and so virtually no chance that I could secure an onward ride, he drove on past his homestead in the fading sunlight. This generous act added hours of needless driving to an already long day for the farmer. As we got close to town, though, he apologized and explained he would have to drop me off several hundred meters from the outskirts. He had killed a “kaffir”—the local equivalent of “nigger”—for poaching, and the constable had asked him to stay out of town for a few weeks until pressure for his arrest subsided. I was stunned speechless. Then the routines of normal etiquette kicked in and carried me through a ritual of thanks, goodbye, good luck with your travels. (...) Like most, I had been conditioned to think of racism as hatred, and racists as pathologically disturbed individuals. To be sure, sadistic racists exist, and racism is frequently bound up with the emotional heat of fear and hatred. But as I began to intuit while hitchhiking through the landscape of apartheid, most racists are good people. That bears emphasizing, since it runs so profoundly contrary to the dominant conception. Even the farmer who killed another human being for the petty act of poaching, I came to understand, was not a homicidal lunatic but a complex person capable of both brutal violence and real generosity”.

desaparecendo, mas sim *se adaptando* (LÓPEZ, 2014, p. 12). E, não é difícil intuir, a partir disso, que tais adaptações envolverão uma série de protagonistas sociais, sujeitos, propriamente ditos, das mais variadas estirpes e circunstâncias que podemos conceber. Dito de outra forma, àqueles e àquelas que fazem e farão a máquina da discriminação racial funcionar não serão engrenagens embrutecidas e insensíveis a qualquer tipo de sofrimento alheio: eles e elas são, e serão, fundamentalmente, humanos. Na conclusão de sua breve apresentação, López fala a todos os seus leitores e leitoras, de maneira limpa e direta, a constatação de que “os racistas são muitas vezes pessoas decentes¹⁰” (LÓPEZ, 2014, p.12, tradução livre).

Ao escutar o relato das diferentes representações discentes, que comigo entraram em contato na noite do dia 28 de junho de 2022, as palavras do ilustríssimo docente não deixaram de ecoar, volta e meia, em minha mente ao longo daquela mesma noite: “*tem aluno aqui fazendo pesquisa contra o departamento e dizendo como nós somos racistas*”. Quem, eu lhes pergunto, em sã consciência, gastaria anos de recurso público, e de seu próprio e precioso tempo, apenas para chamar a quem quer que seja do que quer que fosse?

Carlos Castaneda nos deu uma das melhores mostras dessa lição. Escritor e antropólogo peruano, mas radicado nos Estados Unidos, notabilizou-se a partir da produção de sua etnografia lançada, inicialmente, em 1968, com os registros dos diálogos e dos ensinamentos travados com Don Juan, um xamã da comunidade indígena dos Yaquis.

Há certa feita, no restabelecimento de seu segundo grande contato com Don Juan, logo após a publicação de seu primeiro livro e etnografia intitulada “A erva do diabo”, Castaneda nos revela sua hesitação inicial ao ter de, novamente, encarar a forma alegórica com que Don Juan lhe desnudava a realidade. Porém, nesse segundo momento, algo havia mudado:

“Todo o ambiente dos ensinamentos de Dom Juan era mais descansado. Ele ria e também me fazia rir muito. Parecia haver da parte dele, um propósito de reduzir a seriedade geral. Fazia palhaçadas nos momentos verdadeiramente críticos desse segundo ciclo, ajudando-me assim a dominar experiências que facilmente poderiam ter-se tornado obsessivas. A premissa dele partia do princípio de que era necessário um temperamento leve e dócil para poder suportar o impacto e a estranheza dos conhecimentos que ele me ensinava.

— O motivo por que você se assustou e largou tudo foi estar-se sentindo muito importante — disse ele, para explicar minha desistência anterior. — A sensação de importância faz a pessoa sentir-se pesada, desajeitada e vaidosa. Para ser um homem de conhecimento, ela tem de ser leve e fluida” (CASTANEDA, 1971, p. 12, grifo do autor).

¹⁰ Trecho original: "the realization that racists are often decent folks."

E, mais uma vez, venho aqui lhes reiterar o atrevimento ao lhes dizer que esse não é um trabalho comum, e essa não é uma tese qualquer. E, um dos motivos que me levam a reafirmar isso é pelo simples fato de que para se compreender aquilo que aqui vos é dito e as lições que, porventura, possam ser por aqui aprendidas, é necessário o abandono de todo e qualquer sentimento de autoimportância.

A premissa dessa tese, assim como a premissa exposta por Don Juan à Castaneda, é a de que apenas com um temperamento leve e tranquilo conseguiremos suportar o impacto e a estranheza daquilo que esse trabalho nos trará. Contudo, nesta tese, devo levar em consideração as advertências de López quanto a natureza da política do apito do cachorro, e da própria estrutura discriminatória do racismo e, indo um pouco mais além, de todas as outras formas de exclusões socioculturais presentes em nossa sociedade:

“Tipicamente, aqueles que estão no reino das crenças racistas são apenas pessoas, criadas e vivendo em sociedades complicadas que estimam a interconexão humana e também toleram a violência desumanizante. Este livro não é sobre pessoas más. É sobre todos nós” (LÓPEZ, 2014, p.13, tradução livre)¹¹.

Assim como López procurou destacar sobre as finalidades que circundavam em torno da produção de seu livro, eu friso aqui, mais uma vez, diante de vossos olhos, a assertiva que foi tanto de López quanto se faz minha nesse instante: esta tese não versa sobre monstros desumanos, ou figuras asquerosas e horripilantes, produzidas por e em nossos meios sociais ou, neste caso, acadêmicos: ela fala, eminentemente, sobre figuras humanas, dentro de todo seu contexto amplo e ambíguo, sendo, essas mesmas figuras, capazes de comportamentos dos mais variados possíveis, independente de qual seja, porventura, o julgamento pessoal que apeteça aos nossos olhares. E é, justamente, por causa dessa ressalta, que este trabalho me impeliu à uma construção metodológica, minimamente, peculiar.

¹¹ Trecho original: “Typically, those in thrall to racist beliefs are just people, reared and living in complicated societies that esteem human interconnection and also condone dehumanizing violence. This book is not about bad people. It is about all of us.”

1.3. A escrituragem episódica

Inicialmente, o trabalho havia sido pensado e pautado na análise de informações oriundas de entrevistas qualitativas realizadas com discentes negros e negras da Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG, bem como com os discentes negros e negras da graduação em Ciências Sociais e Antropologia da mesma universidade. O intuito inicial era colher os relatos dos discentes negros e negras, de ambos os níveis de formação universitária, para tentar compreender quais eram as experiências, expectativas e impactos que o constante aumento da presença de pessoas negras na Universidade, em especial, na UFMG, geraram não apenas no ambiente acadêmico em si, como também e, principalmente, nas próprias pessoas negras que passaram a integrar esse ambiente, de uma forma numericamente mais ostensiva nos últimos anos.

Foram realizadas, ao todo, 20 entrevistas: 10 estudantes da graduação e 10 estudantes da pós-graduação. Dentre os entrevistados e as entrevistadas: 10 eram homens e 10 eram mulheres; 18 eram pessoas declaradamente negras e apenas 2 eram pessoas declaradamente brancas; 16 se declararam enquanto heterossexuais; 2 enquanto homossexuais; 2 enquanto bissexuais e nenhuma pessoa transsexual, como mostra a tabela a seguir. Contudo, por razões metodológicas, acabei me vendo obrigado a trabalhar com base, apenas, nas escrituragens episódicas dos discentes negros e negras oriundos da pós-graduação. Tal se deu devido à dificuldade de determinar e verificar, com precisão, em um contexto pandêmico e de isolamento social onde todo o acesso aos sujeitos e suas informações foi realizado a partir de ferramentas de encontros virtuais, quais os discentes negros e negras, da graduação de ciências sociais e antropologia, eram oriundos de políticas de ações afirmativas e da compreensão de que a forma como tais políticas influíram, ou não, em suas trajetórias se deu de uma maneira substancialmente distinta da dos discentes e das discentes negras e negros da pós. Ou seja, a maneira pela qual a mesma política de inclusão social foi implementada em cada nível de formação acadêmica, que seria abordada neste trabalho, foi a partir de bases legais distintas, envolvendo processos sociais e institucionais diferentes entre si, ocasionando, desse modo, escrituragens episódicas que não necessariamente se tornam contrastantes, mas relatam esferas diferentes de uma mesmo contexto e que será ou poderá ser abordado em pesquisas futuras com o devido cuidado e acuidade que lhes sejam necessárias.

	Total	Graduação	Pós-Graduação
Homens	10	5	5
Mulheres	10	5	5
Cotista	7	D/I	7
Não-Cotista	3	D/I	3
Branços	2	---	2
Negros	18	10	8
Heterossexuais	16	8	8
Bissexuais	2	1	1
Homossexuais	2	1	1
Transsexuais	---	---	---

Legendas: *D/I: Dados Inconclusivos;

**--- : Não consta.

Dos estudantes da pós-graduação, 7 foram selecionados dentro do grupo dos discentes cotistas, a partir de suas atuações em distintos setores do processo de implementação das Políticas de Ações Afirmativas em nosso programa (comissão de bolsa, representação discente, comissão de revisão dos critérios de distribuição e acesso aos recursos de pesquisa, comissão de revisão do regimento interno do programa, etc) e os 3 discentes restantes foram escolhidos, ainda que parte deles seja lido enquanto socialmente brancos, a partir de sua atuação, junto aos discentes negros, na permanência e no funcionamento das Ações Afirmativas no PPGAN.

A escolha da realização de entrevistas com parte do corpo discente da graduação, dos cursos de Antropologia e Ciências Sociais da UFMG, se deu a partir da identificação e da participação desses mesmos discentes na disciplina que ministrei no período das atividades do meu estágio docente do doutorado em Antropologia Social na UFMG, no segundo semestre de 2019. A disciplina foi intitulada como “Intelectualidade negra e africana em diáspora” e sua definição, apresentação e justificativa podem ser verificadas a seguir:

“Não é muito difícil de se observar que em qualquer curso de graduação ou pós dentro da grande área de humanidades perpassamos matérias, estudamos livros e desenvolvemos todo um conteúdo programático sem sequer observar os autorxs e atorxs protagonistas de nossas reflexões. Por trás disso, o espectro do ‘autor’ esconde algo sutil, porém muito curioso: o imaginário do protagonismo da produção de conhecimento dentro do contexto ocidental, sendo esse mesmo protagonismo bem específico e delimitado. Um homem, branco hétero, e normalmente cristão e estrangeiro. Se fruto do território nacional, é oriundo de segmentos muito específicos de nossa sociedade, se estrangeiro, é fruto, além de tudo, de uma lógica representativa que reitera, explícita ou implicitamente, quem fala e sobre quem se fala. A disciplina partiu de um incômodo e é esse incômodo um de seus objetivos. Obviamente, existem muitas margens e muitos sujeitos habitando essas mesmas zonas não centrais. ‘Intelectualidade negra e africana em diáspora’ procura trabalhar

apenas uma dessas inúmeras margens, procurando trazer, discutir, abordar e apresentar autores e autoras que normalmente não são abordados ou trabalhados nas disciplinas correntes, nem em termos de leituras efetivas, ou mesmo em indicações complementares sem a intensão de, contudo, esgotar as possibilidades de abordagens, leituras, exposições e desenvolvimentos interpretativos e reflexivo acerca da questão. O objetivo central dessa disciplina, portanto é apresentar autores e autoras, negros e negras, africanos ou não em contextos históricos, contemporâneos e diaspóricos, suas perspectivas teóricas, os movimentos políticos, sociais e intelectuais em que suas produções se situam e como tais produções se inter-relacionam com as grandes áreas das Ciências Humana, em especial, com a Antropologia”¹².

Com o intuito de apresentar todo um corpo bibliográfico distinto do que vínhamos estudando a partir do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, até aquele presente momento, em meu estágio doutoral, propus “intelectualidade negra e africana em diáspora” como uma forma de sanar parte das lacunas que a ausência da leitura e dos estudos das produções intelectuais de autores e autoras negras tinham deixado.

Assim como o que me ocorreu no dia 28 de junho de 2022, e que aqui, neste mesmo texto, foi relatado anteriormente, acabara por me acontecer um evento muito similar, e de mesma natureza ao de 2022, mas 3 anos antes, no período do lançamento de minha disciplina, em 2019. Recebi o contato das representações discentes, há época, que queriam conversar comigo acerca da reunião de colegiado ocorrida no dia 01/07/2019, reunião essa em que foi debatida e aprovada a proposta da disciplina do meu estágio doutoral, referente às intelectualidades negras. As distintas representações discentes me informaram que a proposta da minha disciplina tinha causado, aquilo que elas classificaram enquanto um “conjunto de sentimentos controversos”, entre os docentes presentes na referida reunião de colegiado.

Uma parte significativa dos docentes se sentiram incomodados com a proposta de uma disciplina tida, até então, como tão diferente quanto “inusitada” das demais que, normalmente, eram propostas pelos estudantes de doutorado. De acordo com as representações estudantis que estavam presentes na reunião, alguns docentes afirmaram que manifestavam preocupações com relação à natureza da disciplina que era ofertada, manifestando seu descontentamento aberto ao verem uma disciplina que, pretensamente “excluía autores brancos e europeus, atacando as formações basilares da cátedra antropológica”. Também manifestaram estranhamento ao verem que a figura docente que assumira a responsabilidade de tutoria da disciplina estava alocada na grande área da Arqueologia e não da Antropologia Social, devido ao afastamento da minha

¹² Olhar Anexos: anexo 3.

orientadora para realizar seu pós-doutoramento em outra instituição, deixando um professor da Arqueologia, que acompanhava com envolvimento os debates sobre ações afirmativas, com tal responsabilidade. A reunião se findava, pelo menos no que concerniria a essa pauta, com um aviso de uma das docentes presentes, que alertava para que, no futuro, o corpo docente estivesse mais atento para o que os estudantes de doutorado propusessem a desenvolver juntos as discentes da graduação, para que eventos como aquele não tornassem a se repetir.

Interpelei às representações discentes pelos registros dessas falas e dessas posturas e esse foi outro ponto delicado: a feitura das atas é realizada a partir da escrita, em tempo real, das falas de cada um dos membros do colegiado presentes nas reuniões. Depois de compilada uma primeira versão, que normalmente era escrita pela secretária da Pós-graduação, ou por algum dos membros do colegiado que por ali estivesse disposto, essa era enviada, por e-mail, para cada um dos que estiveram ali presentes, era feita uma revisão e, por fim, em encontros posteriores, seria votada a sua aprovação e o documento seria assinado.

O ponto que se manifesta enquanto delicado, por aqui, foi que quando perceberam a maneira pela qual suas falas estavam sendo registradas em atas, parte dos docentes se manifestou contrária a determinados “arranjos narrativos”, se pudermos colocar dessa forma, gerando um outro tipo de embate, agora, afora às pautas: a redação da ata e sua oficialidade. Devido a esse pequeno dissenso, os representantes discentes me informaram que tão logo a ata fosse aprovada, me enviariam o documento para que eu mesmo pudesse tomar minhas próprias notas, mas já tendo tido o conhecimento prévio, por intermédio das representações, dos debates que envolveram a aprovação ou não da disciplina que eu propusera a ministrar.

A ata da reunião do dia 01/07/2019 só foi aprovada no dia 21/11/2019, quase 3 meses depois, e, sobre a pauta da aprovação da proposta da disciplina de meu estágio doutoral, a ata oficial revelava ao seu leitor que:

“Após discussão, foi concluído que essa situação envolve uma questão de planejamento estratégico do Programa. Causou estranhamento ao colegiado o fato da professora e orientadora, Érica Renata de Souza, dada sua vacância por estar realizando estágio de pós-doutoramento, ter indicado um tutor que não é especialista na temática de pesquisa do aluno. Sugeriu-se levar a discussão para o coletivo em momento futuro. Foi realizada uma votação e o resultado foi o seguinte: Favoráveis ao Prof. Manoel da Nóbrega assumir a tutoria os professores Antônio Vieira, Isabel de Castela e a representante

*discente Munique Freitas. Votaram desfavoráveis os professores Borba Gato e Raposo Tavares*¹³.

No momento da aprovação da ata referente à reunião do dia 01/07/2019, a composição da representação discente do PPGAN já era diversa daquela que havia me contactado, meses antes. Explicando, novamente, todo o contexto que envolvera, poucos meses atrás, a minha proposta de disciplina de estágio doutoral, os novos representantes discentes prontamente me enviaram os documentos referentes àquela reunião, tendo, um deles, ido além: me enviou, junto com a ata aprovada, o rascunho que causara a controvérsia inicial dos “arranjos narrativos”, onde, no lugar do trecho “questão de planejamento estratégico do Programa”, havia “questão política”.

Acredito eu que de “questão de planejamento estratégico do Programa” para “questão política” haja uma diferença substancial, não apenas em termos de estrutura narrativa, mas propriamente e, principalmente, em termos conceituais, muito embora, em críticas mais ácidas, poderíamos apenas denominar tais mudanças enquanto “recursos eufêmicos da língua portuguesa”... eis, então, aqui, um exemplo tácito daquilo que vos apresentei enquanto a política de apito de cachorro: a escolha cuidadosa dos significantes de um discurso com o intuito de não explicitar o ataque a suscetibilidades específicas, mas sem perder de vista a possibilidade de um veto ou do ataque em si, delimitando muito bem o descontentamento sem determinar o descontente. Tais destaques valem os lembretes de Lopez, já anteriormente mencionados aqui, neste mesmo texto, de que o racismo, bem como outras formas de estruturas de poder, não está desaparecendo, mas sim *se adaptando* (LÓPEZ, 2014, p. 12) e a linguagem, bem como suas diferentes formas, ou estruturas narrativas, nos servem como pistas importantes a corroborar com a tese de suas múltiplas adaptações.

Esses episódios não foram os únicos que me ocorreram ou circundaram, mas foram os pilares fundamentais para que eu pudesse pensar e propor uma pesquisa como essa: se partindo, apenas, da minha própria experiência, enquanto estudante, negro e cotista, dentro de um Programa de Pós-graduação como o PPGAN, o material reflexivo que pôde ser coletado foi de uma riqueza e complexidade sem igual, o que terão a dizer e compartilhar os outros discentes negros e negras que, assim como eu, estiveram pelo mesmo ambiente, tendo as mesmas aulas com o mesmo corpo docente e em meio a outros discentes distintos deles mesmo enquanto

¹³ Nomes fictícios dado aos docentes que, porventura, aparecem no texto de minha tese, seja através de registros ou de relatos utilizados para fins de pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori. Para mais informações, ver anexos: anexo 4.

corpo e segmento universitário? Enfrentariam eles as mesmas questões? Ou suas experiências nos levariam para uma outra direção, fosse ela qual fosse?

A partir do conceito de “escrevivência”, de Conceição Evaristo, que acabei por encontrar um amparo conceitual e metodológico que, curiosamente, esses questionamentos vinham me impondo, mas que eu ainda não havia me dado conta da direção na qual me levavam, perdido em minha ânsia pueril de encontrar respostas sem que, antes, eu mesmo refletisse sobre quais as perguntas deveriam ser feitas:

“Gosto de ouvir mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha. As histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história, que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto essas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem na medida em que, as vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido (ou o não comprometido) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar essas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência” (EVARISTO, 2016, p. 7).

Foi na escuta, e não na fala, que acabei por encontrar as respostas das perguntas que ainda nem sabia que haveria de formular. Mas não foi em uma escuta qualquer: foi na escuta de histórias, relatos e trajetórias que, se não eram, a princípio, minhas, se tornaram parte de mim, menos por um princípio ingênuo de empatia e mais pela percepção de que, se tais relatos e experiências não me tomavam como seu protagonista por serem parte da história de outrem, eu não estaria, à rigor, vetado de ser um de seus infelizes personagens, vivenciando, se não a sequência exata de seus atos e desfechos, a estrutura sociocultural mais ampla que produzia tais vivências. Como bem destacou Evaristo, “essas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas” (EVARISTO, 2016, p. 7).

A vivência compartilhada entre sujeitos que, supostamente, pertenceriam a um mesmo grupo, em um contexto social em específico, no entanto, não poderia encerrar, em si mesma, o material uno e exclusivo para a produção de uma tese: era necessário pensar em seus registros para, a partir desse ponto, o trabalho surgir desenhado, diante de meus olhos, como nuvens amorfas a tomarem uma forma bem delimitada em um dia de céu azul. Por isso a

“escrevivência”: é necessário intercalar as experiências vividas com a elaboração de seus registros narrativos, contrastando-os com os registros de outras naturezas (que têm figurado nos anexos deste trabalho), para fundamentar a nossa principal questão: a crescente presença anunciada de discentes negros e negras nos espaços acadêmicos da UFMG, e, aqui, em especial, no PPGAN, gerou mudança, mas, ao contrário do que eu supus, inicialmente, que tais mudanças se circunscreveriam apenas ao aspecto do surgimento de novas demandas de pesquisa ou no aumento da diversidade social e cultural de nosso programa, ela gerou o que podemos demarcar como uma refinada e elaborada exclusão.

Por isso o anúncio prévio no início desta introdução: este não é um trabalho comum e nem uma pesquisa qualquer. Escrever esse trabalho e me debruçar nessa pesquisa foi, assim como destacou Grada Kilomba em sua tese “Memórias da plantação”, mais do que uma busca titular ou uma mera esterilidade monográfica, foi um processo de transformação:

“pois aqui eu não sou a ‘Outra’, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge [aqui] como um ato político. (...) Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou. (...) Escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada’” (KILOMBA, 2019, p.22)

A “palavra dos clandestinos” é, justamente, esse trabalho: o registro escrito, a escrevivência, a elaboração narrativa das histórias de sujeitos e personagens que, ao ingressarem (e permanecerem) nos espaços institucionais do PPGAN e da UFMG, transformaram suas trajetórias, consciente ou inconscientemente, em atos de reivindicação ontológica, ainda que tal reivindicação não tenha sido declarada ou, até mesmo, tenha sido evitada, em muitos momentos, por alguns desses discentes.

Tais registros e narrativas, no entanto, não poderiam se configurar, apenas, no que classificáramos, de forma caricatural, enquanto um grande “compêndio biográfico de discentes negros e negras”. Foi necessário o estabelecimento de um recorte para a elaboração focal de escrevivências que pudessem se tornar, elas mesmas, pontos de investigações reflexivas e motes para a produção de um determinado tipo de conhecimento e aprendizagem, e, foi exatamente nesse ponto, em que o conceito de “episódio”, de Grada Kilomba, surge como um complemento à própria escrevivência enquanto uma perspectiva metodológica:

“Não há um modelo normativo que descreva os passos ideais envolvidos na análise de dados sobre o racismo cotidiano (...). Portanto, não selecionei excertos de acordo com uma técnica de seleção predefinida. Na verdade, escolhi transcrever cada entrevista e depois selecionar episódios baseados nos tópicos centrais das experiências com o racismo como contados pelas entrevistadas por meio de suas biografias. Chamo essa forma de análise de episódica. O racismo cotidiano acontece em um contexto particular; tem objetivos particulares e envolve atores e atrizes ou condições sociais particulares. Uma análise episódica descreve os diferentes contextos nos quais o racismo é performado, criando uma sequência de cenas do racismo cotidiano. A composição de vários episódios revela não apenas a complexidade de experienciar o racismo – seus cenários diversos, atores e temas –, mas também sua presença ininterrupta na vida de um indivíduo. Essa forma de análise episódica também me permite escrever com um estilo similar à forma de contos, que, como descrito anteriormente, transgride o modo acadêmico tradicional” (KILOMBA, 2019, p.75 e 76).

Deslocando-se do mero registro e exposição dos dados coletados nas transcrições dos relatos, cedidos em entrevistas, para a produção e interconexão das escrevivências, a presente pesquisa buscou, com os contatos estabelecidos entre os discentes negros e negras, produzir um pouco além do que foi proposto por Evaristo em seus trabalhos literários: a “escrevivência episódica” surge, aqui, como um método em que, ao ter-se registrado trechos das narrativas biográficas entre os sujeitos pertencente a um grupo ou contexto social em comum, opta-se por partir de episódios específicos (e, em muitos casos, interrelacionados entre os sujeitos e outros episódios, por eles ou elas, relatados) para se formar aquilo que poderíamos colocar enquanto uma espécie de “sumário social”, em que seus principais pontos e tópicos são expostos de modo a formar o registro de uma incômoda intriga que desencadeará, ou não, as reflexões e aprendizados que lhes forem possíveis e nos sejam necessários, de acordo com a leveza e interesse dos olhares que, por ventura, venham procurar pelas palavras que por essas linhas se desenham.

Os verdadeiros autores e autoras, interlocutores e interlocutoras deste trabalho são os discentes negros e negras que, ao compartilharem seus relatos e na sua disposição em comporem o nosso sumário social, com suas escrevivências episódicas, reafirmaram, uma vez mais, seus posicionamentos enquanto sujeitos, nos expondo, e tecendo os detalhes dessa curiosa, fascinante e, não menos dolorosa, intriga social, que é a discriminação racial e não aceitação ontológica de nossos corpos, presenças, epistemologias, demandas e questões.

Posto isto em xeque, é necessário, ainda, a ressalva de um importante registro: se o objetivo deste trabalho é o desenvolvimento de reflexões e da produção de aprendizados a partir das escrevivências episódicas que foram, gentilmente, cedidas, para a feitura desta tese, então

a exposição de nomes ou de figuras em particular, sejam essas figuras discentes ou docentes, se torna completamente contraproducente. Assim, todos os discentes aqui entrevistados foram renomeados a partir de uma referência mítico-religiosa aos orixás e a deuses e deusas de outras estruturas mitológicas de origem africana, enquanto para as figuras docentes foram atribuídos pseudônimo de figuras históricas ou de nomes aleatórios sem maiores significados, com o intuito de preservar suas respectivas identidades.

Tendo com base em tudo o que foi exposto, optei por dividi a tese em três grandes capítulos: o primeiro versa sobre as diferentes formas de exclusão e da não aceitação de pessoas, sujeitos e existências negras em distintas áreas e espaços de atuação: a literatura, a produção peticular e cinematográfica, e o ambiente acadêmico. O segundo capítulo procura esmiuçar, conceitual e metodologicamente, as diferentes concepções do que seria a discriminação racial e a estrutura do racismo, bem como as inferências que essas percepções têm na aceitação ou não de sujeitos negros e negras enquanto sujeitos produtores de seu próprio conhecimento e de qualquer tipo de conhecimento que possa ser tido como científico ou pretensamente relevante ao meio acadêmico, na condição de autores e autoras. O terceiro e último capítulo nos traz as escrevivências episódicas em si dos sujeitos desta pesquisa, como forma de apresentar os pontos e contrapontos reflexivos da intriga do complexo sumário social do PPGAN.

Por fim, findo essa curiosa introdução, com uma lembrança, hoje, quase que fugidia, porém, ainda viva, e intensa o suficiente, para se fazer valer o seu registro na conclusão desta apresentação. Talvez, uma de minhas próprias escrevivências episódicas, mais uma delas, que abrirá e concluirá tantos outros tópicos que se seguirão. Acredito que o fato tenha ocorrido no, hoje, já consagrado, para mim, distante ano de 2017. Foi uma das primeiras assembleias departamentais que integrei, na condição de estudante de doutorado, e foi, também, uma das primeiras assembleias onde a minha turma de doutorado participou de maneira, talvez, um pouco mais ativa do que os demais encontros dessa natureza.

Entre apresentações calorosas de perspectivas e pontos de vistas divergentes daquilo que deveria ser a elaboração dos critérios oficiais de distribuição de bolsas de pesquisa, a partir de um cenário de implementação das Políticas de Ações Afirmativas no PPGAN e se levando em consideração a manutenção e garantia da permanência dos discentes cotistas que ingressaram e ingressariam em nosso programa, um colega de minha turma de doutorado que se declarava socialmente enquanto branco, pediu a fala.

Confesso que, diante daquele cenário caótico, onde uma parcela de docentes e discentes, lidos socialmente como brancos, defendiam a manutenção das bolsas de pesquisas por critérios exclusivamente meritocráticos, ao ver o meu distinto colega pedir a fala para manifestar seu posicionamento diante do que estava, ali, sendo exposto, fui acometido da mais profunda e sincera apatia. Esperava que ele reiterasse o coro público de posicionamentos mais retrógrados e conservadores e já me abraçava com a ideia de que ele seria mais um dos que eu, e outros colegas, iríamos nos opor nos intermináveis debates teóricos das disciplinas de doutorado cursadas naquele ano.

Sem esperar muito do dito colega, fechei os olhos quando ele iniciou sua fala, num misto de expectativa e cansaço, aguardando pela apunhalada. Surpreendentemente, em um tom meio titubeante, mas com uma cordialidade notável, e contrastante com sua forma tímida e, ao mesmo tempo, esbaforida de pautar aquilo que queria, ele fitou os docentes e disse ter se sentido um pouco surpreso, e até chocado, diante dos posicionamentos revelados ali, naquele auditório. Afirmou que tais posicionamentos, em muito, divergiam das posturas combativas que, grande parte dos docentes ali presentes, demonstravam dentro de suas salas de aulas e findou sua fala de uma forma ainda mais inesperada, para mim: “Se muitos de nós estivéssemos, hoje, lendo essas falas nos livros e capítulos que vocês nos pedem pra estudar e debater, todos saberíamos de qual lado ficar e todos saberíamos dizer qual lado seria o certo e o errado dessa história”.

Não sem razão essa introdução começou com o dito africano que nos fala: “Enquanto os leões não contarem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis”. Ao destacar essa epígrafe, no início de meu texto, quando iniciei sua escrita, no entanto, me parecia óbvio, por demais, quem seriam os leões e quem seriam os caçadores. Mas, depois de findada essa pesquisa, já não saberia lhes dizer, meus caros e caras leitores e leitoras, a quem corresponderia a cada uma dessas figuras. O desafio que lhes apresento, aqui, com esta tese, é a identificação de quem seriam os leões e quem seriam os caçadores, e todos aqueles e aquelas que se encontram no meio dessas duas metáforas sem terem sido nomeados. E isso não será uma tarefa tão óbvia quanto vós imagineis.

2. CAPÍTULO I

4.3. HÁ IMBECIS DEMAIS NESSE MUNDO

“Eu não posso ser pessimista, porque estou vivo. Ser pessimista significa que você concordou que a vida humana é um assunto acadêmico. Então, eu sou forçado a ser otimista. Sou forçado a acreditar que nós podemos sobreviver ao que devemos sobreviver”. (James Baldwin)¹⁴.

“Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou.(...) E então? Então calmamente respondo que há imbecis demais nesse mundo. E já que o digo, vou tentar prova-lo.” (FANON, 2008, p. 25)

2.1. Alexandre Dumas: a heresia de um capítulo inusitado

Existe, em mim, uma frustração latente. Uma, dentre tantas outras, que me consome por inteiro, quieta e silenciosamente. Uma indignação emudecida que se transforma em raiva. Uma raiva que estoura em revolta. Uma revolta, dentre tantas outras, que calo fundo dentro do peito. Essa, porém, acha, vez por outra, suas formas de se extravasar. Hoje, ela me escapa pela prosa.

Em mais de uma ocasião, sentado em alguma cadeira retorcida de uma classe universitária qualquer, escuto, tanto de colegas discentes quanto dos docentes com quem já pude interagir, sejam da época de minha graduação ou dos períodos rápidos, intensos e conturbados de meus cursos de pós, comentários do tipo: “Nossa, estou simplesmente exausto(a)! Acho que lerei um romance qualquer para relaxar...” ou “Preciso melhorar um pouco mais esse texto.. talvez eu devesse buscar umas boas epígrafes ou referências bacanas em algum livro de Literatura...”. Acho simplesmente curioso, para não dizer perturbador, a maneira sutil e discreta com que tanto as figuras tidas como doudas quanto parte dos estudantes que desejam se inserir e se estabelecer em suas “hostes iluminadas” possuem para delimitar suas hierarquias e distinções pessoais.

A teoria, seja ela de qual disciplina for, torna-se o espaço da ambicionada “objetividade”, seja essa objetividade acompanhada de seu ilustre adjetivo “científica” ou não. Quanto às formas de expressão “não teóricas”, ficcionais ou mesmo artísticas, são relegadas a

¹⁴ EU NÃO SOU SEU NEGRO. Documentário produzido por Raoul Peck, 1h e 33 minutos. USA: 2016.

uma espécie de distração diferenciada, um playground dos eruditos, onde buscam um refúgio da realidade crua e seca dos conceitos e dos teóricos sem, com isso, abandonarem, como um todo, a árdua tarefa de seu cultivo intelectual próprio.

Dessa forma, sem que nos apercebamos (ou, ao contrário, talvez proposital e conscientemente), vamos delimitando não apenas os poderes particulares exercidos por cada um, como também quais as referências e saberes merecem ser dominadas e validarão nossos lugares de influência e discursos. A linguagem é composta por múltiplas referências e o domínio dessas referências perpassa, quase que necessariamente, pela criação de uma sintaxe própria e, por conseguinte, excludente. O efeito final desse processo é menos a adoração de cânones do que a própria criação desse restrito panteão.

Eis minha frustração escapando enquanto prosa: a revolta vem não pela constatação das distinções estabelecidas, mas por antever o foço fundo que essas águas caem sem terem o direito de ecoarem. No momento em que estabelecemos quais os lugares próprios para a “distração dos eruditos”, segmentamos, invariavelmente, aqueles corpos e sujeitos autorizados a produzirem conteúdos válidos ou não para fortalecerem a referencialidade desses cânones e de seus conceitos.

Tenho me debruçado sobre essas questões desde 2016, quando, em uma disciplina presente em meu curso de mestrado, apresentei aquilo que seria o esboço do primeiro capítulo da minha dissertação. Há época, pesquisava sobre como o pugilista Muhammad Ali se utilizou da prática esportiva do boxe para trabalhar e redefinir conceitos e percepções sobre a identidade negra dentro da sociedade estadunidense entre as décadas de 1960 e 1970. Entretanto, para o primeiro capítulo, procurei trabalhar outros contextos que seriam ligados indiretamente tanto à figura do pugilista quanto às representações sociais posteriores atribuídas a ele. Para tanto, me fiz valer de lugares poucos usuais de onde partir para apresentar esses contextos e representações. Dentre eles, estava o espaço da Literatura.

Para um esboço, acredito que meu texto tenha causado certas impressões. A apresentação se deu junto aos meus colegas de mestrado, à docente que ministrava a disciplina no período e a um professor convidado, pertencente ao próprio Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN-UFMG). Para a referida docente, as referências das quais me fiz valer para construir minhas reflexões iniciais foram inusitadas, porém a maneira como foram articuladas lhes pareceu satisfatória. Ao final

de sua fala e avaliação, o professor convidado, nos abrilhantando com seu veredicto, disse: “O texto está bom... se é que foi realmente você quem escreveu isso”.

Um silêncio, um tanto perturbador, se seguiu diante do comentário. Em pontos anteriores de sua fala, bem como nas observações quanto ao texto que apresentei e ao sujeito do qual me debrucei em meu trabalho, o distinto professor já havia manifestado que se lembrava de Ali como uma figura simplesmente *insuportável*, referindo-se a ele sempre por seu nome de batismo, *Cassius Clay*, em uma recusa sutil, porém bem demarcada, de usar seu nome social. Ao findar suas colocações, a presença magna deste docente concluía sua fala pondo em xeque a autoria de meu texto, insinuando uma possível incapacidade de minha parte para apresentar aquele tipo de redação. O silêncio se seguiu por mais uns breves instantes... até que me vi forçado a me colocar na dianteira da situação e declarar: “Você acha que eu realmente o convidaria até aqui, diante da minha turma e de meus colegas, pra discutir e apresentar um trabalho que não fosse meu?”. A, então, docente responsável por ministrar a disciplina conduziu o debate para outros ares e o constrangimento, aparentemente, havia se findado por ali.

Busquei, em vão, a resposta para tal constrangimento em meio aos cânones aos quais somos costumeiramente apresentados: de Boas à Geertz, de Mauss à Latour. Tantas leituras de tantos textos exaustivamente debatidos e escrutinados dentro e fora das salas de aula deveriam se mostrar profícuas em nos dar certas respostas ou fundamentar as perguntas e incômodos que nos consomem por dentro e nos movem adiante. Mas não obtive mais do que o silêncio desses ídolos do ofício. Suas questões eram outras. Eu: o outro.

Procurei, então, canalizar forças, energia e atenção para outros pontos que também demandavam de mim, naquele instante, e que se apresentavam, em termos práticos, enquanto mais urgentes: a escrita da minha dissertação. No texto pivô desse referido constrangimento, o esboço apresentado para meus colegas e os dois docentes avaliadores, me fiz valer da articulação de referências de distintos contos e escritos do escritor estadunidense Jack London, conhecido por suas predileções políticas ao socialismo e por ter sido, em sua juventude, um pugilista amador atuando em combates não oficiais ao longo dos espaços públicos das cidades por onde passou, dentre esses lugares, cais e portos.

Como, para além dos constrangimentos, houve também *feedbacks* positivos quanto às referências e às formas como elas foram utilizadas e articuladas na estrutura maior de minha proposta reflexiva, fiquei inclinado a seguir por esse caminho e a continuar a partir desses “pontos inusitados”. Havia escolhido como um novo ponto de partida o personagem *Edmond*

Dantès, protagonista do célebre “*O Conde de Monte Cristo*”, de Alexandre Dumas. Sendo *Dantès* um personagem que usa de sua sagacidade adquirida e desenvolvida durante o nefasto período de sua prisão para não apenas se vingar de seus detratores como também para angariar um sólido lugar de destaque dentro da alta corte europeia, meu intento era comparar sua cruzada pessoal com a própria saga biográfica e esportiva de Muhammad Ali, me utilizando de *Dantès* como uma espécie de espelho retorcido para abordar as principais tensões políticas e sociais enfrentadas por Ali ao longo de sua própria trajetória.

Depois da leitura de, aproximadamente, 1366 páginas, percebi, contudo, que os atributos comparativos entre ambas as figuras, a de Ali e a de *Dantès* poderiam soar narrativamente belos e astutos, porém, pouco contribuiriam para a proposta reflexiva que eu me propusera a fazer naquela ocasião. Relutei em abandonar esse insight inicial, mais pelo esforço empreendido em ler tanto em tão pouco tempo do que por questões eminentemente práticas em si. Por fim, me dei por vencido e cedi, contrariado, à razão: Dumas não serviria aos meus intentos naquele momento.

Uma coisa, entretanto, me chamou atenção, na época, em meio às notas que fiz do *Conde de Monte Cristo*. Dumas, aparentemente, em seu prefácio, debatia sobre a autoria de seu próprio texto:

“Sempre houve uma grande preocupação em saber como meus livros eram escritos e, principalmente, quem os escrevia. Era tão simples acreditar que era eu que ninguém pensou nisso. Por exemplo, na Itália, a opinião geral é que foi Florentino Dante que escreveu ‘O Conde de Monte Cristo’. Por que não acham que fui eu que escrevi ‘A divina comédia’? Nesse aspecto, tenho exatamente os mesmos direitos...” (DUMAS, 2016, p. 19, grifo do autor).

Segundo informações da equipe de tradução da obra de Alexandre Dumas vinculada à editora Zahar¹⁵, o texto que é apresentado ao leitor brasileiro como prefácio de sua edição de luxo, contudo, só foi escrito em 1857 pelo próprio Dumas, ou seja, 13 anos depois da primeira publicação do livro em questão. Originalmente, esse texto fora intitulado “*Uma palavra a respeito de O Conde de Monte Cristo*” e foi realocada nas edições seguintes na condição de posfácio. Hoje, na edição de luxo aqui referenciada, esse mesmo texto foi apresentado enquanto prefácio e intitulado “*O registro civil do Conde de Monte Cristo*”. (DUMAS, 2016, p. 3).

Ao ler o restante desse prefácio/posfácio, achei intrigante o pequeno embate no qual Dumas se empenhava por findar. Mas confesso que tal embate não se apresentou a mim como

¹⁵ André Telles e Rodrigo Lacerda.

uma surpresa, de fato, pois os próprios tradutores brasileiros, no prefácio da edição de luxo da editora Zahar, prefácio esse que antecedia ao original da obra, já adiantavam as razões de tal conflito:

“Sobre a gênese do romance, o próprio Dumas responde a todas as perguntas no texto que segue a esta Apresentação. Mas talvez interesse ao leitor saber que ele trabalhava em colaboração com dezenas de outros escritores e pesquisadores. (...) O escritor, entretanto, não tinha seus assistentes em alta conta: ‘Os colaboradores não empurram para frente, puxam para trás; os colaboradores lhe atribuem generosamente os erros, reservando-se modestamente os achados; embora partilhem o sucesso e o dinheiro, comportam-se como vítimas e oprimidos; por fim, entre dois colaboradores, há quase sempre um enganado, e esse enganado é o homem de talento, pois o colaborador é um passageiro intrepidamente embarcado no mesmo barco que nós, que aos poucos nos vai revelando que não sabe nadar, que é preciso salvá-lo na hora do naufrágio, e que, ao pisar em terra firme, espalha para todo mundo que sem ele você era um homem perdido’”. (DUMAS, 2016, p. 11)

Desses colaboradores, talvez um dos mais famosos, tenha sido Auguste Maquet (1813-88). Maquet atuou na produção, na escrita e no fornecimento de textos e dados históricos para a elaboração de, aproximadamente, vinte romances de Dumas, dentre eles, “*O Conde de Monte Cristo*” e “*Os Três Mosqueteiros*”. Segundo Telles e Lacerda, talvez tenha sido Maquet o colaborador a chegar o mais próximo do que hoje denominaríamos de “coautor”. Essa espécie de “Cooperativa Dumas”, como muitos críticos à taxavam, funcionava da seguinte maneira:

*“Auguste Maquet, ex-professor universitário, redigia um primeiro esboço a partir de seus conhecimentos históricos e, em seguida, este era reescrito por Dumas, que acrescentava seu estilo romanesco. Contudo, um trecho de doze páginas de *Os Três Mosqueteiros*, escrito por Maquet, passou a ocupar setenta, após a escrita de Dumas. Como se vê, o texto final sempre foi de Dumas. Não por acaso, quando a dupla se desfez, em 1858, e Maquet entrou com um processo contra o parceiro, exigindo uma soma exorbitante por direitos autorais, acabou perdendo o mais importante: o privilégio de assinar como coautor”.* (DUMAS, 2016, p. 11-12).

Por algum motivo que me pareceu incompreensivelmente estranho à época em que tomei minhas primeiras notas sobre *O Conde*, no entanto, percebi que, mesmo a equipe de tradução dos textos de Dumas da editora Zahar, em especial, Lacerda, questionaram não a autenticidade de seus textos, mas o seu lugar estabelecido enquanto um cânone da chamada “Literatura Universal” - uma denominação relativamente comum para designar e falar sobre o que conhecemos, meramente, enquanto “Literatura Europeia”:

“Por algum motivo, a obra prima de Dostoiévski entra em todos os cânones. Mas não a de Alexandre Dumas. Não há de ser pela publicação em forma seriada, pois Crime e Castigo também nasceu assim. Ou porque ela possui rasgos românticos, ou desdobramentos pouco realistas em seu enredo, pois também isso ocorre no clássico russo. Talvez o fato de Dumas trabalhar em cooperativa desdobre, aos olhos da crítica especializada, suas realizações. Se for essa a explicação, é curioso que o mesmo não ocorra com Homero, outro signatário de uma obra prima, esta sim, muito mais coletiva e rocambolesca. Talvez esse baixo conceito que penaliza Dumas decorra de algum curto circuito ideológico que as teorias da recepção um dia poderão explicar.”
(DUMAS, 2016, p. 17)

São embates, no mínimo, curiosos, mas não chegaram a se configurar enquanto uma questão ou ponto de investigação suficientemente importantes para mim em uma primeira leitura. Estava demasiadamente consumido por Muhammad Ali e como poderia trabalhar, academicamente, as tensões em torno de sua controversa figura em minha própria pesquisa.

Como não podia ser diferente, continuei, há época, pela busca de novos lugares de onde partir e costurar as reflexões nos tons e formatos que julgava serem não apenas mais apropriados, como também mais vivos e próximos a mim e aos sujeitos dos quais eu falava. Os cânones acadêmicos e o “panteão sagrado” das referências costumeiramente sugeridas – impostas- à feitura de nossas reflexões nos espaços acadêmicos brasileiros, de Weber a Bourdier, se figuravam como demasiadamente estéreis, distantes, ou inapropriados à narrativa e ao texto que me propunha a escrever.

Era preciso mais. Era demandado mais. Eu demandava mais. E eu necessitava de mais. A insatisfação era, assim como ainda é hoje, talvez, um dos combustíveis mais potentes a embalar meus impulsos reflexivos, junto com a raiva e a frustração. Admito, contudo, que talvez esses não sejam os motivadores mais saudáveis nos quais podemos ou, quem sabe, deveríamos apoiar nossos pensamentos e produções. Confesso, porém, me sentir minimamente realizado ao encontrar esse meio para fazer escoar o incômodo acumulado. Se guardado nos gera câncer, que escrito nos liberte, ou nos mostre, pelo menos, a sombra das grades de nossos próprios cárceres e de seus agentes penitenciários.

Fiz, então, naquele momento, o que costumava fazer há um certo tempo atrás e uma das poucas coisas que aplacavam minha ansiedade quando os materiais mais clássicos de onde busco as referências para minhas reflexões e insights – literatura e outros textos de cunho ficcional – me frustravam: fui assistir a um filme. Ainda nutria, em mim, o desejo de achar algum bom lugar, um outro lugar fora do cânone, de onde partir a escrita do meu texto sobre Ali e o direcionamento de minhas reflexões. Por esta razão, por mais que, conscientemente,

dissesse “chega!”, em meu íntimo, ainda me cercava de qualquer história ou narrativa que pudesse ser interligada à temática de minha dissertação. E mais uma vez, lá estava eu, assistindo pela décima sétima vez, *Django Livre*, do diretor Quentin Tarantino.

Obviamente não assisti à película dezessete vezes seguidas apenas para buscar um insight ou inspiração que fosse. O filme foi lançado em 2013 e teve um impacto substancial não apenas na forma como eu assistia a um filme em si, mas em quais narrativas eu consumia e porque eu as consumia. Me recordo que, no primeiro contato que tive com essa história, fiquei simplesmente maravilhado: um escravo, denominado “Django”¹⁶ é comprado por um caçador de recompensas que, na trama, era conhecido como “Dr King Schultz”¹⁷. Dr Schultz, depois de conseguir as informações que desejava de Django- saber se a identidade de certos capatazes com os quais ele já tivera contato em uma outra fazenda correspondiam à de foragidos pela lei e realizar as suas capturas-, o alforria e passa não apenas a conhecer a sua história, como também a ajudar em sua busca particular: encontrar sua esposa, Bloomhilda¹⁸, e comprar sua liberdade.

A história se configura naquilo que poderíamos chamar de uma grande “ironia histórica” bem articulada: um sujeito escravizado, se torna, além de um homem livre, um caçador de recompensas; passa a ser pago pelo Governo dos Estados Unidos, em pleno regime escravocrata, não apenas para caçar outros homens, mas para “caçar brancos”, como destaca o personagem de Foxx, para, ao fim de tudo, resgatar a sua esposa e explodir a Casa Grande, saindo de cena montado em um cavalo e vestindo as roupas do então dono do Latifúndio, Calvin Candie¹⁹.

O motivo de meu assombro e das fortes impressões que tive foi que, pela primeira vez, eu consumia uma narrativa onde a pessoa negra escravizada não apenas se libertava, mas tomava as rédeas da própria história e subvertia o padrão comum de enredos desse gênero. Sem dúvida isso me motivou não apenas a uma perspectiva mais crítica com relação às películas que vinha consumindo até então, como também me mobilizaram a assistir a essa mesma história por tantas e tantas vezes desde seu lançamento, se tornando um pequeno marco pessoal em minha própria narrativa biográfica.

¹⁶ Interpretado pelo ator estadunidense Jamie Foxx.

¹⁷ Interpretado pelo ator austríaco Christoph Waltz.

¹⁸ Interpretada pela atriz estadunidense Kerry Washington.

¹⁹ Interpretado pelo ator estadunidense Leonardo DiCaprio.

Mas a razão pela qual este marco pessoal entra neste texto é um detalhe que me passou completamente despercebido das vezes em que assisti à película por puro deleite e entretenimento, mas que, dessa última feita, me saltou ao colo como se fosse a primeira vez que eu obtivera aquela informação. Em uma das cenas mais dramáticas de toda a trama, o personagem interpretado por DiCaprio, Calvin Candie, joga um de seus escravos, chamado *D'Artagnan*, para ser comido vivo por seus cães na frente de todos os seus capatazes e de Dr. Schultz e Django. Mais tarde, quando o conflito entre Django e Schultz contra Candie se torna aberto e declarado e ambos os protagonistas são encurralados, Schultz, em uma postura de claro desprezo à Candie, o interroga mordazmente:

“Candie: Está aborrecido porque eu levei a melhor, não é?”

Schultz: Na verdade, eu pensava no pobre diabo que seus cães devoraram hoje: o D'Artagnan. Estava pensando no que Dumas diria sobre isso...

Candie: Quem?

Schultz: Alexandre Dumas... ele escreveu “Os Três Mosqueteiros”...

Candie: Sim, sim, é claro, Doutor...

Schultz: Imaginei que fosse um admirador tendo nomeado um escravo como protagonista do romance dele. Se o Alexandre Dumas estivesse lá hoje... me pergunto o que ele teria pensado.

Candie: Acha que ele não aprovaria?

Schultz: Acho! A aprovação dele seria, no mínimo, duvidosa!

Candie: Um francesinho de coração mole?

Schultz: Alexandre Dumas era negro.”²⁰

Alexandre Dumas era negro. Apenas após dezessete vezes as quais eu assisti à essa película, apenas naquele instante, essa informação foi compreendida e processada. Foi necessário que uma produção cinematográfica que carregava, em si, propósitos muitos diversos, eu suponho, de um romance ou artigo acadêmico, para que essa informação não apenas chegasse até mim- assim como, acredito, a muitos de nós -, mas, principalmente, fosse exposta a um grande público de maneira maciça e minimamente substancial. Mas se foi por intermédio de um filme de caráter ficcional que descobrimos - ou, que eu descobri - a condição racial de Dumas, por que não encontramos referências mais específicas e explícitas nas traduções de seus romances ou em livros e matérias que divulguem sua obra?

Telles e Lacerda, mais especificamente, Lacerda, o autor do texto de apresentação da edição brasileira de luxo de “*O Conde de Monte Cristo*”, da editora Zahar, se mostrou perplexo diante da ausência de um devido reconhecimento de Dumas em determinados círculos,

²⁰ **DJANGO LIVRE.** Filme produzido por Quentin Tarantino, 2h e 44 minutos. EUA, 2013, grifo do autor.

ambientes e contextos. Curiosamente, no entanto, seria outro tradutor de Dumas que atuou na mesma editora, dois anos antes da publicação da referida edição de “*O Conde*”, em 2014, que nos daria os tons assertivos dessa resposta.

Foi Jorge Bastos que, na apresentação de “*As Aventuras de Robin Hood*”, em uma das muitas versões que veio ao grande público dessa história, mas sendo essa uma versão de autoria de Dumas, que nos revela:

“Ele não nasceu pobre, mas o pai, o primeiro general mulato do exército napoleônico, filho de uma escrava alforriada da ilha de São Domingos, morreu quatro anos depois, e o menino foi criado pelos avós maternos, estalajadeiros no interior da França”. (DUMAS, 2014, p. 10).

Sua condição racial, dessa forma, atuou enquanto a demarcação de uma diferença não apenas para a pessoa de Dumas, como também para tudo quanto se relacionava à sua produção artística, dramaturgical e intelectual:

“(…) Dumas põe em marcha um sistema de produção usual na dramaturgia de então, muito exigida quantitativamente, pois o teatro era o mais popular entretenimento social. Ele se utiliza de outros escritores, não exatamente ghosts (que os franceses chamam nègres, o que valeu ao autor mulato frequentes sarcasmos racistas), mas auxiliares para as pesquisas históricas e primeiro esboços narrativos, a partir do tema geral escolhido por ele próprio, que em seguida ‘fechava’ e dava dinamismo ao romance, fazendo do ‘produto’ um autêntico Alexandre Dumas”. (DUMAS, 2014, p. 11. Grifo do autor).

A forma pela qual ele foi e é apresentado ao grande público leitor brasileiro, todavia, demarca não apenas uma tentativa de apagamento de parte de sua identidade social, histórica e cultural, como também nos revela os meandros sutis pelos quais lidamos com a questão racial, tanto em nossa sociedade quanto entre os ditos acadêmicos, doutos e eruditos. Em uma das edições brasileiras de “*A Rainha Margot*”, prefaciada pela Professora Doutora em Língua e Literatura Francesas da Unifesp, Maria Lúcia Dias Mendes, Dumas figura em sua apresentação da seguinte maneira:

“Quanto ao autor, não é necessário dizer muito. ‘O nome de Alexandre Dumas é mais que francês, é europeu; mais que europeu, é universal’, como escreveu Victor Hugo a Alexandre Dumas Filho, no dia em que as cinzas do pai do Conde de Monte Cristo foram exumadas no pequeno cemitério de Villers Cotterêts, cidade de onde um dia partiu para conquistar o mundo”. (DUMAS, 2016 b, p. 10, grifo do autor).

O interessante e, confesso, deliciosamente controverso, é que é em uma outra edição do mesmo livro, uma edição digital de “*A Rainha Margot*”, lançada pelo grupo *LeBooks*, sem o mesmo respaldo ou credenciais de especialistas, onde não possuímos maiores referências editoriais, como o nome da equipe de tradução ou mesmo o ano da publicação do livro digital, por exemplo,²¹ é que nos traz informações não apenas mais substanciais quanto às questões concernentes à identidade racial de Dumas, mas principalmente os conflitos advindos disso:

“Apesar do sucesso e das ligações aristocráticas de Alexandre Dumas, sua vida sempre foi marcada por ser mulato. Em 1843, escreveu uma curta novela intitulada ‘Georges’, que chamava a atenção para alguns aspectos raciais e para os efeitos do colonialismo. Apesar disso, atitudes racistas contrárias à sua posição legítima na história da França ainda [perduraram] bem depois de sua morte. Sepultado no local onde nasceu, o corpo de Alexandre Dumas ficou no cemitério de Villers Cotterêts até 30 de novembro de 2002. Sob ordens do presidente francês Jacques Chirac, seu corpo foi exumado e, numa cerimônia televisiva, seu novo caixão, carregado por quatro homens vestidos como os mosqueteiros Athos, Porthos, Aramis e D’Artagnan, foi transportado em procissão solene até o Panteão de Paris, o grande mausoléu onde grandes filósofos e escritores da França estão sepultados. Em seu discurso, o presidente Chirac disse: ‘contigo nós fomos D’Artagnan, Monte Cristo ou Balsamo, cavalgando pelas estradas da França, percorrendo campos de batalha, visitando palácios e castelos. Contigo nós sonhamos’. Numa entrevista após a cerimônia, Chirac reconheceu o racismo que existiu, dizendo que um erro agora foi reparado, com o sepultamento de Alexandre Dumas ao lado dos companheiros autores Victor Hugo e Voltaire”. (DUMAS, s/d, p. 5).

De “*O Conde de Monte Cristo*” ao “*Os Três Mosqueteiros*”, de “*As aventuras de Robin Hood*” à “*A Rainha Margot*”, de “*A Tulipa Negra*” à “*Vinte Anos Depois*”. Dos inúmeros romances deixados à posteridade por Dumas, o único que fala explícita e abertamente sobre as tensões raciais vividas pelo autor é exatamente o único de seus livros que não possui uma tradução para o português, em uma edição brasileira, até o presente momento em que escrevo essas palavras: “*Georges*.”

Jorge Bastos, ao debruçar-se sobre os elementos biográficos de Dumas e apresentá-los ao seu público leitor, também menciona o romance “*Georges*”:

“Nesse meio tempo, porém, [Dumas] havia descoberto a literatura, que poderia, achou ele, ser um meio rápido de fazer fortuna e ganhar notoriedade – e com isso escapar das humilhações sofridas com a pobreza e a mestiçagem (mas apenas em um romance, ‘Georges’, de 1843, Dumas abordou a questão racial, pelo viés da colonização da ilha Maurício).” (DUMAS, 2014, p. 10).

²¹ Porém, têm-se o número de ISBN para consulta: 9788583863946.

Em vão, procurei, à época da escrita de minha dissertação, insights inusitados e referências diferenciadas de onde pudesse partir para repensar os caminhos, os conflitos e as tensões protagonizados por Muhammad Ali. Nessa busca, no entanto, acabei descobrindo a curiosa saga de outra personalidade que se fez negra diante de mim: Alexandre Dumas. E, foi na descoberta dessa curiosa figura, e de seus dissabores, que obtive a resposta que nem Boas ou Geertz, Mauss, Latour ou Bourdier puderam me dar para meu constrangimento. “Alexandre Dumas era Negro”, “Daniel Baptista” também. A questão que se faz imperiosa, neste momento, é: o que isso significa?

2.2. A Rainha Negra da Inglaterra

Era dezembro de 2020. Trancado em casa, em meio a uma pandemia global, sem maiores perspectivas quanto à vacina, tratamento ou qualquer medicação que fosse mais efetiva contra um vírus e uma doença que ainda assolavam, de maneira significativa, se não o mundo inteiro, no mínimo, o meu país, minha cidade e meu estado. A pandemia do COVID-19 devastou não apenas nossos corpos mas, pelas únicas medidas eficazes de segurança – o isolamento sistemático do contato externo com qualquer um fora do seu ciclo social mais próximo ou em trânsito constante nos espaços mais movimentados –, afetou também nossas mentes, embaralhando percepções e nos forçando a uma resiliência que não sabíamos que tínhamos (ou que poderíamos, um dia, vir a tê-la).

Até aquele momento, dezembro fora o mês com mais mortes por COVID-19 já contabilizados até então: do dia 1º ao dia 29º, o Brasil “teve mais de 18,5 mil mortes por COVID-19, número maior que os totais vistos em outubro e em novembro” daquele mesmo ano²². E, foi a primeira vez, desde julho de 2020, que o percentual de mortes de um mês era maior que a vista no mês anterior²³. O “Vazio agudo” de Leminski retornava, mais uma vez, a minha vida: dilacerante, intenso e profundo. Paralisado, mesmo já com um pouco mais de consciência disso “de querer ser exatamente aquilo que a gente é”, não tinha muito sentido, para mim, a escrita do que quer que seja, sobre qualquer que fosse seu pretexto. Escrever para que? Escrever para quem? Estaríamos vivos, eu e quem quer que viesse a ser meu ou minha futura leitora? Mas foi Baldwin, James Baldwin, em seu realismo forçosamente otimista, que me

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/29/dezembro-tem-maior-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-desde-setembro-indicam-secretarias-de-saude.ghtml>

²³ Idem.

ajudou contra as inúmeras asfixias da ocasião. Eu não podia e nem posso me dar ao luxo de ser pessimista, pois estou vivo. Fui e sou forçado a acreditar que, se hoje estamos todos aqui, é porque precisamos sobreviver ao que devemos sobreviver. Baldwin salta, através de uma das epígrafes que abrem esse capítulo, e surge, inesperadamente, no transcorrer do olhar em cada uma dessas linhas, como um curioso ponto de ignição para esse trabalho. Eu precisava escrever. Eu preciso escrever. O privilégio da desistência diante de expectativas de um futuro arriscado, e parcialmente frustrado, por uma realidade nefasta ainda não me pertence, pois estou vivo. Pontos para Baldwin. Eu tinha um dever a cumprir, mas ainda me faltava o essencial: alma, ou, como poderíamos descrever melhor e mais objetivamente, motivação.

Paralisado pelo desânimo e frustrado pela realidade eu necessitava de algo, não importasse o que, para me desligar um pouco de tudo e qualquer coisa que me impulsionasse à reflexão. “É ruim ser escravo, mas é mil vezes pior ser um escravo acordado”, comentaria Francisco Calcagno, um famoso escritor cubano, sobre Juan Francisco Manzano, um poeta e autodidata negro escravizado em Cuba, em meados do século XIX: “um escravo que pensa é um protesto vivo, é um juiz mudo e terrível que está estudando o crime social” (MANZANO, p. 177). Emudecido diante das políticas de extermínio empreendidas pela atual gestão da República Brasileira, cativo pelo do peso da ignorância de iguais e semelhantes que, na compra infame de discursos falaciosos, forçaram-nos todos a pagar por juro altíssimos de uma compra com a qual não havíamos nos comprometidos, me vi como uma testemunha, abatida e melancólica, de crimes que, surpreendentemente, já haviam sido anunciados e programados “em praça pública” e, naquele instante, encarnavam nossas frustrações, recorrentes e diárias²⁴.

E é, curiosamente, o poema, hoje quase lendário, de Manzano, que, segundo algumas tradições possivelmente apócrifas, teria garantido sua alforria ao ter sido declamado durante um sarau literário em Cuba, que me devolve ao vazio de Leminski em meus, também irônicos, trinta anos:

*“Quando olho para meu espaço percorrido
Desde meu berço, e todo meu progresso,
Estremeço e saúdo meu sucesso
Mais por terror que por amor movido.*

²⁴ Para todos aqueles e aquelas que sobreviveram à pandemia do COVID-19 na gestão do governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, creio que os exemplos de políticas, pronunciamentos, falas e medidas institucionais e oficiais oriundas do Governo Federal são por demais ostensivas e inúmeras para serem listadas de maneira apropriada em uma tese, o que dirá uma nota de rodapé. Mas, para me fazer valer de alguns poucos exemplos facilmente verificáveis em quaisquer canais de pesquisa válidos, temos: negacionismo científico, desmonte de instituições e políticas públicas aos grupos de maior vulnerabilidade social, fomento armamentista, desvalorização da carreira acadêmica e das áreas de cunho educacional, dentre outras calamidades e impropérios.

(...)

*Trinta anos há que estou vivo na terra.
Trinta anos há que, em gemedor estado,
Triste sina em todo lugar me assalta.*

*Mas nada é para mim a dura guerra,
Que em vão suspirar tenho suportado,
Se a comparo, Oh Deus!, com o que me falta.” (MANZANO, p.7)*

Se o declame de Manzano o havia, ironicamente, libertado, não nutria em mim, contudo, a mesma fé e esperança. Há trinta anos que eu vivia nessa terra e, mesmo tendo uma trajetória radicalmente diferente do autodidata cubano, ainda me corroía por dentro pela ansiedade do que estaria por vir a partir de tudo o que testemunhei por intermédio dos noticiários e pelas redes sociais, nesse interminável e longo período de quarentena. Mas, seguindo a esteira de Baldwin, um compromisso havia sido, silenciosamente, aceito e firmado. Era preciso escrever.

E o que fazem as pessoas, no geral, que tem um mínimo de acesso a determinados meios e serviços de entretenimento, em pleno século XXI, quando suas obrigações estão substancialmente desenhadas diante de seus olhos? Isso mesmo, elas vão para a Netflix²⁵. Era preciso escrever, mas confesso, aqui e agora, que, se aceitei os porquês para se escrever, em contrapartida, eu não fazia a menor ideia dos “o quês”: o que eu iria escrever? Admiti, conformadamente, que não sabia. Cedi à inércia da procrastinação.

Na manhã de Natal acordo e, ao olhar as notícias e atualizações em meu celular, como de costume, vejo a chamada para a matéria de um blog, hospedado na plataforma da UOL, sobre uma série recém lançada da Netflix: *Bridgerton*. Leio, brevemente, seu título, “*'Bridgerton' fez o povo cair da cama na manhã de Natal e se viciar na série.*”, e fico levemente curioso. Acesso ao link e vejo uma euforia inesperada, para mim, sobre o tal lançamento:

*“Parece que o pessoal já está bem viciado na série:
'Minha mãe: nossa filha acordou cedo hoje que orgulho
Eu: *esperando Bridgerton* #bridgertonnetflix
pic.twitter.com/Tb41GoB6kq
-- Sheffield ? (@RieliBridgerton) December 25, 2020”.*
*“Tô assim #Bridgerton
pic.twitter.com/IsyWwaEfti
-- Helo ^{12?} ??? (@1DVoando) December 25, 2020”.*
*Imagina acordar às 5h da manhã no Natal?
“Desde a 5AM @NetflixBrasil*

²⁵ A Netflix é um serviço de transmissão online e global de filmes e séries de televisão via streaming.

Não tinha horário melhor p lançar não?!

#bridgertonnetflix #Bridgerton

pic.twitter.com/PDCQBB3Iad -- Amandinha??? (@mandycca) December 25, 2020”.

O problema é: quem não acordou cedo corre risco de pegar spoilers na internet (mas não aqui).”²⁶

A princípio, nada demais. Nada de tão destoante assim da expectativa costumeiramente exposta e expressa por fãs, na internet, de suas produções prediletas, sejam elas quais forem. Acesso a plataforma da Netflix e vou direto ao título em questão. Procuo pela aba onde está situada a descrição do enredo para ver se a série vale, realmente, a procrastinada. Uma série de época... século XIX, talvez? Ok. Me parece distante o suficiente *desta* realidade. Mas algo me chama a atenção no cartaz da série que eu vi, rapidamente, entre a chamada de uma e outra matéria em minhas redes sociais:

Imagem 1: Cartaz da Série Bridgerton



Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-23886/>. Foto disponível em:

²⁶ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/12/25/bridgerton-fez-o-povo-cair-da-cama-na-manha-de-natal-e-se-viciar-na-serie.htm>

<https://br.web.img3.acsta.net/pictures/20/11/04/11/32/4052345.jpg>

Decidi, antes de arriscar a minha procrastinada, ler um pouco mais sobre o que os blogs e os críticos estavam escrevendo sobre ela e por que essa produção estava chamando tanto a atenção de um público em geral, quer fosse esse mesmo público de fãs ou não. Dando uma rápida conferida em outras matérias e blogs que apareciam, sem uma maior procura, nos buscadores de cada um dos perfis de minhas redes sociais, acho uma que me traz um resumo conciso e objetivo sobre a trama:

“Mesmo antes de estreiar, Bridgerton já estava sendo chamada de ‘Gossip Girl de época’, além de ser comparada com os dramas de Downton Abbey. A produção acompanha a história da Família Bridgerton, um clã de aristocratas vivendo em Londres durante o período da regência, no início do século XIX. Mesmo durando poucas décadas, a Regência é conhecida como uma época de grandes avanços e tendências diferenciadas nas belas-arts, arquitetura, moda e etiqueta. Bridgerton foca principalmente na primogênita dos Bridgerton: Daphne. A jovem procura pelo amor verdadeiro e um casamento à altura após ser apresentada à sociedade em 1813 pela Rainha Charlotte. Enquanto lida com as expectativas da elite, Daphne é obrigada a lidar com os escandalosos boatos divulgados pela Lady Whistledown, a misteriosa autora de um “boletim de fofocas” publicado semanalmente. Em uma entrevista ao site Heart.UK, o showrunner Chris Van Dusen revelou o que os fãs podem esperar do enredo de Bridgerton. ‘A melhor maneira de descrever Bridgerton é como uma grande e luxuosa história de amor que acontece na época da Regência. É uma série quente e divertida, engraçada mas também emocionante. E em certos momentos, extremamente romântico’, afirmou Van Dusen.”²⁷

Tudo bem, então... o que tínhamos aqui? Uma série dita “de época”, situada, historicamente, no período regencial inglês do século XIX, focada, principalmente, nos conflitos existentes dentro da aristocracia inglesa partindo, objetivamente, da família Bridgerton e sua, então, protagonista, a personagem Daphne²⁸.

Retorno, mais uma vez, ao cartaz. Ao que tudo indicava, o jovem rapaz, que, mais tarde, descobriria eu ser o personagem do Duque de Hastings, Simon Basset²⁹, que posava ao lado de Daphne, seria um dos protagonistas da trama e, mais precisamente, seu par romântico. Ao olhar mais detidamente para esse cartaz, desvendo o mistério de meu próprio incômodo, mudo, porém consistentemente impertinente: o personagem do Duque de Hastings, na série, é negro.

²⁷ Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2020/12/bridgerton-serie-de-shonda-rhimes-e-a-mais-escandalosa-da-netflix-veja-por-que>

²⁸ Personagem interpretada pela atriz Phoebe Dynevor.

²⁹ Personagem interpretado pelo ator Regé-Jean Page.

Mas, espera um pouco: a série não era ambientada na Inglaterra do século XIX? Ela não falava sobre os conflitos e disputas dos vários membros das distintas famílias pertencentes à aristocracia inglesa? Como era possível termos, não apenas um protagonista negro dentro dessa trama, mas um protagonista negro membro da aristocracia inglesa do século XIX? Achei esse dado tão singularmente curioso que fiquei intrigado o suficiente para dedicar a minha procrastinada a essa série. Queria saber, agora, como os produtores, e a própria trama, explicariam a presença de um homem negro enquanto um membro de destaque dentro do corpo aristocrático inglês, se é que essa preocupação seria, de fato, uma pauta relevante para a história em si de Bridgerton e, minimamente, abordada e/ou trabalhada junto aos telespectadores.

Para minha, e, não posso negar, grata surpresa, o Duque de Hastings não seria a única personagem negra presente nesse enredo: ao longo de 8 episódios, com uma média de 60 a 70 minutos cada, Bridgerton se mostrou uma história repleta de uma diversidade racial e social consideravelmente destacada: as personagens negras não seriam apenas os servos e servas, vassallos ou subordinadas: eram duques, condes, damas de honra e distinção da corte de Vossa Majestade, a Rainha Charlotte que... também era negra! Espera um pouco... o que está acontecendo por aqui? Inserir membros negros na aristocracia inglesa do século XIX, em uma trama eminentemente ficcional, poderia até ser considerada uma, digamos, “licença poética contemporânea”, por assim dizer, mas colocar a rainha da Inglaterra enquanto uma mulher negra? Não seria isso... “um pouco demais”?

O que começou como um incômodo inominado de minha parte se transformou em uma divertida busca por uma hipótese que, para mim, já seria completamente infundada desde sua gênese, porém, valia o divertido trajeto de uma investigação debochada: seria possível termos, historicamente, negros na aristocracia inglesa no século XIX? E, se isso tivesse sido, de fato, possível, por que foi, logo, a própria rainha da Inglaterra representada enquanto uma mulher negra?

Personagens como o Duque de Hastings e a Família Bridgerton me pareciam serem, explicitamente, ficcionais e, portanto, poderiam ser quem bem o autor ou a autora ou os produtores e as produtoras da série quisessem. Isso não me gerou um maior espanto, principalmente depois de ter visto à primeira temporada completa da série disponível na referida plataforma de streaming. Mas a rainha... quem foi a Rainha Charlotte? Ela era um personagem político e, provavelmente, foi baseada em uma figura histórica. Por que caracterizá-la enquanto uma mulher negra? Assim que comecei as buscas sobre quem era a tal rainha, descobri o porquê.

O primeiro artigo que encontrei sobre a monarca inglesa foi a texto intitulado *England's First Black Queen, Sophie Charlotte Born 1744*, que, em uma tradução livre, seria “A primeira Rainha Negra da Inglaterra: nasce Sophie Charlote em 1744”, publicado no ano de 21 de maio de 2018, no site *Greater Diversity News*³⁰, há, pelo menos, dois anos antes do lançamento oficial da série *Bridgerton*. Nesse artigo, baseando-se nos estudos e pesquisas do historiador da diáspora Africana Mario de Valdes y Cocom, o canal de notícias apresenta, ao seu público leitor, a tese de uma possível afrodescendência da rainha Charlotte a partir da análise de seu parentesco com membros da coroa portuguesa:

“Segundo Mário de Valdes y Cocom, Charlotte teve sua ascendência africana através de sua descendência de Margarita de Castro e Souza, uma nobre portuguesa do século XV, que traçou a sua ascendência do Rei Afonso III de Portugal (1210-1279) e uma de suas amantes, Madragana (c. 1230-?). (...) Charlotte foi a oitava filha do Príncipe de Mirow, da Alemanha, Charles Louis Frederick, e a sua esposa, Elisabeth Albertina de Saxe-Hildburghausen. Em 1752, quando ela tinha oito anos de idade, o pai de Sophie Charlotte morreu. Como princesa de Mecklenburg-Strelitz, Sophie Charlotte descende diretamente de um ramo africano da Casa Real Portuguesa, Margarita de Castro y Sousa. Seis linhas diferentes podem ser traçadas desde a princesa Sophie Charlotte até Margarita de Castro y Sousa. Casou-se com George III de Inglaterra em 8 de Setembro de 1761, na Capela Real do Palácio de St James, Londres, aos 17 anos de idade, tornando-se a Rainha de Inglaterra e da Irlanda”³¹.

Mas apenas sua descendência com membros da coroa portuguesa, que possuíam laços consanguíneos com indivíduos de origem africana, não seria o suficiente para alegar sua suposta afrodescendência. De acordo com o mesmo canal, são as pinturas oficiais da Rainha Charlotte que ascendem uma suspeita ainda maior sobre esse curioso dado:

“As características fenotípicas negras dos retratos da rainha tinham, certamente, um significado político, uma vez que se esperava que os artistas desse período minimizassem, suavizassem, ou, até, obliterassem características indesejáveis no rosto de um sujeito. Sir Allan Ramsay foi o artista responsável pela maioria das pinturas da rainha e as suas representações foram as mais decididamente africanas de todos os seus retratos. Ramsey era um intelectual anti-escravista de sua época. Também se

³⁰ Disponível em: <https://greaterdiversity.com/englands-first-black-queen-sophie-charlotte-born-1744/>

³¹ Trecho original: “According to Mario de Valdes y Cocom, Charlotte had African ancestry, via descent from Margarita de Castro e Souza, a 15th-century Portuguese noblewoman, who traced her ancestry to King Afonso III of Portugal (1210–1279) and one of his mistresses, Madragana (c. 1230–?). (...) Charlotte was the eighth child of the Prince of Mirow, Germany, Charles Louis Frederick, and his wife, Elisabeth Albertina of Saxe-Hildburghausen. In 1752, when she was eight years old, Sophie Charlotte’s father died. As princess of Mecklenburg-Strelitz, Sophie Charlotte was descended directly from an African branch of the Portuguese Royal House, Margarita de Castro y Sousa. Six different lines can be traced from Princess Sophie Charlotte back to Margarita de Castro y Sousa. She married George III of England on September 8, 1761, at the Chapel Royal in St James’s Palace, London, at the age of 17 years of age becoming the Queen of England and Ireland”. Disponível em: <https://greaterdiversity.com/englands-first-black-queen-sophie-charlotte-born-1744/>

casou com a sobrinha de Lord Mansfield, o juiz inglês cuja decisão de 1772 foi a primeira de uma série de decisões que acabaram com a regime escravocrata no Império Britânico. É de se notar, também, que quando Sir Ramsay foi encarregado de fazer o seu primeiro retrato da rainha, ele já era, por casamento, tio de Dido Elizabeth Lindsay, a sobrinha-neta negra de Lord Mansfield."³²

O que havia começado, então, como uma investigação puramente debochada e jocosa, apenas para sanar uma curiosidade que, quase, já teria sido respondida à priori, se tornou um dos pontos auges de minha procrastinação. Como é que nós, estudantes, professores, pesquisadores, curiosos e curiosas que fôssemos, nunca tínhamos, suponho eu, ouvido falar sobre a tal da “Rainha Negra da Inglaterra”? Era preciso ter mais informações sobre isso. O “ir além” de Leminski continuava se fazendo imperioso pelo simples fato disso de “ser exatamente o que a gente é”.

Relendo, mais atentamente, essa mesma matéria encontrada no site da *Greater Diversity News*, me atento para um detalhe ainda mais intrigante, por assim dizer, a respeito dessa pequena “fofoca histórica”:

“Em um episódio de 2009 da série televisiva PBS, 'Frontline', Valdes especulou que o pintor escocês Allan Ramsay enfatizou a alegada aparência negra da Rainha em seu retrato para apoiar o movimento anti-escravocrata, e notou que o Barão Stockmar tinha descrito a Rainha como tendo um rosto com 'traços negros', em sua autobiografia e que outras fontes contemporâneas fizeram observações semelhantes. A Casa de Windsor nunca negou a ascendência africana reivindicada pela Rainha Charlotte. David Buck, porta-voz do Palácio de Buckingham, foi citado pelo 'Boston Globe' como tendo dito: 'Há anos e anos que se diz isto. É uma questão de história, e francamente, temos coisas muito mais importantes para falar'."³³

³² Trecho original: “The black characteristics of the queen’s portraits certainly had political significance since artists of that period were expected to play down, soften or even obliterate undesirable features in a subjects’s face. Sir Allan Ramsay was the artist responsible for the majority of the paintings of the queen and his representations of her were the most decidedly African of all her portraits. Ramsey was an anti-slavery intellectual of his day. He also married the niece of Lord Mansfield, the English judge whose 1772 decision was the first in a series of rulings that finally ended slavery in the British Empire. It should be noted too that by the time Sir Ramsay was commissioned to do his first portrait of the queen, he was already, by marriage, uncle to Dido Elizabeth Lindsay, the black grand niece of Lord Mansfield”. Disponível em: <https://greaterdiversity.com/englands-first-black-queen-sophie-charlotte-born-1744/>

³³ Trecho original: “In a 2009 episode of the PBS TV series, ‘Frontline’, Valdes speculated that Scottish painter Allan Ramsay emphasized the Queen’s alleged ‘mulatto’ appearance in his portrait of her to support the anti-slave trade movement, and noted that Baron Stockmar had described the Queen as having a ‘mulatto face’ in his autobiography and that other contemporary sources made similar observations. The House of Windsor has never denied Queen Charlotte’s claimed African ancestry. David Buck, a Buckingham Palace spokesperson, was quoted by the ‘Boston Globe’ as saying ‘This has been rumored for years and years. It is a matter of history, and frankly, we’ve got far more important things to talk about.’” Disponível em: <https://greaterdiversity.com/englands-first-black-queen-sophie-charlotte-born-1744/>

Essa “pequena grande polêmica” sobre a identidade racial da Rainha Charlotte não foi algo surgido ou iniciado em 2018: nove anos antes, a partir da produção de uma série para a televisão Norte Americana, patrocinada pela PBS TV, uma emissora de TV estadunidense, a controvérsia tomou forma nos holofotes do grande público, mobilizando distintos seguimentos da sociedade, tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos, a se pronunciarem sobre e avaliarem os pontos e contrapontos da questão, forçando, inclusive, o representante do palácio de Buckingham, a emitir uma nota pública, em nome da coroa, minimizando os questionamentos e desqualificando o debate.

Nos aprofundando um pouco mais sobre essa intriga temos um artigo, ainda mais antigo, datado de 2009 e contemporâneo ao lançamento da tal série nos Estados Unidos, escrito pelo jornalista e colunista Stuart Jeffries, para o jornal Britânico “The Guardian”. Procurando nos apresentar, de maneira sucinta e objetiva, um pouco sobre o debate que se abatera sobre a memória, e disputas de narrativas, em torno da identidade racial da antiga monarca inglesa, Jeffries inicia sua matéria destacando o que lhe parece ser um estranho culto à memória daquela que viria a ser lembrada como a possível “primeira Rainha Negra da Inglaterra”, em uma cidade no estado da Carolina do Norte- EUA, que, não por acaso, foi nomeada em homenagem à soberana inglesa:

“Quando sai dirigindo do aeroporto da Carolina do Norte, não se pode perder a monumental escultura de bronze da mulher que se diz ser a primeira rainha negra da Grã-Bretanha, dramaticamente curvada para trás como se tivesse sido soprada por um motor a jato. No centro da cidade, há outra escultura proeminente da Rainha Charlotte, na qual ela caminha com dois cães como se estivesse a passear na América do século XXI. Rua após rua é nomeada com seu nome, e a própria Cidade de Charlotte deleita-se com o apelido de ‘Cidade Rainha’ - muito embora, pouco depois de a cidade ter sido nomeada em sua honra, a Guerra da Independência Americana eclodiu, fazendo dela a rainha do inimigo”³⁴.

Se, em 2009 o debate foi ascendido devido ao lançamento de uma série televisiva nos Estados Unidos, por que, então, ele retornaria à cena pública, nove anos depois, enquanto uma pauta a ser rediscutida e investigada, novamente, por distintos seguimentos sociais dos Estados

³⁴ Trecho original: “When you drive from the airport in North Carolina, you can't miss the monumental bronze sculpture of the woman said to be Britain's first black queen, dramatically bent backwards as if blown by a jet engine. Downtown, there is another prominent sculpture of Queen Charlotte, in which she's walking with two dogs as if out for a stroll in 21st-century America. Street after street is named after her, and Charlotte itself revels in the nickname the Queen City - even though, shortly after the city was named in her honour, the American War of Independence broke out, making her the queen of the enemy”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/mar/12/race-monarchy>

Unidos e, principalmente, da Inglaterra? A resposta pode ser associada a um evento bem específico: o casamento de Meghan Markle com o Príncipe Harry.

Sendo Markle considerada uma mulher afrodescendente, pelos padrões socioculturais do Reino Unido e, muito provavelmente, também, dos Estados Unidos³⁵, sua união matrimonial com o Príncipe Harry ressuscitou o debate da presença negra nas cortes europeias e, especificamente, dentro do sistema monárquico inglês:

*“(...) O Príncipe Britânico Harry se casou com a atriz norte americana Meghan Markle, cuja mãe é negra e cujo pai é branco. Ela foi aclamada como a primeira integrante negra da família real da Grã-Bretanha. Mas alguns historiadores que pesquisaram essa questão afirmam que Charlotte era de ascendência africana e foi a primeira integrante real negra, de fato, da Grã-Bretanha”.*³⁶

Se, em 2009, uma possível ascendência africana de membros da monarquia inglesa começou a ser discutida, em público, por meio de diversas mídias e canais e, em 2018, um evento, dentro dessa mesma monarquia, retornou a esse mesmo ponto, em 2020 vemos a chama dessa controversa racial reascender, agora, com a representação encarnada da Rainha Charlotte em uma mulher negra, com suas cores, seus traços e seu rosto muito bem demarcados, delimitados e devidamente escurecidos.

³⁵ Nos contextos socioculturais de origem britânica e, mais especificamente, de origem estadunidense, prevalece uma noção que, de costume social tornou-se um regime legal dentro do contexto da segregação racial nos EUA em fins do século XIX e início do século XX, onde indivíduos que fossem identificados com apenas um único antepassado negro em sua genealogia, seria considerado negro a partir do que habituou-se a chamar da regra de “uma gota de sangue”.

³⁶ Trecho original: “(...) Britain’s Prince Harry married American actress Meghan Markle, whose mother is black and whose father is white. She’s been hailed as Britain’s first black royal. But some historians who have researched this question say Charlotte was of African descent and was Britain’s first black royal.” Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/retropolis/wp/2018/05/15/meghan-markle-queen-charlotte-and-the-wedding-of-britains-first-mixed-race-royal/?fbclid=IwAR3QjF33S2weea4QGQ8h3iR8klkFIWHI0mz_hskUslzI8yAYNbhkNy4iSFA

Imagem 2: Rainha Charlotte, da série Bridgerton



Fonte: <https://capricho.abril.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Rainha-Charlotte-Bridgerton.jpg?quality=85&strip=info&crop=251px%2C66px%2C1013px%2C690px&resize=680%2C453>

Agora, gostaria de ressaltar aos meus distintos e minhas distintas leitoras que, apesar dessa divertida e gostosa apresentação de uma possível grande problemática a ser esmiuçada, dissecada e revirada ao avesso, não cabe, a este espaço, e nem arrego como responsabilidade de meu trabalho e de minhas reflexões, uma análise mais aprofundada sobre essa questão. E vos digo mais: mesmo a análise e resolução desta controversa, para lá de singular é, tão pouco, o que busco ao trazer à tona com esse fragmento de realidade em meio a essas mesmas linhas de prosas derramas e construídas entre nós.

Poderíamos discutir, de maneira infundável, sobre as inúmeras “provas”, “fontes”, “registros” e possibilidades de averiguarmos, ou não, a identidade racial de uma antiga monarca inglesa. Disputaríamos essa narrativa, com unhas e dentes, como uma maneira de ganharmos, ou minarmos, a credibilidade de nossos opositores intelectuais, arrogando, para nós mesmo, ao fim desse combate inglório de fraseologias estereis, os louros de uma disputa, aparentemente, pouco produtora. Não que a questão em si, ou como um todo, seja irrelevante. Tanto não é que a própria corte inglesa foi obrigada se pronunciar e se posicionar, em grande parte dos momentos em que esse debate, tal como a fênix, pássaro lendário presente em diversas mitologias antigas, ressurgiu das cinzas para mostrar a intensidade de sua vida e a imortal, e

indigesta, controversa existente, tanto no passado quanto no presente, de uma das monarquias mais antigas do continente europeu. Contudo, o que considero de suma importância, em tudo isso que vos trouxe neste espaço, foi o brilhantismo de uma plataforma de streaming, associada a figuras como Shonda Himes, enquanto produtora executiva da série, em fazer o uso de uma brecha interpretativa no âmago de um dos mais clássicos e emblemáticos exemplos da “História eurocentrada” que tanto nos obrigam a conhecer, para apresentar, ao grande público, um enredo completamente novo em um cenário que, dificilmente, conceberíamos enquanto uma possibilidade imaginativa para a presença de personalidades negras.

Eu mesmo não consegui esconder o estranhamento que tive, um pouco antes, no início deste tópico, ao me deparar com um Duque negro, no meio da aristocracia inglesa oitocentista, estampado nos vários cartazes-propagandas da e sobre a série. Estranhamento que se acentuou ao descobrir, inclusive, que o dito Duque ainda seria um dos grandes protagonistas dessa primeira temporada. Insistir nesse estranhamento, nisso de a gente “ser exatamente quem a gente é” me levou além ou, pelo menos, além do que eu possivelmente iria caso naturalizasse o desconforto em uma negativa pífia, e completamente apática, da possibilidade de corpos como o meu e existências como a minha habitarem os mais diversos âmbitos e contextos, dentro e fora de narrativas textuais.

Entretanto, a mera especulação de tais corpos e existências virem às claras, contrastando com o escurecimento de suas marcantes presenças, já se configura em uma força potente, o suficiente, para desencadear reações, tão presentes e comuns, nos outros tantos corpos que, ao arrogarem para si a defesa de uma interpretação histórica, reforçam, ainda mais, os fundamentos de toda a lógica social que orchestra o meio em que vivemos.

Fiz, então, uma coisa impensada ou que, mesmo hoje, e talvez, principalmente nos dias de hoje, considero que, todos aqueles e aquelas que acessam e fazem uso contínuo de redes sociais, definitivamente não recomendam. Quebrei uma das regras mais básicas do uso das mídias digitais no século XXI. Ao procurar, e salvar, matérias e textos sobre toda a polêmica reascendida por *Bridgerton*, caí na curiosidade ingênua de ler aos comentários de cada uma dessas matérias...

Nem todas as matérias e chamadas para artigos nos blogs, em diferentes páginas na internet, possuíam espaços para os comentários dos leitores ou, mesmo aqueles que tinham, as vezes não possuíam comentário algum. No entanto, aqueles textos em blogs que tiveram a sua área de comentários ativadas, me mostrou, naquele instante, dados tão ricos e instigantes para

inúmeras reflexões quanto desgastantes e hediondos, da marca mais vil e escatológica que se possa conceber, e tudo isso simultaneamente. A primeira matéria que apresentava registros de comentários ao final de sua página foi o texto intitulado “Como ‘Bridgerton’ evitou ser uma série de época só com atores brancos”. O texto destacava, justamente, a singularidade do elenco multirracial dessa produção:

*“Na série, pessoas negras têm títulos de nobreza e fazem parte da alta-sociedade londrina do século 19 —caso do Duque de Hastings (Regé-Jean Page), um dos protagonistas, e da própria rainha Charlotte (Golda Rosheuvel). Mas não se trata de escalões “color blind”, como se diz quando a etnia do personagem não faz diferença para a trama. (...) O criador e showrunner Chris Van Dusen, que adaptou a série a partir dos livros de Julia Quinn, se baseou nas evidências de que a rainha Charlotte da vida real (1744-1818) era descendente de africanos, uma informação muito resgatada nos últimos anos, com a chegada de Meghan Markle à família real”.*³⁷

Longe, aqui, de destacar os indícios e os tais “fatos” como provas cabais, à priori, de uma negritude incontestada da rainha Charlotte, como já frisei anteriormente, no entanto, a reação de parte do público com a presença negra na corte inglesa do século XIX merece, no mínimo, um destaque ao longo das linhas que ainda dedicaremos sobre esse ponto neste texto. “Paulo...”, um dos autores dos inúmeros comentários dessa matéria, descreveu Bridgerton como: “(...) uma porcarias de série. Não dá pra ver mais que 15 minutos. Lacradores medíocres estão acabando com a arte.”³⁸ Já o “Fernando*2012” faz sua própria defesa da pequena “licença poética” que a produção da série, supostamente, teria tido na condução e constituição de seu enredo:

*“Arte, em qualquer das suas expressões, necessariamente será sempre provocação, nos fazendo refletir, sem obrigação de nenhum compromisso com a realidade. Só cabeças bem limitadas não percebem isso. Série perfeita e absolutamente necessária, para os dias de hoje. Diversidade tem que estar em TUDO. Até na Santa Ceia. Calem a boca e deixem de ser chatos”.*³⁹

“ChrisCtba”, autor, ou autora, de outro comentário nessa mesma matéria, destaca que, apesar de defender uma suposta representatividade nas narrativas artísticas, apresenta, claramente, seu descontentamento sobre o que ocorreu em Bridgerton:

“Diversidade, representatividade, inserção...sou a favor de tudo isso, mas forçar essa barra foi demais...provavelmente a rainha tinha sim parentes negros algumas gerações atrás, mas dizer que era negra já é inventar história onde não existe gente, acho legal colocar outras raças nas histórias de ficção,

³⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/12/25/como-bridgerton-evitou-ser-uma-serie-de-epoca-so-com-atores-brancos.htm>

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

mesmo nordicas como Thor, mas tentar contar uma coisa que não existiu como se fosse real...não dá.”⁴⁰

Um outro autor, ou autora, não identificado, ou não identificada, tentando descrever sua severa incursão e conhecimento nos domínios históricos a partir do que, suponho eu, tenha sido seu roteiro de viagens pela Europa, costura uma argumentação, no mínimo, estapafúrdia, no máximo, digna de pena, mas também, de nota:

“Já tive a oportunidade de viajar algumas vezes e, como amante da história e das artes, já visitei uma quantidade enorme de museus e, garanto, não havia negros na nobreza em qualquer retrato feito no século 19. Não houve apagamento ou qualquer outra teoria que inventem e isto está representado nos registros históricos. Não dá pra reescrever a história para agradar os negros. É a mesma coisa que afirmar que havia nobres brancos nos impérios africanos do século 19, ou dizer que isso só não é reconhecido pois houve apagamento dos nobres brancos africanos. De resto, insistir nisso joga contra a ideia de que há racismo estrutural, pois se havia negros nobres no século 19, as gerações que se seguiram tinham dinheiro e status para competirem com os brancos igualmente. Não faz sentido, é uma bobagem tamanha que nem errada consegue ser.”⁴¹

Curiosa e ironicamente, contudo, é um internauta com o codinome de “Kant2015” que se destaca de todos os comentários visto nessa página, bem como em mais, pelo menos, duas matérias que consegui salvar e fazer o registro onde, a mesma figura aparece, com o mesmo codinome, repetindo, se não a mesma mensagem, novas postagens com o mesmo teor e plano de fundo irritadiço. “Kant2015” procurou, ao longo de três artigos distintos sobre o lançamento de Bridgerton, destacar o quão “equivocado historicamente” era a presença negra na aristocracia inglesa do período oitocentista retratado pela série. Em um primeiro momento, o tal do kant foi mais contido em suas críticas:

“Não havia negros na aristocracia britânica nos séculos XVIII e XIX; talvez nem no século XX! Forçar a barra e querer transformar a realidade histórica é ridículo e errado! Nada CM trama integração mas inventar coisas que não existiam já é demais!”⁴²

Seu tom e seus apontamentos, contudo, foram ficando, à medida que novos textos sobre a série eram escritos e publicizados, mais ácidos e veementes, como se estivesse em uma cruzada pessoal própria em defesa da integridade da desolada História:

“A diversidade se tornou parte da história! Por favor! Não assassinem a história nunca! Já chega os tristes episódios com o Buda no Afeganistão destruídos pelos islâmicos talebãs. Por favor! Não existiam condes, duques

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

ou marqueses negros na aristocracia inglesa do século XVIII ou XIX ! Nada contra a integração mas querer modificar a história para satisfazer fulano ou sicrano já é demais. Devemos aprender com os erros do passado e não simplesmente modificá-los a bel prazer. Até o sítio do pica-pau amarelo querem alterar. A história não se muda e ponto. Quanto a integração sou 100% a favor mas não as custas do revisionismo histórico ridículo ! A integração deve acontecer agora já que não houve no passado ; repito agora e já mas lembrem-se que estamos no século XXI e não no século XVIII ou XIX !!”⁴³

Insatisfeito em, apenas, expressar o seu descontentamento, nosso amigo “kant2015” passou, também, a responder diretamente aos comentários de outros internautas. Um autor, ou autora, não identificado, ou não identificada, que defendeu a colunista do UOL Nina Lemos, em seu artigo “Bridgerton: por que a nova série é a melhor opção de escapismo do momento” na sessão de comentários do seu artigo, pediu para que Lemos desconsiderasse os ataques a seu texto, pois, provavelmente, eles vinham de “bolsominions”⁴⁴. Contrariado pela declaração, “Kant2015” destacava:

“Nao sou bolsonarista e nem por isso devo concordar com assassinos da história ! Simples assim . Não existem condes , duques , príncipes ou princesas negras na aristocracia escravocrata britânica do século XVIII e XIX e ponto . Simples assim.”⁴⁵

Após essa pequena amostra umbralina gratuita, codificada no formato de comentários de blogs, o que podemos notar, em comum, a todas essas declarações? Aqui não se trata de identificar quais se apresentaram favoráveis ou desfavoráveis a maneira pela qual a série retratou suas personagens e protagonistas, esse seria um exercício, por si só, simplório e totalmente infrutífero.

Os elementos que encontramos em todos os comentários expostos e destacados anteriormente, sem exceção alguma, são exatamente os mesmos elementos que encontrei quando estava ministrando um dos minicursos que apliquei sobre negritude e mídias digitais, em 2018.

⁴³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2020/12/26/bridgerton-elenco-se-surpreendeu-com-amor-dos-fas-brasileiros.htm>

⁴⁴ Nome jocoso dado aos, chamados, bolsonaristas: partidários e adeptos às políticas públicas e à figura do ex-presidente da República brasileira Jair Messias Bolsonaro.

⁴⁵ Idem.

Ao falar sobre representatividade negra nas produções midiáticas e cinematográficas, usei uma imagem cômica que circundava pelas redes sociais, na época, para ilustrar e começar parte do debate em torno da temática que eu me propusera a apresentar.

Imagem 3: Cena da Série “Cara Gente Branca”, da Netflix



Fonte: <https://i.pinimg.com/736x/60/f7/5b/60f75bc1af3e08ee4653d1247e581ee8.jpg>

A imagem em questão faz referência a uma cena de uma outra série advinda, também, da plataforma de streaming da Netflix: “Dear White People” ou, em uma tradução livre, “Cara Gente Branca”. Colocada em minhas apresentações de slides com o intuito de provocar o debate inicial sobre representatividade negra, me deparo, no entanto, com o deboche de um inscrito branco em meu minicurso para com a imagem projetada no quadro. Reparando, atentamente, para sua expressão de descrédito ao fitar a foto, perguntei se alguma coisa o incomodava. Sacudindo a cabeça em um sinal explícito de reprovação, o aluno me interpelara: “Mas professor... assim não dá! Entendo que o debate sobre representatividade é importante, mas isso aí já é demais...”. Sem entender muito bem as razões de seu descontentamento, o provoquei a falar um pouco mais e dividir, com o restante da turma, seus incômodos tão indisfarçadamente

presentes. Me fitando com um ar matreiro e debochado, o aluno então me falara: “Como o senhor pode pedir representatividade em uma história como Game of Thrones, que é ambientada em um contexto medieval?”. Perguntei qual seria o grande problema nisso e, por fim, o aluno revelara as razões objetivas de seu descontentamento: “Professor.. e por acaso tinha preto na Idade Média?”. Relembrando, hoje, a cena, fico ainda um pouco estarecido, não apenas com o teor do questionamento mas, principalmente e, surpreendentemente, com minha reação rápida àquele questionamento: “Ué, meu filho, e tinha dragão?”.

A lembrança dessa longínqua aula me remonta ao nosso amigo “Kant2015” e o motivo de toda essa exposição: em ambos os contextos, desde esse Kant em questão até o Dragão, de Bridgerton à corte aristocrática inglesa oitocentista e a um matrimônio monárquico em pleno século XXI, o que temos em comum é, não apenas a inaceitabilidade da presença negra em seus distintos cenários, mas a luta pela manutenção da *impossibilidade representativa e imaginativa* de indivíduos e personagens oriundos da comunidade negra em cenários que não estejam vinculados direta ou indiretamente à escravidão e à contextos escravistas, como um todo.

Não sem razão, Fanon foi a segunda epígrafe que escolhi para abrir esse tópico de meu texto e permaneceu silenciado até o presente momento. Foi, apenas ao me deparar com os registros escabrosos de um tal de “Kant2015”, ao sentir, ver, pensar e refletir sobre a repercussão de uma série que, aparentemente, nada tinha de mais para mim, a não ser a fuga rápida de uma realidade pandêmica totalmente paralisante em termos de sonhos, perspectivas e expectativas, que me dei conta dessa distinta passagem do velho pensador antilhano: “*Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou.(...) E então? Então calmamente respondo que há imbecis demais nesse mundo. E já que o digo, vou tentar prova-lo.*” (FANON, 2008, p. 25, grifo do autor)

Se Baldwin me devolvera o motivo mais substancial para retomar as atividades de minha tese, foi Fanon que, com seu desfecho retumbante, vindo, contraditoriamente, pela fala deslocada e completamente descabida da insensatez em rede, me dera a alma e motivação necessária para abraçar, com um afinco ainda mais firme, o propósito de boa parte de meu trabalho de pesquisa e de minhas reflexões:

“E naturalmente, do mesmo modo que um judeu que gasta dinheiro sem duca-lo é suspeito, o negro que cita Montesquieu deve ser vigiado. Que nos compreendam: vigiado, na medida em que com ele começa algo. Claro, não penso que o estudante negro seja suspeito diante de seus colegas ou de seus professores. Mas fora do meio universitário, subsiste um exército de

imbecis: o importante não é duca-los, mas levar o negro a não ser mais escravo de seus arquétipos”.(FANON, 2008, P.47)

Fanon alega que fora do meio acadêmico é que existem os imbecis. Mas, e dentro das universidades, o que ou quem encontramos, quando nossa negritude é posta em xeque apenas pelo fato de sua simples presença?

2.3. ECLESIASTES: nada de novo sob o sol

Imagem 4: Garçon negro servindo a ABA



Foto disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1997249467022151&set=a.359307390816375&type=3&theater>

Em 2016 realizei minha primeira, única e última incursão enquanto um participante de um evento acadêmico vinculado à Associação Brasileira de Antropologia- ABA, na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, intitulada “Políticas da Antropologia: ética, diversidade e conflitos”, em João Pessoa, na Paraíba. Lembro-me de muitas coisas desses curtos anos, mas a marca mais latente dessas lembranças era, e continua a ser, a excitação desses dias passados. Era meu segundo ano de mestrado, recém ingresso na cátedra antropológica. Havia migrado de uma Licenciatura em História para a Antropologia por considerar que essa última poderia aplacar, de melhor grado, os meus anseios, questões e inquietações sobre as temáticas raciais e a identidade negra. Era, para mim, evidente a necessidade de repensar as formas pelas quais a

população negra e afrodescendente do Brasil era não apenas representada, como também abordada nos escritos de cunho acadêmico e essa mudança reflexiva não seria feita, por mim, dentro da cátedra histórica- pelo menos, não à época, assim eu julgava.

Pronto, realizou-se a transição. Estou na Antropologia. E agora? Agora, pensei, é chegado a hora de ver como os antropólogos e as antropólogas têm debatido as questões raciais e como irei me portar e produzir dentro desse novo meio. Peço, no entanto, encarecidamente, para não me julgarem precipitadamente pela confissão malfazeja que irei compartilhar por aqui, mas, para mim, era (e talvez ainda seja, hoje, em menor grau) muito mais excitante e animador participar de encontros como esse na condição de um “distante observador” - se é que essa condição realmente exista ou possa ser colocada dessa forma-, do que na de um dos “ilustres pesquisadores e pesquisadoras” a se desdobrar em falas e resultados, parciais ou mais gerais, de suas pesquisas e de seus trabalhos acadêmicos. Isso se deve, em parte, não apenas porque tenho um tempo demasiado longo para gestar, produzir e dar à luz aos meus próprios textos e reflexões, mas principalmente, pelo receio. Existe, em mim - assim como acredito que exista em qualquer membro de uma comunidade acadêmica -, uma espécie de “receio-anseio”, aquele sentimento de um temor sutil de apresentar algo incompleto, inacabado, prematuro e malformado. Em parte, acredito que esse seja um dos elementos básicos daquele perfeccionismo que nos envolve em todos os níveis e aspectos da autossabotagem presente em nossos processos de escrita. Por outro lado, também pode ser, essa, uma faceta distante da cautela. E cautela é o que tem me impelido desde então.

Apresentei meus trabalhos, como qualquer outro estudante de pós-graduação deveria fazer. Segui o protocolo. Mas, como já confessei, algo mais me instigava. A participação na Oficina “Como ensinar e aprender História da África” era o grande ponto de engate, para mim, nesse novo contexto acadêmico. Primeiro dia: uma sala relativamente lotada para os padrões de uma oficina (em torno de umas 10 a 15 pessoas, talvez). Em sua maioria, estudantes de graduação e pós-graduação, professores do ensino fundamental e médio, negros e negras. Segundo dia: apenas alguns estudantes da graduação que estavam participando do evento, talvez três, e os monitores. Eu era o único participante negro restante. A oficina foi ministrada por uma docente da Universidade Federal do Pará e dois de seus orientandos à época. A bibliografia utilizada como referência foi um material produzido pela UNESCO. Não houve uma menção mais explícita de nenhum intelectual, pensador ou pensadora negra e/ou africana na fala dos ministrantes, apesar da descrição da própria oficina, e de sua proposta inicial, indicarem o oposto. Também não houve um debate mais criterioso sobre o que seria essa

“História da África”. Os registros apresentados como fontes a serem estudadas em sala de aula focalizavam muito mais a passagem e instalação colonial dos europeus no continente africano do que a própria África em si, sem uma História ou abordagem desvinculada de seus colonizadores. Quando questionei sobre esse teor incômodo, a professora ministrante da oficina foi enfática: está tudo no material da UNESCO, sua leitura seria o suficiente para sanar qualquer dúvida e o incômodo não era pertinente.

O ápice da inconveniência, o incômodo-mor que não conseguiu ser calado, no entanto, veio na análise de uma imagem como proposta de estudo de fonte primária em sala de aula. Na dita imagem, podíamos ver um homem negro africano, sem maiores especificações sobre sua origem ou contexto, amarrado ao chão, de joelhos, atado por cordas dos pés ao pescoço, com o rosto preso, fixo para cima, sendo encarado por um homem branco europeu, que apontava uma espingarda engatilhada para o sujeito amordaçado. A análise que se seguiu da distinta docente foi: *“Vocês estão vendo? A bravura e insubmissão desse nativo africano? Muitos poderiam dizer que essa imagem representa a submissão da África diante do colonizador Europeu, mas reparem bem como mesmo amordaçado o sujeito africano ainda encara seu algoz com bravura, sem desviar o olhar fixo de seu rosto!”*. Não me contendo diante de tal colocação, ponderei de maneira exasperada: *“Que maravilha! Simplesmente genial! Gostaria de propor, agora, uma pequena inversão: por que não amarramos a senhora, a amordaçamos ao chão, a colocamos de joelhos com uma arma engatilhada ao seu rosto e deixamos o registro para que, posteriormente, as pessoas possam ver o quão brava e insubmissa você foi?”*. O mal estar foi um sucesso, a oficina não. Os protocolos foram seguidos. A certificação foi recebida. O currículo, atualizado. Mas o vazio diante da quebra de expectativa, contudo, nunca foi superado por completo. Essa foi minha primeira e última participação em um evento vinculado à ABA.

Qual não seria a minha surpresa ao receber de alguns colegas que ainda se dispunham a participar de maneira ativa de eventos e encontros acadêmicos como esse, aproximadamente dois anos depois, ao final de 2018, a imagem que abre o tópico desse projeto: um garçom negro servindo a mesa da então diretoria vigente da ABA. Surpresa alguma, eu lhes digo.

O registro foi realizado por Carlos de Matos Bandeira Júnior, estudante de pós-graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, que participava da, então, 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Em uma postagem pública em seu perfil pessoal de uma rede social, Bandeira Júnior compartilhou a seguinte mensagem:

“Essa imagem para mim constitui síntese da 31º Reunião Brasileira de Antropologia, neste ano, intitulada Direitos Humanos e Antropologia em

*Ação. O evento é organizado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ocorreu na cidade de Brasília, nesta última semana. Saí de Santarém bastante empolgado para participar pela primeira vez como antropólogo de fato. Confesso que tal empolgação se esvaiu já no primeiro dia. O que coloco aqui são percepções pessoais. Não nego a importância dessa disciplina no debate político e avanço de direitos para as populações minoritárias nas últimas décadas, no entanto, é preciso sair da zona de conforto intelectual abstrato e de fato lutar na realidade social. Percebi que grande parte dos antropólogos presentes no evento eram brancos e de classe média, aliás, na Universidade de Brasília tanto discentes como docentes são brancos. O que me incomodou não foi o fato destes ocuparem esse espaço, mas sim o contraste dos corpos distribuídos na cidade. O fato de ter residido em Ceilândia durante os dias do evento, cidade satélite e periferia de Brasília, me possibilitou sentir tais desigualdades de modo mais claro. Enquanto os intelectuais brancos ocupavam o espaço universitário, para os negros, indígenas, nordestinos restava a funções subalternas: motorista, cobrador, serviços de limpeza, garçom, vendedores de bugigangas etc. Por isso o fato dessa imagem representar a crítica a Antropologia e ao evento que se propunha refletir os direitos humanos, que nesse momento político se encontram em ameaça. A foto é simbólica. Foi tirada no exato momento em que a presidente da ABA, Lia Zanoto, falava da função da ciência antropológica na proteção das populações negras, quilombolas, indígenas na atual conjuntura. No entanto, faltou para organização pensar esses sujeitos não somente como objetos simbólicos, ou representados naquela ocasião na flor do cerrado, em alusão às populações quilombolas, ou no cesto trançado de alguma etnia do Amazonas, em referência às populações indígenas, como fez a presidente da ABA, mas sim em trazer para mesa oficial de abertura intelectuais indígenas, quilombolas, negros atuantes na Antropologia.*⁴⁶

Na postagem pública em sua rede social, Bandeira Júnior não se autodeclara étnica e racialmente de maneira alguma em nenhum momento de seu triste, porém preciso, desabafo. E, também, não é o meu intento, tão pouco, realizar esse tipo de avaliação, por aqui, de sua condição. Mas admito que tomar conhecimento de tal incômodo na escrita e relato de outros corpos que não os declaradamente alvos desse tipo de estrutura, contexto e exclusão me deixam minimamente aliviado. Afinal de contas, são esses outros corpos, ao compartilharem de uma indignação que nos é comum, é que conferem às nossas análises, denúncias e narrativas não apenas força, como também um mínimo de solidária legitimidade.

A questão de uma autodeclaração explícita da condição e construção social de um corpo e uma identidade, contudo, não deve ser colocada, aqui, como a interdição, o controle ou a validação de falas e posicionamentos, nem, tão pouco, é o foco de meus questionamentos. É, em uma entrevista cedida ao site “A TARDE”, que o Antropólogo Kabengele Munanga,

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/carlosjrfotografo/posts/1997292440351187>

oriundo da antiga República Democrática do Congo, erradicado no Brasil e Professor vinculado ao Departamento de Antropologia Social da USP, nos explica que:

“Um intelectual branco pode escrever sobre a questão do negro, para contribuir na luta contra o racismo, e não pode ser discriminado por ser branco, como eu já ouvi. ‘Ah, ele é branco, não pode dizer isso...’. Mas ele é membro da sociedade! Ele quer transformar a sociedade. Não precisa ser negro para falar da questão do negro. Mas os brancos também não podem considerar o negro como objeto de pesquisa, achando que ele não tem capacidade de entender seus problemas. Os negros, além da capacidade intelectual, têm a experiência de vida, que é intransferível. É como você perguntar a alguém que nunca passou fome o que é a fome. Mas não podemos ficar simplesmente numa relação sectária. Numa sociedade como a nossa, precisamos negociar com quem está no poder. Porque se não temos as armas, não vamos para a guerra. (...) Então, precisamos negociar, pressionar e conscientizar o povo. Isso não se faz de um dia para o outro. Quando cheguei ao Brasil, você ia a um encontro intelectual sobre a questão dos negros e eram só os brancos falando dos negros, sem negros. Isso não existe mais. É um processo. É lento, mas tem que continuar”⁴⁷.

Uma postura relativamente conciliatória: se, por um lado, os segmentos negros, sejam eles acadêmicos ou não, não podem criar a interdição de discursos e falas a partir de condições ontológicas de existência - condições ontológicas não naturais, mas construídas no seio e ao longo de um trajeto histórico e cultural de nossa sociedade -, por outro, os segmentos brancos ou não-negros a ocuparem espaços de poder dentro de nosso núcleo social, sejam esses núcleos, por sua vez, acadêmicos ou não, também devem – ou deveriam -, honrar o compromisso autoconsciente da não-exotização, não-subalternação e da não-reificação de exclusões de grupos sociais que nem sempre conseguiram ocupar em iguais medidas e proporções, os mesmos espaços. Não é o que ocorre.

Munanga nos destaca, no trecho aqui anteriormente exposto de sua entrevista, parte de nossos pequenos-grandes sucessos: quando chegou ao Brasil, ao participar de encontros acadêmicos que tinham por foco a condição das populações afrodescendentes brasileiras, havia apenas pesquisadores e pesquisadoras brancas versando sobre a temática. Hoje, a situação já seria um pouco diversa. É, devido a esse pequeno avanço que um registro como o de Bandeira Júnior pôde gerar, não apenas uma indignação pessoal em sua conta particular de uma plataforma digital, mas ocasionou, igualmente, a manifestação de diversos alunos e alunas, professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras afrodescendentes ligados à grande área das Ciências Sociais e, mais especificamente, à Antropologia: uma monção de

⁴⁷ Disponível em: http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1970193-kabengele-munanga-e-preciso-unir-as-lutas-sem-abrir-mao-das-especificidades?utm_source=facebook.com&utm_medium=social&utm_campaign=fb-atarde

antropólogas e antropólogos negros, apresentada a, então, diretoria da ABA e que, aqui, lhes apresento uma pequena parte transcrita:

“Em 1996, na 20ª RBA, a empresa responsável pela organização do evento contratou apenas funcionários/as brancos/as, justamente no ano em que tal reunião se realiza em Salvador, cidade com grande número de população negra no país. Em 2005, o professor Kabengele Munanga propõe à ABA que na 25ª RBA, realizada em 2006, fosse proposto uma mesa para discussão do tema das ações afirmativas e tal pedido foi negado pela diretoria de tal instituição. Na realização da 25ª RBA tal mesa ocorre, somente após um professor e professora brancos proporem o mesmo tema a esta associação. Fato que culminou na ausência permanente deste pesquisador negro renomado no campo da antropologia em sua reunião nacional. Já em 2014, durante a 29ª RBA, realizada em Natal, os/as monitores negros/as fizeram uma manifestação durante assembleia final denunciando à discriminação racial sofrida no evento. Em 2018, na mesa de abertura da 31ª RBA foi percebida por todos/as presentes a inexistência da presença negra em lugares de reconhecimento científico e, lamentavelmente, a presença negra apenas em lugares de subalternidade como servindo bebidas ou atuando como segurança. Assim numa temporalidade cíclica observamos que há mudez das estruturas raciais é reproduzida nas RBAs de modo sistemático e simbólico. Dessa maneira nós, antropólogas negras e antropólogos negros participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia manifestamos publicamente nosso repúdio à inexistência de representatividade negra na mesa de abertura ocupando espaços de reconhecimento científico”⁴⁸.

Com o intuito não apenas crítico e denunciador, a moção ainda expressa o desejo da criação de um Comitê Permanente de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros dentro da ABA, para que situações e casos como os ocorridos na 31ª Reunião, bem como nas reuniões supracitadas no trecho acima destacado, possam ser evitadas de “forma pedagógica e construtiva nos espaços de decisão desta instituição e da nossa disciplina de forma plena”⁴⁹.

Em uma resposta, que foi muito mais constrangedora do que elucidativa para as Antropólogas e Antropólogos negros e negras, a então diretoria vigente da Associação divide seu texto em 4 pontos distintos, procurando atender, pontualmente, a cada uma das demandas apresentadas na moção em questão. No primeiro ponto, foi expresso uma aceitabilidade geral da criação de um Comitê Permanente de Antropólogas e Antropólogos negros, como uma forma de apoio ou, como parece, de uma não discordância direta à construção de mais medidas e espaços que primem pela diversidade étnica e racial dos trabalhos, dos participantes e dos proponentes. No que concerne aos tópicos 2, 3 e 4:

⁴⁸ Olhar Anexos: anexo 5.

⁴⁹ Idem.

“2. Poderíamos ter estado como Presidência da ABA mais atentas para que a presença negra não se fizesse participante como servindo bebidas, pois esta imagem tem um significado simbólico forte que gostaríamos de não ter produzido. Esclareço, no entanto, que não previmos nem pagamos qualquer serviço de bebidas durante a mesa de abertura. Este serviço foi realizado, sem que nos consultassem como um serviço a mais, uma delicadeza da empresa de buffet que contratamos para servir o coquetel que se seguiu à mesa de abertura. Tivemos a possibilidade de contratar uma empresa de serviço de buffet cujo dono e dirigente é negro e que preza contratar pessoas com diversidade de raça e gênero para realizarem atividades profissionais de “garçons”, servindo bebidas e comidas. Isto pode ter sido facilmente constatado no grupo de profissionais que serviram o coquetel. O dono e dirigente negro do serviço de buffet, decidiu oferecer um serviço a mais para a ABA: indicou seu melhor profissional; neste caso um profissional negro para servir água na mesa de abertura. Quando contratamos uma empresa dirigida por negro, estava em parte atendendo uma reivindicação feita na 30ª RBA por antropólogos e antropólogas negras, a de que os serviços todos, do credenciamento aos demais, tivessem a representatividade da diversidade racial e de gênero.

3. Quanto à “inexistência de representatividade negra na mesa de abertura ocupando espaços de reconhecimento científico”, devo dizer que a composição da mesa de abertura obedece a um protocolo organizado em estreita negociação com a Reitoria da Universidade onde se dá o evento. O protocolo não obedece ao critério de reconhecimento científico, (a não ser que se o queira entender de forma muito indireta), pois diretamente, obedece ao reconhecimento de postos de autoridade e cargos públicos relacionados ao evento e ao limite de espaço e tempo de fala possíveis numa mesa de abertura. Assim, estiveram presentes a Reitora, o Procurador da 6ª Câmara do MPF, a Procuradora dos Direitos dos Cidadãos, o Diretor do Instituto de Ciências Sociais, a Chefe do Departamento de Antropologia, o Conselheiro Cultural da Embaixada da França, o Presidente de Honra da ABA, a Presidente e o Vice-presidente da ABA, sendo raças e gêneros dependentes dos corpos que ocupam tais cargos. Sim, poderíamos pensar ou vir a pensar em alguma pessoa com autoridade e representatividade negra, mas ficamos circunscritos ao protocolo. Fica a proposta para próximas reuniões.

4. Houve sim representatividade negra nos espaços de reconhecimento científico da 31ª RBA. Espaços de reconhecimento científico são espaços nas mesas, simpósios, fóruns e grupos de trabalhos onde a participação negra foi sempre presente. Tradicionalmente, os espaços privilegiados de visibilidade e reconhecimento científico nas RBAs são os convites para realizar as conferências, os “duetos” ou diálogos entre antropólogos reconhecidos e as “conversas com autores” (esta última modalidade não houve). Na 31ª RBA, a presença negra e indígena esteve presente no “dueto”, “terceto” e “quarteto” que correspondem simbolicamente às atividades ao nível mais alto de reconhecimento científico de antropólogos e para os quais entre os convidados havia expressiva diversidade racial e étnica. No caso, tratou-se do reconhecimento científico pela presidência e diretoria da ABA da extrema relevância dos diálogos sobre direitos fundamentais entre os saberes antropológicos e os saberes das lideranças indígenas e quilombolas, sejam ou não antropólogas e dos diálogos com lideranças femininas negras em movimentos sociais contra a violência. Entre os conferencistas, buscamos antropólogos/as que trabalhassem com os temas dos direitos humanos

incluindo raça, gênero e violência. Entre as articulações que fizemos, havia a possibilidade da vinda da antropóloga negra Ângela Davis, que, no entanto, já estava comprometida com outras atividades”⁵⁰.

Talvez a palavra mais adequada para o presente espaço e momento seja simplesmente “inquietação”. Na condição de uma das muitas molas propulsoras aos nossos impulsos iniciais para pesquisas e investigações, a inquietação se apresenta enquanto um ponto de partida e de um esforço constante em tentarmos responder, de formas diversas e minimamente satisfatórias, as indagações que nos impõe a necessidade vaga de dar uma resposta aos pronomes relativos “que”, “onde” ou “como”. Pronomes ditos relativos, mas que nos movem em uma busca e demarcação de espaços e fronteiras que dificilmente poderiam ser enquadradas como relativas ou, para me fazer valer de uma expressão mais direta e precisa, inocentes. Foi a partir de um desses estados de inquietação, no qual fui tomado de assalto ao me deparar com todo esse extenso e rico material, que comecei a refletir sobre a proposta de um trabalho como este, que procure menos resolver um problema e mais apresentar uma questão: quais os lugares, representativos e conceituais, que determinados grupos e sujeitos assumem nas narrativas e espaços acadêmicas e o que tais lugares significam e implicam quando são postos correlacionados aos espaços extratextuais atribuídos a esses mesmos grupos e sujeitos em nosso meio social?

⁵⁰ Olhar Anexos: anexo 6.

3. CAPÍTULO II

4.4. A (AUTO) ANTROPOLOGIA É MUITO COMPLICADA...

“Minha intenção é ruim, esvazia o lugar. Eu tô em cima, eu tô a fim, um, dois pra atirar. Eu sou bem pior do que você tá vendo, o Preto aqui não tem dó, é 100% veneno...”

A primeira faz ‘bum’, a segunda faz ‘tá’, eu tenho uma missão e não vou parar. Meu estilo é pesado e faz tremer o chão, minha palavra vale um tiro e eu tenho muita munição”⁵¹.

3.1. Todo ano tem carnaval

A frustração e a impotência me consumiam por inteiro. Estava completamente estagnado e submerso no calor atípico que fazia dentro da pequena estufa em que se convertera o meu quarto, naqueles longínquos dias secos e abafados de outono, do mês de abril, em Belo Horizonte, 2017.

Eram 12:35 e eu não havia tido a menor disposição para tomar, sequer, o café da manhã. O sol incidia sobre o meu peito de maneira oblíqua, atravessando, invasivamente, as brechas da cortina. Meu travesseiro estava encharcado e meu rosto, inchado. Hoje, já não saberia dizer se o que o umedecera fora, meramente, o pranto mudo e clandestino ao qual me lançara às escondidas, dentro de meu próprio quarto, ou se era, apenas, o suor que escorria por meu rosto e caía em meu peito.

Há pouco mais de uma semana eu tinha, finalmente, defendido a minha dissertação e me tornado Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN-UFMG), mas não sentia o menor ânimo para nenhum tipo de comemoração. Quase um ano antes da aquisição de meu título, no final de fevereiro de 2016, eu soubera, por intermédio de meus colegas de classe, que o nosso Programa de Pós-graduação aprovara o sistema intitulado “mudança de nível”. A chamada “mudança de nível”, publicizada pela resolução 04/2016 de 29 de fevereiro de 2016, regulamentava uma nova forma de possibilidade dos discentes, que já estavam devidamente

⁵¹ RACIONAIS MC’S. Capítulo 4, versículo 3. Álbum: Sobrevivendo ao Inferno, 1997.

matriculados no curso de mestrado do PPGAN-UFMG, de ingressarem no curso de doutorado sem terem a necessidade de passarem pelo processo seletivo público, das tradicionais chamadas de editais anuais das seleções dos cursos de doutorado. Sendo apelidada, por nós, discentes, convenientemente, de “seleção interna”, a “mudança de nível” aprovada estabelecia os seguintes critérios para seus pretensos candidatos e candidatas:

“Art. 1º - A passagem de nível supracitada só pode ocorrer se realizada no prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da matrícula original no Mestrado, devendo a transferência ser comunicada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que autorizará a mudança de registro pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico;

Art. 2º - O Mestrando deve entregar até o 17 mês do curso uma solicitação, acompanhada de projeto de tese e parecer do orientador constando: desempenho acadêmico destacado e potencial do aluno, além da viabilidade do projeto de tese a ser desenvolvido dentro do cronograma proposto;

Art. 3º - O Colegiado designará dois pareceristas a partir de seu quadro de professores permanentes (excetuando o orientador do aluno) que irão aprovar ou reprovar a passagem direta solicitada.

Art. 4º - A aprovação da passagem direta será condicionada à defesa da dissertação de Mestrado no prazo máximo de 24 meses.

Art. 5º - O Colegiado definirá previamente as vagas disponíveis à passagem direta, que não poderão ultrapassar aos 25% das vagas regulares ofertadas no exame e anual de seleção para o doutorado.

Art. 6º - Caso haja um número maior de candidatos à passagem direta do que as vagas disponíveis, as vagas serão preenchidas de acordo com o maior desempenho nas disciplinas cursadas no Mestrado”⁵².

Uma pequena, porém, significativa, expectativa positiva se acendera dentro de mim. Então, ao invés de ter de me submeter, novamente, a todo um desgastante processo seletivo, onde eu teria de responder, mais uma vez, a um conjunto complexo de questões teóricas e dissertativas, elaborar um novo projeto de pesquisa, reordenar meu currículo e fazer uma entrevista lutando por uma vaga no curso de doutorado com todos os outros candidatos e candidatas que buscavam a mesma coisa que eu, tudo que eu deveria fazer era, com calma, estudar os critérios dessa dita “seleção interna”, cumprir com o mínimo dos requisitos básicos, com uma concorrência significativamente menor, para ter a chance de dar continuidade a minha carreira acadêmica? Isso, para mim, não parecia ser, apenas, muito conveniente: era, exatamente, a chance que eu sempre pedira e esperara, até aquele presente momento, e parecia ser bom demais pra ser verdade.

⁵² Olhar Anexos: anexo 7.

Fiz, há época, uma pequena, e cautelosa, sondagem com meus colegas de turma para saber quem estaria disposto e disposta a fazer a tal da “passagem direta”. Para a minha grata surpresa, ninguém havia manifestado nenhum tipo de interesse por ela, pelo que haviam compartilhado comigo. Alguns colegas queriam se concentrar em outros aspectos de suas vidas pessoais e se afastar um tempo do ambiente acadêmico. Outros buscavam novas oportunidades de se estabelecerem no mercado de trabalho sem terem de realizar mais uma intensa e cansativa imersão no mundo dos artigos científicos, congressos, viagens e leituras que, para alguns, pouco lhes acrescentavam em seus objetivos particulares, enquanto, para outros, constituía como um verdadeiro obstáculo no desenvolvimento dessa pretensa carreira. Para entendermos o tal obstáculo, basta considerarmos que livros, viagens e participação em congressos demandam muito mais do que tempo: são necessários uma boa dose de recursos financeiros investidos e, muitos desses mesmos colegas, não dispunham mais do que suas bolsas de pesquisas para tais empreitadas.

De fato, naquele ano de 2016, não constou nenhum tipo de pedido, junto à secretaria do PPGAN-UFMG, para ingresso no doutorado via mudança de nível e, até então, eu estava convicto de que a sorte se fazia presente ao meu lado. Estudei, cuidadosamente, os critérios apresentados pela referida resolução: contabilizei, sozinho, os meses em que me encontrava no meu curso de mestrado, desde a matrícula até os meses que restavam para o término do curso, com a finalidade de estruturar um cronograma que me fosse viável para o término do meu curso e para a mudança de nível; analisei o meu histórico escolar da época, junto ao sistema acadêmico da universidade, para ver se meu perfil, e o meu rendimento acadêmico, condiziam com o que era esperado dos discentes solicitantes da mudança de nível; empreendi o esforço, solitário e silencioso, do estudo de textos e trabalhos antigos, realizados, por mim, ao longo da minha estadia no curso de mestrado, para ver quais dos meus escritos e análises teóricas eu poderia aproveitar para a feitura e elaboração de um novo projeto de pesquisa, tudo sozinho e sem qualquer tipo de ajuda ou contribuição de colegas ou terceiros para revisarem a minha proposta de projeto e me sugerirem as possíveis correções e melhorias. A única pendência que constava dos critérios era o, então, parecer do orientador legitimando o meu pedido, o que, até então, me pareceu ser algo eminentemente simples. Entrei, então, em contato com meu orientador, há época, e marcamos uma reunião para discutir sobre essa “mudança de nível”.

Ao entrar em sua sala, apresentei, para ele, os motivos de nosso encontro. Expliquei sobre a nova modalidade de ingresso no curso de doutorado de nosso programa, e, com os detalhes dos quais dispunha, falei sobre minha intenção de pleitear essa vaga e da necessidade

de seu parecer. Sentado de maneira rígida em sua cadeira, do auge de uma pretensa distância e indiferença, o docente me confidenciara uma insegurança sobre a minha pessoa e a minha competência acadêmica: revelara, em um tom sereno, porém assertivo, que não se sentia confortável em colocar seu nome, e sua reputação, diante de seus colegas e pares, dentro do programa, para defender o meu ingresso por meio dessa modalidade. Interrompeu, brevemente, a sua fala e abriu a janela que estava atrás de suas costas, me pedindo, tomado por uma exuberante atmosfera de uma falaciosa e condescendente didática paternalista, para olhar para a cena que se desenrolava fora dessa mesma janela. *“Olhe bem para as pessoas lá fora, Daniel...”*, me dizia meu orientador, *“Mestrado é uma coisa que qualquer uma dessas pessoas têm, mas o Doutorado.. o doutorado é para poucos!”*. Entrando, novamente, em uma de suas breves pausas, ele continuava, me deixando meio confuso e sem lugar com toda aquela cena: *“Doutorado é algo para poucos. Quando você vira Doutor você se torna um especialista! É chamado para dar palestras e entrevistas! Não acredito que você tenha competência e maturidade intelectual para isso”*. Mas, antes de me repassar a fala, se adiantando em mais uma de suas breves pausas, ele seguira com o seu sereno decreto sobre mim em um novo pronunciamento: *“Mas... talvez eu possa te ajudar, isto é, se você me der algo em troca...”*. Olhava meio incrédulo para sua figura, sem entender o que ele queria com tudo aquilo. Em um instante, ele retomara sua fala truncada e monotônica me dizendo: *“Caso você, nesses próximos dois meses, me entregar dois capítulos de sua dissertação, talvez eu pense em te ajudar...”*.

Se eu vos apresentasse, nesse mesmo instante, toda uma narrativa melodramática onde, entre floreios e metáforas, eu pintasse uma imagem de revolta e/ou frustração que esse diálogo pudesse, porventura, ter me causado (ou vos causado, como talvez tenha sido esse o efeito em vocês), meus caros e minhas caras leitores e leitoras, eu estaria sendo, no mínimo, sórdido, e meu texto seria, no máximo, uma narrativa ímpia e pouco afeita à credibilidade, seja ela a de qualquer espécie. Na verdade, eu não sentira absolutamente nada, em um primeiro momento.

As palavras proferidas pelo meu, então, orientador, pouco impacto geraram sobre mim, fosse esse impacto positivo ou negativo, naquela curta e curiosa reunião. Eu me sentira, pelo contrário, envaidecido e desafiado: tudo eu precisaria fazer, para ele, seria provar que eu podia me prestar à tal da “mudança de modalidade” entregando aqueles benditos capítulos. Eu não tinha, aos seus olhos, muita credibilidade, e isso foi uma surpresa agri-doce com a qual eu tive de lidar. Porém, ao saborear a expectativa da possibilidade de provar que aquele docente estaria errado ao meu respeito e que eu poderia, muito pelo contrário, ocupar, e ocupar muito bem, o espaço que pleiteava, eu me envaidecia com uma projeção que, a bem dizer, nunca se cumprira,

mas que, nos silêncios mudos de meu universo interno, me conferiam um combustível estranho, mas que eu julgava ser necessário para me mover em direção aos meus objetivos acadêmicos e pessoais.

Contudo, o que eu pensara ser um combustível relativamente capaz de manter a máquina de meus desejos em pleno vapor se mostrara, apenas, como uma chama em palha molhada: pouco perdura e nada ilumina. Percebi, talvez tarde demais, que nunca houvera uma intenção inicial e real, daquele docente, em me oferecer qualquer tipo de aval ou auxílio. E, quando notei que não conseguiria entregar, para ele, no prazo que ele me impusera, tanta coisa escrita em tão pouco tempo, fui obrigado a aceitar a amargura dessa desfeita e me focar na tradicional seleção pública de doutorado que todos os anos era divulgada em meio aos editais departamentais dos Programas de Pós-graduação espalhados ao longo de tantas universidades.

Um outro ponto, não menos importante, que quase me escapara: antes de deixar sua sala, ao tocar na maçaneta desgastada de sua frágil porta de madeirite, ele finalizara seu veredito sobre tudo aquilo, declarando, meio escondido atrás de sua barba grisalha e óculos embaçados: *“Não se preocupe. Doutorado é igual ao carnaval aqui no Brasil: todo ano tem. Um dia, você tenta e passa. Até lá, boa sorte!”*. Essa foi uma frase da qual eu nunca esqueci, e foi ela o motivo de alguns desgastes futuros oriundo desse pequeno evento.

Esse foi um dos muitos episódios “curiosos” que ocorreram dentro de minha vivência universitária, enquanto um estudante de pós-graduação do PPGAN-UFMG, e que, nesse trabalho, tenho a oportunidade de trazê-la enquanto uma das muitas escritivências reflexivas sobre as (sobre)vivências negras nos espaços sociais nos quais nos estabelecemos. Um episódio curioso e cheio de nuances que não cabem serem expostas em todos os seus pormenores, aqui, mas que, creio eu, ainda temos alguns atos desse desenrolar infame que me parecem pertinentes para a reflexão que será feita posteriormente.

Para que possamos adiantar, e finalizar, parte dessa tortuosa e desgastante narrativa, no fim de tudo, abandonei a pretensão de ingressar no doutorado via “mudança de nível”: reuni todos os textos que havia escrito – trabalhos de disciplinas já cursadas, até então – e fiz alguns ajustes e recortes a partir da ideia de um projeto de pesquisa, não necessariamente inovador, mas eminentemente ousado, que eu pudesse apresentar na seleção pública do curso de Doutorado do PPGAN, a seleção à qual eu tanto quisera evitar, mas que me vi obrigado a encarar mesmo assim.

Essa foi a seleção que aconteceu no final do ano de 2016 e definiu quem seriam os novos e novas discentes a compor a turma de doutorado de nosso programa, para o ano de 2017. Um fato curioso sobre essa seleção, e estritamente relevante para este trabalho, é o de que ela foi a primeira seleção de Pós-graduação da UFMG a prever, em seu edital, reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência e foi o marco inicial para a instauração das políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, desde então, até a presente data em que essa tese vem à público. Dito de outra forma, essa foi a seleção que aprovou a primeira turma de cotistas negros a ingressarem em curso de doutorado na História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim como a pequena escrevivência episódica que tem sido apresentada, neste tópico, os eventos que levaram à feitura do edital e à concretização da primeira seleção pública de uma pós-graduação, da Universidade Federal de Minas Gerais, com vagas reservadas para a política de ações afirmativas, possuem tantos desenlaces, intrigas e nuances que apenas esse evento, em si mesmo, daria um material amplo e farto para algumas boas teses, dissertações e projetos de pesquisa que se propusessem a versar sobre as disputas de poder em torno de questões como equidade social e marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero e sexualidade (dentre tantos outros) nos ambientes acadêmicos da UFMG. No entanto, aqui, optei por desmembrar parte dos conflitos oriundos, presentes e imersos nesses mesmos episódios, e trabalhá-los interligados à tantos outros episódios que ainda abordaremos por aqui, ora de maneira mais focal, ora de maneira mais circunstancial. Isso não se dá, apenas, como uma escolha estilística do texto, mas como uma forma de apresentar as reflexões de uma maneira menos pesada e onerosa para o leitor que ainda esteja conosco até esse ponto. Afinal de contas, se a experiência de ter passado por todas essas vivências e, após isso, ter de ressignificá-las em forma de prosa, tenha me sido muito custosa, o desgaste não deve, ou não deveria ser transpassado aos caros e gentis leitores e leitoras dessa tese. Nem tudo que nos ensina deve ser pesado, ou, até mesmo, desagradável. Retomemos, então, de onde paramos.

O ponto que gostaria de trazer, sobre essa seleção em especial, neste instante, é o de seu resultado, e dos impactos que tal resultado geraram para essa pequena escrevivência episódica que optei por lhes apresentar. Ao analisar os registros pessoais que mantive comigo desse período – e-mails trocados na lista de e-mails institucionais do programa, documentos de inscrição salvos, pedidos de recursos, troca de mensagens e diálogos travados com colegas de mestrado e do restante do PPGAN, editais, resoluções, etc –, pude constatar que o resultado preliminar da seleção de doutorado da turma de 2017 foi publicizado entre os dias 29 e 30 de

novembro de 2016. Nesse resultado, foram separadas as notas dos candidatos e candidatas às vagas das políticas de ações afirmativas dos da ampla concorrência, pois, de acordo com o edital da referida seleção:

“Os(As) candidatos(as) que fizerem opção por participação em ações afirmativas, daqui em diante designados(as) optantes, concorrerão exclusivamente às vagas reservadas à política de ações afirmativas, vetando-se dupla candidatura”⁵³.

Esse fora um pequeno revés sofrido pelo PPGAN e pelos discentes e docentes que se propuseram a construir, junto à reitoria da UFMG, em 2016, o processo de implementação das ações afirmativas nessa universidade. A proposta inicial dos membros do PPGAN pró ações afirmativas era, não apenas, a da reserva de vagas para candidatos e candidatas negros e negras, indígenas e de pessoas com deficiência, mas a de que, caso um dos candidatos ou candidatas optantes alcançassem uma nota superior à nota de corte inicial proposta aos optantes das vagas reservadas, esse candidato ou candidata seria, automaticamente, remanejado para a categoria de não-optante, ou seja, para a ampla concorrência, fazendo com que outro possível candidato ou candidata, que estivesse dentro do espectro das notas de corte estabelecidas pelo edital, pudesse assumir a vaga como optante no lugar daquele que ascendera dentro do processo seletivo, aumentando, desse modo, o número de pessoas dos grupos sociais minoritários concorrendo a uma vaga em um dos cursos do PPGAN – mestrado e/ou doutorado –, potencializando o caráter inclusivo dessa política pública.

A Reitoria, contudo, reafirmou seu veto perante essa proposta e só aprovou a implementação de um processo seletivo com vagas reservadas para o PPGAN, antes mesmo da implementação das diretrizes gerais da UFMG, que versariam sobre a política de ações afirmativas no restante da universidade, sob a condição de que os candidatos e candidatas optantes concorressem às vagas *entre si* e não *com o restante dos candidatos e das candidatas* do processo seletivo. Tal revés, que poderíamos julgar ter sido apenas como um pequeno percalço no início do processo de implementação das ações afirmativas dentro do PPGAN e em toda a UFMG, continua a figurar enquanto uma porta estreita, presente até os dias de hoje, pelo menos, no que concerne ao PPGAN, como podemos ver no edital da última seleção de mestrado e doutorado do referido programa, das turmas de 2023:

“Autodeclaração Étnico-Racial e a opção pela reserva de vagas deverão ser feitas no ato da inscrição, conforme formulário específico, disponível no site

⁵³ Olhar Anexos: anexo 8.

do Programa. As(Os) candidatas(os) deverão optar por uma das modalidades: ampla concorrência ou reserva de vagas para pessoas negras, ou seja, é vedado à(ao) candidata(o) a inscrição em mais de uma modalidade de concorrência prevista neste Edital. As(Os) optantes pela participação no processo seletivo na modalidade reserva de vagas para candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os) concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas.”⁵⁴

Desse modo, não apenas a disputa pelas vagas dos cursos ofertados pelo PPGAN se daria entre os candidatos e candidatas de cada segmento (optantes e não optantes), como a divulgação dos respectivos resultados se dariam em separado.

Como mencionei anteriormente, acredito que o resultado preliminar dessa seleção de doutorado tenha sido divulgado entre os dias 29 e 30 de novembro de 2016. A seleção de todos os candidatos e candidatas desse processo seletivo se baseou em: 1ª fase: análise de projeto; 2ª fase: arguição (entrevista presencial); análise da carta de intenção; análise do histórico escolar.

A primeira fase dessa seleção consistia na atribuição de uma nota única ao projeto de pesquisa apresentado por cada um dos candidatos e das candidatas. Essa nota definiria se os aspirantes a doutores e doutoras estariam aptos e aptas a passarem para a etapa seguinte. Já a segunda fase fora dividida em 3 subetapas, de acordo com o discriminado acima. Cada uma dessas subetapas receberia uma nota e, ao final desse segundo estágio, a partir de uma média aritmética das notas das três subetapas, teríamos a nota final da segunda etapa e, fazendo, novamente, uma nova média aritmética com o resultado da primeira fase, teríamos a média final de cada candidato⁵⁵.

Nesse primeiro resultado preliminar, entre os requerentes optantes, obtive uma nota final equivalente à 73 em 100, ficando em segundo lugar no grupo dos proponentes às vagas pelas ações afirmativas. Se verificarmos o mesmo quadro dos requerentes pela ampla concorrência, poderemos averiguar que, caso todas as notas fossem alocadas, juntas, sob um critério regressivo, da maior para a menor nota, eu teria sido aprovado em 6º lugar geral, ficando atrás de um candidato optante e de um candidato da ampla concorrência⁵⁶.

No entanto, esse seria, apenas, o resultado preliminar. No dia 7 de dezembro de 2016, duas candidatas ao curso de doutorado do PPGAN apresentaram seus respectivos recursos junto ao colegiado do referido programa. No dia 14 de dezembro do mesmo ano, a comissão

⁵⁴ Olhar Anexos: anexo 9.

⁵⁵ Olhar Anexos: anexo 10.

⁵⁶ Olhar Anexos: anexo 11.

responsável pela avaliação dos futuros doutorandos e doutorandas apresentou, ao mesmo colegiado, as suas respectivas respostas, que foram recebidas e analisadas em uma reunião feita no dia 16 de dezembro daquele ano. Em 21 de dezembro, foi publicizada tanto a resposta do colegiado do programa aos recursos quanto o resultado desse processo seletivo, agora já alterado e finalizado com os candidatos e as candidatas aprovadas e reprovadas.

Embora eu não tenha tido acesso aos recursos apresentados por ambas as proponentes, seu teor fora explicado na divulgação da nova tabela com as notas revistas:

“Na reunião do dia 16 de dezembro de 2016, o Colegiado analisou tanto os recursos impetrados quanto as respostas da Comissão de Seleção e acatou parcialmente as razões apresentadas pela Comissão para não acatar os recursos e manter as avaliações originais. Contudo, o Colegiado julga que o questionamento às notas conferidas à ‘Carta de Intenções’, em ambos os recursos, é procedente. Na verdade, o Edital não estabelece nenhum critério objetivo para avaliação do quesito ‘Carta de Intenções’, ao contrário dos outros quesitos definidos (Projeto de Pesquisa, Curriculum Vitae, Histórico Escolar e Arguição Oral). Diante disso, o Colegiado julgou necessário estabelecer uma nota comum no item ‘Carta de intenções’ relativo à segunda etapa, para todos os candidatos (optantes e não-optantes), de forma a garantir-lhes isonomia neste quesito. Desta forma, reconsideramos as notas de ‘Carta de Intenções’, atribuindo a todos os candidatos o valor máximo de 100 pontos. (...) A partir das razões expostas acima, foi realizada nova tabela com retificação dos resultados finais, que segue abaixo.”⁵⁷

Nessa nova tabela, com a alteração das notas, acabei ascendendo de posição no processo seletivo, tendo ficado, entre os candidatos e candidatas optantes, em 1º lugar, e, em uma classificação geral, em 5º lugar, junto aos requerentes não optantes⁵⁸.

O mais curioso disso tudo é que: tendo feito de tudo o que me foi possível, àquela época, para evitar a seleção pública do curso de doutorado do PPGAN, por pressupor que a concorrência às vagas seria um desafio demasiadamente maior do que eu poderia enfrentar – e superar –, eu me saíra relativamente bem para quem, supostamente, não tinha nem competência e nem maturidade acadêmica para pleitear tal espaço e arcar com tamanha empreitada.

Eu ainda era, todavia, apenas um estudante de mestrado. Não havia defendido a minha dissertação: ainda precisava terminar a sua escrita, apresentar o material ao meu, então, orientador, ter o seu parecer com relação ao meu trabalho para, depois, e apenas depois, montar uma banca de avaliação e proceder com toda a ritualística que envolve a aquisição dos títulos

⁵⁷ Olhar Anexos: anexos 12.

⁵⁸ Olhar Anexos: anexos 12 e 13.

acadêmicos para, por fim, conseguir assumir a minha vaga no curso de doutorado como um dos mais novos estudantes dessa modalidade titular.

Contudo, essa pequena conquista (ou grande, dependendo da perspectiva pela qual é vista e abordada, e de quem vê e aborda), não fora muito bem quista e recebida pelo meu, então, orientador, há época. Tendo sido informado pelo coordenador do PPGAN, no período em que se desenrolada esse episódio, sobre a minha aprovação, e tendo sido questionado sobre quais as chances de a defesa de minha dissertação ser efetivada antes do término do período de matrícula no curso de doutorado, o docente responsável por minha orientação afirmou que não tinha conhecimento sobre a minha submissão ao referido processo seletivo e que acreditava que eu não seria capaz de concluir a minha dissertação de mestrado há tempo.

Preocupado com tais declarações, o coordenador do PPGAN entrara em contato comigo para saber um pouco mais sobre quais as chances reais da defesa ser realizada, dentro da necessidade dos prazos vigentes, para que minha matrícula – e minha vaga –, pudesse ser concluída e mantida, respectivamente. Me informara, também, sobre a conversa pouco animadora que tivera com meu orientador e queria saber sobre o que eu teria a dizer e apresentar sobre a problemática em questão. Fiquei em choque com a declaração do meu, então, orientador, e tratei de entrar em contato com outros docentes para a formação de uma possível banca para, tão logo a escrita da dissertação estivesse finalizada, a defesa fosse marcada e essa etapa pudesse ser concluída.

Tendo tido conhecimento da minha movimentação para a formação de uma possível banca, fora meu orientador quem, dessa vez, entrara em contato, diretamente, com a minha pessoa. Em uma ligação para o meu número privado de celular, ele expressava-se de uma maneira visivelmente exaltada: questionara o fato de ter me lançado à empreitada de uma seleção doutoral sem ter lhe comunicado ou pedido qualquer tipo de anuência e permissão; reafirmou seu descontentamento pelo fato de ter ignorado as hierarquias acadêmicas e ter entrado em contato com outros docentes para a formação de minha banca avaliadora; questionou, inclusive, a competência da banca em julgar meu trabalho, uma vez que reafirmava sua incompreensão da escolha das duas docentes, as quais contactei, para exercerem as avaliações das quais as requisitava, pelo fato de não serem especialistas ou versadas na temática racial; e, por fim, reafirmou sua célebre sentença ao reforçar a anuidade da seleção doutoral: *“Doutorado é igual a carnaval: todo ano tem. Esse ano não dará para você: ano que vem você tenta novamente”*.

Mas, dessa vez, fora eu quem lhe devolvera uma resposta assertiva, trabalhando, ponto a ponto, cada uma de suas colocações. Em primeiro lugar, houve, sim, uma comunicação prévia do meu desejo pessoal de iniciar a tal da “empreitada doutoral”, como ele mesmo colocara, mas como não identifiquei nenhum tipo de apoio profissional com relação ao tipo de processo seletivo que lhe apresentei, me lancei na candidatura, e feitura, do processo seletivo que me cabia: a seleção pública, sendo, essa mesma seleção, isenta de qualquer necessidade prévia de anuências e indicações, uma vez que, quando apresentada a documentação mínima exigida e cumprida todas as normas estabelecidas em edital, qualquer cidadão ou cidadã, de maioridade penal, pode competir por uma das vagas disponíveis.

Em segundo, destaquei que a chance de poder se realizar um curso de doutorado em um país como o Brasil, onde, a educação e titularidade, apesar de uma desvalorização contínua, ainda poderiam representar uma possibilidade de ascensão social para qualquer pessoa, principalmente para àqueles e àquelas oriundas de grupos sociais, e sociologicamente, minoritários, era algo que não poderia ser encarada como mero “festejo carnavalesco” e que, colocar as coisas dessa forma não demonstrava, apenas, uma ausência de sensibilidade, mas uma incompetência contumaz de quem dizia ser um “especialista convidado para entrevistas”, em uma das grandes áreas das Ciências Sociais.

Em terceiro lugar, destaquei que nem o PPGAN e nem os departamentos de pós graduação de Sociologia, ou dos outros cursos que compunham, e ainda compõe, a grande área das Ciências Sociais, na UFMG, tinham profissionais especialistas em minha temática de pesquisa, o que me obrigou a buscar docentes que trabalhassem com áreas correlatas, em termos interseccionais, como gênero, para a feitura de minha, necessária, avaliação e que as docentes as quais contatei eram mais do que competentes para tal empreitada.

Por fim, fazendo uso de seu próprio raciocínio, lhe reafirmei que, sim, doutorado, assim como carnaval, acontecia todos os anos mas, para fazer uso de uma expressão popular, como eu havia decidido “pular o carnaval” daquele ano, eu mesmo procurei, e comprei, o meu próprio abadar e eu pularia aquele carnaval com ou sem a sua presença. Mas reforcei, para não me rogar de atrevido, que fazia questão de sua pessoa, afinal de contas, todos mereciam a felicidade de sentir aquela alegria que só o carnaval brasileiro pode proporcionar. Por alguma razão que desconheço, o telefone emudeceu e a ligação fora encerrada, abruptamente, do outro lado da linha.

A partir desse ponto, todos os arranjos necessários para a feitura de minha defesa de dissertação foram devidamente consolidados, mas a defesa, em si, fora um experimento eminentemente traumático: sem ter tido qualquer tipo de auxílio em meu projeto, antes ou depois desse episódio, fizera eu todo o trabalho sozinho e fora acusado, pela figura que, supostamente, deveria me orientar, de excluí-lo da feitura de minha pesquisa acadêmica; fora acusado de usar referências bibliográficas *pouco antropológicas* para a elaboração de um trabalho que deveria ser “sério” e as críticas, não as mais duras, mas as mais depreciativas, vieram da própria figura que, em uma série de momentos já não tanto circunstanciais, se mostrou não apenas contrária ao meu ingresso no doutorado, mas trabalhou, efetivamente, *contra* o meu ingresso nessa instância.

O relato de toda essa escrevivência episódica poderia nos fornecer inúmeros desdobramentos reflexivos, ricos, e extremamente eficazes no que concerne às diferentes compreensões que podemos ter, e desenvolver, acerca dos tipos de sujeitos sociais a figurarem em espaços de poder, e quais os significados desses mesmos tipos nesses espaços, sejam esses sujeitos de grupos sociais e/ou historicamente normativos, ou de grupos oriundos de um longo processo de marginalização sócio-cultural. O ponto que se faz imperioso, para mim, nesse episódio escreviente, é, menos, a exposição de uma figura individual ou de um grupo em específico, e mais o processo de dissecação dos elementos que compõe a estrutura de um problema. No entanto, outras escrevivências episódicas se fazem necessárias na prévia do que será o debate e a nomeação dessa mesma problemática imperiosa.

3.2. Nome de Autor e o Dilema da Autoantropologia

Estamos de volta para o nosso ponto de partida: a pequena sauna em que se convertera o meu quarto, naqueles que foram, para mim, os dias nada saudosos do mês de abril, em Belo Horizonte, do ano de 2017. Como falara anteriormente, no início do tópico anterior, meu travesseiro estava encharcado e meu rosto, inchado. Já não tenho muito nítida, em minha memória, a lembrança do que o umedecera: se fora o pranto, ou se fora, meramente, o suor que escorria por meu rosto e era expurgado pelo restante do meu corpo.

Minha matrícula no doutorado já havia sido efetivada e eu já começara a frequentar parte das aulas. Mas uma série de sentimentos controversos tomavam conta de mim: será que seria sempre assim? Será que todo o meu processo de ascensão profissional, dentro da área

acadêmica, e aquisição titular, seria embebido com esse sabor amargo e corrosivo? Será que meu valor teria de ser posto à prova sempre dessa maneira exaustiva e delirante? Por que, eu me perguntava, isso ocorrera comigo, sendo que com outros colegas o processo fora tão menos danoso e exigente? Por que alguns obtiveram, facilmente, o apoio de seus orientadores e orientadoras, e até o incentivo e convite para realizarem a mudança de nível, enquanto eu, o único candidato daquele mesmo ano, tivera de passar por toda essa série de restrições, tendo, eu, um bom rendimento acadêmico e sendo um discente presente, atuante e participativo em todas as disciplinas às quais cursara? Era tomado por uma nuvem densa e espessa de um autoflagelo mental que minava todo o sabor do ingresso nessa nova etapa profissional de minha carreira que, em tese, deveria ser deliciosamente saboreada antes das demandas que o mundo “além-expectativa” pudessem me trazer: prazos, artigos, leituras e campos de observação. Pensara, seriamente, em desistir dessa caminhada que já esperava ser tortuosa, porém nunca humilhante. Meu quarto continuava a esquentar, conforme os minutos passavam e a tarde avançava. O horário da primeira aula da semana estava se aproximando e eu ainda não sentira o menor ímpeto da fome, ou mesmo, do autocuidado. Morava no terceiro andar... não era alto o suficiente. Talvez mais um andar, mais um único andar, e tudo aquilo pudesse sumir rapidamente. Esses pensamentos iam e vinham como ondas na ressaca da maré, mas pouco vingavam, pelo apego e, talvez, esperança, de que alguma coisa ainda estivesse por acontecer. Muitas coisas, de fato, ocorreram, porém nada do que eu esperava, em minha doce e pueril ingenuidade.

O telefone tocou. Eram quase 13 horas. Me revirei na cama, voltando meu rosto para a parede quente do quarto, tentando enxugá-lo no lençol, já molhado, abaixo de mim. A aula estava prestes a começar, mas será mesmo que eu deveria ir? A inércia continuava a me embriagar. Mas que diabos! O que era aquela coisa irritante que insistia interromper as elocubrações da minha frustração paralisante? O telefone tocara, novamente, agora de maneira contínua e insistente. Peguei, rapidamente, o meu celular e olhei para aquela tela, lisa e indiferente a tudo que se passara naquele recinto até então: era Xangô⁵⁹.

“Boa tarde, meu caro, como você está?”. A voz de Xangô cortou todos os pensamentos inebriantes nos quais estava perdido até então, como um raio que corta o céu escuro de uma madrugada tempestuosa e vigoroso como o trovão que a tudo estremece diante de sua presença, muito embora sua fala tivesse vindo mansa e cordial do outro lado da ligação. “Aqui...”,

⁵⁹ Nome fictício dado a um dos discentes negros, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

continuou Xangô, cuidadoso e, ao mesmo tempo, acolhedor, porém, cada vez mais firme a cada palavra dita, *“queria saber se você toparia almoçar comigo. Ainda temos algum tempo antes da aula começar e não queria ser o primeiro a entrar naquela sala...”*.

Xangô também, assim como eu, participara do processo de implementação da política de ações afirmativas no PPGAN, e em toda UFMG, e, também, passara pelos desgastantes debates com os docentes e com muitos outros de nossos colegas discentes, à época. Em verdade, ele fora um dos primeiros de nós, discentes negros e negras, a se envolver e dar início nesse tipo de debate, dentro de nosso programa.

Era um fim de tarde, e de alguma aula qualquer do mestrado, quando eu estava voltando para a casa, em direção à saída da UFMG, pela portaria que dava acesso à Avenida Antônio Carlos. Um pequeno mar de estudantes universitários e, talvez, funcionários de vários setores, bem como tantas outras pessoas, aparentemente avulsas, se interpunham entre mim e a saída da universidade quando uma voz conhecida irrompia do meio da multidão: *“Ei, espera aí, Daniel!”*, era o Seth⁶⁰. *“E aí, como você está? Indo para casa?”*. Assenti com a cabeça, achando aquela abordagem meio inusitada. Seth era, até então, um dos meus colegas do curso de mestrado em Antropologia e Arqueologia da UFMG: simpático, astuto e muito dedicado. Gostava de observar suas expressões enquanto as aulas se desenrolavam: eram sempre muito assertivas e denunciatórias quanto ao seu estado de concordância e discordância do que estava sendo falado e debatido no momento de cada uma das explanações e divagações teóricas de cada aula das quais participamos juntos.

Sua abordagem fora, eminentemente, simpática, porém logo uma sombra de exaustão se abatera sobre sua expressão. *“O que aconteceu?”*, indaguei, meio preocupado. Seth me informara que acabara de sair de uma reunião em que ele, Xangô e Thoth⁶¹ estiveram juntos com alguns docentes do PPGAN, para debater sobre o processo de implementação de ações afirmativas em nosso programa. *“Cara, esse pessoal é muito sem noção... eles apresentam argumentos absurdos para se contrapor às cotas raciais... nos perguntaram como ficaria o mérito dos discentes ao entrarem por cotas, falaram contra uma reserva ostensiva das vagas para futuros candidatos e ainda utilizaram a imagem da reitoria para dizer que as nossas propostas não eram pertinentes, com a desculpa que a administração universitária jamais aceitaria aquilo, mas a contraposição inicial era deles, e não da Universidade. Ainda nem*

⁶⁰ Nome fictício dado a um dos discentes brancos, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

⁶¹ Idem, nota 7.

chegamos a debater essas questões junto ao 'alto escalão'... Xangô falou, o tempo inteiro, nessa reunião, que se fosse para perder, que perdêssemos discutindo com as 'instâncias superiores' à gente, e não ali, com eles, que deveriam estar nos apoiando. Foi frustrante...". Escutava a tudo com atenção, e compadecimento, diante do desabafo de meu colega, muito embora não tivesse nenhum tipo de conhecimento prévio nem sobre esse debate, das ações afirmativas, e nem, tão pouco, conhecesse tão bem o contexto da UFMG, e do nosso departamento, para projetar algum tipo de expectativa quanto ao tipo de enfrentamento que estaria sendo realizado, naquele instante.

Tudo que eu queria, naquele momento, era conseguir dar aquele velho "tapinha nas costas" do meu colega e dizer "*nossa... complicado né, meu parceiro?*", escutar mais um pouco as suas colocações, soltar uma ou outra fase de efeito, mas que pudesse, de fato, aliviar a tensão de meu colega, e ir embora, cuidar de minha vida: ler os textos do, então, curso de mestrado, que eu ainda estaria por concluir, pensar em alguma forma de começar a escrever a minha dissertação e sonhar um pouco mais, de uma forma, ainda, completamente idílica, com a possibilidade de fazer o doutorado, sem saber de tudo o que ainda estava por me aguardar.

Partindo do que pareceu ser um lampejo inesperado de sua consciência, Seth me fitou, obstinadamente, e, rompendo com aquele clima de surpresa instalado sobre mim, diante da forma como me encarou, ele, inicialmente, me perguntou: "*Por que você não participa dessas reuniões?*". Antes mesmo que eu pudesse elaborar qualquer tipo de resposta, ele se adiantara sobre mim, agora em um tom assertivamente afirmativo: "*Você deveria participar dessas reuniões!*". Confuso, não sabia, ao certo, como me portar diante de tudo aquilo quando Seth, mais uma vez, retomava a dianteira com sua fala, agora, já cheia de uma certeza legitimamente designativa: "*Cara... você é negro! Você tem que participar dessas reuniões!*". Sua expressão abandonara o seu abatimento inicial e, agora, alcançara um vigor diferenciado: "*Seria muito bom ter alguém como você nessas reuniões. Os docentes sempre retrucam quando eu ou Thoth falamos alguma coisa, mas com você e Xangô, eles ficariam mais intimidados. Vocês dois são um dos poucos estudantes negros lá dentro do PPGAN... você tem que participar dessas reuniões!*".

Eu me perdera completamente depois daquilo: em um primeiro momento, estava, apenas, procurando oferecer algum tipo de consolo e suporte a um colega de sala; em outro, eu já havia concordado em participar da reunião seguinte em seu lugar e me vi completamente envolvido em uma contenda da qual eu não sabia, exatamente, como tinha se iniciado: de um lado, figuras docentes, sempre firmes e resolutas quanto as suas suspeitas diante das políticas

de ações afirmativas⁶² e, do outro lado, colegas discentes, eminentemente combativos, e não menos assertivos, quanto as suas falas e posturas diante dos representantes docentes responsáveis por assumirem esse debate e apresentá-lo às outras instâncias universitárias. Não houve um meio termo transitório entre esses dois contextos e, sem pensar, me alinhei, de antemão, aos posicionamentos apresentados e defendidos por meus colegas, e, em especial, Xangô.

Foi assim que se deu início ao grande episódio escrivente da implementação da política de ações afirmativas dentro do PPGAN, muito embora eu não possa afirmar, com certeza e exatidão – e, nem mesmo, sob uma simplória especulação –, que tenha sido assim o início do processo de implementação das ações afirmativas na UFMG, apesar de que, se não foi nesse episódio escrivente que essa política pública se iniciara, de uma forma mais ou menos assertiva foi, nele, que ela se findara, tendo sua implementação ocorrida, de fato, e institucionalmente, com alguns estudantes entrando em contato com parte dos membros do corpo docente do PPGAN para debaterem sobre a política de reserva de vagas para pessoas oriundas de grupos sociologicamente tidos como minoritários.

Foi nesse episódio, também, que iniciei uma maior proximidade com Xangô e, anos depois foi, desse mesmo modo que, em contrapartida, percebi um afastamento cada vez mais sistemático de Seth dos debates públicos e das reuniões de comissões internas ao PPGAN, composta por discentes e docentes, referentes às ações afirmativas. Cada vez mais focado em sua própria pesquisa, Seth se desvinculou, pouco a pouco, da contenta que se iniciara, dentro e fora de nosso programa de pós-graduação, sobre o processo de implementação das ações afirmativas e, quanto mais distante ficou, mais próximo eu acabara por me colocar dessas disputas, assumindo seus encargos enquanto membro discente a integrar comissões, assembleias e reuniões departamentais.

Como havia posto aqui, anteriormente, esse fora o meu pretense início, e envolvimento, com esse debate: meu e, talvez, de Xangô. Mas tanto eu quanto ele, nesse primeiro momento, ocupávamos espaços bem diferentes: enquanto eu fora chamado, por um colega e discente branco, para assumir um lugar de intimidação simbólica junto à Xangô, esse, por sua vez, fora

⁶² Uma ampla maioria se colocava relutante e receoso quanto à esse debate, em um primeiro momento, muito embora a figura de uns poucos docentes se mostrasse, não apenas afeito à proposta de se implementar essa política pública em nosso programa de forma pioneira, dentro da UFMG, como se dispuseram o seu apoio e fizeram uso de seus espaços de poder para reafirmar nossas falas, em muitos encontros, debates, assembleias e reuniões departamentais. Esse é um adendo não apenas justo com essas figuras particulares, como necessário, embora elas tenham sido uma calorosa, porém evidente exceção.

quem cuidou da condução, idealização e construção das pautas a serem discutidas junto aos membros do corpo docente do e no PPGAN. A partir disso, ficamos mais próximos no que concerne tanto às pautas quanto aos posicionamentos manifestados, sejam esses posicionamentos públicos, representando a junta discente, ou particulares, representando, apenas, nossas figuras individuais.

Foi, a partir do desencadear de todos esses eventos, que chegamos na famigerada ligação. Xangô, mesmo desgastado diante do debate constante com os docentes com os quais tínhamos de interagir para construirmos as bases normativas e institucionais de implementação dessa política pública – e com parte dos nossos colegas discentes contrários a essa política também –, soubera de como se deu o meu trânsito entre o mestrado e o doutorado e, preocupado com o que escutara, não esperou tanto para me contactar: “*queria saber se você toparia almoçar comigo. Ainda temos algum tempo antes da aula começar e não queria ser o primeiro a entrar naquela sala...*”. Sua insistência nas ligações denotava a sua preocupação, mas sua fala também denunciava a sua fadiga: “*não queria ser o primeiro a entrar naquela sala...*”.

Perceber sua fadiga pessoal, junto à sua preocupação fraternal, tivera o efeito de um chicote sobre minhas costas: apesar da ardência de toda a frustração que salgava as minhas feridas emocionais, eu não era o único que ficara abatido diante das sabatinadas perenes de colegas e professores nas desconfortáveis reuniões departamentais, bem como dos momentos posteriores a elas. Ele parecia precisar de mim, tanto quanto eu, certamente, precisava dele, ou de alguém que entendesse o que era passar por algo similar a tudo aquilo, naquele instante.

Não sem uma certa relutância, me instiguei ao movimento: aos poucos, fui retomando o controle do autocuidado ao qual negligenciara até aquele instante. Lavei meu rosto, escovei os dentes, troquei de roupa. Finalmente, havia me lançado para fora daquela estufa mortuária ao qual se convertera meu pequeno quarto e, logo mais, já me encontrava esperando o semáforo da Avenida Antônio Carlos sinalizar o vermelho para que eu pudesse alcançar o conhecido, e evitado, portão da UFMG.

Xangô estava à minha espera na entrada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais. Nos direcionamos para o restaurante do curso de Letras e, após prepararmos nossa refeição no self-service, escolhemos uma mesa mais afastada, próxima da escada que dava para o primeiro andar dos cursos de comunicação. Xangô quem escolhera o local de nossa refeição: uma mesa que, curiosamente, não havia ninguém, apesar de ser um bom local. Éramos retardatários: a tarde já se iniciara e o horário de almoço

estava próximo de seu fim, mas, mesmo assim, ainda havia um número considerável de pessoas por ali: docentes, alunos e funcionários do corpo técnico administrativo da UFMG. O local parecia ter sido preparado para nós: apesar de ainda estar próximo ao pequeno aglomerado de pessoas que ainda se detinham em seus almoços, era apropriado para uma conversa mais solta e despreocupada e acredito que era isso que Xangô buscava, naquele momento.

Logo que começamos a comer e as amenidades foram, rapidamente, exploradas, com as boas e velhas formalidades cordiais que sempre tínhamos ao nos vermos, Xangô me indagava sobre como fora minha defesa de dissertação. Mas fizera isso de uma forma sutil, sem o ímpeto de uma curiosidade invasiva ou desvelada, mas, pelo contrário, como quem concede a abertura acolhedora para um desabafo engasgado.

Comecei meu relato, ainda trôpego e meio exasperado, ora me perdendo em meus próprios sentimentos controversos com aquele, então, novo ambiente que se desnudara diante de mim – a academia, com todo o seu jogo de poder, de projetos, de disputas e de influências – , ora assumindo um tom menos emocionado, racionalizando, em discurso, toda a minha frustração venenosa diante daqueles que eu, há época, considerava como meus principais detratores. Xangô escutava tudo com atenção, fazendo colocações não menos ácidas que às minhas, mas que eram, em sua grande parte, bem menos enérgicas que as que eu vociferava e que, curiosamente, se encaixavam, harmonicamente, em cada pausa de minha fala em que eu tomava para um gole fresco de ar.

Muito foi comentado, a partir daquilo que consegui compartilhar com Xangô, naquele curioso almoço de abril, mas olhando em retrospecto, uma coisa se destacou dentre as demais: o incômodo da autoria, manifestado por meu colega. Como havia exposto, anteriormente, neste mesmo capítulo, a defesa de minha dissertação, fora uma experiência, minimamente, traumática: para além da ausência de qualquer tipo de auxílio na feitura da escrita de meu trabalho, ao apresentar a escrita do que me propusera a fazer, eu fora acusado de usar referências bibliográficas *pouco antropológicas* para a elaboração de um trabalho que deveria ser, “supostamente sério”. Nesse ponto, percebi um incômodo além do usual na figura de meu amigo: não era apenas uma indignação comum, era algo quase que físico, um enrijecimento de seu semblante e postura que o faziam ficar ligeiramente intimidante.

Um silêncio se fez por uns breves, porém, paradoxalmente, longos 5 minutos. Ficamos a fitar nossos pratos semivazios naquela mesa redonda de pedra. Meu celular estava ligado. Havia esquecido que eu estava escutando algumas músicas, ao longo de todo o caminho de casa

até a porta da FAFICH, antes de me reunir à Xangô. Em um movimento descuidado, onde eu tentara desligar os aplicativos de música e silenciar as notificações de meu smartphone, acabei por derrubá-lo no chão, desconectando-o do fone de ouvido que permanecia, até então, vinculado a ele.

De repente, a música, que ainda estava tocando, invadiu o pequeno recinto em que estávamos almoçando. Era Racionais Mc's: Capítulo 4, Versículo 3. “*Sabe o que mais me irrita nessa gente?*”, quebrou, Xangô, o silêncio que, até então, perdurava entre nós, “*É esse elitismo escroto e arrogante que eles têm ao ditar o que é ou não intelectual, quais as referências são ou não são válidas e o que a gente tem ou não tem de estudar...*”. A sua fala me retirou, momentaneamente, do meu estado de frustração e indignação hipnótica e, como quem tivesse sido submetido a um pequeno choque, por uns breves instantes, sai do meu estado de autodepreciação trágica e foquei, apenas, em Xangô: eu sabia que elealaria algo importante, ainda que eu não pudesse antever o que seria, e, apenas hoje, anos depois, eu descobriria que sua fala havia me instigado a certas buscas e leituras que viriam, posteriormente, a fundamentar algumas reflexões que fiz e que vos apresento agora. “*Escuta essa música...*”, continuou Xangô, “*Como alguém poderia dizer que isso não é um material intelectual ou que não é ‘antropológico o suficiente’ para ser comparado a uma tese ou um desses artigos medíocres que a gente é obrigado a ler? Por que, em pleno 2017, nós não estamos estudando o Mano Brown em um curso como o de Antropologia?*”. Escutava tudo em silêncio, enquanto era Xangô quem, dessa feita, ingressava em seu próprio processo de catarse indignativa: “*O que é que define essa gente como autores e autoras e faz com que pessoas como o Mano Brown, ou o próprio Muhammad Ali, não sejam considerados autores também?*”⁶³. Após uma nova pausa, Xangô daria início à conclusão de suas reflexões dizendo: “*Na certa, eles não têm nome de autor...*”. Essa foi uma dúvida que, por muito tempo, me acompanhara também, engasgada em minha garganta, como um espinho fino e pequeno, porém incômodo e incisivo, que deixa à mostra sua presença numa ardência petulante e insistente. Mas, espera, “*nome de autor?*”? O que ele queria dizer com isso? Indaguei ao meu colega sobre essa última colocação e ele, rapidamente, me respondeu: “*Olha bem para essa gente que a gente lê, com todos esses nomes estranhos... uma galera que tem mais consoante que vogal no sobrenome... eles têm nome de*

⁶³ Aqui, Xangô fez alusão à minha dissertação de mestrado, que fora sobre como Muhammad Ali, um pugilista negro estadunidense, se utilizou de sua prática esportiva para pautar questões raciais nos Estados Unidos das décadas de 1960 e 1970. Para mais informações, ler: BAPTISTA, Daniel. “*Um outro tipo de Negro*”: Muhammad Ali, Boxe, e as disputas em torno das reelaborações de uma identidade negra. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

autor”. Caímos, ambos, em estrondosas gargalhadas, mas nosso tempo já havia acabado e era hora de entrarmos para nossa aula.

Subimos as sinuosas rampas da FAFICH, do térreo até o terceiro andar, e nos direcionamos, diretamente, para a nossa sala. Antes de entrarmos, porém, Xangô me indagara acerca do texto que iríamos debater naquele dia e aguardava, curiosamente, a minha reação. Achei o texto fraco e ruim: sem muita consistência e rigor teórico-metodológico, fora os inúmeros outros problemas que a minha falta de disposição de discorrer sobre, naquele momento, me impediam de tocar. “*Sim... confesso que ter de ler esse texto foi extremamente frustrante... uma narrativazinha bem colonialista...*”, completara Xangô, “*mas não quero ter que debater sobre isso hoje não. Você vai falar alguma coisa? Ou ficamos os dois em silêncio?*”. Calculávamos, assim, se valeria à pena o atrito de termos de explicar, aos colegas e ao docente ministrante da disciplina, os problemas presentes no texto que seria debatido hoje, entre nós. Por fim, com um suspiro abatido, disse à Xangô que pontuaria, em sala, as coisas que me incomodavam no texto e que ele, por hoje, poderia se resguardar desse pequeno desgaste.

O texto era “*Em busca do tempo da escravidão: patrimônio histórico e memória coletiva na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos*”. Ao entrarmos em sala, Iansã⁶⁴ já estava sentada, com a coluna ereta e imponente até, em sua cadeira. E um cenário bem curioso se desvelava, diante de nós, naquele instante. Fora a própria Iansã quem me chamara atenção para aquele fato, anos depois, em diálogos informais – e na própria entrevista que me concedera para a feitura deste trabalho –, rememorando aqueles dias: os discentes brancos, ou, socialmente, lidos enquanto brancos, sentavam-se ao longo, não apenas do transcorrer das aulas de nosso semestre, mas ao longo de, praticamente, todo o nosso curso presencial de doutorado, do mesmo lado da sala, juntamente com as figuras docentes que ministravam as aulas e os debates dos textos e de nossos trabalhos, enquanto que nós, os discentes negros e cotistas, nos agrupávamos em um canto oposto da mesma sala, tendo de responder, quase em coro e uníssono, as pequenas arguições veladas das quais éramos submetidos, em mais de uma feita, de nossos colegas discentes e de nossos docentes no transcorrer de cada aula.

Confesso que, no entanto, não posso apresentar, com uma certeza peremptória, os motivos que teriam levado a essa pequena “divisão racial dos espaços” em nossas aulas. Em conversas outras com Iansã, ela me falara, muito descontraidamente, que isso não fora, a

⁶⁴ Nome fictício dado a uma das discentes negras, e interlocutoras de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

princípio, uma atitude consciente: “*Eu simplesmente me sentava perto de vocês [eu e Xangô] porque me sentia mais à vontade ali. As pessoas, especialmente as outras alunas brancas, me olhavam de um jeito estranho. Talvez tenha sido apenas uma impressão errada minha, mas eu me sentia extremamente desconfortável perto delas*”. Xangô e eu já tínhamos uma proximidade maior devido a um relacionamento estabelecido, previamente, em nosso curso de mestrado, mas Iansã, rapidamente, aderira ao nosso convívio, no transcorrer da feitura de nosso curso de doutorado, de uma maneira fácil e orgânica.

O debate do texto, então, finalmente, começara. O docente perguntou, a cada um dos discentes presentes, sobre suas impressões com relação ao artigo que iríamos debater naquele dia. Um colega, branco, soltara um sonoro “Interessante”, quando fora interpelado. Outra colega, também branca, dissera ser um texto bem escrito e que nos trazia reflexões muito importantes sobre o processo de memória e demarcação territorial de comunidades tradicionais. Dos discentes cotistas, eu era o que estava posicionado mais próximo do docente e fui o primeiro de nós a ser convidado a se manifestar sobre o texto. “*Uma porcaria*”, falara sem pestanejar. Um silêncio tomara conta da sala. Os discentes brancos me fitavam visivelmente perplexos. Xangô me encara com um misto de “*hoje não, Daniel*” e “*isso mesmo, fala tudo!*” em seu olhar que deixava seu desconforto visível em todo seu corpo, enquanto Iansã permanecia intacta, na expressão mais polida e indiferente que conseguia manter. O docente, tentando administrar a pequena tensão que se instalara em sala, naquele instante, me pediu para que explicasse, a ele e aos demais colegas, os motivos para tal colocação. Sem titubear, li, em voz alta, um trecho grifado no próprio texto e pedi para que todos e todas me acompanhassem:

“Embora nem as ruínas tenham sido tombadas e nem as terras tituladas como território quilombola, desde os anos de 1990 a Chacrinha dos Pretos vem sendo objeto de estudos, reportagens e ações de promoção sociocultural.” (LIMA; NASCIMENTO, FILHO; 2013, p. 306)

Esse mesmo texto se faz valer da metáfora de Tim Ingold sobre o pretérito enquanto uma espécie de “país distante” para se referir as diferentes maneiras que a comunidade lida com seu próprio passado nas reelaborações de sua memória:

“O interesse pelo passado manifesto pela militância que assessora os moradores da Chacrinha tem uma motivação reparadora, mas é seletiva: foca em uma história de descendentes de escravos que pode ser considerada vitoriosa, promove sua afirmação política com base em seus direitos constitucionais e valoriza expressões culturais que distinguem o coletivo. Neste caso de reconstituição da história da escravidão, os brancos são definitivamente os mais estrangeiros” (LIMA; NASCIMENTO, FILHO; 2013, p. 307-308).

Compor um grupo, ou uma existência social, que é passível de ser “objeto de estudos”, ter sua memória classificada enquanto “seletiva” pelo destaque de certos sujeitos em detrimento do esquecimento de outros – como se a própria condição memorial já não implicasse a seleção de fatos e recortes em meio às suas elaborações –, definitivamente me impulsionou a um estado de inquietação. Um estado vigente enquanto perdurou a leitura do texto de Lima e Nascimento. Um texto longo e enfadonho. E tornou-se demasiado cansativo nos primeiros parágrafos de sua apresentação.

“Uma porcaria”, continuei junto à turma. “Veja bem, Professor”, fitei o docente ministrante da disciplina e disparei: “De que outra maneira nós poderíamos classificar esse texto se não sendo uma verdadeira porcaria? Você tem um artigo de uma docente de nosso Programa em que classifica toda uma comunidade quilombola como sendo o seu ‘objeto de estudo’ e, ainda por cima, formula, no restante de sua análise tosca e mal feita, os sujeitos brancos da região como ‘estrangeiros da memória’. Nós não estamos falando de um texto ou análise de 1885, nós estamos falando de um artigo de 2013... e, ainda sim lemos ‘objeto de estudo’? Como, em um processo que visa o reconhecimento de uma comunidade enquanto tradicional e a demarcação de seu território, você, na condição de pesquisador e acadêmico, insinua que a construção memorial de reelaboração de seu passado foi seletiva e, por isso, inventado, e que ainda produziu ‘estrangeiros’ no momento de sua consolidação? Isso não é, apenas, metodologicamente problemático, como, também, se utilizado por grupos outros com interesses adversos, pode depor, até mesmo, contra a própria comunidade, fazendo com que seu reconhecimento venha a ficar em cheque e a luta pela demarcação de seu território possa ser totalmente perdida. E ainda temos de levar em consideração um outro fator: como esse/essa docente, em sua consciência, que tenta se apresentar, minimamente, enquanto uma profissional, pode insinuar, em seu texto, que a comunidade deveria incluir as pessoas brancas no processo formativo de sua memória? Estamos falando de uma comunidade Quilombola! Isso é um completo contrassenso!”. Pronto, minha missão havia sido cumprida: o mal-estar já havia sido instalado com sucesso no recinto! A música de Mano Brown, que estava tocando, momentos antes, em meu celular, quando eu o derrubara, acidentalmente, no almoço com Xangô, retornara à minha memória, eu me identifiquei, por inteiro, com cada espaço e com cada palavra produzida por seus versos: “Minha intenção é ruim, esvazia o lugar. Eu tô em cima, eu tô a fim, um, dois pra atirar. Eu sou bem pior do que você tá vendo, o Preto aqui não tem dó, é 100% veneno...” (RACIONAIS MC’S, 1997). A minha intenção, ali era, de fato, a pior possível: sem

ter o intuito inicial de me expor, ou de expor a nenhum de meus colegas cotistas, aos embates infundáveis das inúmeras interpretações possíveis dos materiais que nos eram repassados para estudo e apreciação em nossas aulas do curso de Doutorado em Antropologia, depois de apresentada as minhas insatisfações, eu já não tinha interesse algum em retroceder. Muito pelo contrário: o desejo, e, até mesmo, o prazer, em expor cada falha daquele material infame tomavam conta de todas as minhas ações. Como bem colocara Brown, ali não havia espaço para a piedade: eu ainda podia ser bem pior do que estava me mostrando e a minha composição, naquele momento, era 100% venenosa, mas, nem por isso, descuidada ou menos criteriosa nos quesitos metodológicos.

Relegando à comunidade abordada, em sua narrativa, ao espaço de uma “temática de pesquisa” e “objeto de estudo”, essa caracterização de sujeitos e lugares causou um certo desconforto em Xangô, em Iansã e em mim, naquele fatídico dia. Dentre tantos momentos conflituosos, constrangedores e conflitantes que se originaram da leitura desse texto, emergiu, então, no meio das muitas vozes a se manifestarem, a colocação de Xangô que, até então, tinha preferido se preservar daquele debate, mas que, diante dos questionamentos dos colegas discentes sobre minhas colocações, resolvera, também, demarcar sua crítica e ressaltar sua fala: *“Estamos aqui, hoje, lendo este tipo de bobagem, apenas por se tratar de uma comunidade quilombola. Se estivéssemos lidando com um texto de um etnólogo sobre alguma comunidade indígena, veríamos um debate refinadíssimo, em termos políticos e conceituais, porque eles são os seus ‘nativos por excelência’, o outro do outro. Esse é um texto descuidado... parece existir, no meio acadêmico, um senso comum de que não é necessário um maior zelo quando lidamos com assuntos referentes a comunidades negras, africanas e quilombolas. Por isso estamos aqui, hoje, tendo de lidar com esse tipo de bobagem”*. O docente ministrante da disciplina, visivelmente constrangido com as minhas colocações e às de Xangô, se voltou, então, para Iansã, em um último esforço de escutar algo menos ácido e mais aprazível. Fitou-a com cuidado, e um certo receio no olhar, e perguntou o que ela teria a dizer sobre o texto que acabara por se mostrar tão polêmico. Indiferente e distante, sem esboçar tanta paixão ou emotividade quanto eu e Xangô demonstrávamos, Iansã, pegando o texto impresso em mãos, folheando, rapidamente, umas poucas páginas marcadas com suas próprias anotações, pousou o pequeno maço de papel sobre a mesa e, por fim, soltou seu parecer na forma de um breve suspiro: *“Isso aqui parece aqueles textos daquele tipo de gente que se diz antropólogo e escreve para a*

VEJA⁶⁵”. Sem ter mais elementos para se contrapor ao que foi exposto, o docente pediu desculpas aos discentes cotistas pelo teor do texto escolhido e reafirmou que sua intensão inicial era a de trabalhar outros elementos reflexivos que o texto abordava e que não tinha se dado conta, à priori, que seu conteúdo poderia ser tão problemático, à um nível político, e tão frágil, à um nível metodológico.

Textos como esse são alguns dos tipos de formulações acadêmicas de intelectuais que dedicam parte de sua vida profissional ao estudo das temáticas referentes às populações negras, ou, à tematização desses mesmos corpos e sujeitos – ainda não consegui entender bem qual desses movimentos representaria melhor essas ações e práticas mencionadas – que figuram em grande parte dos textos que ainda temos de lidar, nós, discentes e pesquisadores negros e negras, dentro e fora das salas de aulas e de encontros de pesquisa e comunicação de trabalhos em congressos e seminários. Formulações que, assim como meu colega destacara, são feitas com um menor zelo ou rigor, descuidadas. Muito similares, eu colocaria, de maneira provocativa, ao que o senso comum desenvolve sobre, por exemplo, marcos de memória ou pontos de debate acerca da parcela negra de sua população.

Próximo à data de 20 novembro, Dia da Consciência Negra no Brasil, me é tanto comum como esperado receber a indagação infame – e não tão sutil – de interlocutores, dos mais diversos possíveis, a respeito desse marco de uma memória: “mas, por que razão devemos comemorar um dia da Consciência Negra? Não seria melhor celebrarmos o dia de uma ‘consciência humana?’”. Várias respostas me veem a mente: umas, mais atrevidas, outras debochadas, quiçá irônicas; outras, ainda, acentuadamente mordazes, mas nenhuma, definitivamente, educada. Nos últimos tempos, no entanto, para cada pergunta descabida que ouço ou sou obrigado a responder, para cada trecho descuidado de textos ou reflexões que reiteram os espaços comuns do “objeto de pesquisa” ou “temática de estudo”, me remeto, em meu silêncio artificialmente ponderado, a obra de algum autor ou autora negra na qual esteja me debruçando no momento. “Que tipo de respostas a bibliografia na qual me debruço me permitiria dar a esse tipo de questionamento?”. Posteriormente, encontraria William E. B. Du Bois, em meu próprio trajeto acadêmico e, nas leituras de seus ensaios, relembriaria esse distinto momento e a fala desgostosa de meu companheiro em um trecho igualmente provocativo, mas com, aproximadamente, pouco mais de um século de diferença:

⁶⁵ Veja é uma revista de distribuição semanal brasileira publicada pela Editora Abril às quartas-feiras. Criada em 1968 pelo jornalista Roberto Civita, a revista trata de temas variados de abrangência nacional e global.

“Hoje em dia raramente estudamos a situação do negro com zelo e honestidade. É tão mais fácil supor que sabemos tudo. Ou, talvez, tendo já chegado às nossas próprias conclusões, desagrada-nos alterá-las com fatos. E, contudo, como sabemos pouco sobre esses milhões de seres – sobre suas vidas e seus anseios diários, suas alegrias e tristezas domésticas, suas reais deficiências e o significado de seus crimes! Tudo isso só podemos aprender no contato íntimo com as massas e não por meio de discussões indiscriminadas abarcando milhões de pessoas que estão separadas no tempo e no espaço e que diferem bastante em termos de formação e cultura”. (DU BOIS, 1999, p. 191)

Tendo escrito seu livro em 1902, Du Bois em “As almas da gente negra” seria aclamado não apenas enquanto um grande intelectual em ascensão, mas como uma das importantes bases teóricas para o movimento posteriormente denominado de “panafricanismo”. Sociólogo, historiador, filósofo, jornalista, intelectual. Dentre tantas as alcunhas que lhe foram dadas, acrescentaria, talvez, a de antropólogo. Não por uma predileção em especial por essa cátedra ou disciplina, mas por um reconhecimento de um caráter um tanto etnográfico de seus relatos, textos e reflexões. Ao longo de 13 ensaios, Du Bois versaria não apenas sobre o preconceito racial presente na sociedade estadunidense em fins do século XIX e início do século XX: desenvolveria, para além disso, temáticas que julgou concernentes e vitais para a inteligibilidade da população negra e seu status social, político e cultural no seio do mundo que lhe era contemporâneo:

“Aqui estão encerradas muitas coisas que, se lidas com paciência, poderão mostrar o significado estranho de ser negro agora, no alvorecer do século XX. Esse significado não é desprovido de interesse para ti, gentil leitor; pois o problema do século XX é o problema da barreira racial.” (DU BOIS, 1999, p. 49)

Talvez seja um pequeno exagero de minha parte, ou delírio de uma licença quase poética tirada sem o consentimento de ninguém, mas penso que se Simone de Beauvoir eternizou o “não se nasce mulher, torna-se mulher” com a máxima do não ser, mas do “tornar a ser”, talvez pudéssemos atribuir à Du Bois o mérito sobre as primeiras facetas e impressões do não ser negro, mas descobrir-se negro, a partir da percepção de si dentro de um contexto social:

“Em uma pequenina escola de madeira, os meninos e as meninas, não sei por quê, tiveram a ideia de comprar deslumbrantes cartões de visitas para trocá-los entre si. A troca foi alegre, até que uma menina alta, recém-chegada, recusou meu cartão. Recusou-o peremptoriamente com o olhar. Então, me ocorreu, com uma certa urgência, que eu era diferente dos outros; ou talvez semelhante no coração, na vida e nos anseios, mas isolado do mundo deles por um imenso Véu. Dali em diante não senti qualquer desejo de rasgar esse véu, de perpassá-lo. A todos do outro lado incluí no mesmo desprezo e vivi acima dele, em uma região de céu azul e de grandes sombras errantes. Esse

Céu tornava-se mais azul quando eu derrotava meus colegas nos exames ou em uma corrida, ou mesmo quando espancava suas cabeças pegajosas. Ai de mim: com o passar dos anos todo esse belo desprezo começou a empalidecer, pois as palavras pelas quais eu ansiava, com todas as brilhantes oportunidades que encerravam, eram deles e não minhas. Mas eles não hão de guardar essas recompensas, eu disse. Algumas.. todas, eu as arrancarei das mãos. De que maneira exatamente isto seria feito, nunca pude decidir: talvez interpretando as leis, ou curando os doentes, ou contanto as maravilhosas lendas que pairavam em minha mente.” (DU BOIS, 1999, p. 53)

O véu da raça: uma das metáforas e conceitos que seguirá Du Bois ao longo de todo seu livro e reflexões. Mas não o único conceito ou metáfora: imersos sob o véu, o autor nos apresenta a noção de uma “dupla consciência”, ou um “eu dividido”, onde o negro estaria em uma divisão subjetiva árdua entre sua identidade racial e sua identidade nacional. Destrinchando os significados de tais noções, Du Bois parte dessas proposições para relatar, refletir e registrar o contexto da população de cor nos Estados Unidos, contexto esse em que tal população não estaria inerte ou mesmo submissa e passiva diante das adversidades enfrentadas.

A partir da luta de sua inserção, não apenas no mercado de trabalho como também por seus direitos civis e a educação básica, fundamental e superior, Du Bois esboçaria outro de seus conceitos a nortear suas proposições: a *décima parte talentosa*. Partindo de uma perspectiva eminentemente elitista, a *décima parte talentosa* seria, dentre aqueles que habitam o denso véu, os capazes de adentrar e disputar espaços do mundo branco em iguais condições, devido a seus notórios talentos e domínio de um léxico proveniente da educação formal e cultura letrada. A *décima parte talentosa* seria o seguimento intelectual negro responsável pela elevação dos demais compatriotas do véu e contribuiriam para a superação de outros estados problemáticos que recariam sobre a população de cor. Mas, apesar do reconhecimento dos lugares desfavoráveis e dos espaços, sociais e simbólicos, ainda infames, ocupados pela população negra, William Du Bois preconizava não uma disputa, mas uma coexistência entre ambos os grupos, onde, tendo cada um subsídios de uma importante contribuição, poderiam, juntos, edificar um novo meio social.

Mas por que deveríamos nos debruçar sobre essa questão? Por que despender tanto tempo e energia para refletirmos acerca dos espaços que ocupamos, dentro e fora do meio acadêmico e de seus possíveis significados? É, na leitura de outra referência bibliográfica importante que descortinei, quase ao acaso, o véu eurocêntrico que cobre nossas formas de saber, conhecer e conceber, e onde encontrei parte não de uma resposta, mas, talvez, de maiores provocações acerca dessa questão do lugar.

Na publicação de sua antiga proposta de tese de doutoramento em psiquiatria, reprovada por ser considerada insuficientemente empírica, o médico e psicanalista martinicano Frantz Fanon seria assertivo sobre os “porquês” de seu texto e de suas reflexões:

“Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. (...) Por que escrever essa obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina. E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prova-lo” (FANON, 2008, p. 25).

Por que escrever esta tese? Porque há coisas que precisam ser ditas dentro da academia e para a academia. Ácido, na mesma proporção em que é, simultaneamente, erudito e mordaz, Fanon, ao longo de 7 capítulos, me inspirou, de maneira densa e diversificada, à reflexão sobre as distintas formas pelas quais o racismo se apresenta e é apresentado dentro de nossa sociedade e, de forma eficiente e capilar, em nossos distintos meios sociais. Fanon disserta sobre o contexto francófono, em meados do século XX; quanto a mim, diria que divago sobre o meio acadêmico bem específico da UFMG e sobre pontos que me saltam aos olhos e ardem à pele, ao longo dos meses referentes ao ano 2017 e nos anos que se seguiram dali em diante, sobre a recepção acadêmica de corpos negros e existências não normativas⁶⁶.

Os problemas precisam ser anunciados, e não apenas proclamados, à guisa da falta de um reconhecimento apropriado de quem violenta e de quem é violentado, ou, simplesmente, pelo fato de que, independentemente de tal reconhecimento, os problemas continuarão a manter sua existência, e precisam, por isso mesmo, ser encarados. Mas, mesmo partindo de um esforço legítimo e louvável creio que seja bem possível que “muitos pretos não se [reconheçam] nas linhas que se seguem. Muitos brancos, igualmente. Mas o fato de que eu me sinta estranho ao mundo do esquizofrênico ou do impotente sexual em nada muda a realidade dele” (FANON, 2008, p. 29). O fato de determinados autores e/ou autoras sociais não se reconhecerem diante das questões, aqui, apresentadas, ou questionarem a existência dessas mesmas questões, não as tornarão inexistentes. Muito pelo contrário: que antes o puro dissabor do negacionismo pudesse acabar com os problemas mesmo dos quais ele se esforça em negar, mas, ao contrário, ele parece apenas reforçar uma chaga gangrenada e malcuidada que só tende a se alastrar.

⁶⁶ Entendo “existências não normativas” como àquelas que definem a si mesmas a partir de critérios identitários que partem de proposições bem específicas, sejam elas de raça, classe, gênero ou sexualidade e se encontram em condições diversas de subalternidade e/ou vulnerabilidade social.

A tentativa maior é a de demonstrar os efeitos das relações estabelecidas entre pessoas brancas e pessoas negras dentro do meio acadêmico: para os brancos e para os negros. Utilizando de uma proposição sumariamente fanoniana, “O branco está fechado em sua brancura. O negro em sua negrura”. Um dos grandes méritos de Fanon, em suas reflexões, é a de destacar o negro não como um mero produto infame de um contexto deturpado: o racismo, fruto de um sistema colonialista, filho desse, por sua vez, de uma política imperialista. Não, o negro não é mais um produto e, se o é, é tanto quanto o branco. Negros e brancos dividem espaços ambíguos de protagonismos, nem sempre felizes, e que reiteram, por sua vez, arquétipos e comportamentos que, naquilo que poderíamos chamar de “perspectiva clínica” de Fanon, precisam ser não apenas identificados, como, principalmente, tratados e superados.

Mas a discrepância, a tara, não se encontra circunscrita apenas nos protagonistas diretamente afetados pela criação desses chamados “arquétipos”. Sobre o negro e a linguagem, nas diversas formas pelas quais as populações de cor são tratadas por distintos profissionais, dentre eles, médicos e analistas, Fanon ainda colocaria que:

“Se aquele que se dirige em petit-nègre a um homem de cor ou a um árabe não reconhece no próprio comportamento uma tara, um vício, é que nunca parou pra pensar. (...) Diante de uma velha camponesa de 73 anos, doente mental, em franco processo demencial, sinto, de repente, desmoronarem as antenas com as quais toco e pelas quais sou tocado. O fato de adotar uma linguagem apropriada à demência, à debilidade mental (...), o fato de ir ao seu encontro à procura de um diagnóstico é o estigma de um afrouxamento de minha conduta nas relações humanas. Outros poderão considerar que sou um idealista. Creio que os outros é que são uns canalhas. Quanto a mim, dirijo-me sempre aos bicots em francês correto e sempre fui compreendido. Eles me respondem como podem mas me recuso a adotar qualquer postura paternalista” (FANON, 2008, p. 45).

Fanon preconiza, em seu texto, não apenas a denúncia de um estado de coisas, mas a superação de formas amplas de marginalização por intermédio da racialização de corpos e existências, a partir da superação dessa mesma marginalização pela busca de um universalismo que transplantasse a diferença, em direção à própria condição humana.

Olho, com suspeita, para ideais tão abrangentes e ambiciosos, da mesma forma que o próprio autor desconfiava de entusiasmos pueris. Mas se a finalidade última de seu projeto estaria passível de questionamentos mais acentuadamente desconfiados, o percurso de sua reflexão nos lega, ainda hoje, fundamentos e possibilidades, para além de novos questionamentos, um caminho para responder a velhos e insistentes perguntas, sejam elas pueris ou não: como resolver essa questão? A questão dos lugares e das formas de se conceber – e distinguir – corpos e existências? Antes de tudo, creio ser necessário encarar a existência dessa

questão enquanto uma questão em si. Só muito recentemente, no entanto, é que me deparei com a existência desse outro problema: a questão da invisibilidade, que antecedia a questão do lugar. Aquela aula, com Xangô e Iansã, ficara, há muito, para trás. Porém os questionamentos suscitados por ela, apenas começaram, no transcorrer do ano de 2017 e que, talvez, se estendam até hoje, sem maiores expectativa quanto a respostas alcançadas.

Em um outro fim de tarde, relativamente calmo para um final de período letivo, a universidade, àquela altura, já se encontrava mais esvaziada. Mas acredito que não poderia falar o mesmo sobre as preocupações, tensões e compromissos que estampavam os rostos – e bem provável a mente – daqueles e daquelas que ainda figuravam pelos corredores vazios da FAFICH. Hoje, uma reunião, amanhã, um seminário e depois a entrega de um relatório qualquer.

Imerso em meus próprios pensamentos, focado nos textos, nas escritas e nas análises que ainda estavam por serem feitas e postas no papel, escutei uma voz que, não mais que de repente, irrompeu de uma maneira cuidadosa e sutil e interrompe uma sequência infundável de introspecções, já corriqueiras, inconscientes e automáticas de minha parte: “*Olá Daniel, ainda não está de férias?*”. Era um antigo colega de pós-graduação que há muito não o via. Sorri, ainda preocupado com os meus próprios textos para escrever, e lhe devolvi a mesma pergunta.

Respondendo, igualmente cansado, ele me falava através de um longo suspiro: “*Hoje foi a qualificação da minha dissertação.*” De súbito acordei daquele estado quase inerte em que entramos quando nos movemos, sem pensar ao certo naquilo em que estamos dizendo e fazendo, e lhe perguntei agora mais enérgico e atento: “*E então, como foi? O que disseram?*”. Ainda cansado, porém visivelmente mais aliviado, ele me respondera: “*Recebi muitas críticas e confesso que estou repensando alguns pontos que julgo serem realmente importantes, mas no fim acho que foi, em um todo, bem positivo*”. Assenti positivamente com a cabeça, concordando e reiterando sua postura. Mas a curiosidade se fez mais imperativa do que o de costume e acabei lhe perguntando o que haviam dito, exatamente, sobre seu trabalho. Meu colega, agora ele entrando em seu próprio modo automático, responde olhando para seu pequeno copo de café, imerso, por sua vez, em seus próprios textos e suas próprias reflexões internas: “*disseram que era uma proposta... diferenciada. Não era bem uma etnografia, mas uma ‘escrita experimental’ pelo fato de usar do meu próprio corpo para contrapor as diversas noções de pessoa dos exemplos etnográficos dos trabalhos que eu li.*”

Uma “escrita experimental”. Escutei-o mais atentamente. Conversamos melhor e por mais tempo, ainda que não tão demoradamente quanto eu gostaria, mas o suficiente para trocarmos mais ideias e impressões acerca de nossos trabalhos, pesquisas e reflexões. Nos encaminhamos, ao término de nosso diálogo, para a saída da Universidade e, depois de mais algumas palavras trocadas, nos despedimos: eu, retornando para a pequena sauna que habitava e chamava, calorosamente, de quarto; ele, ao ponto de ônibus, esperando sua condução. Mas havia algo daquele inesperado encontro que, por um tempo, permaneceu indelével ao longo dos dias que se seguiram para mim: *uma escrita “experimental”*. Meu colega me dissera que usava das reflexões acerca do próprio corpo para desenvolver sua pesquisa e que, devido ao caráter inusitado desse recurso, seu trabalho foi recebido de uma maneira diferenciada dos demais. Meu colega é cadeirante e, talvez, tenha sido, durante muito tempo, a única pessoa com deficiência (PCD) a ocupar um lugar enquanto discente dentro da comunidade acadêmica do PPGAN.

A “escrita experimental” se configura, nesse contexto, não como uma caracterização inocente ou diversa de abordagem metodológica empregada, mas como um *espaço*, uma possibilidade única de um tipo específico de trabalho reflexivo em que determinados sujeitos podem ou são capazes produzir. Seus trabalhos e reflexões, nesse sentido, estão não apenas fora de uma norma catedrática, mas são situados à margem de suas próprias disciplinas por seus pares, que encarceram, desse modo, não apenas possibilidades diversas de produção do conhecimento como também corpos e sujeitos em posições hierarquizadas enquanto produtores de saber. Casos como o relatado por esse colega são muito comuns naquilo que poderíamos chamar, jocosamente, de “bastidores acadêmicos”: corredores de departamentos, cantinas de faculdade, mesas de bar, encontros despreocupados fora do meio universitário ou dos campos de pesquisa.

Recordo-me de inúmeros momentos como este, em reuniões com minha antiga turma de mestrado, em que, sem planejarmos, começávamos a dividir, entre pratos engordurados de tira-gostos e garrafas de cerveja coletivamente compartilhadas, as pequenas aflições que assolavam nossas pesquisas. Algumas colegas, certa feita, confessariam, irritadas, que seus trabalhos, para além de serem ou não bem vistos, eram, em muitas ocasiões, desmerecidos como menos “antropológicos” ou “menos acadêmicos”, em algumas disciplinas cursadas, devido não apenas a tônica de suas temáticas – transmasculinidades, maternidade no movimento feminista, envelhecimento entre travestis no cenário de BH, etc.–, mas pelo envolvimento que as mesmas

tinham com as questões apresentadas, que iam para além de meras especulações teóricas ou conceituais.

No decorrer de minha própria pesquisa, que, na época, apesar de se tratar do meu antigo curso de mestrado e de outros interesses teóricos e metodológicos, já se apresentava, sem que eu soubesse, naquele momento, as sementes desta mesma pesquisa que vos é apresentada, e que, o velho Ali, abria portas para inúmeras reflexões, dentro e fora das minhas pretensões iniciais de investigação. Sendo o Muhammad Ali uma figura política e social, do meio esportivo e do ativista negro, me vi envolto pelo mesmo contexto desconcertante e incômodo que pairava sobre meus colegas e minhas colegas, pois passava a ser interpelado, constantemente, pelo lugar em que ocupava em minha pesquisa enquanto um homem negro e que, naquele período, era um atleta ativo dos meios de combate pugilísticos. As interpelações tinham um cunho diverso do esperado: se concentravam menos na metodologia empregada para o desenvolvimento das análises e mais nas especulações em torno do tipo de pesquisa que seria produzida a partir de um lugar que me era comum ao campo de investigação, porém incomum ao campus universitário: *“Bom, isso que você está fazendo é autoantropologia... e a autoantropologia é complicada... eu não seguiria por esse caminho”*, afirmaria mais de um docente, no transcorrer de inúmeras disciplinas. Eu não dispunha, no entanto, de uma malícia tão apurada para essas elaborações quanto eu a tenho manifesta hoje, ao mesmo tempo que retinha uma postura demasiada contida ao me ver obrigado a lidar com esse tipo de questionamento. Hoje, talvez, fosse capaz de elaborar uma resposta mais rápida e ligeira e, igualmente, ácida afirmando que o saber antropológico sempre foi complicado, desde 1922, com Malinowski, ou até mesmo antes de se autoproclamar enquanto antropológico ou mesmo enquanto um saber disciplinar.

Marylyn Stratern, em um texto que procura versar, especificamente, sobre a noção de autoantropologia, nos definira essa ideia a partir de um senso comum de que ela seria “a antropologia realizada no contexto social que a produziu” (STRATHERN, 2014, p. 134). Posteriormente, no mesmo texto, refinaria sua definição, explicando que:

“Existe uma tendência a equiparar reflexividade com maior autoconsciência, e assim considerá-la uma virtude pessoal, que uma pessoa sensível revela em seus escritos. Pode parecer que os antropólogos estão fadados a apenas aperfeiçoar uma autoconsciência cada vez mais refinada. Entretanto, existe uma reflexividade conceitual além da sensibilidade dos praticantes individuais na medida em que o relato antropológico, como relato antropológico, devolve ou não para as pessoas as concepções que elas têm sobre si mesmas – aspectos que se aplica igualmente à etnologia e à análise antropológica. Quando isso acontece, pode-se falar em autoantropologia nos dois casos. Contudo, não me refiro à devolução da informação da forma

como ela foi oferecida, mas ao processamento antropológico do 'conhecimento', informado por conceitos que também pertencem à sociedade e à cultura estudadas" (STRATHERN, 2014, p. 135-136).

A noção de autoantropologia para Strathern, desse modo, se configura tanto como uma elaboração teórica, sensível e refinada quanto ao que poderíamos chamar enquanto sendo a “própria” antropologia. No entanto, assim como a “escrita experimental”, a “autoantropologia”, enquanto método de pesquisa, têm sido usada como uma das muitas formas eufêmicas de encarceramento de sujeitos e hierarquização de lugares. O não reconhecimento dessa acepção nos leva a uma invisibilidade de tipos de relações danosas estabelecidas entre os sujeitos, relações essas hierárquicas e desproporcionais, em termos de exercício e detenção de poder e, essa mesma invisibilidade, nos leva à não formulação de nossa questão: a questão do lugar e das possibilidades dos sujeitos enquanto produtores de saber.

Dessa forma, remeto-me novamente à Fanon. Em “O negro e a linguagem”, capítulo primeiro de “Pele negra, máscaras brancas”, Fanon falaria a respeito do uso do *Petit-nègre*, uma espécie de linguagem mista entre o idioma francês e as expressões linguísticas correntes na ilha da Martinica, e dos significados em se usar essa forma de expressão idiomática com os negros que se encontravam em seu recém ingresso no território metropolitano:

"Levar [o negro] a falar em Petti Nègre é aprisioná-lo a uma imagem, embê-lo, vítima eterna de uma essência, de um aparecer pelo qual ele não é responsável. E, naturalmente, do mesmo modo que um judeu que gasta dinheiro sem contá-lo é suspeito, o negro que cita Montesquieu deve ser vigiado. (...) Claro, não penso que o estudante negro seja suspeito diante de seus colegas ou de seus professores. Mas fora do meio Universitário subsiste um exército de imbecis: o importante não é educá-los, mas levar o negro a não ser mais escravo de seus arquétipos. Estamos convencidos de que estes imbecis são o produto de uma estrutura econômico-psicológica: mas é preciso avançar mais a partir daí. (...) O que afirmamos é que o europeu tem uma ideia definida do negro, e não há nada de mais exasperante do que ouvir dizer: 'Desde quando você está na França? Você fala bem o francês?'" (FANON, 2008, p. 47)

Levar estudantes de pós-graduação – no exercício de suas pesquisas – aos espaços comuns da “escrita experimental” e da “autoantropologia”, devido às suas demandas reflexivas, temáticas de investigação e, o que considero mais grave, a quem o estudante é, em termos identitários, é encarcerar não apenas sua produção catedrática em um espaço pejorativo e hierarquizado, mas também enquadrar a própria figura do pesquisador, enquanto sujeito, pelo o que ele representa em termos sociais. Talvez, como bem destaca Fanon, o mais importante, em meio a esse conflito, não seja a educação propriamente dita dos imbecis, mas o trabalho e

combate direto desses arquétipos junto àqueles que tiveram suas licenças intelectuais retiradas antes mesmo de que fossem consolidadas.

Ainda em seus escritos sobre a “autoantropologia”, Strathern procura refinar o seu uso, ao apresentar os possíveis contextos de construção do significados desse conceito quando postos à prova às inúmeras variáveis de produção do conhecimento antropológico:

“‘Em casa’ pode recuar infinitamente: estaria um cigano que estudasse ciganos em casa? Ou teria de ser um cigano desta e não daquela região? A resposta que proponho é bastante específica e não exclui outras formas possíveis de estar ‘em casa’. Mas ela de fato aponta para um aspecto da prática antropológica que não pode ser ignorado. Considero, pois, uma forma de livrar o conceito de casa de medições impossíveis de graus de familiaridade. O contínuo obscurece a ruptura conceitual. O que se deve saber é se investigador-investigado estão igualmente em casa, por assim dizer, no que diz respeito aos tipos de premissa sobre a vida social que informam a investigação antropológica”. (STRATHERN, 2014, p. 133-134).

A chamada “autoantropologia” seria, supostamente, uma “antropologia feita em casa”, onde investigadores e investigados compartilhariam não apenas de um mesmo contexto social, como, também, de uma mesma egrégora de significantes culturalmente compartilhados e comuns entre ambos, fazendo com que o fruto do trabalho do antropólogo/etnólogo se torne, desse modo, um produto autorreflexivo de caráter eminentemente sofisticado em termos de análise dos fatos e elementos apresentados do que poderíamos chamar como sendo “sua própria cultura”.

A noção mais problemática de todo esse processo, no entanto, seria, justamente, a ideia de “casa”, apresentada por Strathern no trecho acima. Que o produto de uma “autoantropologia” seja mais ou menos bem quisto ou mais ou menos refinado, é algo que poderemos ou não discutir, em congressos e aulas intermináveis, como parecem se deleitar os catedráticos, acadêmicos e pretensos eruditos de plantão. Contudo, o que será chamado de “autoantropologia” dependerá, diretamente, daquilo que será entendido e chamado enquanto “casa”: o lugar comum a ambos, investigadores e investigados, de onde se parte a produção dos discursos, e do contexto que seria, supostamente, compartilhado em termos de referencialidade social e cultural dos sujeitos envolvidos.

Ao ver meu colega se utilizar de sua condição física como uma espécie de “filtro conceitual” para a elaboração de uma análise reflexiva sobre contextos sociais distintos ao seu, ou, quando grupos sociologicamente reconhecidos enquanto minoritários se utilizam de suas condições sociais e culturais para analisarem estruturas e relações de poder em específico, isso

me soa como sendo algo bem dispare do que Strathern identificaria enquanto “autoantropologia”: afinal, qual seria a “casa”, nesse ponto? Ser uma pessoa negra, por exemplo, e usar dos elementos de sua condição e identidade racial para construir uma reflexão, verse essa mesma reflexão sobre a estrutura social e cultural do racismo ou não, se dá como insuficiente para acolhermos esse contexto enquanto a “casa” de Strathern.

Assim, Strathern, longe, ainda, de bater o martelo do veredito final sobre a tão problemática “autoantropologia”, nos falaria que:

“A autoantropologia, ou seja, a antropologia realizada no contexto social que a produziu, tem de fato distribuição limitada. As credenciais pessoais do(a) antropólogo(a) não nos dizem se ele(ela) está em casa nesse sentido. Mas o que ele(ela) afinal escreve diz se há continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas”. (STRATHERN, 2014, p. 134).

Então, nos deslocamos da noção de “casa” e passamos, agora, para o fruto do trabalho do antropólogo/etnólogo: a escrita. O que estaria em questão, de acordo com Strathern, seria a maneira como a autoridade etnográfica é construída em referência às vozes daqueles que fornecem a informação e o papel que lhes é atribuído nos textos resultantes (STRATHERN, 2014, p. 136). Dito de outra forma, a questão da autoria, ou o poder de definir quem será considerado, ou não, autor ou autora de seus próprios discursos ou palavras, confere, aos investigadores, os antropólogos e/ou etnólogos, o domínio não apenas da produção de discursos sobre sujeitos, mas, principalmente, a produção dos próprios sujeitos ou de quem deva ser considerado ou não enquanto um sujeito, e, ao mesmo tempo, também, de quem poderá ser considerado, legitimamente, enquanto um autor ou uma autora, na medida em que aquilo que tais sujeitos produziram a respeito de si mesmo, seriam não apenas apropriados, como também ressignificados e validados por outros indivíduos. Ou seja, os investigadores, antropólogos, etnólogos, eruditos e acadêmicos como um todo, usurpariam um poder em que, os investigados, em determinadas instâncias, já não teriam mais um controle prévio sobre, ainda que eles tenham sido os produtores primários das informações fornecidas sobre si mesmos:

“Ao produzir ‘produtos’ infinitamente, a cultura burguesa ocidental é construída como infinitamente criativa, num modelo que não envolve apenas permutações de produtos, mas a noção de que produção também é controle, e isso inclui o controle sobre os valores atribuídos às coisas. O que exaspera os moradores da aldeia inglesa não é o desejo de obter o que o antropólogo tem, mas a forma como enxergam a usurpação da autoria. Ou seja, o antropólogo está se constituindo como autor de um relato em que se desloca a autoria que eles têm sobre eventos, atos e sentimentos. A autoria deles é englobada como parte dos dados antropológicos” (STRATHERN, 2014, p. 141).

Se apropriando das definições de Rabinow sobre o que é ser autor e o que é ser escritor, e, também, de suas distinções e das implicações dessas diferenças para a produção do conhecimento acadêmico, Strathern nos fala que

"Rabinow aplica a uma série de produções etnográficas a distinção de Barthes entre o escritor, por um lado, que se ausenta do texto e trata a linguagem como uma ferramenta transparente para fins de explicação e instrução, e o autor, por outro lado, cujos textos incorporam sua relação com o mundo, nos quais a linguagem é seu próprio fim, extremamente autorreflexiva." (STRATHERN, 2014, p. 146).

Fazendo um jogo complexo e sinuoso de quando o antropólogo assume o papel de escritor e de autor, Strathern, interligando a noção de “casa” ao contexto primário definidor de uma produção etnográfica, apresenta a noção de que a “autoantropologia” dependerá não da condição ontológica de quem produz a sua escrita, mas de como a linguagem é utilizada na produção dos discursos sobre os sujeitos e, para além disso, do quanto essa mesma linguagem evidencia um contexto de significantes culturais compartilhados entre investigador e investigados de forma suficientemente plena e eficaz para esse mesmo contexto ter a possibilidade de ser reconhecido enquanto “casa”.

Tendo tudo isso em conta, ao nos depararmos com a colocação comum de distintos docentes, que “*o que você está fazendo é autoantropologia... e a autoantropologia é complicada... eu não seguiria por esse caminho*”, o que se encontra por trás disso não é a complexidade da noção e do processo de feitura de uma “autoantropologia”, visto que, grande parte dos docentes que proferiram essa sentença (ou sentenças de cunho depreciativo e de natureza significativa similares) não apresentavam a mínima consciência do que a própria Strathern falava sobre esse conceito e modalidade de produção antropológica. O que se encontra por trás disso é, pelo contrário, a disputa pelo poder de definir quem pode ou não ser considerado um autor ou uma autora no ambiente acadêmico em questão, definindo, em contrapartida, quem são os objetos de pesquisa ou sujeitos tematizados.

Se os membros da comunidade Chacrinha dos Pretos eram os “objetos de estudo” da docente que teve a sua controversa produção apresentada em sala de aula, naqueles dias nada saudosos de abril, de 2017, quem ou o que seriam os discentes negros e negras que entrariam no PPGAN via políticas de ações afirmativas? Autores e autoras? Ao apresentarmos projetos de pesquisa com propostas não apenas diferenciadas em termos de temáticas, mas, principalmente, deslocadas em termos de conceito, metodologia e lugar, o novo quadro discente que estaria entrando e ocupando as fileiras do mundo acadêmico, a começar pelas banquetas

desgastadas e desconfortáveis do PPGAN, representariam uma ameaça à própria noção de autoria que há tanto tem sido apropriada e monopolizada pelos tipos de sujeitos sociais que conseguem aderir, preencher e ocupar os espaços de poderes catedráticos na condição de docentes universitários, Doutores e Doutoradas, da estrutura acadêmica brasileira e, aqui, do PPGAN⁶⁷. Como Xangô bem colocara, nós não tínhamos “nome de autor” e o apito de cachorro, de López, fora acionado para que não tivéssemos um trabalho pelo qual pudéssemos ser reconhecidamente autores também, afinal de conta, “*a autoantropologia é complicada... eu não seguiria por esse caminho*”.

3.3. Dos Significados da Presença e da Cor

Falar sobre a presença negra dentro de espaços de poder e dos processos de (re)laboração representativa que a presença desses segmentos impõe - aqui, com um foco especial nos espaços catedráticos e acadêmicos -, se constitui em uma tarefa por demais complexa se não levarmos em conta as diferentes formas pelas quais tais presenças foram se construindo. Creio não ser possível tal proposta reflexiva sem pensarmos no papel que as Ações Afirmativas tiveram e ainda possuem na disputa e permanência desses espaços e dessas representações.

Ao ser questionado sobre o papel que o discurso histórico da mestiçagem ainda exerce sobre a construção de uma consciência negra brasileira, Kabengele Munanga, em sua entrevista já mencionada e destacada no capítulo anterior, nos fala que a mestiçagem é um fenômeno genético, comum e histórico em qualquer tipo de sociedade. Não existe sociedades não mestiças, mas é preciso se ter um posicionamento político quanto a isso:

“O Brasil nunca assumiu seu preconceito, e por isso nasceu o mito da democracia racial. Se defendia que o Brasil não era racista, porque somos um povo mestiço. Não tem mais negro, não tem índio, não tem branco... Mas vai lá no Sul do Brasil e diz para os gaúchos que eles são mestiços. Eles vão dizer que são brancos! Então não dá para dizer que todo mundo é mestiço... Pegue a história do mundo ocidental, a que se ensina aos brasileiros, e o que tem de mestiço ali? É a história do branco da Europa. Pegue a estrutura de poder: quantos mestiços nós temos no Congresso, no Executivo, na Justiça?”

⁶⁷ Ressalto que, até o presente momento, o PPGAN-UFMG possui, apenas um professor negro em seu quadro de docentes permanente e efetivos, transferido muito recentemente de um outro departamento da UFMG para o departamento de Antropologia e Arqueologia.

(...) E é algo que se naturalizou tanto que as pessoas não veem a ausência do negro na sociedade brasileira. Onde estão os negros aqui? Onde estão?”⁶⁸

A entrevistadora Tatiana Mendonça, após essa fala de Munanga, afirma que podemos notar uma mudança substancial na reelaboração de uma consciência sobre tais ausências nas últimas décadas e isso se deveria, principalmente, em razão da implementação das Ações Afirmativas, “mas os lugares de poder, de fato, ainda não foram ocupados”⁶⁹.

3.4. Embates e Controversas entre o Eurocentrismo e Afrocentricidade

Atestar ou defender as mudanças gradativas no debate racial brasileiro dentro de nosso meio social, no entanto, não se configura na garantia de uma legitimidade total ou, para usar de um tom mais realista, de uma legitimidade majoritariamente reconhecida. A bem dizer, as propostas de Ações Afirmativas ainda são alvos de diferentes disputas e controvérsias, dividindo a opinião pública, seja ela de doutos ou de leigos.

No dia 08 de maio de 2019, no princípio do corrente mês, o Diário Oficial da União publica um projeto de lei de autoria do deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim, que determina a extinção do sistema de cotas para o ingresso nas Universidades no âmbito estadual do Rio de Janeiro. A justificativa para tal projeto é a de que:

“O sistema de cotas nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro cria um terrível precedente que é a possibilidade de discriminação social para atingir objetivos políticos, o que gera nos indivíduos uma sensação de que não serão mais julgados pelo que são ou pelo que fazem, mas em razão da cor da sua pele. Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual à obtida pelos cotistas nas provas de vestibular. As cotas definidas pela cor da pele do indivíduo corrompem as Universidades onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico e criando pressões sem fim para discriminar as pessoas por sua “raça” em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade. Cada vez mais são noticiados casos de candidatos que fraudam as autodeclarações raciais no intuito de fazerem jus a uma vaga que na verdade não fazem. Tal critério jamais poderia ser utilizado para defender direitos, já que não é possível atestar a real necessidade de um candidato apenas pela cor da sua pele. O referido sistema representa uma afronta à meritocracia já que todos são iguais perante a lei

⁶⁸ Mais informações no link: http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1970193-kabengele-munanga-e-preciso-unir-as-lutas-sem-abrir-mao-das-especificidades?utm_source=facebook.com&utm_medium=social&utm_campaign=fb-atarde

⁶⁹ Idem.

e, permitir um sistema de cotas que utiliza como critério a cor da pele causa uma distorção nos direitos universais, pois considera que a cor da pele define a incapacidade do indivíduo de buscar por seus próprios méritos o objetivo que deseja alcançar”⁷⁰.

Estamos em 2019, e as falas do deputado Rodrigo Amorim fazem alusão a determinados espaços comuns que têm sido evocados a, pelo menos, 20 anos no cenário brasileiro, desde que as cotas raciais foram instituídas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, mais tarde, adotada em Universidades com a UNB e a UFBA. A partir do momento em que o debate se torna público, tais espaços comuns começam a serem evocados nas críticas a institucionalização dessa política inclusiva. Na justificativa do projeto de Lei do Deputado Amorim, podemos determinar, pelo menos, 4 eixos centrais de argumentação:

- 1) As cotas raciais se configuram em um processo de discriminação, incitando e acirrando diferenças sociais já em processo de superação.;
- 2) Por atuarem em uma instância de institucionalização da diferença, as cotas gerariam ressentimentos entre os candidatos aprovados dentro da média de corte de seus respectivos cursos e que não poderiam usufruir dos benefícios desse tipo de política;
- 3) As cotas raciais, por avaliarem os indivíduos apenas pela cor de sua pele, desmereceriam seu valor enquanto seres humanos, anulando qualquer tipo de mérito que eles poderiam ostentar em termos de desempenho intelectual;
- 4) Pela dificuldade em se poder determinar de maneira adequada quem seria negro o suficiente ou não para usufruir dessa política, vários casos de fraudes vêm à tona, tornando a proposta inviável e insustentável.

Tais argumentos também podem ser encontrados nas produções de figuras acadêmicas como da docente Célia Maria Marinho de Azevedo, professora aposentada do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Para Azevedo, as Políticas de Ações Afirmativas seriam políticas que não apenas institucionalizariam o conceito de raça na sociedade brasileira por vias legais, mas trabalhariam, acima de tudo, um processo de excepcionalização do negro:

“Por excepcionalização do negro, quero dizer a formulação de “políticas de ação afirmativa”, ou seja, políticas públicas de Estado que instituem formalmente a categoria “Raça Negra”, concentrando-se na conquista de direitos de “raça” e na afirmação da “diferença”, seja ela vista como cultural ou biológica. Com isso, teremos a montagem de uma vitrine de pessoas bem-sucedidas da “Raça Negra”, bem ao gosto de um velho

⁷⁰ Olhar Anexos: anexo 14.

liberalismo (mudar minimamente para que tudo fique como está), já convenientemente instruído pelo darwinismo social (os mais fortes dentre os fracos figurarão como vencedores da “Raça Negra” nesta vitrine social do mundo competitivo capitalista; já os que não se espelharem nesta vitrine ficarão para trás, atolados na miséria produzida dia a dia pelo racismo institucional)” (AZEVEDO, 2013, p. 8).

Azevedo se auto intitula proveniente de uma geração que se formou no combate antirracista brasileiro, ao denunciar as fragilidades do mito da democracia racial e mostrar, a partir de distintas análises acadêmicas e conceituais, como um discurso construído com base em diferentes vertentes do racismo científico do século XIX contribuíram para a construção de um processo de exclusão social brasileiro que elaborou, simultaneamente, um projeto de nação (AZEVEDO, 2013, p. 3). É interessante notar, ainda, os argumentos elencados por Azevedo ao analisar a política de Ações Afirmativas no contexto estadunidense em detrimento ao brasileiro:

“Entretanto, a despeito da inclusão efetiva de alunos negros e de outras minorias (...) em instituições de ensino superior, públicas e privadas, as críticas às políticas de cotas na universidade por parte de cidadão brancos e negros vêm se avolumando desde meados de 1980. (...).

Primeiramente, o fato de se permitir o ingresso de alunos negros e de outras minorias nas universidades não significa garantir que eles efetivamente se graduem. O fato de que muitos dos chamados “alunos da ação afirmativa” – ou de acordo com expressão pejorativa, os “alunos de cotas” – jamais alcançarem a formatura explica-se pelo simples motivo de serem em um meio intelectual extremamente competitivo sem estarem ao mesmo tempo convenientemente armados para enfrentar a concorrência de seus colegas de elite. (...)

Um segundo aspecto que permite levantar dúvidas sobre o sistema de cotas nas universidades relaciona-se à origem social dos beneficiados. Segundo Linda Chavez, presidente do Centro por Iguais Oportunidades (Center for Equal Opportunity), sediado em Washinton D.C, as políticas universitárias de admissão preferencial, com base em critérios raciais, têm ajudado aqueles que realmente não precisariam de auxílio. (...) Chavez enfatiza o absurdo de se admitir alunos de classe média, adotando-se padrões intelectuais inferiores de acordo com os critérios estabelecidos para a “raça negra” ou para a “raça hispânica”. Como ela pergunta: por que a universidade deveria baixar os seus padrões tratando-se de estudante economicamente bem situados? Apenas por pertencerem às minorias? (...)

Há um terceiro aspecto muito ressaltado pelos críticos do sistema de cotas na universidade. Segundo o historiador C. Vann Woodward, o sistema de admissão proporcional, ou seja, o sistema que busca estabelecer cotas para os grupos historicamente discriminados de acordo com a sua proporção na população de um estado ou de um país, inviabiliza os critérios pautados pelo mérito. Em lugar de critério de mérito para se avaliar os candidatos à universidade, aplicam-se doravante, critérios de cunho racial” (AZEVEDO, 2001, p. 351, 352, 353).

Entre Amorim e Azevedo existem, contudo, algumas diferenças fundamentais em seus pontos de argumentação. Enquanto Amorim se faz valer de um discurso de teor universalista para se contrapor à uma política pública que parte de uma noção específica de diferença social (a categoria “raça”), Azevedo procura destacar a falibilidade das políticas de cunho inclusivo e afirmativo a partir de uma oposição generalizada das categorias de raça e classe, desconsiderando, contudo, as especificidades de cada uma delas e como tais especificidades se intercombinam para formar complexos processos de exclusão.

Em resposta às colocações de Amorim e Azevedo, podemos destacar o trabalho de um outro estudioso que, a bem verdade, versa sobre temáticas um pouco distintas das quais procurei apresentar por aqui, mas que possuem seu grau de aproximação. São nos escritos do Antropólogo negro e estadunidense J. Lorand Matory sobre como Marx e Freud, a partir de posições racialmente ambíguas dentro do contexto social europeu, se utilizando de posicionamentos de cunho eminentemente depreciativo para com as culturas tradicionais da África ocidental para se legitimarem, que podemos construir uma crítica deveras pertinente à Azevedo e Amorim.

Matory em seu artigo “Marx, Freud e os Deuses que os negros fazem”, procura discutir como o conceito de fetichismo e as coisas animadas que inspiraram esse termo revelam um conjunto de relações sociais, tanto entre as sociedades africanas do atlântico quanto entre os europeus, destacando que essas relações e espaços sociais são de fundamental importância para que sejam (re)laboradas deuses, teorias e conceitos (MATORY, 2018, p. 2). Segundo Matory, o ocidente empreendeu um esforço no período pós-iluminista para extirpar qualquer laço de conectividade do corpo social europeu com uma possível africanidade, o que refletiu, simultaneamente, em um esforço igualmente antissemita. No entanto, sua análise se centra, de maneira focada, em como Marx e Freud fetichizaram o sujeito negro em suas produções teóricas, tais como “O Capital” e “Totem e Tabu”, respectivamente (MATORY, 2018, p. 4).

No que concerne ao pensamento marxista, Matory procura mostrar que o trabalhador assalariado europeu, público alvo chave de sua produção teórica, foi construído, elaborado e repensado em oposição pejorativa ao escravo negro africano:

“Os artigos jornalísticos de Marx simpatizavam com a causa abolicionista. Por outro lado, a obra-prima de Marx, O capital, representa o africano escravizado – ou o chamado “escravo negro” – não como o mais explorado dos trabalhadores nem, no caso da Revolução Haitiana (1791-1804), como a vanguarda da resistência revolucionária, mas, em vez disso, como um exemplo mudo de como um trabalhador europeu, como Marx, não deveria ser tratado. Marx elaborou esse ponto justapondo uma visão bem progressiva da

fonte do valor das mercadorias com a visão mais reacionária dos proprietários de escravos estadunidenses sobre a agência do “escravo negro”. Em O capital, o principal agente da história, e objeto de empatia, é o trabalhador assalariado europeu, isto é, um europeu explorado que merecia os mesmos direitos políticos, no novo Estado-nação, que a burguesia europeia, por meio da Revolução Francesa, havia conquistado da aristocracia” (MATORY, 2018, p. 6)⁷¹.

Matory, entretanto, argumenta que entre os sacerdotes africanos do contexto transatlântico, a noção de feitura, tempo, objeto e pessoa eram manipuladas de uma forma completamente distinta da percepção eurocêntrica marxista, demonstrando agenciamentos conscientes desses sacerdotes sobre os deuses e objetos que produziam:

“Ao contrário da metáfora humilhante de Marx, os sacerdotes afro-atlânticos geralmente reconhecem que as pessoas desempenham um papel imprescindível na feitura e na manutenção dos deuses. De fato, o processo de iniciação que inclui a instalação simultânea de um deus na cabeça do noviço e no vaso que imita sua cabeça chama-se ‘fazer a divindade’ (e òrì à), na religião iorubá; ‘hacer el santo’, em espanhol; ‘fazer o santo’, em português. Ao fazer esses deuses pessoais, os sacerdotes afro-atlânticos também estão confeccionando uma nova pessoa, definida por uma nova relação com o resto do mundo social e com as forças da natureza, as quais também são concebidas em termos antropomórficos e sociais” (MATORY, 2018, p. 12).

No que concerne à Freud, ao construir todo um corpo teórico que procurasse dissecar a mente e estrutura psíquica humana, as comparações entre crianças europeias com sujeitos adultos africanos se faria como uma constante para exemplificar não apenas a superioridade das estruturas mentais europeias sobre os povos negros e não brancos, mas como se dá a construção do feitiço entre as populações não Europeias e como essa construção desemboca no tabu, a não superação pelo desejo prematuro da criança masculina de possuir a mãe, e a castração desse sentimento pela figura fálica do pai.

“Assim, destaco que a rica compreensão teórica de Marx e Freud deve muito a ambiguidade racial e ambivalência desses homens. Porém, seu pavor de serem identificados com negros e a conseqüente hostilidade antinegro que às vezes goteja de suas páginas bloqueiam sua introspecção e, com isso, várias oportunidades de entendimento muito mais ricas sobre a natureza do valor e da agência. Eu me concentro em Marx e Freud não apenas porque o uso racialmente estigmatizante que fizeram do termo fetichismo foi mais influente do que outros como também porque a própria ambiguidade social deles, como

⁷¹ Tal construção se deve pela compreensão de Marx sobre o *valor* e sobre o *trabalho*. Para Marx, o valor de uma determinada mercadoria era determinada prioritariamente pela quantidade de tempo gasto e investido em sua produção por um conjunto de trabalhadores. Assim, se uma carroça leva 50 horas para ser confeccionada, por exemplo e suas rodas levam cinco, poderíamos, em tese, trocar 10 rodas de carroça por uma carroça inteira. O fato de tal troca não ser efetuada dessa forma, se dá por aquilo que ficaria conhecido enquanto “fetichismo da mercadoria”.

homens judeus assimilados em uma Europa antisemita e como homens em posições ameaçadas de classe, ilustra as condições sociais que suspeito ter gerado as acusações mais emocionalmente carregadas sobre fetichismo, bem como as análises semióticas mais profundas das coisas chamadas “fetiches”. Percebam que não havia nada que fosse historicamente inevitável sobre a estigmatização de africanos por Marx e Freud nos tempos deles. Por exemplo, muitos dos contemporâneos de Marx, de língua alemã (como Felix von Luschan, Leo Frobenius e Franz Boas), e de Freud (como Henri Matisse, Pablo Picasso, os fauvistas e cubistas em geral) mostraram grande respeito pela África e por sua arte sacra. Ao contrário, em busca de uma compreensão dos aspectos fundamentais da psicologia humana, Freud colecionou mitos e artefatos do mundo circum-mediterrâneo e da Ásia. Porém, é possível notar que, mesmo no meio de uma revolução na arte europeia explicitamente inspirada pela arte da África tropical e sua fácil disponibilidade, a coleção de Freud não apresentava nenhuma peça com origem na África tropical. Evidentemente, o reconhecimento público da humanidade desses africanos e da psicologia que Freud compartilhava com eles era arriscado para uma pessoa racialmente ambígua como ele” (MATORY, 2018, p. 17).

Assim, Matory dispara a possibilidade não anacrônica de reelaborações diferenciadas para Marx e Freud em detrimento de suas posturas racistas frente aos segmentos negros africanos mais tradicionais, a partir do acesso aos escritos e produções de diferentes sujeitos contemporâneos que se posicionavam em uma contramão dessas construções estigmatizantes de cunho raciais. O que nos leva a crer que, no fim, apesar de serem sujeitos históricos de seus próprios tempos, escolhas foram tomadas no seio dessas reelaborações.

Se tanto para Marx quanto para Freud havia a possibilidade de postulações distintas das quais eles assumiriam em suas obras, no que diz respeito à Amorim e, mais especificamente, Azevedo, já não seria justo falarmos de “possibilidades” ou mesmo de “postulados diferenciados”. Os dois artigos de Azevedo aqui utilizados, escritos entre os anos de 2001 e 2006 se encontravam em meio a uma série de outras publicações que trabalham de maneira minuciosa as razões pelas quais as propostas de políticas de ações afirmativas são não apenas legítimas quanto eminentemente necessárias.

Em uma publicação datada de 2003, intitulada “*Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*” (GONÇALVES; SILVÉRIO; 2003), podemos ver, ao longo de 262 duas páginas, os esforços de autores e autoras como Petronilha Beatriz Gonçalves, Silva Valter Roberto Silvério, Oliveira da Silveira, Andréa Lopes da Costa Vieira, Hédio Silva Júnior, Kabengele Munanga, Wilson Roberto de Mattos, Henrique Cunha Júnior, José Jorge de Carvalho, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Nilma Lino Gomes e Rachel de Oliveira para nos explicar, de maneira minuciosa e criteriosamente, sobre a necessidade de medidas políticas como essa.

“Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista. Nesse sentido, a política de ação afirmativa nos Estados Unidos tem seus defensores e seus detratores. Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias estaduais; mais estudantes nos liceus e nas universidades; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos nos grandes hospitais, e profissionais em todos os setores da sociedade americana. Apesar das críticas contra a ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que a implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas” (MUNANGA; GONÇALVES; SILVÉRIO; 2003, p. 118).

A Argumentação de Munanga nesse trecho vai de encontro ao que Azevedo asseverou nos trechos aqui anteriormente destacados. Se, por um lado, a política de ações afirmativas não apenas recebeu como acumulou duras críticas ao longo de seus anos de vigência no contexto estadunidense, por outro, garantiu não apenas ascensão social de grupos racialmente excluídos dos espaços de poder, como também possibilitou, a criação do segmento em que a própria Azevedo acusou de não necessitar de políticas públicas como essa: a classe média.

Por sua vez, Petronilha Gonçalves apresenta uma crítica que nos mostra como as posturas “anti ações afirmativas” escondem facetas de exclusão muito singulares do sistema liberalista. Enquanto Azevedo classificava a política de cotas na condição de construtora de um estado de excepcionalidade do negro pautada na institucionalização da raça, que no auge de sua operacionalidade criaria uma “vitrine social das pessoas bem sucedidas da ‘raça negra’”, interligando essa política ao formato mais liberalista possível, Gonçalves nos fala que, no que concerne aos espaços acadêmicos:

“a concepção, a organização e o funcionamento da universidade brasileira têm seguido características que, segundo Schaub (citado por Stauss, 2002, p. 53-54), são próprias de educação promovida na perspectiva de ideologia do liberalismo, quais sejam: identificação e formação de uma aristocracia no interior da massa social democrática; reforço, junto aos escolhidos, da convicção de que pertencem a uma classe de excelência e grandeza humana; oferta de oportunidades para que participem, ainda que seja ouvindo, em intercâmbios entre as mais brilhantes mentes; oferta de experiências com “coisas belas” (GONÇALVES; SILVÉRIO; 2003, p. 46).

Se, para Azevedo o auge do liberalismo é a inserção de parte da população negra dentro dos espaços acadêmicos a partir – mas não somente- de critérios eminentemente raciais, para Gonçalves a faceta do liberalismo se dá na exclusão desses mesmo segmentos pelos mesmo critérios raciais. Basta retomarmos relatos como os de Bandeira Júnior para relembrarmos do

quão branca pode ser a Universidade, em seu corpo discente e docente, mas não, talvez, em seu corpo técnico administrativo. E é sobre corpos que a presente pesquisa procura versar. Mas como lidar com esses corpos e, mais especificamente, com os corpos negros dentro desses espaços?

Foi em um texto de François Cusset, hoje já com suas páginas amareladas, em que, pela primeira vez, tomei contato com a ideia de *subalternidade*. Definida brevemente por Cusset, a subalternidade seria a condição do dominado a partir de sua submissão a uma forma de alienação ao quadrado, a lacuna do conhecimento de si mesmo, ou o ângulo morto do processo histórico (CUSSET, 2008, p. 139).

Emergindo dos estudos culturais, e partindo para além das premissas básicas das investigações identitárias, os assim chamados estudos subalternos caracterizariam um conjunto de problematizações que seriam alocados junto a um contexto maior definido por *pós colonialidade*. De uma ambientação política do pós-guerra a um paradigma da produção de diversos saberes, a pós colonialidade, ou, inicialmente, a problemática colonial a partir do final da segunda guerra mundial, mais do que meramente anunciar uma crise nas ciências humanas – em especial, para a disciplina antropológica –, viria a expor problemas que sempre estiveram na ordem do dia: a questão do outro e as implicações políticas e sociais do que se estuda e do que se fala e, principalmente, de quem fala (ASAD, 1975). Ainda em Cusset, a pós colonialidade, não apenas na condição de contexto social e histórico, mas também como um contexto para a produção de saber seria compreendida, antes de tudo, enquanto um conceito literário, na medida em que a relação entre minoridade e linguagem, poder e língua, se responsabilizaria por sua delimitação genealógica (CUSSET, 2008, p. 137).

Assim, estudando a própria condição em que se constrói a identidade negra, a partir de práticas sociais diversas – desde movimentos sociais historicamente localizados como a luta dos direitos civis dos negros, até práticas das mais diversas e contemporâneas, como as esportivas –, a perspectiva de se operar com o significante *subalterno*, no que concerne a essa identidade em específica, se apresenta de uma forma eminentemente atraente. Desse modo, a autora Gayatri Chakravorty Spivak figuraria como um próximo passo no desenvolvimento de uma reflexão identitária, conceitual e epistêmica.

Operando a partir da crítica de dois autores emblemáticos para o que se convencionou denominar de *pós estruturalismo* – Foucault e Deleuze –, Spivak tece uma espécie de escrita/denúncia em que ambos os autores franceses, apesar de suas formulações teóricas em

prol da problematização de conceitos como *sujeito*, *engajamento social* e a própria noção de *poder*, aparecem como por demais ocidentais e, por que não dizer, etnocêntricos. De acordo com a autora indiana, Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade e por meio de uma solidariedade a partir de uma política de alianças, podem falar e conhecer suas condições. Mas do outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, poderia o subalterno falar? (SPIVAK, 2014, P. 69-70). Não se trata, no entanto, apenas de uma acusação de etnocentrismo: Spivak, em seu texto, procura trabalhar os limites mesmo da abrangência do que Foucault e Deleuze formulam e sua validade pra relações e realidades outras, como as dos ditos países de terceiro mundo. Não sem motivos, ela apresenta críticas oriundas de outros autores, tais como a de Paul Bové em que ele fala

“Para um povo deslocado e sem teto [os palestinos], atacado militar e culturalmente (...) uma questão [tal como a de Foucault, que afirma que “engajar-se na política (...) é tentar saber com a maior honestidade possível se a revolução é desejável”] é um luxo descabido da riqueza ocidental.” (BOVÉ, 1983, p. 51, apud SPIVAK, 2014, p. 76).

Mas o que se apresenta na intenção de uma crítica consideravelmente válida em sua raiz também se constrói de uma maneira igualmente problemática.

Se, por um lado, Spivak nos mostra importantes elementos de reflexão de uma produção ocidental por demais localizada e não isenta dos jogos de poder que ela mesmo denuncia, por outro, seu olhar problematiza tais espaços a partir de conceitos e noções não problematizadas, mas dadas de antemão: *divisão internacional do trabalho*, *ideologia*, *capital socializado*, *consciência de classe* e o próprio conceito de *classe* compõe um pano de fundo crítico que não passa por nenhum tipo de viés contestatório. A condição de subalternidade é construída e denunciada a partir de pressupostos tão essenciais quanto os que a própria Spivak acusa em seus alvos franceses.

Em sua fala, sobre o agenciamento de classe, a autora indiana nos coloca que, se tal coisa existe, não é uma transformação ideológica ao nível básico da consciência, é uma substituição contestadora, assim como uma apropriação (um suplemento) de algo que é “artificial” para começar: as condições econômicas de existência que separam seu modo de vida. As formulações teóricas de Marx, assim, mostrariam um cauteloso respeito pela recente crítica do agenciamento social, individual e coletivo, assumindo um caráter, para ele,

descontínuo (SPIVAK, 2014, p. 48-49). Marx, assim entendendo bem, seria retirado da condição de teórico que opera por critérios essencialistas para que Foucault e Deleuze assumissem tal lugar infame.

Operando a partir de intenções válidas, o percurso da subalternidade traçado por Spivak se apresenta de uma forma tão delicada quanto ao contexto pelo qual ele é elaborado e constrói. Talvez as noções desenvolvidas pelos próprios grupos sociais que reivindicam suas identidades em níveis, também, reflexivos passem por um viés elaborativo de subalternidade, mas até que cheguemos em tais noções, a compreensão da fala e do lugar de tais sujeitos talvez se apresentem sob outros trajetos.

Partindo, então, para outra perspectiva teórica para lidar com esses corpos, temos Reiland Rabaka, um teórico e estudioso auto proclamado afrocêntrico, que nos define a afrocentricidade enquanto “uma orientação metodológica que advoga a análise da história e cultura africanas (isto é, do continente e da diáspora) e, de maneira geral, da história e cultura mundiais, por meio de uma perspectiva africana” (RABAKA; NASCIMENTO; 2009, p. 219). A perspectiva afrocêntrica teria, para Rabaka, “raízes profundas no radicalismo negro dos anos de 1960, inspirando-se em teóricos e ativistas sociais e políticos dos Direitos Civis e do Poder do Negro, assim como em teóricos pan-africanistas e africanos anticoloniais” (RABAKA; NASCIMENTO; 2009, p. 130). Mas seria apenas com a publicação do livro *Afrocentricidade: a teoria da mudança social*, de Molefi Kete Asante, em 1980, que essa perspectiva teórica seria definida em termos de uma centralização das questões referentes às populações africanas e seus descendentes e revisão crítica epistêmica à construção dos saberes catedráticos de tradições eurocêntricas: Filosofia, Sociologia, e, principalmente, História e Antropologia.

Cunhada por Molefi Kete Asante, a ideia da afrocentricidade refere-se “à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 93). Asante, em suas elaborações conceituais, trabalharia a afrocentricidade enquanto “um processo de conscientização política de um povo que existia à margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação e da tecnologia tal como definidas pelos eurocêntricos” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 94). O propósito inicial dessa crítica acadêmica, que tomou uma proporção equivalente de uma crítica e atuação política, seria a “conscientização sobre a agência dos povos africanos”, entendendo por *agência*

“a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 94). Asante nos coloca que

“quando consideramos questões de lugar, situação, contexto e ocasião que envolvem participantes africanos, é importante observar o conceito de agência em oposição ao de desagência. Dizemos que se encontra desagência em qualquer situação na qual o africano seja descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo. Estou fundamentalmente comprometido com a noção de que os africanos devem ser vistos como agentes em termos econômicos, culturais, políticos e sociais. O que se pode analisar em qualquer discurso intelectual é se os africanos são agentes fortes ou fracos, mas não deve haver dívida de que essa agência existe” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 95)

Instigando a busca e o reconhecimento pelo protagonismo dos africanos enquanto sujeitos sociais, históricos e culturais em uma estrutura global eminentemente eurocentrada, Asante nos traria, por fim, a conclusão da apresentação de sua perspectiva afrocêntrica colocando aos seus leitores que

“Afrocentricidade não é religião, é por isso que os elementos constitutivos dos valores africanos são sujeitos a debate, embora sejam fundamentais para a investigação afrocentrada. No interior da proposta afrocentrada não há sistemas fechados, ou seja, não existem ideias vistas como absolutamente fora dos limites da discussão e do debate. Assim, o emprego da afrocentricidade na análise ou na crítica abre caminho para o exame de todos os temas relacionados ao mundo africano” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 95).

Dentro desse debate, o termo *africano* se apresentaria não enquanto um conceito identitário essencialista ou ingenuamente interligado a questões de sangue ou genéticas. Africano seria um tipo de “construto de conhecimento. Basicamente, (...) é uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia”, dentro de um contexto diaspórico. Em muitos casos, os africanos podem inclusive estar imersos nas vicissitudes das realidades diaspóricas sem que o saibam. Eis o porquê a *conscientização* é apresentada enquanto um pilar afrocêntrico: apenas “quem é conscientemente africano – que valoriza a necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica – está corretamente na área da afrocentricidade”. O que não significa que seriam africanos apenas aqueles que que proclamassem essa pretensa consciência. Dentro de uma realidade diaspórica, onde a subalternização da população negra se transmuta de diferentes formas em distintas realidades sociais, africanos seriam “todos os indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, para o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos”. Desse modo, segundo Asante, haveria uma “conexão africana interna, assim

como uma conexão externa. Os que vivem hoje no continente constituem na conexão interna; os que vivem fora dele, a conexão externa” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 102). No que concerniria à população branca oriunda do continente africano, população essa que não esteve vinculada “a resistência à opressão, dominação ou hegemonia branca, são, com efeito, *não-africanos*” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 103). O mero fato de ser um residente do continente africano não tornaria ninguém, à priori, africano. A reivindicação identitária dessa nova concepção ontológica de *africano* está diretamente vinculada a realidade subalternizada imposta às comunidades negras dispersas pelo globo por distintos e contínuos processos diaspóricos, no decorrer de 5 séculos, e que, hoje, vivem sob o signo existencial do termo “negro”.

Retomando aos escritos de Rabaka, é, na resposta aos críticos da afrocentricidade e dos primeiros intelectuais negros a esboçarem uma espécie de retomada, ou melhor dizendo, reelaboração conceitual da identidade negra por intermédio do conceito de *negritude*, que recuperamos o percurso de volta ao trecho de Mailer e à crítica definitiva de suas palavras:

“O pensamento e as práticas anti-africanos internalizados têm problematizado e perseguido os estudos africanos desde o início. Propiciaram uma espécie de reducionismo intelectual que gira em torno da crença, muitas vezes clandestina, de que os negros dão corda à experiência e à emoção, enquanto os brancos contribuem com a teoria e/ou a filosofia. A internalização desse pensamento se expressou de modo mais notável no trabalho do poeta e teórico da Négritude Léopold Sédar Senghor, ao qual devemos a abominável afirmativa de que a razão é a grande contribuição dos europeus à cultura e à civilização, enquanto o ritmo seria a eterna oferenda proporcionada pela África. Nas palavras de Senghor: ‘Penso, logo existo’, escreveu Descartes, que era o europeu por excelência. O africano poderia dizer: ‘Sinto, danço o Outro, existo’” (RABAKA; NASCIMENTO; 2009, p. 133).

Em sua crítica, Asante desenvolveria a ideia de que “a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (RABAKA; NASCIMENTO; 2009, p. 133). Como a retomada de um protagonismo, com base na denúncia de múltiplos silenciamentos e processos de invisibilidade que se seguem desde o âmbito representativo até o conceitual, a afrocentricidade seria, desse modo, “uma questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica” (RABAKA; NASCIMENTO; 2009, p. 133). Para os teóricos afrocêntricos, o termo *localização* se refere ao

“lugar psicológico, cultural, histórico ou individual ocupado por uma pessoa em dado momento da história. Assim, estar em uma localização é estar fincado, temporária ou permanentemente, em determinado espaço. Quando o afrocentrista afirma ser necessário descobrir a localização de alguém, refere-se a saber se essa pessoa está em um lugar central ou marginal com respeito à sua [própria] cultura. Uma pessoa oprimida está deslocada quando opera de uma localização centrada nas experiências do opressor” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 96-97).

Dentro da perspectiva afrocêntrica, a localização psicológica de uma pessoa pode ser definida, em termos mais abrangentes, de acordo com a forma com que essa mesma pessoa lida ou se porta diante das referências culturais e identitárias constituintes de seu meio social. Assim, “é possível determinar se uma pessoa está localizada em uma posição central em relação ao mundo africano pelo modo como ela se relaciona com a informação africana. Se ela se refere aos africanos como ‘outros’, percebemos que os vê como diferentes de si mesma. Essa é uma das formas pelas quais funciona o deslocamento”. Evidentemente, destacaria Asante, “se a pessoa não é africana mas tenta fazer uma análise afrocêntrica, o que se observa é sua capacidade de olhar os fenômenos do ponto de vista dos próprios africanos” (ASANTE; NASCIMENTO; 2009, p. 96). Ama Mazama, teórica afrocêntrica e pesquisadora do Departamento de Estudos Afro-americanos da Temple University, definiria não apenas a proposta da afrocentricidade, como também parte de seus propósitos enquanto crítica epistêmica, a partir da contraposição dessa perspectiva com aquilo que ela denominaria de *supremacia branca*:

“A afrocentricidade surgiu em resposta à supremacia branca, a qual tem assumido diversas formas que certamente não são exclusivas entre si. Em sua forma mais óbvia, a supremacia branca se expressa como um processo físico de pura violência, muitas vezes extremamente brutal. A escravização, pelos europeus, de milhões de africanos por várias centenas de anos, o extermínio dos povos indígenas na América, assim como a matança e o aprisionamento de milhões de africanos durante o período da colonização, são apenas exemplos de uma lista aparentemente interminável de atos de terror perpetrados por supremacistas brancos em todo o planeta. A supremacia branca também pode ser um processo social e econômico pelo qual milhões perdem a soberania, muitas vezes em sua própria terra, sendo seus ‘recursos’ (por exemplo, terra e trabalho) apropriados pelos europeus em função dos interesses destes. Mas a supremacia branca também pode ser um processo mental, mediante a ocupação do espaço psicológico e intelectual dos que devem ser submetidos, levando ao que Wade Nobles denominou, de forma certa, ‘encarceramento mental’. A tomada do espaço mental africano ocorre por meio do disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus como universais, normais e naturais. Todos são ‘étnicos’, menos os europeus. (...) Com efeito, a Europa forjou grande parte de sua identidade moderna à custa dos africanos, particularmente por meio da construção da imagem do europeu como o mais civilizado e do africano como seu espelho negativo, isto

é, como primitivo, supersticioso, incivilizado, a-histórico e assim por diante” (MAZAMA; NASCIMENTO; 2009, p. 111-112, grifo do autor).

Da violência pura, simples e literal do sistema escravista até as diferentes formas de violência simbólica perpetradas para além de realidades eminentemente coloniais, a supremacia branca se constrói na abrangência máxima do *eurocentrismo*. Valores, conceitos, formas, estéticas e ideias oriundas de nações europeias se estabelecem enquanto padrões para a produção não apenas dos distintos saberes catedráticos que temos atualmente – perpetrados nas formas de disciplinas acadêmicas, como a História, a Sociologia ou mesma a Antropologia –, como também criam e elaboram os meios pelos quais tornamos inteligíveis os sujeitos e comunidades sociais exilados nos domínios significativos do *outro*, habitando o quintal conceitual da *alteridade*.

Luca Bussotti e António Tembe, no entanto, possuem outras perspectivas sobre a corrente teórica da Afrocentricidade. Bussotti e Tempe, partindo de trechos e falas do próprio Asante, mostram que existe uma recusa não apenas pessoal do autor como também sistemática e teórica em se trabalhar uma possibilidade de construção identitária para as populações negras em diáspora a partir de critérios não-raciais, a bem dizer, a partir da categoria específica da sexualidade. No que concerne à homossexualidade, Asante defenderia

“a tese de acordo com a qual teria sido o colonialismo ocidental a introduzir no meio africano a homossexualidade. Contudo, ao contrário do que Asante defende, o colonialismo não trouxe a homossexualidade para África, mas sim a sua criminalização juridicamente fundada, com o objetivo de controlar sexualmente e socialmente os indígenas, reconduzindo-os a costumes julgados mais apropriados à moral comumente aceite. Do ponto de vista genético, Asante apoia-se numa suposta tradição africana isenta da homossexualidade, o que teria como consequência o facto de os africanos serem geneticamente diferentes dos outros povos, pois seriam os únicos em que só haveria tendências heterossexuais (...). Uma tal ideia enceta cenários preocupantes, dado que poderiam levar à formulação de uma nova forma de racismo e de separatismo entre grupos humanos. (...) Finalmente, o argumento identitário é provavelmente o mais coerente no interior da concepção asanteana da homossexualidade, o que não o impede de ter também contradições práticas e teóricas. Escreve Asante: ‘If we take the paradigm of location as a starting place, we see that the gay and lesbian communities often place their sexual preferences and orientations before their nationalism’.” (BUSSOTTI; TEMBE; 2014, p. 7)

Designando as sexualidades não normativas, em especial, a homossexualidade, como mais um fator estigmatizante oriundo do meio ocidental, Asante cria, desse modo, uma forma não apenas problemática de conceber uma possível africanidade ou mesmo uma mudança de

paradigmas teóricos e conceituais, mas constrói todo um apetrecho teórico pautado naquilo que se propôs a combater: a exclusão.

Talvez a melhor alternativa teórico-conceitual para a elaboração de uma metodologia para se lidar com a questão do corpo e presença negra (bem como com a presença e tensão desses corpos com corpos normativos), nos meios acadêmicos, seja a retomada de alguns escritos de J. Lorand Matory. Em uma entrevista cedida em detrimento da comemoração do 11º ano da publicação de seu livro seminal “As religiões do Atlântico Negro”, Matory nos explica sobre um conceito chamado “Hyper- cathected objects” ou, no português, “objetos hipercatequéticos”, em tradução livre, que, em suas palavras, “é um objeto investido com os sentimentos e a substância das relações, das emoções, e das dívidas que nos ligam a essas relações” (BROWN; HERNANDEZ; MATORY; 2017, p. 164)⁷². No desenvolvimento de sua explicação, Matory ainda nos explica melhor sobre o significado do “hiper” e a relação de agência entre “sujeito” e “objeto” que existem nas diferentes formas de criação de significados dentro das relações estabelecidas nos objetos hiper catequéticos:

“Não quero dizer “hiper” no sentido de que o nosso investimento neles é excessivo, mas que o nosso investimento neles está focalizado. Temos a agência para criar essa focalização. Quando somos tão atentos ao simbolismo, ao trabalho envolvido na produção daqueles focos de emoção e relacionamento, assumimos um maior poder sobre as nossas vidas. Quando imaginamos que a relação é uma coisa desencarnada - para além do nosso controle simbólico, para além das nossas escolhas - é quando perdemos a nossa agência. É então que o objeto tem poder sobre nós.” (BROWN; HERNANDEZ; MATORY; 2017, p. 165)⁷³.

Se levarmos em consideração, contudo, a noção de “Distributed Self”, ou “Distribuição do ‘Eu’”, em tradução livre, que Matory nos explica um pouco mais adiante, as noções de “sujeito” e “objeto” já não podem ser mais consideradas de maneira estrita e arbitrária, pois se um “objeto hipercatequético” nada mais é do que uma parte de sua pessoa e de seu “Eu”, não estamos mais no domínio dual do “sujeito-objeto”, mas sim em uma zona mais complexa da própria noção de sujeito ou mesmo, em uma medida mais larga, da noção de “identidade”.

⁷² Trecho original: “is that object invested with the sentiments and substance of relationships, the emotions, and the debts that bind us to those relationships”.

⁷³ Trecho original: “I don’t mean ‘hyper’ in the sense that our investment in them is excessive but that our investment in them is focalized. We have the agency to create that focus. When we are as thoughtful about the symbolism, the labor involved in producing those foci of emotion and relationship, we assume greater power over our lives. When we imagine that relationship is a disembodied thing—beyond our symbolic control, beyond our choices—that is when we lose our agency. That is when the object does have power over us”.

Ao falar sobre os “objetos hiper catequéticos”, Matory se referia aos objetos presentes não apenas em cerimônias e rituais de religiões de matrizes africanas, mas de como objetos de cunho ritualístico e religioso podem ser apresentados enquanto diferentes faces de consciências do “Eu” que estão distribuídas em uma ampla gama de relações sociais. O que me deixou curioso e animado ao ler sobre esse conceito foi: se estamos falando de uma possibilidade de “Distribuição do Eu” e, em última instância, de uma outra forma de conceber a representação social desse “Eu”, ou seja, uma “identidade”, poderíamos atribuir ao corpo negro o status de um “objeto hipercatequético”?

Chamar o corpo negro de um “objeto hipercatequético” talvez não seja muito preciso ou adequado, mas se pudermos considerar o corpo negro enquanto tal, deveríamos, como um próximo passo, analisar as múltiplas formas de “Distribuição do ‘Eu’” que essa consideração poderia nos oferecer. W.E.B Du Bois em “As almas da gente negra”, nos fala sobre o que ele chama de “Dupla Consciência”: um conflito identitário dentro da população negra entre sua “identidade racial” e sua “identidade nacional”:

“Depois do egípcio e do indiano, do grego e do romano, do teutão e do mongol, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhoado com uma visão de segundo grau neste mundo americano -, um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos dos outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destróce.” (DU BOIS, 1999, p. 54)

Se pudermos radicalizar um pouco a compreensão de Du Bois, hoje não pensaríamos mais em “Dupla Consciência” mas sim em “Múltiplas Consciências”. Essa noção, ao meu ver, seria diferente da Identidade Fragmentada apresentada por Stuart Hall (HALL, 2006). Enquanto a Identidade Fragmentada de Stuart Hall se apresentaria como um aglomerado de identidades conflitantes e, muitas vezes, inconclusivas para uma definição mais ou menos precisa desse “Eu”, essa noção de “Múltiplas Consciências” teriam uma aproximação maior com a noção de Interseccionalidade de Kimberle Crenshaw. Desse modo, a perspectiva interseccional apresenta-se oportuna uma vez que interseccionalidade seja compreendida como a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, tratando, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as diferentes formas de discriminação dos sujeitos sociais (CRENSHAW, 2002, p. 177), onde, podendo ser conflitantes ou não, essas diferentes consciências do “Eu” (gênero, sexualidade, raça e classe, por exemplo), se apresentariam distribuídas não apenas a partir de posicionamentos e comportamentos do sujeito em meio social, mas também, por seus corpos.

Voltemos para o corpo negro: se considerarmos o corpo negro como um “objeto hipercatequético”, teríamos o corpo do homem negro, o corpo do homem trans negro, o corpo da mulher negra, o corpo da mulher trans negra e, entre esses dois grupos, talvez o corpo queer negro. Se entendermos o gênero como um dos conjuntos de relações que alteram e atribuem significados aos corpos negros (“hyper- cathected object”), então, cada uma das identidades de gênero oriundas de práticas sexuais diferentes poderia ser considerada um forma diferenciada de investimento de foco sobre esses corpos, ou seja, formas de agencia diferente dos sujeitos sobre seus corpos e, em uma escala maior, seus “Eus”. Para cada tipo de investimento de foco a partir de manifestações de sexualidades distintas, teríamos formas diferentes não apenas de criação de significados para os corpos negros, como também teríamos a criação de novas redes e relações sociais a partir das diferentes percepções dos corpos negros nos espaços onde eles circulam e ocupam. Somando-se a isso, ainda teríamos o contraste de corpos negros com os demais corpos (não negros) em distintos contextos, fazendo com que a produção de significados não se restringisse a uma rede de relações endógenas (internas) entre pessoas negras, mas, principalmente, uma rede exógena (externa), onde corpos negros seriam definidos a partir de seus contatos com corpos não negros, em visões raciais dinâmicas e socialmente compartilhadas.

Se a sexualidade e as práticas sexuais de cada sujeito altera a forma pela qual o corpo é compreendido socialmente dentro de seu contexto social, seja ele qual for, e, se o corpo negro puder ser considerado enquanto “objeto hipercatequético”, significa dizer que uma parte do “Eu” distribuído pode alterar significativamente na maneira geral pela qual o sujeito é não apenas percebido socialmente, mas também racializado, criando ou reforçando os estereótipos pelos quais um grupo social é ou não compreendido, construindo essas mesmas visões raciais dinâmicas socialmente compartilhadas em um processo dialético.

Ao vincular, assim, o conceito de “objeto hipercatequético” com uma perspectiva interseccional, talvez possamos perceber, de acordo com o campo e contexto de estudo, as diferentes formas pelas quais processos de exclusões não apenas são construídos (como o racismo ou sexismo) mas entender e desenvolver formas diferenciadas de combate a essas

exclusões, alterando os seus significados, de acordo com os diferentes espaços onde os corpos negros se encontrem.

4. CAPÍTULO III

4.5. NADA DE NOVO SOB O SOL

4.1 Nome aos Bois

Chegamos, então, ao final de nossa derradeira jornada. Começamos nossa caminhada pelas fantasias de Dumas, atravessamos a extensa planície dos serviços de streaming e alcançamos Bridgerton e os dilemas raciais, ficcionais e não-ficcionais, de uma das estruturas monárquicas mais tradicionais do chamado Velho Mundo, muito embora o mundo, por si e em si, não seja novo, e essa nomenclatura, em muito, me desagrade, mas cai bem para os anseios e devaneios poéticos dessa prosa incomum que vos ofereço. Perpassamos, novamente, outros cenários, com os mesmos dilemas, onde a escrevivência episódica escancara o véu de Du Bois e nos revela como se opera a recepção da presença negra, e os significados dessa mesma presença, em espaços onde se constrói um determinado tipo de poder: a produção do saber, o ambiente acadêmico.

Ao longo de minha própria trajetória, enquanto um discente e pesquisador negro e cotista, dentro do PPGAN- UFMG, reuni uma série de experiências e lembranças de natureza bem díspares e diversificadas, para com o corpo discente e docente de meu programa, mas que me são, incontestavelmente, úteis e instrutivas para os fins que aqui mobilizo. Me recordo, vagamente, da aula de uma docente da qual nutro um afeto, eminentemente, frágil e completamente rarefeito. Porém, em meio à tantos dissabores, algumas lições foram aprendidas, ainda que a contragosto.

Em uma, hoje, longínqua aula de metodologia de pesquisa, a referida docente tentava nos mostrar, à sua própria maneira, a melhor forma de conduzirmos a narrativa de nossas análises e textos acadêmicos. “*C’mon guys*”, começava ela, “*vocês são a geração da ousadia! Onde está a juventude de vocês? A rebeldia? Mostrem-se em seus textos, ousem em suas análises! Mas não se percam no caminho: vocês estão escrevendo dissertações e teses. Ninguém aqui está escrevendo um romance a la Sidney Sheldon, onde o mistério se arrasta, interminavelmente, por páginas e capítulos mil, sem que fique claro, aos leitores e leitoras, qual o objetivo central de suas pesquisas*”. Apesar de uma discordância contínua e perene de grande parte das supostas lições que essa docente presumia nos oferecer, por alguma estranha

razão, essas palavras ficaram gravadas junto a mim, como uma estranha ferida na pele: inofensiva e superficial, mas marcada ali, naquele espaço discreto de meu corpo, e que, no momento em que me dispo, a marca se revela, não mais que de repente, e me faz recuar até o momento mesmo em que seu flagelo me foi deflagrado.

É, com um sorriso sincero, e completamente malicioso, que me pego, no escrutínio matinal da madrugada em que redijo esse texto, a pensar em como seria a reação dessa, e de tantos outros e outras docentes, pesquisadores e importantes figuras acadêmicas do cenário da produção de pesquisa nacional, ao lerem esse tipo de trabalho. Um sorriso sincero, pois, ele parte de uma expressão genuinamente verdadeira, ao me deparar com as próprias expectativas que redigir esse trabalho me suscitam. Quais os tipos de reflexões essas minhas palavras causariam naqueles/as que seriam “o outro” para mim? Que tipo de imagem cada docente, discente, membro de um corpo e/ou comunidade acadêmica, ou mesmo um leitor ou leitora desavisada, formaria ao término do mergulho dessa infundável provocação? Provocação, obviamente, pois não teria eu outro intento se não o de provocar alguma coisa, desde frustração ou insatisfação até a tão sonhada reflexão ou, quem sabe, sendo, aqui, propositalmente mais ingênuo, a esperada solução para as questões que, por aqui, foram apresentadas. Me pergunto o que a saudosa docente pensaria de meu texto, até o presente momento: será que ela gostaria dos arroubos a la Sidney Sheldon? Ou apenas apresentaria o crucifixo de seu escárnio e me indicaria, prontamente, ao INDEX acadêmico?

Admito que, algumas de suas colocações devam se fazer respeitáveis: é necessário por um fim a qualquer tipo de suspense desnecessário, por mais poético e envolvente que ele possa, pretensamente, se apresentar. E não que houvesse um suspense, em princípio, que tivesse conduzido toda essa narrativa. Falei, desde o começo de minhas palavras, até a última delas que por aqui foi e/ou for redigida e apresentada, sobre *racismo*.

Mas não bastaria, no entanto, apenas declarar: “tal situação foi racista” ou “determinada figura ou pessoa incorreu e incorre, constantemente, em comportamentos racistas”. Isso não seria, apenas, inconsistente, como seria, principalmente, pueril e desproposital. Denúncias dessa monta são matéria para Boletins de Ocorrência ou Processos Judiciais e, apesar de possuir um farto material para tanto, opto por outro caminho. Penso, aqui, com vocês, meus caros leitores e leitoras, que um proveito maior, para além das denúncias, pode ser retirado de cada uma das escrevivências episódicas aqui apresentadas, embora o teor e a natureza desse proveito fujam completamente do controle que eu, pretensamente, possa tentar atribuir a cada possível conclusão produzida por minhas palavras.

Navegamos, então, esse longo e tortuoso percurso, de Dumas às escrituras, apenas para dizer, de maneira fechada e peremptória: “foi racismo?”... Creio que não. É necessário mais. Então, que saciemos o olhar de quem ainda busca pelo “algo a mais” diante do que ainda se tem para ser exposto e trabalhado aqui. Quem diria que um desafeto acadêmico poderia nos ensinar tanto, ou mais, quanto as lições advindas do acolhimento das instruções saldáveis e bem-intencionadas. Aliás, surpresa alguma, uma vez que as marcas oriundas do escárnio e do sarcasmo sempre se fazem mais visíveis do que as do carinho e acolhimento.

Mas, afinal de contas, como atestar o teor racista das escrituras aqui expostas? Se faz necessário, antes de mais nada, entendermos o próprio racismo enquanto um fenômeno complexo de relações sociais que merece um melhor escrutínio. Dissecar tal fenômeno nos confere elementos para lidarmos com o sujeitos envolvidos, em nossas escrituras episódicas, não apenas com a justiça necessária em seu trato hodierno, mas, principalmente, em um nível mais reflexivo, nos proporciona a construção de uma base metodológica sólida para lidarmos com essa estrutura de relações enquanto um material rico e farto de investigações, no quesito cultural e social, para compreendermos como se opera uma das bases, se não fundantes, pelo menos, edificantes da estrutura histórico-social do ocidente e, no que nos toca mais estruturalmente, da sociedade brasileira.

Fanon, sob uma perspectiva clínica, trataria o fenômeno das relações raciais na condição de uma análise de natureza psicológica:

“O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo. O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio. Avançaremos lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro. Tenazmente, questionaremos as duas metafísicas e veremos que elas são frequentemente muito destrutivas. Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão ‘doente’ quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. Em termos absolutos, o negro não é mais amável do que o tcheco, na verdade trata-se de deixar o homem livre. (...) Em uma época em que a dúvida cética tomou conta do mundo, em que, segundo os dizeres de um bando de cínicos, não é mais possível distinguir o senso do contra-senso, torna-se complicado descer a um nível onde as categorias de senso e contra-senso ainda não são utilizadas. O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano. Veremos, ao longo desta obra, elaborar-se uma tentativa de compreensão da relação entre o negro e o branco. O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura. Tentaremos determinar as tendências desse duplo narcisismo e as motivações que ele implica” (FANON, 2008, p. 26-27).

Dividindo a questão racial entre as polaridades ontológicas do ser ou não ser negro e do ser ou não ser branco, Fanon identifica um problema contumaz nas duas elaborações socioculturais: ambas representam uma deturpação do ideal de humanidade em si mesmo que, para o autor antilhano, deveria assumir um status, pretensamente, universal:

“Estimamos que o indivíduo deve tender ao universalismo inerente à condição humana. Ao pretendermos isto, pensamos indiferentemente em homens como Gobineau ou em mulheres como Mayotte Capécia. Mas, para se chegar a esta solução, é urgente a neutralização de uma série de taras, sequelas do período infantil” (FANON, 2008, p. 28).

O negro está preso em sua negrura, assim como o branco em sua brancura, nosalaria Fanon. Para o autor, ambos os sujeitos são produtos de uma mesma tara, um mesmo desvio, que colocaria uma tensão extra não apenas na vida de cada uma dessas personas sociais, a um nível individual, mas difundiria, esse mesmo desvio, uma tensão desnecessária em todo o tecido e estrutura social que estariam por envolver tais sujeitos e as relações estabelecidas a partir deles. Por essa abrangência estrutural, ainda que tais desvios sejam classificados, por Fanon, em seu sentido estritamente psicológico, eles não poderiam ser concebidos, no entanto, apenas à esfera da psique humana:

“Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

— Inicialmente econômico;

— em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28).

Qual seria, então, um possível prognóstico para essa questão? A Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escaparia à influência humana. Seria, pelos indivíduos, que a sociedade chegaria ao ser, em seu sentido mais amplo e universal. O prognóstico estaria nas mãos daqueles e daquelas que quisessem sacudir as raízes contaminadas do edifício (FANON, 2008, p. 28).

Partindo de Fanon e indo em direção à perspectiva de um outro autor, esse, por sua vez, mais familiar à forma como os embates oriundos das tensões raciais são estabelecidos em nossa sociedade, temos os escritos do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos sobre as diferentes formas pelas quais as pessoas negras são percebidas e tratadas no seio de nossa estrutura social:

“Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’. Como vida, ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é, hoje, o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (RAMOS, 1995, p. 215).

O negro-vida: o ser em si e por si, aquele que escapa à toda e qualquer especulação, mas que, diante de sua complexidade, não só não é visto como é, sumariamente, ignorado. O negro vida não interessa pois não atende à expectativa da literatura bibliográfica que se pretende ser a sua especialista por excelência. O negro vida se nega a ser produto, ou, o é, tanto quando é o produtor, de si e de tantos outros sujeitos e saberes. O negro tema já nos é um velho conhecido: o visitamos, de maneira detalhada, na pequena escrivência episódica da Chacrinha dos Pretos. Mas se os escritos de Guerreiro Ramos, dos quais temos feito uso, aqui, são datados de 1957, e a infame e escatológica análise da Chacrinha dos Pretos é datada entre, pelo menos, a passagem da primeira para a segunda década dos anos 2000, como podemos explicar a insistência que o meio acadêmico têm em abraçar o sujeito produto do negro-tema, em detrimento do negro-vida, tendo, esse próprio meio acadêmico, meios, autores e referências para a produção de um olhar diferenciado sobre tais sujeitos histórico-sociais? É, o próprio Ramos, que pode nos dar uma pista significativa sobre essa questão:

“O tema das relações de raça no Brasil chega, nestes dias, a um momento polêmico. Até aqui se em falado numa antropologia e numa sociologia do negro. Hoje, condições objetivas da sociedade brasileira colocam o problema do ‘branco’ e aqueles estudos ‘antropológicos’ e ‘sociológicos’ rapidamente perdem atualidade. Há hoje uma contradição entre as ideias e os fatos de nossas relações de raças. No plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social. No plano dos fatos, é dominante, na sociedade brasileira, uma camada de origem negra, nela distribuída de alto a baixo. (RAMOS, 1995, p. 216).”

Se, na grande massa de nosso meio social, a presença negra e afrodescendente se faz notar de maneira mais significativa, em termos de número e de presença física, propriamente dita, no plano das produções dos discursos acadêmicos, os ideais ainda partiriam das camadas sociais predominantes nos domínios dos meios de produção, ou seja, os grupo que podem ser, socialmente, identificados e definidos enquanto brancos, dentro do contexto sociocultural

brasileiro, ainda predominariam como detentores dos meios de produção dos discursos acadêmicos. Essa seria uma colocação datada dos fins da década de 1950, mas que, acredito eu, ainda se fazem pertinentes, dentro de um contexto atual mais amplo, muito embora, hoje, com as políticas de ações afirmativas, possamos questionar não o predomínio numérico, mas a incontestabilidade do discurso produzido por esses grupos enquanto um saber à priori e por excelência.

Ramos, em sua análise sobre a complexidade das relações raciais brasileiras, nos foi além: propôs a objetificação do branco, agora enquanto uma espécie de “branco-tema”, se contraponto à toda uma bibliografia catedrática existente sobre as pessoas negras no Brasil, invertendo, ironicamente, os papéis de investigado e investigadores e dando um golpe, pouco reconhecido pelos seus pares, na própria validade dos estudos ditos especializados em pessoas negras, mas que são, mais do que especializados, eficazes na objetificação desses mesmos sujeitos.

Ele continuaria conseguindo ir ainda mais além ao propor uma outra forma de encararmos os embates entre a existência dos sujeitos negros e brancos e o significado de sua presença na estrutura das relações sociais brasileiras:

“Pode a sociedade ficar doente? Existem enfermidades coletivas? Se se dá uma resposta positiva a tais perguntas, é forçosa à delimitação objetiva do que se entende por ‘patologia social’. Entre os sociólogos, o tema foi inicialmente tratado pelos adeptos do biologismo ou do organicismo, corrente segundo a qual a sociedade é um organismo. Haveria assim paralelismo entre o mundo social e o mundo biológico. Este paralelismo é exagerado por uns, moderadamente proclamado por outros, mas todos os organicistas aceitam que o social é uma extensão do biológico. Admitem, assim, que no organismo social, tal como no organismo vegetal e animal, há, entre outros, dois estados que se podem discernir como normal ou patológico. Que é normal? Que é patológico? A questão é extremamente difícil e as soluções que têm suscitado são muito controvertidas. No domínio da sociedade, de modo geral, os sociólogos organicistas definiram o normal, ou em termos generosos, mas utópicos, como Novicaw, ou conforme perspectiva conservadora; isto é, para estes, patológicas seriam todas as tendências que perturbam o equilíbrio natural da sociedade, a sua saúde. A saúde da sociedade equivaleria, para diversos organicistas, a um estado de que só se beneficiam os que integram a classe dominante. Não faltou mesmo, entre os organicistas, quem, como Francis Galton e Alexis Carrel, afirmasse que a pobreza é doença, uma espécie de tara e, portanto, um problema de eugenia (RAMOS, 1995, p. 217).”

Partindo de um dos debates mais clássicas dos estudos sociológicos, Ramos constrói toda a sua argumentação, no que tange ao contexto das relações raciais brasileiras, na direção

de uma perspectiva patologizante do racismo, enquanto uma estrutura presente em nossa sociedade:

“Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e de classe. (...) Na sociedade brasileira, em larga escala, o ethos, a norma, ainda dominantes, são remanescentes de fases ultrapassadas de nossa evolução econômico-social, e se destinam a ser superadas em consequência do aparecimento de novos fatores objetivos que estão já condicionando a vida do país. As dificuldades que envolvem o tema da patologia social parecem superáveis quando se procede em termos casuísticos e concretos. Quero dizer, quando se renuncia a uma definição genérica da patologia social e se passa a mostrar a patologia das situações singularmente consideradas. É este o caminho que seguirei. A minha tese é a de que, nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do ‘branco’ brasileiro e, particularmente, do ‘branco’ do ‘Norte’ e do ‘Nordeste’. (RAMOS, 1995, p. 220-221).”

Similar a essa perspectiva, temos, já em meados da década de 1980, Lélia Gonzales, em seu clássico “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, ensaio apresentado, pela primeira vez, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1983, onde, analisando as relações entre as duas formas de discriminação social, o racismo e o sexismo, nos fala que:

“O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. (GONZALEZ, 2020, p.98).”

Tanto Fanon, com sua perspectiva clínica das relações raciais, pautado em análises de bases psicológicas dos efeitos do racismo nos indivíduos e na estrutura social, quanto Ramos e Gonzalez, aderiram a definições de caráter patologizantes para aquilo que podemos classificar enquanto discriminação racial ou padrões de comportamentos que tenham como fundamentos a discriminação e diferenciação que leve como base a percepção racial dos corpos e sujeitos.

Para esses autores e para a autora, o racismo se apresentaria enquanto um desvio, uma tara, uma deturpação, um sintoma de mal funcionamento social, com origens diversas, seja na própria exploração do capital, que culminaria nos regimes imperialistas que, por sua vez,

consumiriam o sistema colonialista nos países situados nos continentes africano e americano, ou seja na própria exploração de classes, que, aliada aos efeitos colonialistas, vincularia raça e classe nos países que, antes foram colônias de exploração das metrópoles europeias, e, hoje, apresentariam altos índices de desigualdades sociais, onde as camadas dirigentes da sociedade seriam, em sua grande parte, socialmente brancas, enquanto as grandes massas dirigidas seriam, numericamente maior e identificadas enquanto negras ou não-brancas.

Patologizar o fenômeno das relações sociais que podem ser caracterizadas enquanto *racistas* ou, o fenômeno social do racismo em si, me parece, em termos metodológicos, para a produção de qualquer tipo de pesquisa ou reflexão, algo contraproducente. Primeiro, porque o processo de patologização de um fenômeno social acaba por encobrir singularidades muito específicas no que concerne a forma como os sujeitos estabelecem seus próprios relacionamentos e as diferentes maneiras pelas quais são constituídas as relações de poder, dentro dessa estrutura em específica. Segundo porque esse processo acaba por nos fazer perder de vista aspectos muito importantes das bases celulares, para se fazer uso de uma metáfora organicista, que constroem as relações raciais e suas formas discriminatórias: a ideia e o conceito de *raça*.

É Silvio de Almeida, professor, pesquisador, advogado e filósofo brasileiro que, na sua conceitualização de *raça*, nos concede elementos significativos para que possamos avaliar os efeitos dessa perda que por aqui destaco:

"Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica. (...) O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu principal objeto. O homem do iluminismo não é apenas o sujeito cognoscente do século XVII celebrizado pela afirmação cartesiana 'penso, logo existo': é também aquilo que se pode conhecer; é sujeito, mas também objeto do conhecimento. A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças 'enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)'. Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo." (ALMEIDA, 2019, p. 18-19).

Precedendo a noção de raça, teríamos, a noção de *homem*, um conceito de cunho masculino que se pretende enquanto uma ideal universal de representação de humanidade. O que o Iluminismo não poderia prever seria o crescente contato das nações europeias com a diversidade própria e inerente da humanidade que ele tanto lutara por conceitualizar. Tal diversidade se configuraria como uma questão a ser encarada e resolvida, pois se todos os distintos grupos humanos eram, de fato, humanos, como justificar a submissão de determinados grupos em detrimento de outros? O iluminismo, bem como seus expoentes mais proeminentes, se lançaria, com fervor, na solução desse imbróglio.

François Marie Arrouet, mais conhecido pelo seu pseudônimo *Voltaire*, seria um dos grandes representantes intelectuais do Iluminismo a se lançar na busca pela razão que não apenas explicaria mas justificaria as diferenças, supostamente, inerentes aos grupos humanos e o que essas mesmas diferenças acarretariam, e significariam, em termos de desenvolvimento cultural, social e moral dentro da hierarquia global que esteve em pleno vigor e formação desde os séculos XV e XVI, com o início das grandes navegações, e ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX:

“Finalmente, vejo homens que me parecem superiores aos negros, assim como os negros são superiores aos macacos, e os macacos são superiores às ostras e aos outros animais da mesma espécie. (...) [dessa forma], a membrana mucosa dos negros, reconhecidamente negra e que é a causa da cor deles, é uma prova manifesta de que há em cada espécie de homens, assim como nas plantas, um princípio que os diferencia. A natureza subordinou a esse princípio esses diferentes graus de gênios e essas características das nações, que vemos mudar tão raramente. É por causa disso que os negros são escravos dos outros homens. São comprados nas costas da África como animais, e multidões desses negros, transplantados para nossas colônias da América, servem a um pequeníssimo grupo de europeu”. (VOLTAIRE, 1963, p. 335, apud Ginzburg, 2007, p. 122).

Pronto: fora estabelecida uma das inúmeras justificativas “racionais” da diferenciação entre os distintos grupos humanos. De traços eminentemente biológicos, que seriam responsáveis por processos de diferenciação fenotípica de corpos e sujeitos, até princípios e perspectivas deterministas que exacerbam esses mesmos traços para a estruturação política das nações empobrecidas e “moralmente frágeis”, caindo para uma espécie de construção social a partir de uma estrutura genotípica, tivemos, a partir da fala de figuras como Voltaire, e de outros representantes intelectuais e políticos do movimento do Iluminismo, a construção das bases ideológicas do *sistema colonialista*.

Dessa feita, o conceito de raça, como um dos artifícios políticos, filosóficos e sociais mais refinados já criados, fruto de uma política e cultura colonialista e, porque não dizer, filha mesma do liberalismo iluminista europeu, não apenas diferia como, principalmente, hierarquizava as diferentes sociedades humanas, produzindo, por fim, as bases da discriminação racial, e do racismo, propriamente dito, enquanto um complexo fenômeno e sistema de relações sociais, e de poder, a fundar e estruturar diferentes nações ao redor do globo.

Dessa maneira, a noção de raça que se mobiliza, ou a que deveria ser mobilizada, nos trabalhos e discursos, acadêmicos ou não, dos dias atuais, é a noção socialmente estabelecida que difere os grupos não por suas características físicas ou biológica, mas pelos processos de desigualdades sociais construídos ao longo do tempo e desenvolvimento histórico, desses mesmos grupos, dentro de nossa estrutura social mais ampla. Dito de outra forma, a noção de raça que se mobiliza, ou a que deveria ser mobilizada, é a noção que confere um significado, político e social, às disputas protagonizadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos sociologicamente considerados minoritários.

Assim, em contraposição às concepções patologizantes da raça e das relações estabelecidas a partir de seu conceito, temos a necessidade de, aqui, de trabalharmos uma nova concepção do *racismo* e de seus processos discriminatórios. Para Almeida, o racismo pode ser dividido e categorizado em três concepções distintas entre si: o *racismo individualista*, o *racismo institucional* e o *racismo estrutural*. Sobre a perspectiva individualista, podemos dizer que ela seria percebida enquanto

“uma espécie de ‘patologia’ ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma ‘irracionalidade’ a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de ‘preconceito’, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. (...) Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema.” (ALMEIDA, 2019, p. 25)

Partindo do viés patologizante do comportamento humano, a perspectiva do racismo individualista acaba por ser erigida sob todo um alicerce frágil e limitado por desconsiderar o aspecto relacional, continuado e plástico – mutável – das relações de poder constituídas a partir, e por meio, de seus processos de discriminação e exclusão. Patologizar o racismo e as relações

sociais que se estabelecem a partir da noção de raça seria perder, em parte, a dimensão fundante do conceito racial e, a partir disso, nublar uma compreensão mais complexa e refinada de como essas relações e esse fenômeno sociocultural se estabelecem e estão em pleno vigor e mutação em nosso tempo presente. É uma perspectiva que insiste em ratificar as máximas sociais do “somos todos humanos”, “como alguém pode ser racista em pleno século XXI?” ou “eu não posso ser racista porque eu tenho até alguns amigos que são negros...” reforçando uma busca por reparação através de uma legalidade punitivista. No que concerne a perspectiva institucional,

“o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. (...) Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências.” (ALMEIDA, 2019, p. 26)

Desse modo, podemos concluir que o racismo institucional se perpetua, dentro de nossos espaços institucionais, como a continuidade dos embates raciais existentes fora de seus espaços formais, mas reiterados, internamente, a partir da ocupação, e permanência, de indivíduos ou grupos, com práticas de cunho racistas, para a manutenção de seus interesses políticos e econômicos. Mas o poder, seja ele de que natureza for, não é mantido com ausência de conflitos. De acordo com Almeida,

“Para lidar com os conflitos, o grupo dominante terá de assegurar o controle da instituição, e não somente com o uso da violência, mas pela produção de consensos sobre a sua dominação. Desse modo, concessões terão de ser feitas para os grupos subalternizados a fim de que questões essenciais como o controle da economia e das decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico.” (ALMEIDA, 2019, p. 28)

Tencionados por dentro, tais grupos são, muitas vezes, obrigados a renegociarem o modus operante de sua permanência em espaços de decisão, a fim de manterem não apenas seu domínio, como a própria máquina institucional em funcionamento, muito embora, tais conflitos, tenham a capacidade de reestruturarem partes significativas da lógica e estrutura institucional. As políticas de ações afirmativas, dessa forma, se converteriam em uma das principais medidas formais de contraposição ao racismo institucional, muito embora apenas a inclusão de sujeitos oriundos de grupos minoritários não representaria, à priori e por si só, uma reestruturação

institucional. A implementação de políticas públicas de cunho inclusivo são, de uma forma mais generalizada, um contraponto formal muito importante ao racismo institucional, porém, os mesmos princípios utilizados para fundamentar a instauração de tais políticas também podem ser utilizados como uma forma refinada de sabotagem de seus próprios princípios inclusivos.

Na intenção de apresentar as ambiguidades que a questão da representatividade traz consigo em seu âmago, Stuart Hall, a partir do exemplo do Juiz Clarence Thomas e da complexa apropriação de sua figura por distintos grupos sociais estadunidenses no início da década de 1990, definiu tais conflitos enquanto *jogo de identidades*:

“Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No Julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam já ter preconceitos em relação a um Juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais em questão de raça), apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava jogando o ‘jogo das identidades’. Durante as ‘audiências’ em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social” (HALL, 2006, p. 18, 19 e 20, grifo do autor).

O caso de Clarence Thomas, exposto por Hall no desenvolvimento de sua reflexão e na exemplificação de sua tese da fragmentação identitária se tornaria uma contraposição muito convincente às políticas de ações afirmativas se não estivéssemos imbuídos da noção que Almeida desenvolve sobre o que vem a ser chamado de “racismo estrutural”. De acordo com Almeida,

“as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte

da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Sendo convertidas em um aparato refinado não apenas da reprodução das tensões sociais, mas como, principalmente, da manutenção do exercício do poder sobre determinados grupos e indivíduos em detrimento de outros, as instituições se configurariam, dentro dessa lógica, como uma das principais viabilizadoras da formalização de processos de discriminação e exclusão em nosso meio social. A presença de políticas de cunho inclusivo, como o caso das ações afirmativas, no entanto, ajuda a tencionar esses espaços por meio do estabelecimento de relações entre indivíduos, e grupos de origens sociais diversas, dentro de uma estrutura ou posição onde os poderes são exercidos. Entender a lógica estrutural do racismo é entender que, se medidas como as políticas de ações afirmativas não se configurariam enquanto uma forma única e acabada, em si, no combate a esse tipo de estrutura de relações discriminatórias, por outro lado, ao alocarmos esse tipo de política com condutas e projetos que vão desde o âmbito individual até o aparato jurídico e legal de nossa sociedade, teremos a formação de uma rede que, se ainda não se apresenta enquanto eficaz para extirpar esse tipo de materialização de uma forma eficaz de exclusão e discriminação social, pode, ao menos, criar uma contra-estrutura capaz de gerar uma tensão opositora, no mínimo, incômoda e inconveniente, a todos aqueles e aquelas que se beneficiam com o estabelecimento desse tipo de estrutura nefasta de poder.

Assim, ao partir das escrevivências episódicas, dos discursos e dos saberes produzidos pelos discentes negros e cotistas do PPGAN-UFMG, procuro subverter a lógica do negro-tema, rompendo com a fraseologia de um “nativo relativo”, passando, diretamente, à disputa narrativa entre autores e produtores de saberes situados no embate pela efetivação de sua própria humanidade, que é reiteradamente desconsiderada, seja na objetificação de suas existências ou na desqualificação de seus discursos. Aqui, caio, e convido os leitores e leitoras, a caírem comigo no centro de um combate tão antigo quanto a própria condição humana, mas tão vivo, revigorado e vigente quanto cada um de nós. E, novamente, faço eco à López ao reiterar sua

fala de que este trabalho não é sobre pessoas más, mas sim sobre todos nós (LÓPEZ, 2014, p.13, tradução livre)⁷⁴.

É nesta compreensão na qual gostaria de depositar parte das minhas expectativas pessoais de mudanças sociais, e é nela em que ancorei as escrevivências episódicas, que já figuraram nessa tese, e nas que ainda farão sua entrada nesse quadro não tão pitoresco, mas, pelo contrário, já comum dentro de nossos espaços de poder e que permeiam, ainda hoje, os corredores obscuros do PPGAN, da UFMG e, talvez, de tantos outros departamentos e espaços universitários do Brasil.

4.6. O Chamado De Oxalá: a formação do CEPIC-PPGAN

Desfilamos, até então, de maneira menos graciosa e mais ousada, por entre as fileiras da “nomeação dos bois”: expomos a problemática de se interpretar o racismo enquanto um “sintoma” ou “endemia social” e abrimos caminhos entre as trincheiras das concepções mais individualizantes até as interpretações institucionais e estruturais das relações sociais que configuram o racismo em toda sua complexa rede de dissidências e cerceamento de grupos e sujeitos sociais.

Falamos, desse modo, sobre o aporte teórico no qual se calcam essas palavras, porém ainda não é chegada a hora de nos desvincularmos de nossas escrevivências episódicas. Em verdade, todo esse percurso foi traçado para chegarmos até este exato momento: selecionar, dentre tantas escrevivências que me foram compartilhadas e, em tese (nesta tese), analisar cada uma delas. Mas isso se tornou algo tão complexo e difícil quanto foi a tarefa de colhê-las e registrá-las, mas, ainda sim, acredito que provação mais árdua, tenha sido, de fato, a vivência dessas mesmas escrevivências.

Foi, ao final do mês de junho e início do mês de julho, do ano de 2020, que me encontrei diante do dilema da seleção: havia acabado de realizar grande parte das entrevistas com meus colegas cotistas e discentes negros e negras, tanto os matriculados em nosso programa de pós-graduação quanto àqueles e àquelas que, há época, ainda estavam em seus respectivos cursos de graduação: ciências sociais ou antropologia. Me encontrava diante de um volume quase obscuro de disparates, para me rogar, aqui, de educado: os desencontros afetivos-profissionais,

⁷⁴ Trecho original: “This book is not about bad people. It is about all of us.”

as expectativas quebradas, os constrangimentos e assédios que se solidificavam em uma verdadeira montanha de sedimentos frustrantes... em poucas palavras: decepções. Para além de toda a perplexidade e confusão, ainda me percebi paralisado diante das expectativas que meus colegas depositaram em mim, no processo de redigir as denúncias tão dolorosamente compartilhadas, na esperança de que, em algum momento, de alguma forma, suas palavras encontrassem o eco sensato da atenção e notoriedade e resultassem em alguma coisa, qualquer coisa, que conferisse um sentido e significado maior que pudesse justificar tais experiências.

Paralisado pois esse, sem que pudesse me dar conta há época, fora um dos efeitos mais impactantes que mergulhar na metodologia proposta das escrituras episódicas me proporcionou e que, talvez, arrisco a dizer, possa proporcionar em qualquer um ou qualquer uma que resolva empreender seus esforços nessa direção, de uma forma tão despretensiosamente desavisada quanto eu empreendi. Evaristo já tinha lançado seu aviso sutil ao elaborar sua noção de escritura: “Portanto essas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas” (EVARISTO, 2016, p. 7). Foi inegável a paralisia diante de todos os processos de identificação narrativa: eram histórias e relatos que, apesar de terem sido protagonizados por terceiras e terceiras, se confundiam com as minhas próprias experiências acadêmicas dentro do espaço do PPGAN-UFMG. Não foi comigo, mas eu me encaixaria no protagonismo dilacerante de qualquer um dos relatos que colhi.

Recordo-me que, na entrevista com Exu⁷⁵, em uma das aulas da disciplina de Teoria Antropológica Contemporânea, ao entrar em sala de aula e se sentar bem ao lado de Nanã⁷⁶, em contraste com os outros discentes brancos, que se agrupavam no entorno da figura do docente a ministrar a disciplina em questão, logo ao início da aula, o docente começou a interpelar os discentes cotistas, negros e negras, por qual motivo eles insistiam tanto em uma mudança no quadro bibliográfico da disciplina: “*Eu não entendo porque todos estão, agora, insistindo para colocarmos mais autores e autoras negras nas disciplinas de nosso curso.. gente, essa tal de representatividade não é tudo... e, na verdade, ela pode ser bem enganosa, vocês sabiam disso? Eu, por exemplo, nunca li Angela Davis, mas eu também nunca li Hittler. E nós realmente precisamos ler esses autores para discutirmos suas ideias?*”. Tomado por uma inquietação pulsante, Exu, então, relatou ter renunciado a sua postura indiferente e distante que tinha

⁷⁵ Nome fictício dado a um dos discentes negros, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

⁷⁶ Idem.

escolhido, propositalmente, tomar ao lidar com esses sujeitos e essas tensões que começavam a assumir uma certa frequência no período pós implementação das ações afirmativas dentro do PPGAN, e pontuou, incisivamente: *“Espera aí, professor... você não está, realmente, fazendo a comparação entre Angela Davis e Hitler aqui está? Por isso está para além de qualquer limite do tolerável!”*. Tomando, rapidamente, consciência do teor de suas palavras, o então docente se desculpa, dizendo que só queria expressar que algumas demandas dos discentes poderiam acabar nos levando a direções não tão bem quistas e nem planejadas, se continuássemos a nos deixar guiar por impulsos “meramente identitários”, mas, tão logo recebera uma crítica aberta, tratou de tentar mudar o teor de sua fala e não mais mencionou o ocorrido.

Na entrevista que realizei com Nanã, ela me confirmara essa tensão estabelecida entre o docente e Exu, e ainda acrescentou um novo relato, proveniente de uma outra disciplina que também cursara junto a Exu na mesma semana, mas esse ocorrido, tinha se dado ao final do semestre. Tendo sido findada as atividades daquele semestre letivo, a docente ministrante da disciplina se mostrou empenhada em realizar uma pequena confraternização da turma: *“Você pode trazer os refrigerantes... você vem com os salgadinhos e os índios.. bem, vocês podem trazer as suas mandiocas... essas suas coisas...!”*. Nanã ficara tão deslocada, ao testemunhar aquela fala direcionada a uma colega cotista de origem indígena, que pouco conseguiu fazer no momento, mas reafirmou que essa não era uma fala deslocada: era algo corriqueiro e frequente, naquela disciplina, e vindo daquela docente.

No trânsito entre as entrevistas, e nos processos de transcrições de falas e análises, a coletânea de casos de natureza similar a esses anteriormente mencionados se tornou tão farta e robusta que a própria repulsa que nutria em mim, fruto de situações similares que ainda não tinham sido devidamente resolvidas em meu âmago se fizeram ainda mais presente, me projetando para toda e qualquer atividade que pouco ou nada se relacionasse à tese, ou a qualquer assunto que fosse vinculado a casos de racismo e discriminação racial. Queria, de qualquer forma, escapar à tarefa infame que tinha me auto imputado, de redigir e refletir sobre tantas rupturas e, principalmente, sobre a continuidade desses processos de cisão, pois se o racismo pode ser configurado enquanto uma ruptura entre a percepção de humanidade que corpos racializados têm com a manutenção da boa existência social que grupos e indivíduos possam ter e manifesta dentro de suas próprias comunidades, ele também marca, em contrapartida, a continuidade existencial de outros corpos e outros grupos a protagonizarem sua existência social e humana em detrimentos dos racializados. Dito de outra forma, se o racismo

puder ser lido na condição de uma cisão, ele só o é, pois, também carrega, em si, a natureza de uma continuidade que se mantem em detrimento das rupturas que também provoca.

As divagações tortuosas continuaram por muito tempo ainda. Entretanto, apenas hoje, olhando em retrospecto o material reunido, foi que pude perceber um acontecimento que teve, em si, um caráter aglutinador de escrevivências episódicas, onde grande parte dos cotistas se mobilizou em prol da denúncia de uma única docente e é neste acontecimento que iremos focar nesta última parte da tese: o “Chamado de Oxalá”.

A escolha por focar nossas últimas análises nessa escrevivência episódica se dá tanto pelo teor atípico dela, pois, até antes desse marco, os cotistas, embora reunidos enquanto grupo, nunca sentiram uma necessidade, objetiva e concreta, de formalizarem a sua existência enquanto um grupo, propriamente dito, quanto pela desproporção com que um discente negro e cotista fora exposto ao constrangimento, uma vez que, diferentemente de outros constrangimentos, que se davam pelos corredores ou em salas de aula, esse se deu dentro de um ambiente de exercício de poder institucional que versava sobre a possibilidade, ou não, de ascensão acadêmica desse mesmo discente e vinculou essa mesma possibilidade de ascensão a todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, faziam ou fizeram parte das políticas de ações afirmativas, seja no processo de ingresso ao programa, ou seja pelo critério de acesso as bolsas de pesquisas que, agora, também foram estabelecidos a partir dos mesmos princípios que regiam as políticas de ações afirmativas em nossa Universidade.

Foi no dia 2 de julho de 2020 que Oxalá⁷⁷ entrara em contato comigo, através de uma rápida troca de mensagens: “*Opa Dani, tudo tranquilo meu caro?*”, sinalizava o aviso de uma mensagem não lida em meu aparelho celular. Quando identifiquei o remetente, muito me espantara: era Oxalá?! Apesar de um profundo respeito e companheirismo que nutríamos um pelo outro, tínhamos nos distanciado um pouco por conta da reclusão promovida pela deflagração da pandemia do COVID-19 e pelo fato de que eu havia retornado à minha cidade natal, em Fortaleza, no Ceará, e ele permanecera em Minas Gerais. “*E aí, grande man, tudo tranquilo? O que você manda?*”, indaguei em retorno. “*Então, é sobre uma situação muito chata que aconteceu na última reunião de colegiado... mas como eu já tive de explicar esse caso para mais de uma pessoa, preferi entrar em contato com cada um dos discentes cotistas e marcar uma reunião para expor o caso para todos e todas... você estaria disponível para uma conversa online hoje à noite?*”. Achei o tom de Oxalá muito cuidadoso e atencioso, quase

⁷⁷ Idem.

receoso em sua pequena chamada, porém já com indícios de cansaço e de um desgaste que vinha lhe consumindo há um certo tempo. Preferi não tentar me perder em nenhum tipo de análise superficial e desnecessária sobre meu colega e rapidamente me coloquei à disposição do encontro.

O encontro versaria sobre o que estou denominando, aqui de “Chamado de Oxalá”. Antes de adentrarmos nos pormenores desse caso, contudo, é necessário frisar que houveram duas reuniões entre os discentes cotistas negros, negras e indígenas para expor e tratar do ocorrido: uma no próprio dia 02 de julho de 2020, onde foi apresentado, para aqueles e aquelas que puderam estar presentes, os detalhes do que havia se passado, e outra reunião, no dia 06 do mesmo mês, para finalizarmos, de forma coletiva, o manifesto cotista em repúdio aos acontecimentos relatados por Oxalá, que foi contactado, alguns dias antes, pela representação discente que esteve presente na fatídica reunião.

Ao contactar Oxalá, a representação discente, que esteve presente na reunião de colegiado do dia 30/06/2020, procurou relatar, pormenorizadamente, tudo o que presenciara. Na data marcada da mencionada reunião, entre as várias pautas debatidas e abordadas pelo colegiado naquele dia, ocorreu a análise, e avaliação, do pedido de passagem direta, do nível de mestrado para doutorado, de dois discentes regularmente matriculados no programa: um deles, cotista negro, e o outro proveniente da ampla concorrência, e branco. O discente da ampla concorrência, que, há época, ocupava, ele próprio, um dos cargos de representação discente do PPGAN, junto ao próprio colegiado, além de ser uma das partes interessadas diretamente nas pautas e tomadas de decisões da referida reunião, se absteve de participar, de forma ativa, do que seria debatido naquela data, sendo substituído por seu suplente.

De acordo com o relato de seu suplente à Oxalá, os pareceres sobre os pedidos de passagem direta, dos dois discentes, foram debatidos e analisados. Foi, neste momento, contudo, onde foram deflagradas condutas, e falas, um tanto controversas, oriundas de nosso corpo docente. Na avaliação dos pareceres de ambos os discentes, apesar de uma análise rigorosa ter sido posta sobre ambos os pedidos, o discente branco da ampla concorrência, obtém a sua aprovação, enquanto o colegiado se viu diante de uma situação conflituosa com relação ao parecer do discente cotista, tendo, esse último, uma avaliação positiva, quanto ao seu pedido, e outra negativa. Chegado ao referido impasse, uma docente membra do colegiado, a docente

Corte Real⁷⁸, ao se pronunciar, e se posicionar, diante do caso em questão, constrói uma série de associações que trazem, em seu âmago, uma fundamentação de teor eminentemente problemático ao analisar o pedido do discente cotista:

“1) Endossando argumentos que reforçam uma ‘excepcionalidade’ e a necessidade de um ‘desempenho acima da média’ para a aprovação do pedido de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado, [a docente] afirmou que as Ações Afirmativas não se aplicam no caso da passagem direta pois a passagem direta é questão de mérito.

2) [A docente Corte Real] traz à tona, no momento em que estava em discussão a avaliação do parecer do discente [cotista], declaradamente negro e estudante cotista de nosso Programa, uma certa preocupação com a qualidade da pós graduação, com plágios e trabalhos desenvolvidos sem maiores critérios, mencionando, ainda, a figura do Ex-Ministro da Educação Decotelli, como um exemplo de desonestidade acadêmica, no mesmo momento em que estava em discussão o pedido de passagem direta do referido discente.

3) Com relação aos aspectos formais do pedido de passagem direta do discente [cotista], [a docente Corte Real] afirmou que o mesmo foi embasado em resoluções antigas de nosso Programa e, devido a isso, deveria ser impugnado. Tendo o colegiado chegado à constatação, ali, de que o erro do uso de uma resolução antiga não foi de responsabilidade do aluno mas sim do próprio Programa, a docente em questão afirma estar cansada e não ter condições de trabalhar com tantos erros administrativos. Nossa secretária da Pós-Graduação, (...), diz também estar cansada e afirma que não pode assumir e ser responsabilizada por erros que fogem às suas atribuições.

4) Ao ser questionada pelo representante discente presente na reunião em questão, (...), pelo teor de suas falas e associações por demais problemáticas que seu discurso apresentava, a docente [Corte Real] procura se retratar diante das colocações, afirmando que não se opõe especificamente contra o pedido do estudante [cotista], mas a todo e qualquer pedido de passagem direta, uma vez que, segundo a docente, ela é contrária a tal possibilidade.”⁷⁹

Ao expor o ocorrido, as falas e as associações deflagradas pela referida docente sobre, não apenas o pedido de passagem direta, como também, e aquilo que foi considerado mais grave diante dos discentes negros e negras, à figura do discente cotista, Oxalá propôs ao restante dos colegas cotistas uma resposta coletiva e formal a ser redigida, e apresenta, na reunião seguinte de colegiado, que ocorreria no próximo dia 08 de julho de 2020. Tendo, esse mesmo grupo de discentes – os cotistas negros, negras e indígenas –, se solidarizado com discente cotista alvo de discriminação, foi elaborado, de maneira coletiva, um manifesto que procurou pontuar o

⁷⁸ Nome fictício dado aos docentes que, porventura, aparecem no texto de minha tese, seja através de registros ou de relatos utilizados para fins de pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

⁷⁹ Os nomes dos discentes, docentes e/ou funcionários que, porventura, venham a ser mencionados em documentos que relatem casos públicos de racismo dentro da comunidade acadêmica do PPGAN foram, propositalmente, ocultados com o objetivo de dar destaque menos aos indivíduos que protagonizaram os relatos documentados e mais aos casos e eventos em si mesmos. Para mais informações, olhar Anexos: anexo 15.

posicionamento daquele seguimento de estudantes do programa diante do ocorrido e explicar, ponto a ponto, na redação do manifesto, os motivos de repúdio sobre cada um dos aspectos presentes na fala da docente em questão⁸⁰.

Por intermédio de Oxalá, que mantinha um contato ostensivo, há época, com as representações discentes, as demandas foram repassadas aos representantes e encaminhadas para os membros do colegiado no dia 08 de julho de 2020, porém, devido a extensão e o teor do conteúdo da carta-manifesto elaborada pelos discentes cotistas negros e indígenas – que continha, ao todo, 13 páginas –, o referido material fora debatido na reunião de colegiado do dia 04 de agosto do mesmo ano.

Para a nossa surpresa, porém, soubemos, através das representações discentes, que a referida docente não participou da reunião, por aconselhamento dos outros membros docentes do colegiado e que, posteriormente, de acordo com Oxalá, a docente pediu afastamento de suas atribuições e cargos, enquanto membro do colegiado do PPGAN, alegando que os cotistas haviam escolhido sua pessoa como bode expiatório de algo que estava sendo, injustamente, imputado a ela.

O colegiado, então, na reunião do dia 04 de agosto, se pronunciara diante da carta-manifesto apresentada pelos discentes cotistas negros, negras e indígenas afirmando que, apesar de nós termos “acertado nas reivindicações” a elaboração do documento falhou em seu “tom” que foi “excessivamente emotivo e pouco objetivo”, segundo o que Oxalá me informara em sua entrevista. A alegação de passionalidade, em detrimento de uma carência de objetividade, na construção de qualquer argumentação que impute corpos e existências, tidas enquanto normativas, que ocupem espaços de poder, nos leva em direção a um debate já conhecido dentro da grande área das Ciências Sociais: a tão estimada “neutralidade científica”.

Sobre esse ponto, é salutar os apontamentos de Kilomba sobre as classificações exógenas aos discursos e conhecimentos proferidos por pessoas negras, indígenas e periféricas atribuídas por indivíduos ou grupos normativos que detém, em si, a pretensa autoridade de validação dentro dos ambientes e núcleos de pesquisa escolares e acadêmicas:

“Interessante, mas acientífico; interessante, mas subjetivo; interessante, mas pessoal, emocional, parcial: ‘Você interpreta demais’, disse uma colega. ‘Você deve achar que é a rainha da interpretação.’ Tais comentários revelam o controle interminável sobre a voz do sujeito negro e o anseio de governar e comandar como nós nos aproximamos e interpretamos a realidade. Com tais

⁸⁰ Olhar Anexos: anexo 15.

observações, o sujeito branco é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificando como 'menos inteligente'. (...) A colega branca estava me advertindo que eu estava interpretando em demasia, extrapolando as normas da epistemologia tradicional e, portanto, produzindo conhecimento inválido. Parece-me que a afirmação 'interpretar demais' tem a ver com a ideia de que a/o oprimida/o está vendo 'algo' que não deveria ser visto e a revelar 'algo' que deveria permanecer em silêncio, como um segredo. (...) Curiosamente, também nos discursos feministas, os homens tentam, de forma similar, irracionalizar o pensamento de mulheres, como se as interpretações feministas não fossem nada mais do que fabricação da realidade, de ilusão, talvez até uma alucinação feminina. Nessa constelação, é a mulher branca que irracionaliza meu pensamento e, ao fazê-lo, ela define para uma mulher negra o que é o conhecimento 'real' e como ele deveria ser expressado. Isso revela as complexas dinâmicas entre 'raça', gênero e poder, e como a suposição de um mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas não pode explicar o poder da mulher branca sobre mulheres e homens negros. (...) Tal hierarquia introduz uma dinâmica na qual a negritude significa não somente 'inferioridade', mas também 'estar fora do lugar' enquanto a branquitude significa 'estar no lugar' e, portanto, 'superioridade'." (KILOMBA, 2019, p. 55-56)

A invalidação de discursos parte, de acordo com Kilomba, de um processo de assimetria de grupos que estão em seu pleno exercício de poder e no poder, pois é essa mesma assimetria que define o acesso que determinados grupos têm dos recursos necessários para implementar suas próprias vozes (KILOMBA, 2019, p. 52). Como um resultado direto dessa assimetria, todo o trabalho e produção intelectual de pessoas negras, indígenas e de pessoas não-normativas – indivíduos fora do espectro social da estrutura da branquitude –, bem como as denúncias daquilo que o *status quo* da normatividade social e cultural, de um determinado período histórico ou estrutura social, solicita, em termos de silenciamento prévio para a manutenção das relações desiguais de acesso a bens, lugares, discursos e serviços, permanece fora do que poderíamos chamar de “agenda acadêmica”, ou seja, cai na marginalidade daquilo que pode, ou deve, ser considerado verdadeiro, erudito, justo e/ou válido (KILOMBA, 2019, p. 52-53). Desse modo, ao afirmarem que as denúncias pontuadas na carta-manifesto dos discentes cotistas são “fora do tom” ou “muito emotivas e pouco objetivas”, parte dos membros que compunham o colegiado do PPGAN, há época, reforçavam aquilo que poderíamos considerar enquanto o “monopólio da validação”, ao desqualificarem, de maneira direta e contumaz, os apontamentos realizados pelos discentes cotistas sobre uma realidade que, de forma alguma, poderia ser classificada enquanto “recente” ou, para se fazer uso de uma terminologia mais hodierna, “casos isolados” de nossa comunidade acadêmica, em especial, da comunidade proveniente do PPGAN-UFMG.

A ironia do “Chamado de Oxalá” é a de que a manifestação de um conjunto de relações provenientes de um racismo estrutural, e estruturante, de nosso meio social e, aqui, comunidade acadêmica, tenha se manifestado, justamente, em um outro pedido de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado, o que revela a resistência imposta pelos sujeitos a ocuparem os espaços de poder à toda e qualquer tentativa de desenvolvimento e ascensão, de pessoas negras e não normativas, à cargos e espaços de poder e às possibilidades de ascensão social, propriamente dita por esses corpos e sujeitos sociais.

No fim, apesar de ter conseguido a aprovação de sua passagem direta, por intermédio da feitura de um novo parecer de seu trabalho, bem como da formação e manifestação do coletivo cotista diante dos acontecimentos já supracitados, o discente optou por não dar continuidade a sua carreira acadêmica, no contexto já exposto por aqui, abdicando de uma possível vaga conquistada, por mérito próprio, no curso de doutorado no PPGAN.

4.7. Desdobramentos para além do PPGAN-UFMG: os embates nas representações de antropologia.

O “Chamado de Oxalá” fora, no entanto, apesar de exemplar e aglutinador de acontecimentos desse teor no PPGAN, apenas o início de um longo processo de continuidades, para aqueles e aquelas que ocupam seus espaços, dentro da academia, por intermédio da estrutura da branquitude, e de descontinuidades, para aqueles e aquelas fora do escopo da normatividade.

Foi Obá⁸¹ quem, no dia 03 de agosto de 2022, alertara aos discentes cotistas, através do coletivo formado quase dois anos antes, o CEPIC-UFMG, de que a docente Corte Real havia se candidatado a um importante cargo de representação antropológica fora da UFMG. A partir de um profundo sentimento de desconforto e indignação – visto os acontecimentos relatados no tópico anterior –, o CEPIC, em reuniões e debates realizados entre seus membros, emitiu um manifesto direcionado ao Comitê de Antropólogos Negros e Negras da ABA⁸², no dia 06 de setembro de 2022.

⁸¹ Nome fictício dado a um dos discentes negros, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

⁸² Comitê formado logo após os eventos expostos no capítulo 2 desta tese, oriundos da foto do garçom negro servindo a mesa dos, então, membros integrantes da ABA, e posterior à toda manifestação de repúdio dos intelectuais negros, negras e negres ao caso.

Nesse manifesto, os membros integrantes do coletivo CEPIC reforçaram, junto ao Comitê de Antropólogos Negros e Negras da ABA, as posturas controversas da docente Corte Real dentro da comunidade do PPGAN-UFMG: ter chamado um aluno que participava das ocupações das universidades, em 2016, de “traficante”; casos de assédio moral ao seus orientandos e orientandas, enquanto fazia o seu pós-doutoramento na Alemanha, onde coagiu discentes a não participarem, e se manifestarem, nas assembleias públicas do PPGAN relacionadas às políticas de ações afirmativas; e o uso indevido e constrangedor do nome de um de seus orientandos, ao ser confrontada por ter denominado um estudante de “traficante”, alegando que jamais poderia ser uma pessoa a protagonizar atos de natureza discriminatória, uma vez que um de seus mais brilhantes orientados seria negro, o que, supostamente, invalidaria aquelas acusações⁸³.

O manifesto, como já mencionado anteriormente, foi enviado ao Comitê de Antropólogos Negros e Negras da ABA, no dia 06 de setembro de 2022. No entanto, como o coletivo CEPIC-UFMG não obteve qualquer tipo de sinalização do recebimento e acolhida de sua manifestação, foi realizado um novo contato com o comitê, sendo enviado, novamente, a mesma documentação, encaminhada em momentos anteriores, no dia 03 de novembro de 2022. Obá fora a integrante do coletivo CEPIC responsável por mediar o contato entre o coletivo de cotistas da UFMG com o Comitê de Antropólogos Negros e Negras da ABA mas, durante, aproximadamente, 4 meses, apenas informara ao restante dos membros do CEPIC que não houvera nenhum tipo de retorno sobre a nossa manifestação.

Foi, apenas no final de março de 2023, que Obá, em retorno aos membros do coletivo CEPIC-UFMG, nos informava que havíamos recebido uma resposta formal, tanto do Comitê de Antropólogos Negros e Negras da ABA, quanto da Diretoria dessa mesma instituição, bem como da própria docente em questão. Ao CEPIC, o comitê encaminha uma mensagem, via e-mail do coletivo, explicando os motivos da demora do retorno de seu contato e disponibilizando, via anexos, as manifestações tanto da docente Corte real quanto da própria Diretoria em si. Obá se desculpara com o restante do coletivo, uma vez que, por questões familiares e de trabalho, só tomou conhecimento da mensagem no dia 28 de março de 2023, e, depois, socializou as respostas recebidas com o restante do grupo, no dia 30 do referido mês e ano.

A Associação Brasileira de Antropologia, a partir da manifestação do coletivo CEPIC-UFMG, se comprometeu com a criação de fóruns de diálogos onde temáticas como essa e,

⁸³ Para mais informações, olhar Anexos: anexo 16.

possivelmente, esse mesmo caso, pudessem ser revisitados e debatidos. Em tese, esses fóruns e espaços de diálogos funcionariam como a abertura institucional para o debate e enfrentamento das questões delicadas já expostas, aqui, anteriormente, ao longo da tese e nos tópicos já trabalhados neste mesmo capítulo. Na prática, no entanto, ao manifestarem, oficialmente, sua confiança na docente Corte Real, essa medida corre o risco contundente em se configurar em uma ação mais ineficiente do que qualquer ação que fosse, por mais paliativa que essa mesma ação pudesse ser, nos levando do nada ao lugar nenhum. Com isso, é exposto, desse modo, como os membros integrantes de um corpo institucional organizam a estrutura interna de sua própria instituição, com o objetivo de preservar aqueles e aquelas que ocupam seus espaços de decisão e poder, da responsabilidade de perpetuarem distintas formas de discriminação e exclusão social, realizando, por fim, a manutenção de um status quo já conhecido, e em andamento, fora do âmbito institucional: dentro da estrutura social e cultural maior a englobar nossas próprias instituições que reafirmam nosso quadro de desigualdades sociais⁸⁴.

Sobre a manifestação da docente Corte Real, a distinta profissional se posicionou, pontualmente, sobre cada uma das colocações das quais se julgou erroneamente implicada no manifesto emitido pelo CEPIC-UFMG. Alegando uma preocupação direcionada à sua segurança pessoal, a distinta docente se fez valer de denúncias que circundavam, há época, nos periódicos do estado de Minas Gerais e da cidade de Belo Horizonte, para fundamentar seu posicionamento referente o indivíduo alvo de suas colocações, trazendo à tona, em sua narrativa, elementos que reforçassem a ideia de periculosidade social trazida aos espaços universitários por determinados sujeitos. Ela relata, também, que nunca houvera, em nenhuma instância, seja na ouvidoria da própria universidade, como nos fóruns de diálogos criados, posteriormente, dentro do próprio PPGAN, a denúncia nem do próprio indivíduo posto como “traficante”, nessa hedionda narrativa, e nem de quem quer que fosse a se contrapor à sua narrativa, tentando reafirmar, com esse relato, uma suposta deslegitimidade das acusações expostas pelo coletivo do CEPIC, reafirmando, por fim, que o indivíduo não era negro, mas sim, branco.

A distinta docente afirma, em sua manifestação, ter passado por esse evento sozinha. No entanto, há época, um discente negro, hoje egresso da UFMG mas que, naquele período, integrava as ocupações na referida universidade, se posicionou contra o ocorrido, a partir de seu testemunho pessoal, expondo o caso nas assembleias públicas que aconteciam ao longo das

⁸⁴ Para mais informações, olhar Anexos: anexo 17.

ocupações e sofreu represálias da mesma docente, que o ameaçou, publicamente, de processos judiciais de natureza caluniosa e difamatória. As ameaças de ações judiciais não foram, contudo, postas adiante, uma vez que a própria comunidade acadêmica do PPGAN, nesses mesmos espaços de reuniões e assembleias, alegou a desproporcionalidade de uma docente implicar, judicialmente, um estudante de graduação que realizava uma denúncia de racismo. Ora, o fato de “não existirem denúncias”, como tenta alegar a docente, nos canais institucionais supracitados em sua manifestação, não implica uma deslegitimação do que foi exposto pelo coletivo CEPIC do caso do “traficante”, à priori, mas pode, ao contrário, denunciar justamente o oposto do que a docente tenta nos fazer crer: de que essas denúncias não foram oficializadas nos canais de direito por causa da intervenção daqueles e daquelas que ocupam espaços de poder dentro do âmbito institucional, o que reforça a presença do racismo institucional do referido caso.

Sobre o caso, intitulado, nesta tese, como “O Chamado de Oxalá”, a docente nos fala que:

“O tema central deste episódio é um debate ocorrido no colegiado sobre passagem direta de nível. Na reunião do colegiado de 30 de junho de 2020, realizada por meio virtual, estava em pauta a análise dos pareceres sobre dois pedidos de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado. No caso de um dos alunos, havia discrepância entre os pareceres (nas disciplinas cursadas, o aluno apresentava dois conceitos A e dois conceitos C) e decidiu-se pela solicitação de um terceiro parecer. Mas instaurou-se uma longa discussão sobre esse expediente de passagem direta de nível. Questões como qualidade das dissertações frente ao prazo exíguo (90 dias) para conclusão, perda da cota de bolsas do mestrado para o doutorado, que poderia desfalcocar o Programa e dificultar acesso de aluno/as no nível de entrada para a pós-graduação, entre outros temas, foram abordados.

Deste episódio, tenho como aprendizado fundamental a necessidade de dar precisão a posicionamentos institucionais que embasam meu total apoio às ações que promovem alunos de ações afirmativas e que questionam as lógicas excludentes da meritocracia.

Acredito que, possivelmente, as minhas explicações sobre as normas da CAPES (Portaria No. 76 de 14 de abril de 2010, Arts. 16 e 17) que regem a mudança de nível do mestrado para o doutorado tenham sido tomadas como se fossem as minhas próprias posições. Na ocasião, eu comentava sobre os termos meritocráticos da Portaria, como o Art. 16 que fala de ‘desempenho acadêmico excepcional’ e ‘excelência de desempenho’.

O documento ‘manifestação dos discentes cotistas’ sobre o assunto foi encaminhado ao colegiado do PPGAN na sequência, mas o coordenador à época, em consulta aos membros do colegiado e à instância jurídica da UFMG, decidiu não o colocar em pauta. Desta forma, não pude me explicar na ocasião e tampouco verbalizar algo sobre seus desdobramentos.”⁸⁵

⁸⁵ Idem, grifo do autor.

Ao retomarmos ao manifesto cotista, apresentado, anteriormente, neste mesmo capítulo, pelo coletivo CEPIC, vemos que existiu, na argumentação da distinta docente, a desvinculação da possibilidade de associarmos o acesso ao processo seletivo da passagem direta de um discente negro às políticas de ações afirmativas através da noção do mérito e da meritocracia:

“Endossando argumentos que reforçam uma ‘excepcionalidade’ e a necessidade de um ‘desempenho acima da média’ para a aprovação do pedido de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado, [a docente] afirmou que as Ações Afirmativas não se aplicam no caso da passagem direta pois a passagem direta é questão de mérito.”⁸⁶

Um primeiro ponto a se destacar sobre esse caso é o de que, segundo a própria docente, em sua manifestação, ela estaria, apenas, explicando as normativas e resoluções formais da CAPES sobre a mudança de nível entre mestrado e doutorado e sua explicação sobre tais aspectos formais foram interpretados de maneira equivocada como sendo seu próprio posicionamento pessoal diante do caso. A tentativa retórica da docente, neste caso, recai sobre o reforço da perspectiva de que ela teria sido mal interpretada. A estrutura desse tipo de argumentação visa ao descrédito de quem denuncia, colocando tais sujeitos na condição de incapazes de construir uma compreensão devida de posicionamentos ou decisões complexas, infantilizando a percepção crítica de tais grupos ou indivíduos fazendo com que suas alegações, discursos e produções, sejam relegadas à descredibilidade, à priori, levando esses mesmos grupos ou indivíduos, a serem tomados com pouca seriedade e serem relegados a, no mínimo, uma relação paternalista com aqueles ou aquelas que assumem os espaços de poder, e, no máximo, ao veto sumário de seu acesso e permanência nesses mesmos espaços.

Um segundo ponto é o de que, apesar da mesma docente tentar desvincular o seu posicionamento pessoal da apresentação de aspectos formais da CAPES, diante dos requerimentos de ambos os discentes implicados no caso, a mesma, ao fundamentar a sua recusa (ou explicação, como ela pretende que se acredite), vincula a imagem do discente cotista, que teve seu pedido negado, ao ex-ministro da educação, Carlos Alberto Decotelli da Silva, como exemplo de fraude acadêmica, demérito pessoal e periculosidade quanto a qualidade da produção do conhecimento fomentada através de nossos espaços e instituições acadêmicas, fato esse testemunhado e registrado pelas representações discentes presentes na referida reunião de colegiado, já exposta e mencionada, aqui, neste mesmo capítulo. Tal fato, por si só, já dá sua

⁸⁶ Idem, grifo do autor.

mostra da natureza discriminatória de um posicionamento que jamais pode se pretender enquanto meramente técnico ou imparcial. E, o que pode ser tido enquanto mais intrigante, é que a concordância da emissão de um terceiro parecer sobre o pedido de passagem direta do discente cotista só foi aceita quando as representações discentes alegaram o teor discriminatório das falas, e comparações, emitidas pela docente sobre o pedido do discente cotista. Assim, ao contrário do que induz a docente em sua manifestação, o terceiro parecer não surgiu de forma espontânea e natural no transcorrer dos embates e da discussão, mas surgiu a partir de uma proposta das representações discentes, como uma forma de assegurar uma justa avaliação do pedido de passagem direta do discente cotista, em detrimento da recusa e dos posicionamentos negativos manifestados pela docente naquela ocasião. O não destaque, ou apontamento, desse fato também não pode, e nem deve, ser visto como algo inofensivo: esse silêncio e essa omissão também compõe uma estrutura de poder excludente e um modo narrativo manipulador em que visa a construção de uma falsa ideia de manifestações equivalentes de posicionamentos, apontamentos e opiniões dentro da reunião do colegiado do PPGAN.

Um terceiro ponto a se destacar sobre sua construção retórica é a de que o discente negro em questão não teria os critérios formais adequados para o parecer positivo diante de sua requisição, em detrimento do segundo discente, branco e proveniente da ampla concorrência. Ao entrevistar o discente cotista, protagonista-alvo do “Chamado de Oxalá”, bem como aos outros discentes negros, negras e cotistas, para esta tese, muito se foi debatido e relatado, ao longo das entrevistas, sobre a diferenciação do trato para com o corpo discentes negros e negras, dentro e fora das salas de aula, bem como a forma pela qual esse mesmo grupo discente era avaliado em suas falas, trabalhos e produções, em seus termos formais. Dito de outra forma, as avaliações dos trabalhos e escritos produzidos por esse grupo de discentes do PPGAN, assim como a percepção de sua presença e participação ao longo dos seminários, das disciplinas e das aulas, foram realizadas de maneira parcial e, em muitos casos, sob um crivo e percepção de cunho discriminatório, em detrimento de seus colegas socialmente lidos enquanto brancos e provenientes da ampla concorrência.

Sobre este ponto, Bará⁸⁷ nos fornece dados substanciais que endossam esse tipo de colocação. Ao final de uma das disciplinas cursadas, provenientes da grade curricular, de caráter obrigatório, para a feitura de seu curso de mestrado/doutorado no PPGAN, Bará, ao receber suas notas, se espanta por ver uma avaliação baixa no quesito da participação em sala

⁸⁷ Nome fictício dado a um dos discentes negros, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

de aula e envia um e-mail questionando a docente ministrante da disciplina, das razões que o levaram a receber aquela nota:

“Recebi minhas notas de resenha, seminário e participação. Gostaria de saber qual foi o critério usado na avaliação da participação, porque me lembro de você dizendo, em aula, que achava complicado avaliar participação e que você, dada essa complexidade, não saberia bem fazer essa avaliação. Baseado nisso, gostaria de saber o porquê dos meus 5 pontos sendo que só não estive presente na primeira aula, participei de todas as atividades, contribuí nos debates quando me sentia confortável e quando achava que me cabia falar. Quero saber porque isso acaba por prejudicar minha nota, visto que sou bolsista. Desde já agradeço.” (ALUPÔ, 2021)⁸⁸

Alegando que a docente ministrante dessa disciplina não deixara claro seus critérios avaliativos, no quesito da participação em sala, Bará questionou a mesma sobre quais os critérios foram utilizados para lhe atribuir aquela nota, visto ter ele participado de grande parte das aulas, com o testemunho de vários de seus colegas. Em resposta ao seu questionamento, a docente ministrante da disciplina lhe respondeu com outro e-mail, explicando:

“Quem teve uma participação contribuindo com as discussões em sala de aula recebeu 10 e quem não teve esse tipo de participação recebeu 5. Não me lembro de você ter feito comentário, discutido, exemplificado, fomentado qualquer debate em sala de aula, a não ser no dia de seu seminário. Atenciosamente, (...)” (ALUPÔ, 2021).

Insatisfeito com o que foi apresentado pela docente, Bará, novamente, lhe envia um outro e-mail, questionando e contrapondo as colocações da docente ministrante da disciplina:

“Desculpe-me, mas eu participei de debates sim e não foi somente o do meu seminário não. Isso eu posso te garantir e outras pessoas da sala também. Considero este critério, contido na resposta, bem depreciativo as minhas participações em sala de aula. Com todo respeito, acho que tem uma diferença entre você não lembrar e eu ter participado. Já que, de fato, houve critério para a distribuição desses pontos, contrariando o que você mesma disse em sala de aula, acho que eles deveriam ter sido colocados desde o início. Eu, de cara, consigo lembrar de, pelo menos, três participações minhas, tirando a do meu seminário, que foram no texto da Margaret Mead, na discussão sobre ciência e religião, sobre os ataques às universidades e as últimas eleições, e na última aula que fechou o semestre. São só as que consigo lembrar puxando rapidamente na memória. Acredito estar saindo bem prejudicado, primeiro porque participei sim e segundo pela sua fala

⁸⁸ De acordo com as normas da ABNT, a forma correta de se realizar a citação de um e-mail seria seguindo a seguinte estrutura: “SOBRENOME, Nome do autor da mensagem. Título do e-mail. Mensagem recebida por: <link do e-mail> em data que recebeu o e-mail.”. Entretanto, como forma de preservar a identidade dos discentes cotistas que cederam suas falas e relatos, de maneira sigilosa, para a feitura dessa tese, nos lugares destinamos ao “nome” e “sobrenome”, foram substituídos pelos pseudônimos, de acordo com a estrutura escolhida para tal, e já apresentada, anteriormente, nesta tese.

sobre a avaliação da participação. Agradeço a resposta”. (ALUPÔ, 2021, grifo do autor).

Elencando cada um dos momentos em que participara, Bará questiona, novamente, a docente, quais os critérios utilizados para lhe atribuir uma nota tão baixa no quesito da participação, visto que ele participara, ativamente, das aulas mencionadas e ainda teria testemunhas para lhe assegurar o que dissera. A docente ministrante da disciplina reafirma sua posição de autoridade diante de Bará ao explicitar que, apesar dos questionamentos do discente partirem de uma imprecisão dos critérios avaliativos exposto (ou não) por ela, o processo avaliativo não se dava pelo formato da autoavaliação. No transcorrer de sua mensagem, a referida docente afirma que tal imprecisão nos critérios se deram, em grande parte, por conflitos provenientes de experiências anteriores, onde outras turmas, ou outros discentes, consideraram que a exposição de tais critérios também implicaria, de acordo com a docente, na exposição dos próprios discentes avaliados fazendo, com isso, que a mesma assumisse uma postura menos transparente com relação a atribuição das notas.

A docente ministrante da disciplina também reforça o papel da subjetividade de cada um dos discentes nas atribuições de pontos e/ou na melhoria das notas que seriam dadas a cada um dos estudantes ali presentes, no que concerne as suas participações. Ao final dessa exposição em específica, reforça que a nota de participação é dada ao ser comparado os critérios de expressão e subjetividades entre os discentes participantes da disciplina e, desse modo, afirma que ao comparar Bará com os demais discentes integrantes de sua matéria, ele não teria apresentado um desempenho satisfatório o suficiente para receber a nota que reivindicava. Por fim, implica ao estudante a responsabilidade de ter um desempenho adequado justamente pelo que foi apresentado pelo próprio discente: pelo fato do mesmo ser bolsista e que, para manter a vigência de sua bolsa, seria necessário manter um bom desempenho acadêmico. A partir dessa última colocação, a docente ministrante da disciplina sugere, então, que Bará refaça suas resenhas como uma forma de melhorar sua nota e que não saia prejudicado pela baixa nota de participação atribuída a ele a partir de sua própria avaliação.

Percebam que a nota de participação, como foi exposto pela referida docente, era dada a partir da comparação da atuação do aluno ou aluna em detrimento de seus demais colegas em sala de aula, mas que isso, em nenhum momento, foi exposto à turma ou aos discentes, como a própria docente deixara claro em sua resposta a Bará, uma vez que ela admite ter reduzido a transparência pública dos métodos de suas avaliações devido a incidentes anteriores. Um outro

fato curioso, e importante de ser destacado, é o de que Bará enviou suas reivindicações para a docente com a finalidade de obter dela uma explicação quanto os métodos avaliativos da nota de participação e pleitear uma possível alteração, ou revisão, em sua nota. A proposta de refazer suas resenhas e/ou trabalhos partiu da própria docente. Tendo isso em vista, Bará continua sua interpelação de como se daria uma possível alteração em sua nota enviando uma nova mensagem à docente: “A nota já foi lançada, se eu refizer o primeiro trabalho você vai alterar, se for o caso? Desde já agradeço” (ALUPÔ, 2021, grifo do autor).

A docente, no entanto, volta atrás com a sua proposta, lhe dizendo que depois de muito ponderar, percebia que não deveria alterar a nota do discente, pois essa não seria uma postura ética de sua parte, uma vez que ela mesma não haveria dado essa opção para os demais discentes matriculados em sua disciplina. Desse modo, a docente sugeriu que Bará se empenhasse mais em suas próximas atividades acadêmicas para que ocorridos como esse não tornassem a se repetir. Em poucas palavras, a docente ministrante da disciplina, basicamente, sugere a Bará que “se esforce mais da próxima vez”, lhe imputando a total responsabilidade pelo mérito ou demérito que venha a desfrutar.

Uma das coisas que podemos destacar desse episódio é que ao afirmar que os critérios avaliativos, no que concerne à nota de participação, são dados em detrimento à comparação dos aspectos subjetivos de cada um dos discentes matriculados e participantes de sua disciplina entre si, a docente parte do pressuposto que todos os discentes, ali presentes, partem, e compartilham, de uma realidade e lugar social substancialmente similares para que cada um deles seja usado como um parâmetro para os demais. Com isso, ela demonstra o seu desconhecimento, ou ignora, de forma deliberativa, a própria proposta das políticas de ações afirmativas, que visa a inserção de um novo contingente social, na condição membros discentes, bem como a inserção dos novos desafios e demandas que esse novo núcleo de integrantes da comunidade acadêmica do PPGAN traz consigo.

Um outro ponto que se torna curioso nesse caso é o de que a docente em questão afirma que devido a experiências anteriores, foi necessário deixar os critérios avaliativos menos transparente para que não houvesse nenhum tipo de constrangimento para com os discentes que recebiam suas notas. No entanto, não existiu, da parte da docente, uma maior explicação, para Bará, sobre do que se trataram esses eventos. Conversando com outros discentes cotistas, ao longo da feitura de minhas entrevistas, no entanto, foi possível identificar do que se trataram esses eventos que motivaram a não transparências nesses critérios.

Foi Ewá⁸⁹ quem me confidenciou o mesmo sentimento de constrangimento, impotência e indignação expresso por Bará, com relação as suas notas que, por coincidência ou não, se deu com a mesma docente, que, desta feita ministrava uma outra disciplina no semestre anterior ao de Bará. Ewá me explicara que, na época que cursou a disciplina da dita docente, as avaliações das resenhas dos textos eram feitas, e expostas, de forma pública, onde todos os discentes, matriculados e ativos na disciplina, tinham acesso às suas notas e às notas dos demais colegas, bem como aos comentários realizados pela docente.

Ewá, que era oriunda de uma formação acadêmica diversa da grande área das Ciências Sociais, apresentava dificuldade quanto a compreensão dos textos e na feitura das resenhas. Observou que, apesar disso, mesmo não tendo uma formação como a de seus colegas, vários deles e delas tiveram, nas avaliações públicas de suas resenhas, notas e destaques referentes as suas escritas. No entanto, julgou os comentários sobre a sua produção mais duros e menos técnicos e formais que os demais. A docente afirmara que alguns dos aspectos fundamentais dos autores resenhados por Ewá não teriam sido abordados e que, apesar de seu esforço e empenho, ela precisaria melhorar em muito a sua escrita, sob pena de não ter suas análises devidamente compreendidas por quem fosse lhe avaliar, lhe sugerindo, ao final de sua avaliação, algumas estruturas narrativas para produzir suas redações.

Ao compartilhar, comigo, os comentários de seu trabalho, ela me indicou a leitura e análise do trabalho, e dos comentários, de um outro discente, este branco e proveniente da ampla concorrência, que obtivera a mesma nota e desempenho que ela, porém, com uma avaliação substancialmente mais branda e distinta da sua. Nessa avaliação, apesar de também destacar alguns problemas em termos de escrita, a docente apenas focou nos aspectos conceituais não abordados pela resenha. As análises e comentários que a docente ministrante da disciplina realizou no trabalho de seu colega, que obtivera a mesma nota e o mesmo desempenho que o seu, foram muito mais técnicas e formais que a sua. Os comentários redigidos para o texto de Ewá focaram-se, em grande parte, em uma suposta carência na estrutura narrativa de seu texto, construindo uma abordagem infantilizada da discente, destacando o seu “empenho em fazer a resenha”, ou seja, em escrever, mas que esse fora um esforço, para ela, sem resultados mais satisfatórios.

⁸⁹ Nome fictício dado a um dos discentes negros, e interlocutores de minha pesquisa, como forma de se preservar sua identidade e evitar qualquer tipo de identificação à priori.

Por ter sido uma avaliação que foi exposta aos demais discentes da disciplina de forma pública, Ewá, sentindo-se exposta, entrou em contato com a docente ministrante da disciplina retrucando, menos sobre a nota ou a avaliação em si, e mais a maneira pela qual ela se sentira exposta diante de seus colegas de turma, ao passo que recebeu a resposta seca “deixa de frescura, e vá estudar” da dita docente.

Ao levarmos em consideração casos como o de Bará e o de Ewá, bem como o de outras escrevivências episódicas já relatadas aqui, nesta tese, no capítulo 2, não é difícil contestarmos as baixas notas atribuídas, para alguns discentes cotistas, ao longo da feitura de suas disciplinas. Se muitos docentes, a exemplo da docente ministrante das duas disciplinas em que Bará e Ewá cursaram, não expõe com a devida clareza seus métodos avaliativos, estando expostos, os membros discentes, a avaliações eminentemente subjetivas, onde suas pessoas passam, também, a serem avaliadas, junto (ou, as vezes, em detrimento) dos aspectos formais de suas produções, a argumentação, de teor meritocrático, da docente alvo das manifestações do coletivo CEPIC-UFG, contrária ao parecer positivo dado ao discente cotista no caso do “Chamado de Oxalá”, se torna não apenas infundada como reiterante de sofisticados processos de exclusão, indo de encontro ao que ela mesma tentou sugerir:

“Deste episódio, tenho como aprendizado fundamental a necessidade de dar precisão a posicionamentos institucionais que embasam meu total apoio às ações que promovem alunos de ações afirmativas e que questionam as lógicas excludentes da meritocracia.”⁹⁰

Dessa forma, por fim, pouca relevância tem qualquer tipo de manifestação pública que a docente tente elencar, ou listar, em qualquer nota que seja: suas ações, dentro da comunidade acadêmica do PPGAN, só mostram aquilo que Lopez já nos advertira ao início deste trabalho: que o racismo, e toda a estrutura de poder que envolve suas relações socioculturais, não está desaparecendo, mas sim *se adaptando* (LÓPEZ, 2014, p. 12, grifo do autor.). E assim os discentes negros e negras a figurarem o quadro de pesquisadores e pesquisadoras das distintas comunidades acadêmicas desse país, mas aqui, em especial, do PPGAN, têm as suas falas, experiências e vivências encarceradas na máxima de Eclesiastes esperando que, em algum momento, suas vozes exerçam algum tipo de impacto naqueles e naquelas que, um dia, ousaram consumir suas produções. Mas, até que esse dia se personifique no presente e o elefante branco

⁹⁰ Para mais informações, olhar Anexos: anexo 18.

do racismo possa ser, finalmente, visto para, então, ser debatido, combatido ou abatido: nada de novo sob o sol.

5. CONCLUSÃO

4.8. (IN) CONCLUSÃO: O EFEITO AHMED

“De fato, o simples ato de falar tanto sobre sexismo quanto sobre racismo costuma ser interpretado como um dano a instituição. Se discutir sexismo e racismo significa causar danos a instituições, precisamos causar danos a instituições.” (AHMED, 2022, p. 197)

Sara Ahmed é uma acadêmica anglo-australiana, de ascendência paquistanesa, que, no transcorrer de sua trajetória intelectual, política e profissional, se deparou com inúmeros casos de abusos, de natureza sexista e racista, dentro dos ambientes acadêmicos pelos quais passou. Durante pouco mais de uma década, entre os anos de 2005 e 2016, exerceu o cargo de docente lecionando a disciplina de Estudos Culturais e Raciais na Universidade de Londres, onde, também, desenvolveu um centro de pesquisa feminista. Frustrada, no entanto, com a forma pela qual a cultura institucional do meio acadêmico em que estava inserida impedia e minava a solução da problemática dos processos de discriminação dos quais essas mesmas instituições perpetuavam, Ahmed decide abdicar de seus cargos e atuar fora da academia, na condição de intelectual, pesquisadora e escritora autônoma.

Não sem razão, foi, uma de suas frases mais impactantes, para mim, porém, nem de longe, a única a figurar enquanto mais forte ou expressiva, que foi posta, aqui, na condição de epígrafe a encerrar esse tortuoso percurso para todos aqueles e aquelas que até aqui chegaram: se, o fato de pautarmos pesquisas, discursos e produzirmos conhecimento a partir dos abusos que sofremos dentro do âmbito, da comunidade e dos espaços acadêmicos que adentramos e habitamos, ainda que por um curto período, for encarado na condição de uma ameaça à própria instituição, então essas supostas “ameaças” devem ser levadas adiante. Ou, para nos fazermos valer das próprias palavras de Ahmed, se tais práticas são a causa de danos às instituições, então devemos causar danos às instituições. (AHMED, 2022, p. 197)

Após a realização das entrevistas e coletas dos danos oriundos das escrevivências episódicas, alguns dos discentes cotistas concluíram seus respectivos cursos dentro do PPGAN e, cada um deles, optou por prosseguir seu caminho profissional da melhor forma que lhes apeteceu. Obá e Iansã saíram do meio acadêmico, alegando que ambas queria trabalhar em outras áreas, “bem longe dos racistas da academia”. Talvez enfrentem outros tipos de racistas, bem como outros tipos de racismos, mas, ambas foram enfáticas em dizer que o agressor que

lhes desdenha é melhor de se lidar do que aquele que tenta lhes vender empatia com base em uma performance fajuta de consciência social.

Bará optou por não dar mais continuidade em sua carreira academia, alegando querer se distanciar desse ambiente que, em suas palavras, “pouco dá e muito tira”. Oxalá retornou para a atuação profissional de sua primeira graduação e Ewá, hoje, vive em sua comunidade de origem, atuando, também, com a formação técnico-profissional de sua primeira formação. Nanã se voltou para o trabalho artístico, e procura, hoje, estar mais afastada dos espaços acadêmicos como uma forma de autopreservação. Xangô, mesmo frustrado e abatido com suas inúmeras vivências acadêmicas, e pelo que também presenciou dos seus colegas cotistas, ainda procura se estabelecer, da maneira que pode, profissionalmente falando, a partir de sua formação acadêmica, muito embora a frustração também faça parte de sua rotina diária, o que o leva, constantemente, a confessar, e questionar, juntos aos seus, qual o valor o investimento educacional, de fato, exerce na vida das pessoas negras dentro desse país, uma vez que, mesmo enquanto cidadãos, parece que ocupamos sempre o espaços de clandestinos dentro de nosso próprio espaço nacional: uma condição ambígua e marginal onde somos sempre estrangeiros em nosso próprio lar. Um remate a noção de Dupla Consciência de Du Bois? Talvez.

E é aqui, neste ponto, que se dá a nossa (in)concussão: o *Efeito Ahmed*. O Efeito Ahmed é a consequências das múltiplas violências sofridas por indivíduos, oriundos de grupos social e sociologicamente minoritários que, ao não encontrarem apoio ou medidas protetivas eficazes, de cunho formal, dentro dos espaços de poder e institucionais onde atuam, acabam por abandonar tais espaços e as suas próprias possibilidades de carreira profissional e ascensão social. Com isso, muitos retornam para subempregos ou vão em busca de cargos com uma baixa remuneração, mas que, contudo, considerem estarem expostos a uma quantidade significativamente menor de uma violência tão explícita e/ou refinada quanto aquela que sofreram nos espaços de atuação acadêmica. O quanto seu sofrimento será ou não reduzido, a partir dessa tomada de decisão, poderemos sempre questionar. Todavia, aquilo que se fez notório, a partir dessa extensa coleta (e vivência) de tantas escrevivências episódicas é que, apesar dos avanços que obtivemos ao longo dos últimos anos, o racismo, em sua dimensão estrutural e estruturante, segue se adaptando, com base na própria adaptabilidade de seus alvos sociais, e a nossa única garantia de vitória diante desse embate doloroso e nefasto é a de que nossos corpos e existências não sejam os únicos a empreender essa desgastante força contrária contra esse moinho discriminatório.

Não existe, portanto, uma conclusão. Apenas uma indagação fruto de um final inconclusivo: quem sobreviverá ao final? As margens ou o centro? Nós, ou a instituição? Entre leões e caçadores, alguns seguem atuando enquanto Griots, na esperança de tornar legal dezenas de discursos e vivências clandestinas, a despeito dos próprios caçadores e à despeito das próprias instituições. Eis aqui os versos finais de uma canção que não se sabe se, algum dia, será entoada por alguém, mas que a ausência dessa canção seja causada, antes, pelo esforço silenciador dos que não sabem cantar, do que pela inexistência do canto em si.

6. BIBLIOGRAFIA

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias, Mariana Ruggieri, Sheyla Miranda. Ubu Editora: 1 ed., 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro) – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALUPÔ, Bará. *Avaliação Final*. Mensagem recebida por: https://mail.yahoo.com/d/folders/70/messages/40198?reason=invalid_cred , em 16/06/2021.

ASAD, Talau. *Atropolgy & the Colonial encounter*. Ithaca Press and Humanities Press, 1975;

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Cotas Raciais e Universidade Pública Brasileira: uma reflexão à luz da experiência dos Estados Unidos*. Projeto História - Natureza e Poder, São Paulo, v. 23, 2001;

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Institucionalização da "Raça Negra" ou Luta contra o Racismo?*. Revista Aulas (UNICAMP), v. 3

BAPTISTA, Daniel. *"Um outro tipo de Negro": Muhammad Ali, Boxe, e as disputas em torno das reelaborações de uma identidade negra*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

BUSSOTTI, Luca; TEMBÉ, António. *A homossexualidade na concepção afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre libertação e opressão*. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p15-24, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

DJANGO LIVRE. *Filme produzido por Quentin Tarantino, 2h e 44 minutos*. EUA, 2013.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Trad. e intr. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

DUMAS, Alexandre. *As aventuras de Robin Hood: edição comentada*. Tradução, notas e apresentação Jorge Bastos. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DUMAS, Alexandre. *O Conde de Monte Cristo: edição comentada e ilustrada*. Tradução, apresentação e notas André Telles e Rodrigo Lacerda.- 2. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

(a)

DUMAS, Alexandre. *A rainha Margot*. Tradução Bruno Ribeiro de Lima, Lara Neves Soares. Barueri, SP: Amarilys, 2016. (b)

DUMAS, Alexandre. *A rainha Margot*. – 1. Ed. – LeBooks. ISBN: 9788583863946.

CASTANEDA, Carlos. *Uma estranha realidade*. Tradução de Luiza Machado da Costa. – 9. Ed. – Rio de Janeiro: Editora record, 1971.

CUSSET, François. *Filosofia francesa. A influência de Foucault, Deleuze, Derridá & cia*. Porto Alegre: Artmed, 2008;

EU NÃO SOU SEU NEGRO. *Documentário produzido por Raoul Peck, 1h e 33 minutos*. USA: 2016.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro, Malê: 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz e Silva; SILVÉRIO, Valter Roberto. (org). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11º ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. E-book: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Deborah; NASCIMENTO, Évelin & Filho, Maurício. *Em busca do tempo da escravidão: patrimônio histórico e memória coletiva na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos*. In: AGOSTINI, C. *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2013.

LÓPEZ, Ian Haney. *Dog whistle politics: how coded racial appeals have reinvented racism & wrecked the middle class*. Oxford University Press. February 2014. E-book. 303 p. ISBN 978-0-19-996427-7.

- MANZANO, Juan Francisco. *A autobiografia do poeta-escravo/ Juan Francisco Manzano*. Organização e tradução de Alex Castro. Prefácio de Ricardo Salles. – São Paulo: Hedra, 2015.
- MATORY, J. Lorand. *Marx, Freud, e os Deuses que os negros fazem a teoria social europeia e o fetiche da vida real*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2018, vol.33, n.97.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- NEGRO, Comitê. *Manifestação Diretoria ABA eleita (Biênio 2023-2024)*. Mensagem recebida por:
<https://mail.google.com/mail/u/2/#inbox/FMfcgzGslbHXDTcrRJTDtdRlLbmdwpg>, em 15/03/2023.
- OS HAWAIANOS. *É o pente (sequência do pente)*. Álbum: Os Melhores Funks da Furacão 2000, Vol. I, 2015.
- RACIONAIS MC'S. *Capítulo 4, versículo 3*. Álbum: Sobrevivendo ao Inferno, 1997.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- SPIVAK, Gayatri Chakravoty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- STRATHERN, M. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac-Naify, 2014.

7. ANEXOS

7.1. Anexo 1 - Carta de Desligamento do Programa

Belo Horizonte, 17 de maio de 2022

**Ao Coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG**

Assunto: Desligamento do Programa de Pós-graduação

Prezado Professor [REDACTED],

Faz alguns anos que um grupo de professores do Departamento de Antropologia e Arqueologia, membros do Programa de Pós-Graduação (PPGAN) vem trabalhando em prol do desenvolvimento do Programa. Nossos esforços, nesse sentido, têm envolvido tanto a produção bibliográfica quanto o encaminhamento de discussões junto aos colegas visando o empenho coletivo na melhoria da produção acadêmica, com o objetivo de aprimorarmos a nota do Programa junto à CAPES, o que resultaria em um maior número de bolsas para nossos estudantes e em uma maior visibilidade e reconhecimento do Programa. O nosso empenho, contudo, tem sido em vão e temos nos sentido insatisfeitos quanto aos rumos tomados pelo PPGAN.

Posições teórico-metodológicas predominantes no Programa têm sido utilizadas como justificativa para atacar tudo e todos os que não se enquadrem nesses marcos. Da mesma forma, as tensões entre as duas áreas de concentração têm gerado um clima de constante conflito e de desconfiança mútua. O resultado é um ambiente de desconforto entre os integrantes do PPGAN, sejam docentes ou discentes. Nessa perspectiva, vários de nós temos nos sentido excluídos pelo Programa e por decisões importantes que vêm sendo tomadas e, assim, cada vez mais distantes de um ambiente de trabalho que estimule a produção acadêmica-intelectual.

Consideramos que, ao invés de gerar conflitos, as diferenças de orientação teórica presentes no Programa poderiam ser estimulantes e altamente positivas para o desenvolvimento acadêmico de nossos estudantes, entretanto, tem ficado cada vez mais claro - e acontecimentos recentes demonstram isso -, que nossas opiniões têm sido, inúmeras vezes, desqualificadas. Falsas dicotomias colocadas de forma sistemática estimulam conflitos prejudicando nosso desempenho.

Assim, em função de um desgaste profundo, os signatários desta carta solicitam o desligamento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e

Arqueologia da UFMG, a partir do segundo semestre de 2022. Até tal data parte dos nossos estudantes de mestrado e de doutorado já terão terminado seus trabalhos. A partir dessa data continuaremos como professores colaboradores até que o restante dos nossos orientandos apresente suas dissertações e teses, não ficando assim prejudicados. Também encerramos no segundo semestre de 2022, nossa participação nas funções administrativas do Programa. Esses meses antes do nosso desligamento, permitirão que o Programa se recomponha com outros professores.

Lamentamos ter chegado a esta situação limite, porém o clima que foi desenvolvido ao longo desses últimos anos e que vem se ampliando, tem como consequência um ambiente pesado, conflituoso dentro do qual fica impossível permanecer.

Atenciosamente,



Professor



Professor



Professora



que, conforme informação dada pela professora , seria representante dos docentes que pediram descredenciamento, para responder os questionamentos, tomou a palavra. Neste momento, o professor , afirmou aos presentes que a carta está bem clara com relação à motivação do pedido. Para ele, não existe no PPGAN um comprometimento com a produção intelectual e acadêmica, frisando que este seria o consenso principal na solicitação. Ele sublinhou a importância da produção para a pós-graduação, e reiterou sua insatisfação com o PPGAN. Sobre o questionamento da representante discente, o professor assumiu o compromisso de concluir as orientações sob sua responsabilidade, sem assumir novas orientações, frisando que o rompimento era inevitável devido a várias situações de conflito ocorridas no Programa. O professor ponderou que a manutenção ou redistribuição de orientações deve ser discutida e decidida no colegiado. Ele também questiona aos docentes que pediram descredenciamento, novamente, se não existe a possibilidade de rever a decisão de sair do PPGAN. Caso, a decisão seja definitiva, não haveria nada mais a tratar acerca deste assunto, e acrescentou que lamentava muito a saída dos docentes. O professor observou que, considerando o Regulamento do PPGAN, o colegiado não terá *quórum* para funcionar; observou também que se muitos docentes se credenciarem como colaboradores, isto pode impactar negativamente a avaliação do programa junto à Capes, e que era necessário tratar destas questões de maneira pragmática. Para ele, caso seja uma decisão irreversível, é preciso agendar imediatamente uma reunião para discutir o novo regulamento. A professora fez os seguintes questionamentos: ponderou que essa saída dos docentes abre uma crise profunda no PPGAN, que para ela essa situação é grave e nada trivial, e não deveria ser tratada como questão administrativa e burocrática apenas, pois ela coloca em questão a existência do PPGAN, visto serem quatro professores da arqueologia, três deles da arqueologia de vertente histórica, todos seniores e com significativa produção acadêmica em nível nacional e internacional. Em seguida, ela aponta três dimensões a serem consideradas: primeiro, ela questiona aos docentes que solicitaram descredenciamento se existe a possibilidade de reconsideração sobre a sua posição e quais seriam as condições; uma segunda questão, colocada pela professora é se o PPGAN seria capaz de atender aos critérios de avaliação da CAPES com a saída destes docentes, considerando que sem o atendimento às regras da CAPES o Programa deixa de existir; a terceira questão elaborada pela professora diz respeito à manutenção da arqueologia como área de concentração e qual seria esse modelo de formação em antropologia oferecido pelo PPGAN a partir da saída desses docentes, concordando com o teor da carta dos docentes no que diz respeito à desvalorização de algumas abordagens teóricas e metodológicas no PPGAN. A professora solicitou à coordenação a elaboração de um quadro demonstrativo e objetivo da produção acadêmica dos docentes para apresentação à assembleia a fim de que se possa avaliar o perfil do programa frente às exigências do sistema nacional de pós-graduação. Solicitou também que os quatro docentes que assinaram a carta se manifestassem, em uma próxima assembleia, acerca da possibilidade de reverterem suas decisões, indicando condições que viessem favorecer sua permanência no quadro docente do PPGAN. O professor lembrou que os signatários da carta poderiam, a qualquer momento, rever a decisão de se desvincular do PPGAN, sendo sua permanência como docentes no PPGAN totalmente bem vinda, com o que todos concordaram. A professora se posicionou diante dos presentes, primeiro agradecendo o posicionamento da professora , concordando com ela que estamos diante de uma crise; externando que se tratou de decisão muito difícil, mas que houve bastante reflexão antes de chegarem a esta decisão; que trabalha com cultura material em arqueologia e que os problemas e conflitos dos últimos anos tiveram como consequência tal posicionamento. Ainda, ponderou que os docentes que estão solicitando o descredenciamento sempre colaboraram com o programa, mas que a produção acadêmica não é considerada e, finalmente, que essas questões fizeram com que ela não se identificasse mais com o Programa, mas que ela se compromete a orientar seus estudantes até o final de suas dissertações e teses, e lembrou que dois estudantes de mestrado que ela supervisiona defenderão seus trabalhos já no mês de agosto; A representante estudantil pediu a palavra, afirmando que

demorou algum tempo para assimilar o conteúdo da carta; a discente expressou tristeza por se reunir em assembleia para discussão do assunto em pauta; e enfatizou que havia necessidade de maior diálogo no programa, ressaltando que havia muita dificuldade em ouvir o outro. Diante destas reflexões colocadas pela aluna, a professora [REDACTED], pondera que não haveria falta de diálogo, mas de atitude. A professora mencionou a falta de apresentação e aprovação das atas de reunião e de encaminhamentos de comissões, externando preocupação com a institucionalidade do Programa. A professora [REDACTED], ponderou que no PPGAN não haveria falta de institucionalidade, mas de infraestrutura. O professor colaborador [REDACTED], informa que é a primeira reunião no PPGAN da qual ele participa, lamentando pela saída dos docentes, e ressaltando que é preciso pensar coletivamente em uma luta política, considerando o contexto do governo que estamos vivenciando. O professor [REDACTED], ponderou que no PPGAN não existe planejamento estratégico; que estava há algum tempo cobrando a discussão da resolução revisada de critérios de credenciamentos, que até o momento não fora pautada em reunião de colegiado; o professor mencionou que o Programa não é vinculado ao CapesPrint, lembrou de acusações de racismo direcionadas contra professores do PPPGAN em ocasiões passadas, mas que o motivo principal do pedido da saída dos docentes é a falta de valorização da produção acadêmica; O docente [REDACTED] ponderou ainda que a presente reunião não visava discutir a estrutura do PPPGAN, mas a carta subscrita pelos 4 docentes, e que se os solicitantes não desejam permanecer no programa, e que se esta decisão é definitiva, cabe apenas em respeitar e aceitar o pedido. A professora [REDACTED] se inscreveu para expressar sua concordância com a professora [REDACTED] acerca do descuido com a institucionalidade do PPGAN; lembra que as normativas do Programa revisadas entre 2018 e 2019 por comissão designada pelo colegiado não foram concluídas e votadas pelo Programa desde então; e que o Programa não vem registrando atas de reunião de colegiado. Em relação à sobrecarga de trabalho administrativo apontado pela professora [REDACTED], a professora [REDACTED] lembra que ao menos dois funcionários técnicos-administrativos foram designados ao PPGAN pela diretoria da FAFICH, mas decidiram não permanecer. As representantes discentes pediram autorização para circular a carta dos docentes entre os discentes, que foi concedida pelos signatários da carta. Finalizando a reunião, o professor [REDACTED] também concordou com a importância em se preparar um quadro das demandas de atividade do programa e da produção acadêmica dos docentes. O professor [REDACTED] também concordou com a importância de trazer para a próxima reunião esse levantamento, mas que o PPGAN deveria periodicamente realizar esse levantamento, o que para ele pessoalmente serviu até como incentivo, o professor [REDACTED] também reafirmou sobre a necessidade em realizar o planejamento estratégico do PPGAN. O coordenador lembrou que os critérios de avaliação dos Programas pela CAPES estão sob processo de judicialização; que poderia realizar um levantamento apenas com base nos dados alimentados pelo Relatório Sucupira, mas que não garantia que conseguiria fazer isto para a próxima semana. O professor [REDACTED] reitera a necessidade de avaliação da produção, mesmo porque uma situação subjude não alteraria propriamente os critérios vigentes, tampouco a CAPES vai prescindir de avaliação da produção, qualquer sejam os novos critérios. Em seguida, discutiu-se quando se daria a próxima reunião, e qual seria sua pauta. Cogitou-se a realização dia 20/06, data até a qual a coordenação teria condições de elaborar o diagnóstico solicitado da produção do programa; contudo, considerando a urgência na recomposição do colegiado e reestruturação administrativa do programa, salientada pelos professores [REDACTED] e [REDACTED], e que possivelmente demandaria uma revisão do Regimento do PPGAN, a coordenação propôs que a próxima reunião ocorresse dentro de uma semana para tratar destas questões, algo com que todos os presentes concordaram. Diante do exposto, ficou deliberado que a próxima reunião ocorrerá dia 06/06/2022, no turno da tarde, tendo como pauta "Revisão administrativa e planejamento estratégico do PPGAN". Nada mais havendo a tratar, o Coordenador e presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, [REDACTED], lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, segue eletronicamente assinada por todos os membros presentes à próxima Assembleia Extraordinária dos docentes e representação estudantil em que se der sua aprovação. Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.

Assinam esta Ata:

██████████ (Coordenador)

██████████ (Sub-coordenadora)

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████

██████████ (Representante Estudantil/Doutorado)

██████████ (Representante Estudantil/Mestrado)



Documento assinado eletronicamente por ██████████ **Usuário Externo**, em 17/06/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████, **Professor do Magistério Superior**, em 18/06/2022, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████ **Subcoordenador(a)**, em 18/06/2022, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████, **Chefe de departamento**, em 18/06/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████, **Professora do Magistério Superior**, em 19/06/2022, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████, **Professor do Magistério Superior**, em 19/06/2022, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por ██████████, **Usuário Externo**, em 20/06/2022, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do

[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Subcoordenador(a)**, em 20/06/2022, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Professora do Magistério Superior**, em 20/06/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Professora do Magistério Superior**, em 20/06/2022, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 20/06/2022, às 23:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Professor do Magistério Superior**, em 21/06/2022, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por [REDACTED], **Membro**, em 22/06/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1511450 e o código CRC 66BF9BB7.

7.3. Anexo 3 - Intelectualidade Negra e Africana em Diáspora

INTELECTUALIDADE NEGRA E AFRICANA EM DIÁSPORA.

Daniel de Oliveira Baptista (Doutorando em Antropologia pelo PPGAN)

Andrei Isnardis (Professor Orientador/PPGAN)

EMENTA:

Não é muito difícil de se observar que em qualquer curso de graduação ou pós dentro da grande área de humanidades perpassamos matérias, estudamos livros e desenvolvemos todo um conteúdo programático sem sequer observar os autorxs e atorxs protagonistas de nossas reflexões. Por trás disso, o espectro do “autor” esconde algo sutil, porém muito curioso: o imaginário do protagonismo da produção de conhecimento dentro do contexto ocidental, sendo esse mesmo protagonismo bem específico e delimitado. Um homem, branco hétero, e normalmente cristão e estrangeiro. Se fruto do território nacional, é oriundo de segmentos muito específicos de nossa sociedade, se estrangeiro, é fruto, além de tudo, de uma lógica representativa que reitera, explícita ou implicitamente, quem fala e sobre quem se fala.

A disciplina partiu de um incômodo e é esse incômodo um de seus objetivos. Obviamente, existem muitas margens e muitos sujeitos habitando essas mesmas zonas não centrais. **“Intelectualidade negra e africana em diáspora”** procura trabalhar apenas uma dessas inúmeras margens, procurando trazer, discutir, abordar e apresentar autores e autoras que normalmente não são abordados ou trabalhados nas disciplinas correntes, nem em termos de leituras efetivas, ou mesmo em indicações complementares sem a intensão de, contudo, esgotar as possibilidades de abordagens, leituras, exposições e desenvolvimentos interpretativos e reflexivo acerca da questão.

O objetivo central dessa disciplina, portanto é apresentar autores e autoras, negros e negras, africanos ou não em contextos históricos, contemporâneos e diaspóricos, suas perspectivas teóricas, os movimentos políticos, sociais e intelectuais em que suas produções se situam e como tais produções se inter-relacionam com as grandes áreas das Ciências Humana, em especial, com a Antropologia.

Para tanto, a disciplina será dividida em 5 grandes eixos temáticos: **“A exclusão da intelectualidade negra: uma introdução”**, que será abordada nas aulas dos dias 08 e 20 de agosto; **“Perspectivas clássicas do debate intelectual negro sobre raça, identidade negra e movimentos sócio-político intelectuais”**, que será desenvolvida entre as aulas correspondentes aos dias 22 de agosto à 12 de setembro; **“Afrocentricidade: apresentação e**

críticas a uma abordagem epistêmica”, que será trabalhada entre as aulas dos dias 17 a 24 de setembro; **“Feminismo Negro, gênero e sexualidades negras”**, que será abordada nas aulas correspondentes aos dias 26 de setembro à 17 de outubro; **“Intelectualidade Negra Brasileira”**, que será estudada entre as aulas dos dias 22 à 31 de outubro; e, por fim, a última unidade, que se concentrará em torno da temática da **“Afetividades negras: racismo e relações interpessoais”**, que corresponderá das aulas dos dias 05 de novembro a 03 de dezembro.

AVALIÇÃO:

A disciplina contará com três atividades avaliativas ao longo do semestre: a primeira avaliação consiste em um estudante ficar responsável por trazer questões, comentários, apontamentos, sobre um texto específico, apresentando brevemente o autor, seus principais conceitos e algumas provocações (no mínimo 3 questões, no máximo 5). A referida avaliação será pontuada em, até, 30 pontos. A segunda avaliação será no formato de uma resenha onde o estudante produzirá uma resenha crítica sobre o texto apresentado por ele em sala, abordando as questões levadas até a turma, bem como relatando parte do debate ocorrido em sala. A referida avaliação será pontuada em, até 30 pontos (A resenha deve apresentar no mínimo 5 e no máximo 8 páginas). A terceira e última atividade será a produção de um artigo de, no mínimo 10 páginas e, no máximo, 20, onde o estudante deverá analisar **uma produção intelectual negra** a partir da bibliografia proposta pela disciplina. Vale ressaltar que por **produção intelectual negra** será considerada qualquer produção artística, literária, musical e/ou cinematográfica que tenha sido produzida por personalidades negras ou que aborde de maneira direta temáticas que estejam relacionadas aos conteúdos abordados ao longo da disciplina. Segue, abaixo, a lista de algumas sugestões:

Séries e Filmes

- Luke Cage
- Raio Negro
- Pantera Negra
- The Get Down
- Greenleaf
- Estrelas além do tempo

- Greenbook
- Infiltrados na Klan
- Um limite entre nós
- Cara gente branca
- Super Choque
- Ela quer tudo
- Django

Músicas/Albuns:

- Galanga Livre (Rincon Sapiência)
- Mulher do fim do Mundo (Elza Soares)
- Deus é mulher (Elza Soares)
- Ladrão (Djonga)
- Blues Man (Baco Exu do Blues).
- O céu é o limite (devastrop)

CALENDÁRIO PROGRAMÁTICO:

AGOSTO:

- 1) **Terça-feira, 06 de agosto (Apresentação realizada)**
Apresentação da disciplina e do programa.
- 2) **Quinta- feira, 08 de agosto (Apresentação realizada)**

- ROCHA, A. M. **A exclusão intelectual do pensamento negro**. Pólemos, v. 3, p. 103-119, 2014.

3) **Terça-feira 13 de agosto:**

Paralisação nacional contra o governo.

4) **Quinta-feira, 15 de agosto:**

FERIADO.

5) **Terça-feira, 20 de agosto (Apresentação realizada):**

- MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. “Introdução”, “Tentativas de assimilação dos valores culturais do branco” e “O negro recusa assimilação”.

6) **Quinta-feira, 22 de agosto (Apresentação realizada):**

- FIRMIN, Aténor. **Igualdad de las razas humanas**. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2013.- Prefácio e Capítulo 1. (Ana Carolina Queiroz)

7) **Terça Feira, 27 de agosto (Apresentação realizada):**

- DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Trad. e intr. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999- “Sobre as nossas lutas espirituais” e “Sobre o Sr. Booker T. Washington e outros”. (Matheus Santos Ferreira)

8) **Quinta Feira, 29 de agosto (Apresentação realizada):**

- DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Trad. e intr. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999- “Sobre a instrução dos negros” e “Sobre os filhos do Senhor e do Escravo”. (Iro Rodrigues)

SETEMBRO:

9) Terça-feira, 03 de setembro

- CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d’un retour au pays natal, Diário de um retorno ao país natal**. Trad e posfácio Lillian Pestre de Almeida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.- Completo.

10) Quinta-feira, 5 de setembro (Apresentação realizada):

- DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade clássica**. Luanda/Ramada: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2012.- “História do Patriarcado e Matriarcado”.

11) Terça-feira, 10 de setembro (Apresentação realizada):

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.- “O Negro e a Linguagem” e “A experiência vivida do Negro”.

12) Quinta-feira, 12 de setembro:

Paralização das atividades docentes noturnas devido à atividades complementares promovidas pela UFMG.

13) Terça-feira, 17 de setembro (Apresentação realizada):

- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ª ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.- “Da violência”.

14) Quinta-feira, 19 de setembro (Apresentação realizada):

- ASANTE, Molefi Kete **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009. (Anna Paula)

- MAZAMA, Ama. **A afrocentricidade como um novo paradigma.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

15) Terça-feira, 24 de setembro (Apresentação realizada):

- RABAKA, Reiland. **Teoria Crítica Africana.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

- III FINCH, Charles S. **A Afrocentricidade e seus críticos.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219.

16) Quinta-feira, 26 de setembro (Apresentação realizada):

- DOVE, Nah. **Mulherismo africana: uma teoria afrocêntrica.** Tradução Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*, VOL. 28, Numero 5, maio de 1988, 515-539.

- **BUSSOTTI, Luca; TEMBÉ, António.** *A homossexualidade na concepção afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre libertação e opressão.* DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p15-24;

OUTUBRO:

17) Terça-feira 01 de outubro (Apresentação realizada):

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.- “Introdução” e “As diversas ondas do feminismo acadêmico”.

14) Quinta feira, 3 de outubro (Apresentação realizada):

- LORDE, Andre. **Textos escolhidos**. Heretica edições lesbofeministas independentes. Disponível em: <https://mega.nz/#!/CBQQRABk!EHt708JOrvHaquj6eHuGGInYqKUZPhBQ4oXkNThQp-A>

18) Terça-feira, 15 de outubro (Apresentação realizada):

- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

- FIGUEIREDO, Angela. **Carta de uma ex-mula á Judith Butler**. Revista Periódicus, v. 1, p. 1, 2015. (Maria José Branti)

19) Quinta feira, 17 de outubro (Apresentação realizada):

- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 edição: Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2018.- Capítulos 10 e 12.

20) Terça feira, 22 de outubro (Apresentação realizada):

- CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p.8-16.

21) Quinta-feira, 24 de outubro (Apresentação realizada):

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2019.- “Quem pode falar”.

22) Terça-feira, 29 de outubro:

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2019. - “Políticas Sexuais” e “Políticas da Pele”

23) Quinta-feira 31 de outubro:

- SOUZA, Neusa santos. **Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social.** 2 edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.- Capítulos 2 e 6. (Fernanda Reis)

NOVEMBRO:**24) Terça-feira, 05 de novembro:**

- NASCIMENTO, Abdias. **Dramas para Negros e Proólogo para brancos: antologia de teatro negro brasileiro.** Edição do teatro Experimental do Negro. Rio de Janeiro, 1961.- “Prólogo para brancos”.

- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 1 ed. São Paulo- Perspectiva, 2016.- Capítulos 9 e 13.

25) Quinta feira, 07 de novembro:

- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 1 ed. São Paulo- Perspectiva, 2016.- Capítulos cap 5, 6 e 7.

26) Terça-feira, 12 de novembro:

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.- “Patologia Social do Branco Brasileiro”.

27) Quinta-feira, 14 de novembro:

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.- Capítulos 2 e 3. (SÉRGIO FERNANDES)

28) Terça-feira, 19 de novembro:

- PACHECO, Ana Cláudia Lemos (2008). *“Branças para casar, mulatas para F..., negra para trabalhar”-: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia.*(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas.- Introdução e cap 1.

29) Quinta-Feira, 21 de novembro:

- PACHECO, Ana Cláudia Lemos (2008). *“Branças para casar, mulatas para F..., negra para trabalhar”-: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia.*(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas.- cap. 5

30) Terça feira, 26 de novembro:

- Dos Santos, Daniel. **Como Fabricar um Gangsta: Masculinidades Negras nos Videoclipes dos Rappers Jay Z e 50 Cent (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade. Salvador, Bahia, 2017.- Parte I.

31) Quinta-feira, 28 de novembro:

- Dos Santos, Daniel. **Como Fabricar um Gangsta: Masculinidades Negras nos Videoclipes dos Rappers Jay Z e 50 Cent (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade. Salvador, Bahia, 2017.- Parte II.

DEZEMBRO:

32) Terça-feira, 03 de dezembro:

- VIGORA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.- Introdução e Primeira Parte (da página 9 à 57).

Prazo máximo e final para entrega dos trabalhos finais: 5 de dezembro.

7.4. Anexo 4 - Ata da ...ª Reunião 01.07.2019 -MINUTA



ATA DA ____ª REUNIÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

Ata da Reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais realizada no dia 1º (primeiro) de julho de 2019 (dois mil e dezenove). Presentes o Coordenador do PPGAN, [REDACTED]; a Sub-coordenadora Professora [REDACTED]; os Representantes Docentes [REDACTED] e [REDACTED]. A Representante discente [REDACTED]. **ORDEM DO DIA: 1) Aprovação da ata de reunião do dia 06/05/2019:** após leitura e ajustes necessários, a ata foi aprovada para assinaturas; **2) Indicação do prof. [REDACTED] como tutor para acompanhar a disciplina de estágio docente do doutorando Daniel de Oliveira Baptista:** após discussão, foi concluído que essa situação se trata de uma questão política e que diante da condição da professora e orientadora [REDACTED] por estar realizando seu estágio pós-doutoramento, houve um estranhamento indicar um tutor que está fora da temática específica da pesquisa do aluno por parte dos membros do colegiado. Sugeriu levar essa discussão para o coletivo. Foi realizada uma votação e o resultado foi o seguinte: Favoráveis os professores [REDACTED], [REDACTED] e a representante discente [REDACTED]. Votaram desfavoráveis os professores [REDACTED] e [REDACTED]. **3) Situação da bolsa de doutorado da aluna [REDACTED]:** O coordenador fez a leitura do relato da real situação da aluna e após longa discussão ficou decidido que a bolsa da doutoranda continua suspensa até a mesma regularizar a sua situação financeira junto à CAPES. Diante disso, sugeriu-se abrir um novo edital para alocar a bolsa de doutorado; **4) Situação da Bolsa de doutorado da aluna [REDACTED]:** O coordenador fez a leitura da situação apresentada pela doutoranda da continuidade de recebimento da bolsa por ter contraído vínculo empregatício relacionado a sua mesma área de atuação acadêmica. Sobre o assunto o orientador prof. [REDACTED] informou que a aluna está com suas atividades de pesquisa desenvolvendo satisfatoriamente e bem adiantada, o que não irá afetar a conclusão do seu curso. Após discussão os membros do colegiado aprovaram a manutenção da bolsa de pesquisa da doutoranda; **5) Situação das alunas [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] pela reprovação da prova de proficiência em línguas estrangeiras:** após analisar o pedido de cada aluna, o colegiado deliberou: para a doutoranda [REDACTED] a mesma apresentou um documento equivalente ao certificado de proficiência em línguas estrangeiras aplicada na UFES com nota 7,0 sendo acatado pelos membros do colegiado em concordância com o edital; com relação as mestrandas [REDACTED] e [REDACTED] o colegiado sinalizou a possibilidade de exclusão das alunas; **6) Aprovações Ad Referendum:** Foram referendados os seguintes documentos: **A) Solicitação de Oferta de**



disciplina optativa do professor Colaborador [REDACTED]; **B)** Banca de defesa de Mestrado dxs seguintes discentes: [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] - todas aprovadas; **B)** Banca de Defesa de Doutorado da discente [REDACTED] - Aprovada. **C)** Banca de Exame de Qualificação dxs seguintes discentes: [REDACTED] e [REDACTED] (1º exame) e [REDACTED] (2º Exame) - Todas aprovadas. **6) Solicitação de Aproveitamento de Créditos dos discentes:** [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]; [REDACTED]: Após analisar os pedidos foi aprovado o aproveitamento de 04 (quatro) créditos para o aluno [REDACTED]; para a doutoranda [REDACTED] foi aprovado 24 (vinte e quatro) créditos de aproveitamento em seu histórico e 25 (vinte e cinco) créditos de aproveitamento no histórico escolar da doutoranda [REDACTED]; **OUTROS ASSUNTOS: A) Solicitação de Aproveitamento de Créditos de [REDACTED]:** Após analisar o pedido o colegiado indicou como parecerista a professora [REDACTED]. O Colegiado ficará aguardando o parecer para deliberação na próxima reunião; **B) Pedido de Aproveitamento de Créditos de [REDACTED]:** após análise do pedido ficou deliberado a aprovação de 04 (quatro) créditos para aproveitamento em seu histórico escolar; **C) Aproveitamento de 04 (quatro) créditos de estágio docente a serem convertidos em atividades acadêmicas de Pós-graduação solicitado pelo doutorando [REDACTED]:** Após leitura do pedido, o colegiado aprovou a conversão de 04 créditos realizados em atividades de estágio docente para atividades acadêmicas de pós-graduação em seu histórico escolar; **D) Renovação do credenciamento do professor [REDACTED]:** Após leitura do parecer favorável à renovação de credenciamento do professor supra citado, elaborado pela comissão de avaliação dos pedidos de credenciamento do PPGAn, os membros do colegiado acataram o parecer favorável à aprovação; **E)** Ficou aprovado ainda a renovação de credenciamento pleno - nível doutorado -, para as professoras [REDACTED] e [REDACTED], porém sem alteração do término do credenciamento; **F)** Por fim, por motivo férias regulares do coordenador e sub-coordenadora e outras agendas, ficará o professor decano do PPGAn [REDACTED] no período 16 a 20 de dezembro de 2019, sob sua responsabilidade a coordenação do PPGAn. Ficou acordado ainda que o professor [REDACTED] irá participar do Seminário do Meio Termo em Brasília a realizar-se no período de 18 a 20/08/2019; **G)** E por fim, a Comissão Avaliadora de Aprovação de Editais da PRPG, solicitou que os editais de seleção de mestrado e doutorado do PPGAn, tanto das vagas regulares quanto as suplementares, deverão ser unificados. Sobre o assunto, o professor [REDACTED] solicitou à secretária primeiramente unificar as informações dos editais e logo em seguida a coordenação faria uma



nova leitura dos mesmos para submeter novamente à PRPG para aprovação. Nada mais havendo a tratar, esta Ata vai assinada por todos os membros presentes à reunião do Colegiado em que se der sua aprovação. Belo Horizonte, 1º de julho de 2019.

██████████ (Coordenador) _____

██████████ (Sub-Cordenador) _____

██████████ (Rep. Titular Professores) _____

██████████ (Rep. Suplente Professores) _____

██████████ (Rep. Titular Professores) _____

██████████ (Rep. Suplente Professores) _____

██████████ (Rep. Discente) _____

██████████ (Rep. Discente) _____

7.5. Anexo 5- Moção dos antropólogos negrxs à ABA

Moção de antropólogas negras e antropólogos negros apresentada à Associação Brasileira de Antropologia - ABA durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia

Em 1996, na 20ª RBA, a empresa responsável pela organização do evento contratou apenas funcionários/as brancos/as, justamente no ano em que tal reunião se realiza em Salvador, cidade com grande número de população negra no país. Em 2005, o professor Kabenguele Munanga propõe à ABA que na 25ª RBA, realizada em 2006, fosse proposto uma mesa para discussão do tema das ações afirmativas e tal pedido foi negado pela diretoria de tal instituição. Na realização da 25ª RBA tal mesa ocorre, somente após um professor e professora brancos proporem o mesmo tema a esta associação. Fato que culminou na ausência permanente deste pesquisador negro renomado no campo da antropologia em sua reunião nacional. Já em 2014, durante a 29ª RBA, realizada em Natal, os/as monitores negros/as fizeram uma manifestação durante assembleia final denunciando à discriminação racial sofrida no evento. Em 2018, na mesa de abertura da 31ª RBA foi percebida por todos/as presentes a inexistência da presença negra em lugares de reconhecimento científico e, lamentavelmente, a presença negra apenas em lugares de subalternidade como servindo bebidas ou atuando como segurança.

Assim numa temporalidade cíclica observamos que há mudez das estruturas raciais é reproduzida nas RBAs de modo sistemático e simbólico. Dessa maneira nós, antropólogas negras e antropólogos negros participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia manifestamos publicamente nosso repúdio à inexistência de representatividade negra na mesa de abertura ocupando espaços de reconhecimento científico.

Sabemos que todos/as nós estamos imersos/as numa sociedade racista e a desnaturalização e a percepção dos privilégios é um exercício que deve ser constante. Desta maneira com o intuito de combater esse fosso racial dentro da Associação Brasileira de Antropologia nós, antropólogos/as negros/as, reivindicamos a criação de um Comitê Permanente de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros dentro desta associação, colaborando de forma pedagógica e construtiva nos espaços de decisão desta instituição e da nossa disciplina de forma plena.

Nosso intuito com tal reivindicação é que as instâncias deliberativas da antropologia brasileira estejam permeadas por uma sensibilidade plural que incorpore sujeitos/as produtores/as de conhecimentos étnico-raciais diversos.

Por fim, gostaríamos que esta moção fosse publicizada em todos os meios de comunicação da ABA, publicada nos anais deste evento e encaminhada aos/as todos/as filiados/as desta associação, programas de pós-graduação, cursos de antropologia e ciências sociais do país e instituições parceiras.

7.6. Anexo 6- Resposta Presidência da ABA à moção do coletivo de antropólogos_as negros_as



Associação Brasileira de Antropologia

Brasília/DF, 14 de janeiro de 2019.

Ao coletivo de antropólogas negras e antropólogos negros que apresentou moção junto à Assembleia Geral da 31ª RBA:

A moção apresentada na Assembleia Geral da 31ª RBA por antropólogas negras e antropólogos negros foi dirigida à Associação Brasileira de Antropologia. Por estar dirigida a ABA, entendo importante dirigir-lhes nossa resposta na qualidade de Presidente da ABA.

1. Em nome de toda a diretoria atual que logo mais se encerra, consideramos a proposta de um Comitê Permanente de Antropólogas Negras e Antropólogos Negros de alta relevância. Será fundamental para a presença inequívoca e cada vez mais visível da diversidade racial no corpo de associados e associadas da ABA. A iniciativa é fundamental para a defesa dos direitos à diversidade e ficamos profundamente felizes com a proposta.

2. Poderíamos ter estado como Presidência da ABA mais atentas para que a presença negra não se fizesse participante como servindo bebidas, pois esta imagem tem um significado simbólico forte que gostaríamos de não ter produzido. Esclareço, no entanto, que não previmos nem pagamos qualquer serviço de bebidas durante a mesa de abertura. Este serviço foi realizado, sem que nos consultassem como um serviço a mais, uma delicadeza da empresa de buffet que contratamos para servir o coquetel que se seguiu à mesa de abertura. **Tivemos a possibilidade de contratar uma empresa de serviço de buffet cujo dono e dirigente é negro e que preza contratar pessoas com diversidade de raça e gênero para realizarem atividades profissionais de “garçons”, servindo bebidas e comidas. Isto pode ter sido facilmente constatado no grupo de profissionais que serviram o coquetel.** O dono e dirigente negro do serviço de buffet, decidiu oferecer um serviço a mais para a ABA: indicou seu melhor profissional; neste caso um profissional negro para servir água na mesa de abertura. Quando contratamos uma empresa dirigida por negro, estava em parte atendendo uma reivindicação feita na 30ª RBA por antropólogos e antropólogas negras, a de que os serviços todos, do credenciamento aos demais, tivessem a representatividade da diversidade racial e de gênero.

3. Quanto à “inexistência de representatividade negra na mesa de abertura ocupando espaços de reconhecimento científico”, devo dizer que a composição da mesa de abertura obedece a um protocolo organizado em estreita negociação com a Reitoria da Universidade onde se dá o evento. O protocolo não obedece ao critério de reconhecimento científico, (a não ser que se o queira entender de forma muito indireta), pois diretamente, obedece ao reconhecimento de postos de autoridade e cargos públicos relacionados ao evento e ao limite de espaço e tempo de fala possíveis numa mesa de abertura. Assim, estiveram presentes a Reitora, o Procurador da 6ª Câmara do MPF, a Procuradora dos Direitos dos Cidadãos, o Diretor do Instituto de Ciências Sociais, a Chefe do Departamento de Antropologia, o Conselheiro Cultural da Embaixada da França, o Presidente de Honra da ABA, a Presidente e o Vice-presidente da ABA, sendo raças e gêneros dependentes dos corpos que ocupam tais cargos. Sim, poderíamos pensar ou vir a pensar em alguma pessoa com autoridade e representatividade negra, mas ficamos circunscritos ao protocolo. Fica a proposta para próximas reuniões.

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70842-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br



Associação Brasileira de Antropologia

4. Houve sim representatividade negra nos espaços de reconhecimento científico da 31ª RBA. Espaços de reconhecimento científico são espaços nas mesas, simpósios, fóruns e grupos de trabalhos onde a participação negra foi sempre presente. Tradicionalmente, os espaços privilegiados de visibilidade e reconhecimento científico nas RBAs são os convites para realizar as conferências, os “duetos” ou diálogos entre antropólogos reconhecidos e as “conversas com autores” (esta última modalidade não houve). Na 31ª RBA, a presença negra e indígena esteve presente no “dueto”, “terceto” e “quarteto” que correspondem simbolicamente às atividades ao nível mais alto de reconhecimento científico de antropólogos e para os quais entre os convidados havia expressiva diversidade racial e étnica. No caso, tratou-se do reconhecimento científico pela presidência e diretoria da ABA da extrema relevância dos diálogos sobre direitos fundamentais entre os saberes antropológicos e os saberes das lideranças indígenas e quilombolas, sejam ou não antropólogas e dos diálogos com lideranças femininas negras em movimentos sociais contra a violência. Entre os conferencistas, buscamos antropólogos/as que trabalhassem com os temas dos direitos humanos incluindo raça, gênero e violência. Entre as articulações que fizemos, havia a possibilidade da vinda da antropóloga negra Ângela Davis, que, no entanto, já estava comprometida com outras atividades.

Atenciosamente,
Lia Zanotta Machado
Presidente da ABA (2017/2018)

7.7. Anexo 7- Resolução-Mudança-de-Nível

Programa de Pós-Graduação em Antropologia // Antropologia Social.Arqueologia



Resolução nº 04/2016, de 29 de fevereiro de 2016 – MUDANÇA DE NÍVEL

Regulamenta a Mudança de Nível Mestrado para Doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, de acordo com assembleia dos professores permanentes do Programa, no dia 04 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

estabelecer critérios para efetivar a mudança de nível de Mestrado para o Doutorado de acordo com a Art. 26 do Regulamento do curso.

Art. 1º - A passagem de nível supracitada só pode ocorrer se realizada no prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da matrícula original no Mestrado, devendo a transferência ser comunicada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que autorizará a mudança de registro pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico;

Art. 2º - O Mestrando deve entregar até o 17 mês do curso uma solicitação, acompanhada de projeto de tese e parecer do orientador constando: desempenho acadêmico destacado e potencial do aluno, além da viabilidade do projeto de tese a ser desenvolvido dentro do cronograma proposto;

Art. 3º - O Colegiado designará dois pareceristas a partir de seu quadro de professores permanentes (excetuando o orientador do aluno) que irão aprovar ou reprovar a passagem direta solicitada.

Art. 4º - A aprovação da passagem direta será condicionada à defesa da dissertação de Mestrado no prazo máximo de 24 meses.

Art. 5º - O Colegiado definirá previamente as vagas disponíveis à passagem direta, que não poderão ultrapassar aos 25% das vagas regulares ofertadas no exame e anual de seleção para o doutorado.

Art. 6º - Caso haja um número maior de candidatos à passagem direta do que as vagas disponíveis, as vagas serão preenchidas de acordo com o maior desempenho nas disciplinas cursadas no Mestrado.

Resolução aprovada pelo colegiado do curso em 29 de fevereiro de 2016.

7.8. Anexo 8 - 2016.10.07_Edital Doutorado PPGAN Ações Afirmativas_Final

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Edital de Seleção 2017 - Doutorado

A Coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais FAZ SABER que, **no período de 17 de outubro a 31 de outubro de 2016**, estarão abertas as inscrições para seleção de candidatos(as) ao Curso de Doutorado em Antropologia.

As inscrições poderão ser feitas na Secretaria do Programa, na sala 4228, 4º andar do prédio da FAFICH, na Av. Antônio Carlos, 6627, CEP 31270-901 - Belo Horizonte / MG, de 2ª a 6ª feira, exceto em feriados e recessos acadêmicos, de 14 às 18 horas. Serão também aceitas inscrições via Correio, somente SEDEX, sendo que a data de postagem não poderá ultrapassar o último dia de inscrição: **31 de outubro de 2016**.

Contatos: Telefax (31) 3409-5029; E-mail: antro_pos@fafich.ufmg.br; Sítio: <http://antropologia-ufmg.blogspot.com.br>.

1 – Das Vagas.

a) Serão oferecidas **10 (dez) vagas**.

b) Como política de ações afirmativas, **3 (três)** das 10 (dez) vagas serão reservadas a **pessoas autodeclaradas negras** e **1 (uma)** das 10 (dez) vagas será reservada a **pessoas autodeclaradas com deficiência**, que devem apresentar declaração de opção por participação em política de ação afirmativa, conforme o item 2 deste Edital.

c) As áreas de concentração e as respectivas linhas de pesquisa do Programa são as seguintes: **I) Área de Concentração em Antropologia Social:** 1) Território, Poder e Ambiente; 2) Etnologia Indígena e Povos Tradicionais; 3) Antropologia da Arte, da Ciência e da Tecnologia; 4) Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero; **II) Área de Concentração em Arqueologia:** 1) Arqueologia Pré-Histórica; 2) Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo.

d) Os(As) candidatos(as) que fizerem opção por participação em ações afirmativas, daqui em diante designados(as) **optantes**, concorrerão exclusivamente às vagas reservadas à política de ações afirmativas, vetando-se dupla candidatura.

e) As vagas serão preenchidas pelos(as) candidatos(as) aprovados(as) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas para a livre concorrência e para as vagas reservadas nas ações afirmativas (item 1b deste edital), independentemente das áreas de concentração.

f) No caso de não preenchimento das vagas destinadas à livre concorrência ou a optantes pela política de ações afirmativas relativas a pessoas negras ou pessoas com deficiência, por ausência de candidatos(as) aprovados(as), as vagas remanescentes serão redirecionadas aos(as) candidatos(as) aprovados(as) com maior nota final, independente da opção realizada na inscrição.

2 – Dos Requisitos para a Inscrição. Só serão aceitas inscrições que apresentarem todos os documentos listados neste item e que forem enviadas dentro do período de inscrição definido neste edital. Cada candidato(a) receberá um número de identificação que será utilizado para manter o anonimato que se fizer necessário durante o concurso.

No ato da inscrição, será oferecida a todos(as) os(as) candidatos(as) a opção de concorrer ou não às vagas reservadas à Política de Ações Afirmativas, condicionada à sua autodeclaração como pessoa com deficiência ou pessoa negra. É vetada a dupla candidatura.

No formulário de inscrição constarão três opções:

- () Não concorrerei às vagas da Política de Ações Afirmativas do PPGAN/UFMG, opto pelas vagas em livre concorrência.
- () Concurrerei à vaga da Política de Ações Afirmativas do PPGAN/UFMG destinada a candidatos(as) com deficiência, declarando-me pessoa com deficiência.
- () Concurrerei às vagas da Política de Ações Afirmativas do PPGAN/UFMG destinadas a candidatos(as) negros(as), declarando-me pessoa negra.

Os(As) candidatos(as) com deficiência deverão, ainda, no ato de inscrição, preencher formulário especificando a(s) sua(s) necessidade(s) especiais, seja para realizar o processo de seleção, seja, caso aprovado(a), para realizar o curso, solicitando adequação das condições de aplicação da prova e realização do curso à sua condição pessoal. O Colegiado do curso julgará a procedência dessa solicitação bem como a viabilidade do seu atendimento dentro das possibilidades do Programa de Pós-Graduação.

2.1 Documentos exigidos para inscrição (optantes e livre concorrência). Para se inscrever no exame de seleção, cada candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)** Formulário de inscrição, em modelo disponível na Secretaria e no Sítio do Programa: <http://antropologia-ufmg.blogspot.com.br>, devidamente preenchido, no qual o(a) candidato(a) definirá sua opção por uma Área de Concentração;
- b)** Cópia do diploma de graduação e de grau acadêmico superior, se houver, expedidos por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido (frente e verso);
- c)** Histórico escolar do curso de graduação e do mestrado, se for o caso.
- d)** Prova de estar em dia com as obrigações eleitorais, no caso de ser brasileiro(a), mediante a apresentação da certidão de quitação eleitoral a ser obtida em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>, e documentos exigidos pela legislação específica, no caso de estrangeiro(a);
- e)** Prova de estar em dia com as obrigações militares, no caso de ser brasileiro(a), e documentos exigidos pela legislação específica, no caso de estrangeiro(a);
- f)** Cópia da carteira de identidade, da certidão de nascimento ou de casamento, do CPF, no caso de brasileiro(a), e documentos exigidos pela legislação específica, no caso de estrangeiro(a);
- g)** Comprovante de residência;
- h)** Comprovação de conhecimento de língua portuguesa, no caso de estrangeiro(a). Será aceita uma das seguintes comprovações de aprovação em testes realizados nos últimos 3 anos: (i) certificado de aprovação em prova realizada pelo CENEX/FALE/UFMG para a Área 3: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicada. Informações sobre esse teste poderão ser acessadas em: www.lettras.ufmg.br/cenex; (ii) Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). Informações sobre esse teste poderão ser

acessadas em: <http://celpebras.inep.gov.br>; outro certificado de conhecimento de língua portuguesa que será avaliado pelo Colegiado para o deferimento da inscrição;

(i) Carta de intenções do(a) candidato(a) apresentando as razões de sua candidatura ao PPGAN.

(j) Uma cópia do curriculum vitae no modelo Lattes, disponível no site www.cnpq.br, com especial atenção para a produção acadêmica do(as) candidato(as);

(k) Cinco (05) exemplares do Projeto de Pesquisa, com indicação da inserção em uma das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa do Programa, de acordo com o item I deste Edital. O projeto deverá ter uma folha de rosto, que não conta como página, com o nome e assinatura do(a) candidato(a) e o título do projeto. Não poderá haver nenhuma forma de identificação do(a) candidato(a) ao longo do texto, sob pena de sua desclassificação. O Projeto de Pesquisa não poderá ter extensão maior do que quinze páginas em espaço 1,5, papel A4, fonte *Times New Roman* 12, bibliografia incluída. O Projeto de Pesquisa deverá conter: a) Título: nele deve ser indicado, de forma clara e precisa, o tema do trabalho de pesquisa; b) Objetivos de desenvolvimento do tema: o tema da pesquisa deve ser problematizado, podendo ser formulado como uma questão a ser desenvolvida sobre um objeto de estudo ou como uma afirmativa a ser discutida e avaliada ao longo da pesquisa; c) Justificativa: deve explicitar as razões da escolha do problema e a relevância da pesquisa a ser realizada - as razões podem ser de ordem teórica, fundamentadas na bibliografia consultada, ou de ordem prática, ligadas a um objetivo a ser alcançado; d) Metodologia: nela deverá ser indicado o referencial teórico da pesquisa bem como as técnicas e os procedimentos que serão adotados para se tratar o assunto proposto; e) Cronograma: deverá apresentar uma enumeração clara das etapas da pesquisa e o tempo estimado para sua realização, considerando o período máximo de 48 meses, período previsto para a realização integral do Curso de Doutorado; f) Bibliografia: listar, e fazê-lo conforme as normas acadêmicas, somente a bibliografia utilizada na elaboração do texto do projeto.

(l) O(a) candidato(a) interessado(a) em participar da política de ação afirmativa para pessoas com deficiência deverá apresentar uma “Declaração de opção de participação em política de ação afirmativa”, nos termos citados a seguir: “Eu, NOME DO(A) CANDIDATO(A), RG n° [número do documento de identidade], me declaro pessoa com deficiência e opto por participar do Processo Seletivo de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG concorrendo às vagas destinadas à sua política de ação afirmativa. Local, data e assinatura do(a) candidato(a).”

(m) O(a) candidato(a) interessado(a) em participar da política de ação afirmativa para pessoas negras deverá apresentar uma “Declaração de opção de participação em política de ação afirmativa”, nos termos citados a seguir: “Eu, NOME DO(A) CANDIDATO(A), RG n° [número do documento de identidade], me declaro negro(a) e opto por participar do Processo Seletivo de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG concorrendo às vagas destinadas à sua política de ação afirmativa. Local, data e assinatura do(a) candidato(a).”

3. Da Homologação das Inscrições. Somente serão aceitos os pedidos de inscrição que atendam às exigências deste edital. A análise do pedido de inscrição será feita pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, que examinará toda a documentação apresentada. O deferimento das inscrições será divulgado **até o dia 08 de novembro de 2016**, em lista afixada no mural da Secretaria e no Sítio do Programa. Após o deferimento da inscrição, a cada candidato(a) será atribuído um número de identificação que será utilizado para manter seu anonimato que se fizer necessário durante o processo de seleção.

4 – Da Banca de Seleção. A seleção dos(as) candidatos(as) será realizada por uma banca de quatro membros titulares e um suplente, professores do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, indicados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. O suplente só participará do Processo Seletivo em caso de impedimento justificado de um dos titulares. A relação nominal da banca examinadora será divulgada, na Secretaria e no Sítio do Programa, até 48 horas antes do início do processo seletivo, com a declaração de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro da banca em relação aos(as) candidatos(as) inscritos(as) neste concurso.

5 – Do Processo de Seleção. A seleção consistirá de duas etapas, ambas eliminatórias e classificatórias.

1ª Etapa. Será realizada nesta etapa a **Avaliação do Projeto de Pesquisa**, em caráter eliminatório e classificatório. O(A) candidato(a) deverá obter nota mínima de 60 pontos para aprovação, prosseguindo para a segunda etapa.

Na avaliação do Projeto de Pesquisa serão considerados: (a) adequação do projeto às linhas de pesquisa do Programa (10%); (b) domínio da bibliografia (20%); (c) qualidade da redação (20%); (d) clareza de objetivos (20%); (e) originalidade, relevância temática e contribuição teórica (20%); (f) exequibilidade dentro de prazo para execução do curso (4 anos) (10%).

O resultado desta etapa será divulgado na Secretaria e no Sítio do Programa no dia **16 de novembro de 2016**. A relação final e nominal dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na 1ª etapa, após a apresentação dos recursos, será divulgada no dia **21 de novembro de 2016**, nos quadros de aviso da Secretaria e no Sítio do Programa. Somente os(as) candidatos(as) aprovados(as) nesta etapa participarão da etapa seguinte.

2ª Etapa. Esta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, compreenderá duas avaliações: **(i) Arguição oral sobre o Projeto de Pesquisa** e **(ii) Avaliação do Curriculum vitae**, carta de intenções e histórico escolar. A cada avaliação desta etapa será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem), com pesos iguais. Para ser aprovado(a) nesta etapa, o(a) candidato(a) deverá obter média de, pelo menos, 60% do total de pontos. O resultado desta etapa será divulgado com o resultado final.

Na arguição oral sobre o Projeto de Pesquisa serão consideradas: a) sustentação oral do problema de investigação proposto (40%); b) sustentação oral da metodologia do projeto de pesquisa (40%); c) capacidade de expressão oral (20%).

A arguição oral sobre o Projeto de Pesquisa será realizada no período de **22 a 24 de novembro de 2016**, na sala 4228 do prédio da FAFICH, de acordo com o cronograma a ser divulgado na Secretaria e no Sítio do Programa até o dia **21 de novembro de 2016**.

Esta avaliação poderá também ser realizada a distância, utilizando sistemas de videoconferência (*Skype*) para candidato(a) residente fora da região metropolitana de Belo Horizonte ou residente em outro país, desde que solicitado no ato da inscrição, com indicação, no formulário de inscrição, do endereço eletrônico (*Skype*). O(A) candidato(a) se

responsabilizará por testar a conexão com o Colegiado, quando solicitado, garantindo banda de *internet* com velocidade compatível para emissão de som e imagem em tempo real. O Colegiado não se responsabilizará por problemas na conexão por parte do(a) candidato(a).

Na avaliação *Curriculum vitae*, carta de intenções e histórico escolar serão considerados a realização de cursos de pós-graduação (mestrado e especialização) e o histórico escolar, bem como a produção intelectual, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: 1) publicação em periódicos qualificados na área de Antropologia e Arqueologia; 2) apresentação de trabalho com publicação completa em congressos qualificados da área de Antropologia e Arqueologia; 3) publicação ou organização de livros e capítulos de livros; 4) apresentação de trabalhos com resumo em congressos qualificados da área de Antropologia e Arqueologia; 5) outro tipo de publicação ou apresentação de trabalhos com publicação completa ou resumo fora da área de Antropologia e Arqueologia; 6) produção audiovisual de trabalho de autoria, desde que já tenha sido veiculado em mostras ou festivais e que esteja disponível em plataformas do tipo *youtube*, *vimeo* ou similares; 7) experiência docente em cursos de nível superior; 8) experiência de participação em projeto de pesquisa, de, no mínimo um ano, que seja financiado por agências públicas de fomento à pesquisa; 9) participação em projetos de extensão de universidades públicas; 10) produção de relatório técnico.

A não realização de qualquer das etapas do processo de seleção ocasionará a eliminação do(a) candidato(a).

6 - Do Resultado Final.

A nota final será a média das notas obtidas na 1ª e 2ª etapas do Processo de Seleção. Os(as) candidatos(as) serão ordenados(as) pela sequência decrescente da nota final apurada, com a indicação de resultado: “**aprovado(a) e classificado(a)**” ou “**aprovado(a), mas não classificado(a)**” ou “**reprovado(a)**”, considerando-se as vagas disponíveis para optantes e livre concorrência, apresentadas no item 1 deste edital. A aprovação no Processo de Seleção é condição necessária, mas não suficiente, para o ingresso do(a) candidato(a) no Curso, o qual é dependente do número de vagas, como explicitado no item 1 deste edital. Os resultados finais serão divulgados no mural da Secretaria e no Sítio do Programa, **a partir do dia 29 de novembro de 2016**, em três listas contendo a sequência decrescente de aprovação para: a) as vagas de livre concorrência, b) de optantes negros(as), e c) optantes com deficiências, especificando-se a nota final e as notas atribuídas em cada uma das etapas para cada candidato(a). Os(as) demais candidatos(as) aprovados(as), mas não classificados, serão relacionados na quarta listagem, em sequência decrescente de nota final, especificando-se as notas atribuídas em cada uma das etapas, para chamada em caso de eventuais desistências. **Critérios de desempate entre candidatos(as):** em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a maior nota obtida na 1ª etapa (avaliação de projeto); persistindo o empate, o segundo e terceiro critérios serão, respectivamente, a maior nota na arguição oral sobre Projeto e na avaliação de Curriculum Vitae.

7 – Dos Recursos.

Caberá recurso parcial contra o resultado da 1ª etapa do processo seletivo, com efeito suspensivo, sem prejuízo do recurso final. O prazo para solicitação de recurso contra o resultado da 1ª etapa será de 02 (dois) dias úteis subsequentes ao da divulgação do respectivo resultado. Após a divulgação do resultado final, o recurso poderá ser impetrado até 10 dias corridos. Os recursos, parcial ou final, deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa e protocolizados na Secretaria do Programa, no endereço e horário de atendimento externo da Secretaria indicados no preâmbulo deste Edital, pessoalmente ou mediante procuração simples. Durante o período de recursos, o(a) candidato(a) poderá pedir vista às suas avaliações. Os recursos deverão ser entregues na forma de carta, digitado ou em caligrafia legível, onde deverá constar o nome do(a) candidato(a), o número de inscrição, a linha de pesquisa, o item a ser recorrido, o argumento e assinatura do(a) candidato(a). Os recursos deverão ser protocolizados pessoalmente. No caso do protocolo ser feito por terceiro, este deverá estar munido de procuração simples. Os resultados dos recursos, assim como o novo resultado oficial, quando for o caso, serão divulgados na Secretaria e no Sítio do Programa. Recursos não fundamentados serão indeferidos. Não serão aceitos pedidos de recursos interpostos fora do prazo.

Os documentos dos(as) candidatos(as) reprovados(as) e dos(as) aprovados(as), mas não classificados(as), deverão ser requisitados dentro de, no máximo, 30 dias após o prazo para o recurso final. A partir desse prazo, os documentos serão incinerados.

8 – Do Registro e da Matrícula.

O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no processo seletivo de que trata este edital deverá efetuar, **exclusivamente pela internet, no período de 14 a 30/12/2016**, o seu cadastro prévio, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio>. O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa dos(as) candidatos(as) selecionados(as), na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pelo(a) candidato(a) classificado(a). A documentação completa dos(as) candidato(as) selecionados(as) será enviada ao DRCA pela Secretaria do Curso até o **dia 06/02/2017**.

Candidatos(as) estrangeiros(as) deverão apresentar à Secretaria do Programa, **até o dia 03/02/2017** o RNE, ou passaporte com Visto Permanente ou Visto Temporário de estudante válido, documento que comprove filiação e demais documentos relacionados pela Secretaria do Curso. Em caso de curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação com selo de autenticação consular, nos casos exigidos pela legislação brasileira, bem como tradução juramentada do diploma para o idioma português, exceto os diplomas emitidos nas línguas inglesa, francesa e/ou espanhola.

De acordo com o disposto no art. 39, § 2º, do Regimento Geral da UFMG, “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondente a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerado(a) formalmente desistente o(a) candidato(a) classificado(a) que não efetuar o Cadastro Prévio

na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outros(as) candidatos(as) aprovados(as), observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, respeitando a reserva de vagas estabelecida no item 1 deste edital, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

A matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados(as) será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Programa, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

9 - Do exame de línguas estrangeiras. Em atendimento à Resolução Nº 08/2008, de 14 de outubro de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, os(as) alunos(as) de Doutorado aprovados(as) e classificados(as) no exame de seleção de que trata este Edital deverão comprovar, **no prazo máximo de 12 (doze) meses**, a contar da primeira matrícula no curso, conhecimento de uma das seguintes línguas estrangeiras: inglês ou francês. Tal comprovação é requisito para a continuidade dos estudos no Doutorado. Será aceito como **comprovante de conhecimento de língua estrangeira, um dos seguintes certificados** que deverão ser entregues na Secretaria do Programa: **i)** o certificado de aprovação em exame de língua inglesa ou francesa realizado pelo CENEX-FALE/UFMG, há um prazo igual ou inferior a 3 (três) anos, com rendimento de pelo menos 60%. Informações sobre a obtenção desse Certificado estão disponíveis na página da internet do CENEX-FALE/UFMG: www.letras.ufmg.br/cenex (Exames de Proficiência); **ii)** um dos certificados de conhecimento obtido dentro dos parâmetros especificados a seguir: a) língua inglesa: TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*) com o resultado mínimo de 79-80 pontos se executado pela Internet, de 213 pontos se por computador ou de 550 pontos se em papel; Cambridge, com aprovação no nível FCE (*First Certificate in English*); IELTS (*International English Language Test*), com o mínimo de 6,0 pontos, ambos realizados nos últimos 3 (três) anos; b) língua francesa: certificado da Aliança Francesa, com nota mínima de 70/100 pontos, com validade de 3 (três) anos, ou outro documento equivalente, a juízo do colegiado.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2016.

Professor Ruben Caixeta de Queiroz
Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia

7.9. Anexo 9 - Edital-Regular-PPGAN-2023_FINAL

Página 1 de 11

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

Edital Regular de Seleção 2023 Mestrado e Doutorado

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais FAZ SABER que, **no período de 22 de setembro a 14 de outubro**, estarão abertas as inscrições para seleção de candidatas(os) aos Cursos de Mestrado e Doutorado em Antropologia.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. As inscrições serão recebidas exclusivamente pela internet por meio de formulário *online* disponível no link: <https://forms.gle/qtkr3HTBfSWgERh59>
- 1.2. Contatos e informações – e-mail: <pgantropologia.ufmg@gmail.com>; Sítio: <<http://www.fafich.ufmg.br/ppgan>>.
- 1.3. A Coordenação do Programa poderá, a seu critério e visando atender aos interesses públicos, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas na página eletrônica do Programa <<http://www.fafich.ufmg.br/ppgan>>, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores. É de inteira responsabilidade da(o) candidata(o) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.

2. DAS VAGAS

- 2.1. Para o **MESTRADO**: Serão oferecidas 12 (doze) vagas, sendo 09 (nove) destinadas à área de concentração em Antropologia Social e outras 03 (três) vagas destinadas à área de concentração em Arqueologia, para ingresso no primeiro semestre de 2023. Em cumprimento à Resolução nº 02/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFMG, 04 (quatro) das 12 (doze) vagas serão reservadas às(aos) candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os), sendo 03 (três) vagas para a área de concentração em antropologia e 01 (uma) para área de concentração em arqueologia.
- 2.2. Para o **DOUTORADO**: Serão oferecidas 10 (dez) vagas, sendo 07 (sete) vagas destinadas à área de concentração em Antropologia Social e outras 03 (três) vagas destinadas à área de concentração em Arqueologia, todas para ingresso no primeiro semestre de 2023. Em cumprimento à Resolução nº 02/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFMG, 03 (três) das 10 (dez) vagas serão reservadas às(aos) candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os), sendo 02 (duas) vagas para a área de concentração em Antropologia Social e 01 (uma) para área de concentração em Arqueologia.
- 2.3. As(candidatas)(os) deverão indicar, no ato da inscrição, a linha de pesquisa à qual pretendem se integrar. Para a área de concentração em Antropologia Social, as linhas de pesquisa são: 1) Antropologia da Arte, da Ciência e da Tecnologia; 2) Etnologia Indígena e de Povos Tradicionais; 3) Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero; 4) Território, Poder e

Ambiente. Para a área de concentração em Arqueologia, as linhas de pesquisa são: 1) Arqueologia Pré-Histórica; 2) Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo.

- 2.4. **Autodeclaração Étnico-Racial e a opção pela reserva de vagas deverão ser feitas no ato da inscrição, conforme formulário específico**, disponível no site do Programa. As(Os) candidatas(os) deverão optar por uma das modalidades: ampla concorrência **OU** reserva de vagas para pessoas negras, ou seja, é vedado à(ao) candidata(o) a inscrição em mais de uma modalidade de concorrência prevista neste Edital. As(Os) optantes pela participação no processo seletivo na modalidade reserva de vagas para candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os) concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas.
- 2.5. As vagas serão preenchidas pelas(os) candidatas(os) aprovadas(os) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas para a livre concorrência e para as vagas reservadas nas ações afirmativas (itens 2.1 e 2.2 deste edital).
- 2.6. Havendo desistência de candidata(o) autodeclarada(o) negra(o), aprovada(o) em vaga reservada em cada uma das áreas de concentração, a vaga será preenchida pela(o) candidata(o) autodeclarada(o) negra(o) aprovada(o) e classificada(o) em ordem decrescente de nota final.
- 2.7. Não havendo candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os) aprovadas(os) em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas em cada uma das áreas de concentração, as vagas remanescentes serão revertidas para as(os) candidatas(os) aprovadas(os) em ampla concorrência, sendo preenchidas em ordem decrescente de nota final.
- 2.8. Não havendo candidatas(os) aprovadas(os) em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência em cada uma das áreas de concentração, as vagas remanescentes serão revertidas para candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os) aprovadas(os), sendo preenchidas em ordem decrescente de nota final.
- 2.9. Caso as vagas ofertadas em cada uma das áreas, para o Mestrado e para o Doutorado, não sejam preenchidas em sua totalidade na seleção de que trata este Edital, as vagas ociosas de uma área, a juízo do Colegiado do Programa, poderão ser realocadas para a outra área. Se, ainda assim, a totalidade das vagas não for preenchida, poderá ocorrer, igualmente a juízo do Colegiado do Programa, uma nova seleção com as vagas remanescentes, conforme cronograma que será divulgado na página *web* do Programa. As inscrições ficarão abertas pelo período de 15 dias e o processo seletivo será regido nos termos desse Edital, observado o limite de vagas disponibilizado.

3. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

- 3.1. Só serão aceitas inscrições que forem enviadas dentro do período de inscrição definido neste edital, e que apresentarem todos os documentos listados no item 3.4.
- 3.2. Para cada item do formulário, os documentos constantes deverão ser organizados em um arquivo PDF único e anexados ao formulário *online* disponibilizado no link: <https://forms.gle/qtkr3HTBfSWgERh59>
- 3.3. Caso seja feita mais de uma inscrição, será considerada apenas a última inscrição recebida dentro do período de inscrição.
- 3.4. **Documentos Exigidos para Inscrição:**

- a) Ficha de inscrição, disponível no sítio do Programa, devidamente preenchida, na qual a(o) candidata(o) definirá sua opção por curso (MESTRADO ou DOUTORADO); por uma área de concentração e por uma linha de pesquisa.
- b) Cópia do diploma de graduação (frente e verso em arquivo único) e de grau acadêmico superior (frente e verso), se houver, expedidos por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou certificado/declaração de curso de graduação em que conste a data de colação de grau ou outro documento que comprove estar a(o) candidata(o) em condições de concluir a graduação, antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, ficando tal registro condicionado à prova de conclusão da graduação;
- c) Cópia do histórico escolar do curso de graduação e, quando houver, do curso de pós-graduação;
- d) Cópia de documento de identidade oficial com foto e número de CPF;
- e) Prova de estar em dia com as obrigações eleitorais, no caso de ser brasileira(o), mediante a apresentação da certidão de quitação eleitoral a ser obtida em <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>> (não serão aceitos comprovantes individuais de votação); ou documentos exigidos pela legislação específica, no caso de estrangeira(o);
- f) Prova de estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidatos brasileiros, e documentos exigidos pela legislação específica, no caso de estrangeiros(as) - Documentos com data de validade expirada não poderão ser utilizados. A partir de 1º de janeiro do ano que completarem 46 anos de idade, os candidatos estarão desobrigados de apresentar o documento militar, nos termos dos artigos 170 a 210 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966);
- g) Cópia da certidão de nascimento ou de casamento, no caso de brasileira(o); cópia de passaporte, no caso de estrangeira(o);
- h) Comprovante de residência;
- i) **Candidatas(os) autodeclaradas(os) negras(os), que optarem pela seleção por meio da reserva de vagas, deverão apresentar o formulário de Autodeclaração Étnico-Racial**, de acordo com o que dispõe a Resolução do CEPE/UFMG nº 02/2017, disponível no sítio do Programa;
- j) Cópia atualizada do *curriculum vitae* no modelo Lattes, disponível no sítio <www.cnpq.br>, com especial atenção para a produção acadêmica da(o) candidata(o);
- k) Formulário preenchido com pontuação dos itens de seu *curriculum vitae*, segundo modelo disponível nos anexos deste edital (Anexo II para candidatas(os) do MESTRADO; Anexo III para candidatas(os) do DOUTORADO). A pontuação deve seguir os baremas constantes nos anexos deste edital (Anexo IV) para candidatas(os) do MESTRADO; Anexo V para candidatas(os) do DOUTORADO). Ressalta-se que o preenchimento da pontuação no formulário pela(o) candidata(o) é OBRIGATÓRIO;
- l) Documentação comprobatória do *curriculum vitae*: cópia de cada documento comprobatório. A documentação deve ser apresentada em um único arquivo em formato pdf, ordenado seguindo o formulário preenchido (letra "j" deste item 3.4). No caso de publicação, não se deve anexar o texto completo, apenas

elementos suficientes para comprovar a publicação, como: páginas de rosto do livro, revista ou anais; índice ou sumário da publicação; página constando ficha catalográfica e ISBN ou ISSN; primeira página do texto de autoria da(o) candidata(o);

- m) Projeto de Pesquisa, em língua portuguesa ou em língua espanhola, com indicação da inserção em uma das Linhas de Pesquisa do Programa, de acordo com o item 2.3 deste Edital. **Não poderá haver qualquer forma de identificação da(o) candidata(o) ao longo do projeto de pesquisa (texto e pré-texto), sob pena de sua desclassificação.** O Projeto de Pesquisa não poderá ter extensão maior do que dez (10) páginas de elementos textuais (sem contar capa, sumário e bibliografia), em espaço 1,5, fonte Times New Roman 12, com margens (superior/inferior e esquerda/direita) de 2,5 cm em papel A4. O Projeto de Pesquisa deverá conter: i) Título: nele deve ser indicado, de forma clara e precisa, o tema do trabalho de pesquisa; ii) Linha de pesquisa; iii) Objetivos e desenvolvimento do tema: o tema da pesquisa deve ser problematizado, podendo ser formulado como uma questão a ser desenvolvida sobre um objeto de estudo ou como uma afirmativa a ser discutida e avaliada ao longo da pesquisa; iv) Justificativa: deve explicitar as razões da escolha do problema e a relevância da pesquisa a ser realizada - as razões podem ser de ordem teórica, fundamentadas na bibliografia consultada, ou de ordem prática, ligadas a um objetivo a ser alcançado; v) Metodologia: nela deverá ser indicado o referencial teórico-metodológico da pesquisa bem como as técnicas e os procedimentos que serão adotados para tratar o assunto proposto; vi) Cronograma: deverá apresentar uma enumeração clara das etapas da pesquisa e o tempo estimado para sua realização, considerando o período máximo de **24 meses** para o Curso de **Mestrado** e de **48 meses** para o do Curso de **Doutorado**; vii) Bibliografia: listar somente as obras utilizadas na elaboração do texto do projeto, e fazê-lo conforme as normas acadêmicas;
- n) Declaração assinada pela(o) candidata(o) afirmando sua autoria do Projeto de Pesquisa;
- o) Carta de Intenções (**SOMENTE PARA CANDIDATAS(OS) AO DOUTORADO**), expressando de modo claro e conciso, os motivos que levaram a(o) candidata(o) a se candidatar para o curso de Doutorado do Programa. A carta deve ter até 3 páginas em espaço 1,5, fonte Times New Roman 12, com margens (superior/inferior e esquerda/direita) de 2,5 cm em papel A4.
- 3.5. Candidatas(os) com deficiência e/ou necessidades específicas deverão indicar, no formulário de inscrição, as condições especiais necessárias para a sua participação neste concurso.
- 3.6. Os arquivos da documentação obrigatória (letras "a" até "o" do item 3.4) deverão ser enviados com o título composto pelo "Nome do documento" e nome da(o) candidata(o). Por exemplo: item a: "Formulario de Inscricao_DarciSilva"; item b: "Diplomas_DarciSilva".
- 3.7. Inscrições com documentação incompleta ou ilegível, ou enviadas fora do prazo estabelecido neste Edital, **SERÃO INDEFERIDAS**. Nenhum documento poderá ser anexado após o envio da inscrição, com exceção das letras "e", "f", "g" e "h" do item 3.4 acima, que poderão eventualmente ser entregues até às 18 horas do dia **06 de fevereiro de 2023**.
- 3.8. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade

da(o) candidata(o), dispondo a UFMG do direito de excluir deste concurso, mesmo que tenha sido aprovada(o) em todas as etapas, independentemente de qualquer aviso ou diligência, aquela(e) que fornecer dados comprovadamente inverídicos, cabendo, nesse caso, ampla defesa, conforme item 9.4 deste Edital.

- 3.9. A divulgação da homologação das inscrições do Mestrado e do Doutorado será realizada até às 18 horas do dia **27 de outubro de 2022**, no Sítio do Programa.
- 3.10. Após o deferimento da inscrição, a cada candidata(o) será atribuído um número que identificará seu projeto de pesquisa durante a análise da primeira etapa do processo seletivo, sendo vedada a identificação da(o) candidata(o) pela banca examinadora.
- 3.11. Os recursos contra o resultado da homologação das inscrições deverão ser apresentados em até **02 (dois) dias úteis** após a data de sua divulgação, devendo ser enviados até às 18 horas do último dia do prazo. O pedido de recurso, endereçado à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, deve ser feito por escrito, datado e assinado pela(o) candidata(o), e enviado para o e-mail: <pgantropologia.ufmg@gmail.com>. No e-mail, o campo "Assunto" deverá conter a informação "Recurso". Não serão aceitos recursos via fax, telefone, correio convencional ou presencialmente. As respostas aos recursos serão encaminhadas, exclusivamente, por e-mail.

4. DA BANCA EXAMINADORA

- 4.1. A seleção das(os) candidatas(os) será realizada por duas bancas - uma para o processo seletivo do Mestrado, e outra para o processo seletivo do Doutorado -, a primeira constituída por três membros titulares e dois suplentes, a segunda por três membros titulares e três suplentes, todos(as) professores(as) do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e/ou do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, indicados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG. Os(as) suplentes só participarão dos Processos Seletivos em caso de impedimento justificado de um dos titulares da respectiva banca em que constarem como membros. A relação nominal das bancas examinadoras será divulgada no sítio do Programa até às 18 horas do dia **03 de novembro de 2022**, com a declaração de inexistência de impedimento e suspeição de cada membro da banca em relação às(aos) candidatas(os) inscritas(os) neste concurso.

5. DO PROCESSO SELETIVO – NÍVEL MESTRADO

- 5.1. O processo de seleção para o **MESTRADO** será realizado em duas etapas, compostas por 4 avaliações de igual peso, 25% cada, sendo elas: prova escrita; projeto de pesquisa, currículo e arguição oral. As duas etapas são eliminatórias e classificatórias, e serão realizadas no **período entre 07 e 30 de novembro de 2022**.
- 5.2. A não realização de qualquer uma das avaliações ou etapas do processo de seleção do Mestrado ocasionará a eliminação da(o) candidata(o).
- 5.3. **1ª etapa. Prova Escrita de Conhecimentos Antropológicos-Arqueológicos (peso 25%)**, de caráter eliminatório e classificatório. As questões da prova escrita serão formuladas a partir de bibliografia indicada no **Anexo I** deste Edital, contemplando uma questão comum às duas áreas de concentração e uma questão específica da área de escolha pela(o) candidata(o). A bibliografia (em formato impresso) e anotações manuscritas ou impressas poderão ser consultadas durante uma hora, a partir do início da realização da prova. As(Os) candidatas(os) poderão fazer anotações nesta hora de consulta em papéis disponibilizados pela banca no momento da prova, sendo que estas anotações poderão ser utilizadas para

consulta durante a realização da prova.

- 5.3.1 A prova será presencial e realizada no dia **07 de novembro de 2022**, com início às 13h30 horas e duração total de 4 (quatro) no **Auditório Prof. Bicalho**, do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da UFMG. As notas dessa etapa serão atribuídas com base em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Para aprovação será exigida uma nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos. A prova escrita avaliará:
- a) domínio da bibliografia indicada; b) capacidade argumentativa e crítica; c) qualidade e fluência da redação; d) capacidade de síntese. Cada um dos critérios mencionados receberá nota de 0 (zero) a 100 (cem). A nota da prova será a média simples das notas atribuídas a estes critérios.
- 5.3.2. Os resultados da Prova Escrita indicando as pessoas aprovadas para a próxima etapa e as pessoas reprovadas serão divulgados no mural da Secretaria e no Sítio do Programa até às 18 horas do dia **16 de novembro de 2022**, identificadas apenas pelo número da(o) candidata(o).
- 5.3.3. Caberá recurso parcial contra o resultado da 1ª etapa do processo seletivo, com efeito suspensivo, sem prejuízo do recurso final. O prazo para solicitação de recurso contra o resultado da 1ª etapa será de 02 (dois) dias úteis subsequentes ao da divulgação do respectivo resultado. Após a apresentação de recursos, a nova lista de candidatas(os) aprovadas(os) será divulgada no mural da Secretaria e no Sítio do Programa até às 18 horas do dia **21 de novembro de 2022** acompanhada da escala das arguições orais (segunda etapa). Somente as(os) candidatas(os) aprovadas(os) nesta etapa passarão para a etapa seguinte.
- 5.4. **Segunda Etapa (mestrado):** A segunda etapa de carácter eliminatória e classificatória será composta por três avaliações de igual peso (25% cada). Cada uma receberá nota de 0 (zero) a 100 (cem). A nota da prova será a média simples das notas atribuídas a cada avaliação.
- 5.5. O resultado da Segunda Etapa (mestrado) será divulgado juntamente com o resultado final.
- 5.5.1 Primeira avaliação: Projeto de Pesquisa, para aprovação, será exigida uma nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, de um máximo de 100 (cem) pontos.
- 5.5.1.1 Nesta avaliação, serão considerados os seguintes critérios, de acordo com a pontuação máxima indicada para cada um:
- a) definição precisa e objetiva da problemática e metodologia de pesquisa (25 pontos);
 - b) manejo adequado da bibliografia pertinente; (20 pontos);
 - c) consistência e coesão da redação (20 pontos);
 - d) capacidade de articulação entre dados e teoria (20 pontos);
 - e) exequibilidade do projeto de pesquisa, e adequação do prazo para a sua realização (Mestrado: **24 meses**) (10 pontos);
 - f) adequação às linhas de pesquisa do programa (5 pontos);
- 5.5.2 Segunda avaliação: Currículo Vitae (mestrado): Na avaliação do *Currículo Vitae* serão considerados os títulos comprobatórios apresentados no ato de inscrição. A pontuação será distribuída conforme o barema constante no **Anexo IV** deste Edital. A banca irá levar

em conta a pontuação proposta pelas(os) candidatas(os) através do preenchimento do formulário constante no **Anexo II**, podendo, entretanto, alterá-la caso não corresponda ao que consta no barema supracitado ou à documentação apresentada pela(o) candidata(o) no ato da inscrição.

5.5.3. **Terceira avaliação: Arguição Oral (mestrado):** A Arguição Oral versará sobre o Projeto de Pesquisa e sobre a Trajetória Acadêmica da(o) candidata(o). Serão considerados os seguintes critérios, de acordo com a pontuação máxima indicada para cada um:

- a) capacidade de expressão e sustentação oral do problema de investigação proposto e sua abordagem teórico-metodológica (35 pontos);
- b) capacidade de resposta adequada às questões levantadas pela banca sobre o Projeto de Pesquisa e sua trajetória acadêmica (35 pontos);
- c) articulação da trajetória da(o) candidata(o) com o Projeto de Pesquisa proposto, evidenciada pelo currículo e pelo histórico escolar (30 pontos).

5.5.3.1 A **arguição oral (mestrado)** ocorrerá de maneira remota (*online*), utilizando plataforma a definir.

5.5.3.2. A **arguição oral (mestrado)** será realizada no período de **22 a 30 de Novembro de 2022**. A escala com os horários para arguição de cada candidata(o) será publicada no sítio do Programa até às 18 horas do dia **21 de novembro de 2022**. A Secretaria do Curso encaminhará às(aos) candidatas(os), por email, até às 18 horas do dia **21 de novembro de 2022**, o link para a realização da sua arguição *online*.

5.5.3.3. A arguição será conduzida pela Comissão de Seleção, em língua portuguesa, e a(o) candidata(o) terá a liberdade de se expressar em língua portuguesa ou em língua espanhola, conforme sua preferência, a ser manifestada no momento da apresentação.

5.5.3.4. Cada arguição terá duração máxima de 20 minutos, incluindo as questões da banca examinadora e as respostas da(o) candidata(o). Durante a arguição, a(o) candidata(o) deverá se limitar à exposição oral, sem uso de outros recursos audiovisuais.

5.5.3.5. A(O) Candidata(o) deverá garantir banda de internet com velocidade compatível para emissão de som e imagem em tempo real. O Colegiado não se responsabilizará por problemas na conexão por parte da(o) candidata(o).

6. DO RESULTADO FINAL PRELIMINAR – NÍVEL MESTRADO

6.1. A nota final será a média das notas obtidas nas quatro avaliações (Primeira e Segunda Etapas). Para ser aprovada(o) no Processo Seletivo (mestrado) é necessário obter uma nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos em 100 (cem).

6.2. Na divulgação do resultado final, as(os) candidatas(os) ao Mestrado serão ordenadas(os) em listas distintas para ampla concorrência e para optantes autodeclaradas(os) negras(os), em sequência decrescente das notas finais apuradas, conforme a distribuição das vagas, com a indicação de um dos resultados: **“aprovada(o) e classificada(o)”**, **“aprovada(o) mas não classificada(o)”** ou **“reprovada(o)”**. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será

a maior nota obtida na avaliação da Prova Escrita (Primeira Etapa). Persistindo o empate, os demais critérios serão, sucessivamente, a maior nota no Projeto de Pesquisa, na Arguição Oral, e no *Curriculum Vitae* (Segunda Etapa).

- 6.3. O **resultado final (mestrado)** será divulgado no sítio do Programa até às 18 horas do dia **05 de dezembro de 2022**.

7. DO PROCESSO SELETIVO – NÍVEL DOUTORADO

- 7.1. O processo de seleção para o DOUTORADO consistirá de duas etapas, ambas eliminatórias e classificatórias, que serão realizadas no **período entre 07 a 25 de novembro de 2022**.
- 7.2. A não realização de qualquer uma das avaliações ou etapas do processo de seleção do Doutorado ocasionará a eliminação da(o) candidata(o).
- 7.3. **Primeira Etapa (doutorado):** Será realizada nesta etapa a Avaliação do Projeto de Pesquisa, em caráter eliminatório e classificatório. Para aprovação, será exigida uma nota final de Avaliação do Projeto de Pesquisa igual ou superior a 60 (sessenta) pontos de um máximo de 100 (cem) pontos.
- 7.3.1. Nesta etapa, serão considerados os seguintes critérios, de acordo com a pontuação máxima indicada para cada um:
- a) adequação às linhas de pesquisa do programa (5 pontos);
 - b) domínio da bibliografia pertinente (20 pontos);
 - c) consistência e coesão da redação (20 pontos);
 - d) definição precisa e objetiva da problemática e metodologia de pesquisa (25 pontos);
 - e) originalidade, relevância temática e contribuição teórica (20 pontos);
 - f) exequibilidade do projeto de pesquisa, e adequação do prazo para a sua realização (Doutorado: **48 meses**) (10 pontos).
- 7.3.2. O resultado desta etapa será divulgado no Sítio do Programa, até às 18 horas do dia **09 de novembro de 2022**, constando os números de identificação das(os) candidatas(os) e suas respectivas pontuações.
- 7.3.3. Os recursos contra o resultado da primeira etapa (doutorado) deverão ser apresentados em até **02 (dois) dias úteis** após a data de sua divulgação, devendo ser enviados até às 18 horas do último dia do prazo. O pedido de recurso, endereçado à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, deve ser feito por escrito, datado e assinado pela(o) candidata(o), e enviado para o e-mail: <pgantropologia.ufmg@gmail.com>. No e-mail, o campo "Assunto" deverá conter a informação "Recurso". Não serão aceitos recursos via fax, telefone, correio convencional ou presencialmente. As respostas aos recursos serão encaminhadas, exclusivamente, por e-mail.
- 7.3.4. A relação final e nominal das(os) candidatas(os) aprovadas(os) na primeira etapa (doutorado) será divulgada após a análise de eventuais recursos, até às 18 horas do dia **16 de novembro de 2022**, no sítio do Programa. Somente as(os) candidatas(os) aprovadas(os) nesta etapa participarão da etapa seguinte.
- 7.4. **Segunda Etapa (doutorado):** Esta etapa tem caráter eliminatório e classificatório e compreenderá duas avaliações: (i) Arguição oral sobre o Projeto de Pesquisa e a Trajetória Acadêmica da(o) candidata(o) a partir do Projeto de Pesquisa, do *Curriculum Vitae*, do

Histórico Escolar e da Carta de Intenções; e (ii) Avaliação do Curriculum vitae.

7.4.1. A cada avaliação desta etapa será atribuída nota variando de 0 (zero) a 100 (cem). A nota da Segunda Etapa será a média simples das notas atribuídas a cada avaliação.

7.4.2. **Arguição Oral (doutorado):** na Arguição Oral sobre o Projeto de Pesquisa e a Trajetória Acadêmica serão considerados os seguintes critérios, de acordo com a pontuação máxima indicada para cada um:

a) capacidade de expressão e sustentação oral do problema de investigação proposto e sua abordagem teórico-metodológica (35 pontos);

b) capacidade de resposta adequada às questões levantadas pela banca sobre o Projeto de Pesquisa e sua Trajetória Acadêmica (35 pontos);

c) demonstração de conhecimentos gerais em antropologia e/ou em arqueologia (20 pontos);

d) articulação da trajetória da(o) candidata(o) com o Projeto de Pesquisa proposto, evidenciada pelo currículo e pelo histórico escolar (10 pontos).

7.4.2.1. A **arguição oral (doutorado)** ocorrerá de remota (*online*), utilizando plataforma a definir.

7.4.2.2. A **arguição oral (doutorado)** será realizada no período de **21 a 24 de novembro de 2022**, conforme cronograma a ser publicado no sítio do Programa até às 18 horas do dia **16 de novembro de 2022**. A Secretaria do Programa encaminhará às(aos) candidatas(os), por email, até às 18 horas do dia **16 de novembro de 2022**, o link para a realização da sua arguição *online*.

7.4.2.3. A arguição será conduzida pela Comissão de Seleção, em língua portuguesa, e a(o) candidata(o) terá a liberdade de se expressar em língua portuguesa ou em língua espanhola, conforme sua preferência, a ser manifestada no momento da apresentação.

7.4.2.4. Cada arguição terá duração máxima de 30 minutos, incluindo as questões da banca examinadora e as respostas da(o) candidata(o). Durante a arguição, a(o) candidata(o) deverá se limitar à exposição oral, sem uso de outros recursos audiovisuais.

7.4.2.5. A(O) Candidata(o) deverá garantir banda de internet com velocidade compatível para emissão de som e imagem em tempo real. O Colegiado não se responsabilizará por problemas na conexão por parte da(o) candidata(o).

7.4.3. **Avaliação do Curriculum Vitae (doutorado):** Na Avaliação do Curriculum Vitae serão considerados os títulos comprobatórios apresentados no ato de inscrição. A pontuação será distribuída conforme o barema constante no **Anexo V** deste Edital. A banca levará em conta a pontuação proposta pelas(os) candidatas(os) no formulário constante no **Anexo III** deste edital, podendo, entretanto, alterá-la caso não corresponda ao que consta no supracitado barema ou à documentação apresentada pela(o) candidata(o) no ato da inscrição. A pontuação definitiva será definida pela banca.

7.4.4. O resultado da Segunda Etapa (doutorado) será divulgado juntamente com o resultado final.

8. DO RESULTADO FINAL PRELIMINAR – NÍVEL DOUTORADO

8.1. Para ser aprovada(o) no Processo Seletivo (doutorado) é necessário obter uma nota

igual ou superior a 60 (sessenta) pontos em um máximo de 100 (cem), em cada uma das etapas da seleção.

- 8.2. A nota final será a média das notas obtidas na Primeira e Segunda Etapas do Processo de Seleção.
- 8.3. Na divulgação do resultado final, as(os) candidatas(as) ao Doutorado serão ordenadas(os) em listas distintas para ampla concorrência e para optantes autodeclaradas(os) negras(os), em sequência decrescente das notas finais apuradas, conforme a distribuição das vagas, com a indicação de um dos resultados: **“aprovada(o) e classificada(o)”**, **“aprovada(o) mas não classificada(o)”** ou **“reprovada(o)”**. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a maior nota obtida na avaliação de projeto (Primeira Etapa); persistindo o empate, o segundo e terceiro critérios serão, respectivamente, a maior nota na arguição oral sobre Projeto e Trajetória Acadêmica e na avaliação de *Curriculum Vitae*.
- 8.4. O resultado final (doutorado) será divulgado no sítio do Programa até às 18 horas do dia **25 de novembro de 2022**.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Caberá recurso parcial contra os resultados da primeira etapa de ambos os processos seletivos (mestrado e doutorado), sem prejuízo do recurso final. O resultado da segunda etapa de cada processo seletivo será divulgado juntamente com o resultado final.
- 9.2. Os recursos, parciais ou finais, deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e encaminhados para o e-mail: <pgantropologia.ufmg@gmail.com>, constando o nome da(o) candidata(o), o número de inscrição, a linha de pesquisa, o item a ser recorrido, o argumento e assinatura da(o) candidata(o). No e-mail, o campo “Assunto” deverá conter a informação “Recurso”. Não serão aceitos recursos via fax, telefone, correio convencional ou presencialmente.
- 9.3. Os recursos parciais, contra os resultados da primeira etapa de cada processo seletivo (mestrado e doutorado), somente serão aceitos se interpostos, no máximo, em até **02 (dois) dias úteis** após a data de divulgação dos respectivos resultados, até às 18 horas do último dia do prazo.
- 9.4. Após a divulgação do resultado final de cada um dos processos seletivos (mestrado e doutorado), caberá apresentação de recurso final, que poderá ser impetrado em até **10 (dez) dias corridos** desde a data de divulgação do respectivo resultado, até às 18 horas do último dia do prazo, nos termos do Regimento Geral da Universidade e da Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da UFMG.
- 9.5. Dentro do prazo regulamentar para apresentação de recursos, a(o) candidata(o) poderá pedir vistas às suas avaliações, que podem ser solicitadas por meio do endereço eletrônico – <pgantropologia.ufmg@gmail.com>.
- 9.6. Não serão aceitos pedidos de recursos interpostos fora do prazo.
- 9.7. Na avaliação dos recursos, a Coordenação do Programa consultará a respectiva Comissão de Seleção e o recurso será julgado procedente, procedente em parte, ou improcedente pelo Colegiado do Programa. As respostas aos recursos serão encaminhadas, exclusivamente, por e-mail.
- 9.8. Se houver alteração da classificação geral das(os) candidatas(os) por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada, que será divulgada no sítio do Programa.

10. DO REGISTRO E DA MATRÍCULA

- 10.1. A(o) candidata(o) aprovada(o) e classificada(o) no processo seletivo de que trata este edital deverá efetuar, exclusivamente pela internet, até o dia **31 de janeiro de 2023**, o seu cadastro prévio, mediante o preenchimento de formulário disponível no site <<https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio>>. O DRCA tomará as providências para efetuar o Registro Acadêmico após o recebimento da documentação completa das(os) candidatas(os) selecionadas(os), na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) e do preenchimento da Ficha de Cadastro Prévio pela(o) candidata(o) classificada(o). A documentação completa das(os) candidatas(os) selecionadas(os) será enviada ao DRCA pela Secretaria do Curso até o dia **13 de fevereiro de 2023**.
- 10.2. A(O) candidata(o) que apresentou, no período de inscrição, documento comprobatório de estar em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação, deverá encaminhar para a Secretaria do Programa, pelo e-mail <pgantropologia.ufmg@gmail.com>, até o dia **06 de fevereiro de 2023**, documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido ou declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão ou de colação, bem como certificado ou declaração emitidos há mais de três anos.
- 10.3. Candidatas(os) estrangeiras(os) deverão apresentar à Secretaria Programa, pelo e-mail <pgantropologia.ufmg@gmail.com>, até o dia **06 de fevereiro de 2023**, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Registro Nacional Migratório (RNM) ou Certidão de Registro emitida pela Polícia Federal e o passaporte com visto válido de entrada no Brasil, documento que comprove filiação e demais documentos relacionados do pela Secretaria do Curso.
- 10.4. Em caso de curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação, com apostilamento no caso de país signatário da Convenção de Haia ou com selo de autenticação consular, conforme legislação vigente e com tradução juramentada para o português, exceto aqueles emitidos em língua espanhola, inglesa ou francesa. A tradução deverá ser feita por tradutor público residente no Brasil.
- 10.5. É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no artigo 39, § 2º do Regimento Geral da UFMG: “cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondendo a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG”. Perderá automaticamente o direito à vaga e será considerada(o) formalmente desistente a(o) candidata(o) classificada(o) que não efetuar o Cadastro Prévio na data fixada para a realização desse procedimento ou que não apresentar qualquer um dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento de vaga(s) decorrente(s) destas situações será feito mediante convocação de outras(os) candidatas(os) aprovadas(os), observada, rigorosamente, a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, respeitando a reserva de vagas estabelecida no item 2 deste edital, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.
- 10.6. A matrícula das(os) candidatas(os) aprovadas(os) será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Programa, em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

11. DO EXAME DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

- 11.1. Em atendimento à Resolução No 08/2008, de 14 de outubro de 2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, as(os) alunas(os) aprovadas(os) e classificadas(os) no exame de seleção de que trata este Edital deverão comprovar, no prazo máximo de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses, para o Mestrado e Doutorado, respectivamente, a contar da primeira matrícula no curso, conhecimento de uma das seguintes línguas estrangeiras (no caso de alunos/as de língua materna portuguesa ou espanhola): inglês ou francês.
- 11.2. Será aceito como comprovante de conhecimento de língua estrangeira um dos seguintes certificados, que deverão ser entregues na Secretaria do Programa: i) o certificado de aprovação em exame de língua inglesa ou francesa realizado pelo CENEX-FALE/UFMG, com um prazo igual ou inferior a 3 (três) anos, com rendimento de pelo menos 60%. Informações sobre a obtenção desse certificado estão disponíveis na página da internet do CENEX/FALE/UFMG: <<http://www.letas.ufmg.br/cenex>> (Exames de Proficiência); ii) um dos certificados de conhecimento obtido dentro dos parâmetros especificados a seguir: a) língua inglesa: TOEFL (Test of English as a Foreign Language), com pontuação mínima de 213 pontos para o CBT TOEFL e pontuação mínima de 543 pontos para TOEFL-ITP; Cambridge, com aprovação no nível FCE (First Certificate in English); IELTS (International English Language Test), com o mínimo de 6,0 pontos, todos devem ter sido realizados nos últimos 3 (três) anos; b) língua francesa: certificado da Aliança Francesa, com nota mínima de 70/100 pontos, com validade de 3 (três) anos, ou outro documento equivalente, a juízo do colegiado. Tal comprovação é requisito para a continuidade dos estudos no Mestrado e no Doutorado.

12. DO EXAME DE LÍNGUA PORTUGUESA

- 12.1. As(Os) alunas(os) estrangeiras(os) (que não possuem língua materna portuguesa ou espanhola) deverão comprovar, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da primeira matrícula no curso, conhecimento de língua portuguesa. Será aceita uma das seguintes comprovações de aprovação em testes realizados nos últimos 3 anos: (i) certificado de aprovação em prova realizada pelo CENEX/FALE/UFMG para a Área 3: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas. Informações sobre esse teste poderão ser acessadas em: www.letas.ufmg.br/cenex; (ii) Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). Informações sobre esse teste poderão ser acessadas em: <<http://celpebras.inep.gov.br>>; outro certificado de conhecimento de língua portuguesa será avaliado pelo Colegiado. Tal comprovação é requisito para a continuidade dos estudos no Mestrado e/ou Doutorado.

Belo Horizonte 21 de setembro de 2022

Prof. Leandro de Oliveira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG

ANEXO I - Edital Regular de Seleção 2023 - Mestrado e Doutorado

**Bibliografia para a Prova Escrita de Conhecimentos Antropológicos e Arqueológicos
NÍVEL MESTRADO****QUESTÃO COMUM**

AYALA, Patricia. 2020. Arqueologías indígenas: una mirada desde el sur. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, V.34: 26-40.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. [Capítulos 17 – Falar aos brancos; 18 – Casas de pedra; 19 – Paixão pela mercadoria. (pp:375-420)]

LAGROU, Els. A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre), Rio de Janeiro, TopBooks, 2007, 565 pp. [Item I Arte: o poder da imagem, agência dos objetos, agência do desenho pp. 37-84]

RIBEIRO, Loredana. 2017. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. Revista de Arqueologia, v. 30, n. 1, p. 210–234.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Ilha. 17 (1). 2015: 178-201.

QUESTÃO ESPECÍFICA DE ARQUEOLOGIA

AGBE-DAVIES, Anna. 2022. Trabalhando sob uma ilusão: alinhando método e teoria na arqueologia da escravidão das plantações. Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, 16(2), 148 –172.

AGOSTINI, Camilla. 2019. Temporalidades e Saberes Inscritos em Ruínas e Memórias Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. V.13, n. 1, pp: 29-50.

BOWSER, Brenda J.; PATTON, John. 2022. Aprendizagem e Transmissão de Estilos Cerâmicos: a história de vida das mulheres e as Comunidades da Prática na Amazônia Equatoriana. Amazônica - Revista de Antropologia. v. 14, n. 1, p. 199-230.

NEVES, Eduardo Góes. 2015. Existe algo que se possa chamar de "arqueologia brasileira"? Estudos Avançados. 29 (83):7-17.

SILVA, Fabíola Andréa. 2021. Povos Indígenas, Colonialismo e Meio-Ambiente - Arqueologia da Contemporaneidade na Amazônia. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 60-77

QUESTÃO ESPECÍFICA DE ANTROPOLOGIA

ALMEIDA, Mauro B. 2013. Caipora e outros conflitos ontológicos. R@U n. 5, v. 1.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019

MOL, Annemarie. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. Nunes, João Arriscado e Roque, Ricardo (org.) In: Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento. Tradução de Gonçalo Praça. 2007

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Ed.Vozes, 1999. [Capítulos 02 e 03, pp.50-pp.89]

ANEXO II - Edital Regular de Seleção 2023 - Mestrado e Doutorado

**Formulário para avaliação do *Curriculum Vitae*
NÍVEL MESTRADO**

Instruções: Preencha o formulário e indique a pontuação obtida por item e para o total de cada categoria.

Na coluna indicada, liste os documentos comprobatórios com numeração sequencial ao longo das três categorias, sem reiniciar a numeração e sem repetir números.

Atenção: Os documentos comprobatórios devem ser apresentados em um único arquivo em formato pdf, com indicação da página de cada item neste formulário.

No caso de publicações, não se deve anexar o texto completo, apenas elementos suficientes para comprovar a publicação, como: páginas de rosto do livro, revista ou anais; índice ou sumário da publicação; página constando ficha catalográfica e ISBN ou ISSN; primeira página do texto de autoria da(o) candidata(o).

LINK PARA FORMULÁRIO EDITÁVEL: l1nq.com/sy2oR

Categoria Formação: Pontuação máxima na categoria = 30 pontos			
Itens pontuáveis	V alor por item	Número da(s) página(s) do documento comprobatório no PDF (****) + descrição do item	Pontuação obtida
Graduação Concluída nas Áreas de Antropologia/Arqueologia ou Ciências Sociais ou Ciências Socioambientais	25	<i>EXEMPLO</i> Diploma de graduação em antropologia, habilitação arqueologia, UFMG, 2017 - pgs. 1 e 2	25
Graduação em andamento nas Áreas de Antropologia/Arqueologia ou Ciências Sociais ou Ciências Socioambientais	23		
Graduação concluída em Áreas Afins (*)	23		
Graduação em andamento em Áreas Afins (*)	21		
Graduação concluída nas demais áreas do conhecimento	20		
Graduação em andamento nas demais áreas do conhecimento	18		
Formação Complementar em Antropologia/Arqueologia, em nível de graduação	4		
Especialização ou curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> (mínimo de 360 horas integralizadas)	7	<i>EXEMPLO</i> Especialização em Patrimônio Cultural - PUC MINAS 2020 - pgs. 3 e 4	7
Título de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	10		

PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA FORMAÇÃO			<i>Some sua pontuação total nesta coluna, respeitando o máximo de 30 (trinta) pontos da categoria.</i>
Categoria Produção Acadêmica: Pontuação máxima na categoria = 35 pontos			
Itens pontuáveis	V alor por item	Número da(s) página(s) do documento comprobatório no PDF (****) + descrição do item	Pontuação obtida
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN	10	<i>EXEMPLO</i> Artigo Revista Três Pontos 2018 - pgs. 5 e 6 Artigo Revista Debates Antropológicos 2020 - pgs. 7 e 8	10+10 = 20
Publicação de livro ou capítulo de livro, acadêmicos, com ISBN, por publicação	10		
Publicação de comunicação (texto completo) em anais de evento acadêmico, com ISSN ou ISBN	8		
Publicação de Resenha em periódico científico, com ISSN	6		
Publicação de material didático, instrucional ou de divulgação científica, com ISBN	5		
Apresentação de pôster em evento científico	5	<i>EXEMPLO</i> Apresentação de Pôster na ANPOCS 2018 - pg. 10	5
Comunicação Oral em evento científico	5	<i>EXEMPLO</i> Comunicação oral na 32ª RBA 2020 - pg. 11	5
PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA PRODUÇÃO ACADÊMICA			<i>Some sua pontuação total nesta coluna, respeitando o máximo de 35 (trinta e cinco) pontos da categoria.</i>
Categoria Outras experiências e atividades: Pontuação máxima na categoria = 35 pontos			
Itens pontuáveis	V alor por item	Número da(s) página(s) do documento comprobatório no PDF (****) + descrição do item	Pontuação obtida
Prêmio ou menção	7		

honrosa, recebido de instituição acadêmica reconhecida, por trabalho acadêmico			
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Iniciação Científica, por semestre letivo completo (**)	5	EXEMPLO Bolsa de Iniciação Científica no Projeto de Pesquisa "Mineração e conflitos territoriais em MG" - março de 2017 a fevereiro de 2018 - pgs. 12 e 13.	5+5=10
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Extensão Universitária, por semestre letivo completo (**)	5	EXEMPLO Atuação como voluntária(o) no Projeto de Extensão Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais - (2019/01 e 2019/02) - pg. 14	5+5=10
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Iniciação à Docência por semestre letivo completo (**)			
Atividade Docente na Área ou em Áreas Afins no Ensino Médio ou Superior (por semestre letivo completo) (máximo de 3 semestres)	5	EXEMPLO Atividade docente na Escola Estadual Dom Orione - Disciplina Sociologia - Fev. 2016 a fev. 2018 - pgs. 14 a 16	5+5+5 = 15 (máximo permitido)
Intercâmbio ou mobilidade estudantil nacional ou internacional, por semestre letivo completo	4		
Exercício de Atividade profissional na área (por vínculo/semestre completo) (máximo de 3 vínculos/semestres)	4	EXEMPLO Contratação para elaboração de laudo antropológico, FUNAI, jun2018 - maio2019 (1 ano) - pgs. 17 e 18.	4+4=8
Participação como bolsista em outras modalidades de bolsas acadêmicas (p.ex: PET, ProNoturno, Permanência, etc), por semestre letivo completo	3		
Participação regular e continuada em grupo de pesquisa, de estudos ou laboratório (por semestre letivo completo)(***)	3	Grupo de Pesquisa Arqueologia do Contemporâneo, USP, 2019/02 (1 semestre) - pg. 19	3
Estágio profissional na área (por semestre completo) (máximo de 3 semestres)	2		

Participação em minicurso (12 horas) ou curso de média duração (40 horas), na área.	2		
Participação como ouvinte em Seminários, Congressos e Eventos Acadêmicos da área (por evento)	2		
Participação como monitor ou membro de comissão organizadora de evento científico ou de extensão local (por evento)	2		
PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA OUTRAS EXPERIÊNCIAS E ATIVIDADES			<i>Some sua pontuação total nesta coluna, respeitando o máximo de 35 (trinta e cinco) pontos da categoria.</i>

(*) Para fins deste Edital serão consideradas "áreas afins": Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia e Ciências Humanas.

(**) Será considerada para pontuação apenas a participação regular e continuada, com 20 horas de atividades semanais, ao longo do semestre letivo.

(***) As atividades desenvolvidas em cada grupo de pesquisa/estudos ou laboratório deverão ser brevemente descritas. Atividades sobrepostas, no mesmo semestre (p. ex: bolsa/voluntariado em projeto de pesquisa ou extensão *versus* participação no grupo de pesquisa/estudos/laboratório no período do projeto), não serão pontuadas em duplicidade.

(****) A numeração das páginas deve seguir uma sequência única, iniciada na categoria "Formação", continuando em "Produção Acadêmica" e finalizando em "Outras Experiências e Atividades".

ANEXO III – Edital Regular de Seleção 2023 - Mestrado e Doutorado

**Formulário para avaliação dos itens do *Curriculum Vitae*
NÍVEL DOUTORADO**

Instruções: Preencha o formulário e indique a pontuação obtida por item e para o total de cada categoria.

Na coluna indicada, liste os documentos comprobatórios com numeração sequencial ao longo das três categorias, sem reiniciar a numeração e sem repetir números.

Atenção: Os documentos comprobatórios devem ser apresentados em um único arquivo em formato pdf, com indicação da página de cada item neste formulário.

No caso de publicações, não se deve anexar o texto completo, apenas elementos suficientes para comprovar a publicação, como: páginas de rosto do livro, revista ou anais; índice ou sumário da publicação; página constando ficha catalográfica e ISBN ou ISSN; primeira página do texto de autoria da(o) candidata(o). Não serão aceitos trabalhos ainda não publicados ou no prelo, mesmo que tenham recebido a aprovação final de publicação por parte do periódico ou da editora.

LINK PARA FORMULÁRIO EDITÁVEL: l1nq.com/urKkz

Categoria Formação: pontuação máxima = 40 pontos			
Itens pontuáveis	valor por item	Número da(s) página(s) do documento comprobatório no PDF ^(***) + descrição do item	Pontuação obtida
Graduação concluída nas Áreas de Antropologia, Arqueologia ou Ciências Sociais	0	<i>EXEMPLO: Diploma de graduação em antropologia, habilitação arqueologia, UFMG, 2017 - pgs. 1-2</i>	20
Graduação concluída em Áreas Afins (*)	5		
Graduação concluída nas demais áreas do conhecimento	0		
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído nas Áreas de Antropologia, Arqueologia ou Ciências Sociais	5	<i>EXEMPLO Mestrado em Antropologia UnB 2020 - pg. 3</i>	15
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído em Áreas Afins (*)	2		
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído nas demais áreas do conhecimento	0		
Curso de especialização ou título de pós-graduação <i>lato sensu</i> .			
PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA FORMAÇÃO (máximo 40 pontos)			<i>Some sua pontuação na categoria, respeitando o máximo de 40 pontos</i>
Categoria Produção Acadêmica: pontuação máxima = 30 pontos			

Itens pontuáveis	Valor por item	Número da(s) página(s) do documento comprobatório no PDF ^(***) + descrição do item	Pontuação obtida
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN, avaliado como A1, A2 ou B1 no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.	0	<i>EXEMPLO</i> - Artigo Revista de Arqueologia SAB – 2016 - pgs. 4-6 - Artigo Revista Vibrant 2020 - pgs. 7-8	10+10 = 20
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN, avaliado como B2 ou inferior no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.			
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN não avaliado no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.			
Publicação de livro autoral em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)	2		
Publicação de capítulo de livro em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)		<i>EXEMPLO</i> Capítulo Livro "As coisas e as Pessoas", 2019 - pgs. 9-11	6
Organização e/ou edição de livro em Antropologia/ Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)			
Publicação de Resenha em periódico científico em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISSN (*)			
Publicação de comunicação (texto completo) em anais de evento, com ISSN ou ISBN (*)		<i>EXEMPLO</i> Artigo nos Anais da RBA 2020 - pgs. 12-13	4
Publicação de material didático, instrucional ou de divulgação científica em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)		<i>EXEMPLO</i> Livro de apoio didático / Educação Patrimonial Projeto XYZ, 2019 - pgs. 14-15	4
PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA PRODUÇÃO ACADÊMICA (máximo 30 pontos)			Some sua pontuação na categoria, respeitando o máximo de 40 pontos
Categoria Outras Experiências e Atividades: pontuação máxima = 30 pontos			
Itens pontuáveis		Número da(s) página(s) do	Pontuação

	valor por item	documento comprobatório no PDF ^(***) + descrição do item	o obtida
Prêmio recebido por trabalho acadêmico	0		
Menção honrosa recebida por trabalho acadêmico			
Exercício de atividade profissional na área de Antropologia / Arqueologia (pontuação por ano completo, máximo de 15 pontos)		<i>EXEMPLO</i> Contratação para elaboração de laudo antropológico, FUNAI, 2015-2018 (4 anos) - pg. 16	5 + 5 + 5 = 15 (máximo possível)
Apresentação de comunicação Oral em evento científico (máximo de 10 pontos) (**)			
Participação em núcleo, grupo de pesquisa ou laboratório certificado pelo CNPq (por semestre completo, máximo de 10 pontos)		<i>EXEMPLO</i> Grupo de Pesquisa Arqueologia do Contemporâneo, FURG, 2019/01 (1 semestre) - pgs. 17-18	2
Financiamento de pesquisa e/ou bolsa acadêmica - ex: iniciação científica, mestrado, monitoria, extensão, etc. (por semestre completo, máximo de 15 pontos)	,5	<i>EXEMPLO</i> - Bolsa PIBIC 2019/1 a 2020/2 (4 semestres) - pg. 19 - Bolsa de mestrado CNPq - 2021/1 a 2022/2 (4 semestres) - pg. 20	2,5 + 2,5 + 2,5 + 2,5 + 2,5 + 2,5 = 15 (máximo possível)
Experiência docente no Ensino Superior (por semestre completo, máximo de 16 pontos)			
Experiência docente na Educação Básica (por semestre completo, máximo de 12 pontos)			
PONTUAÇÃO TOTAL DA CATEGORIA OUTRAS EXPERIÊNCIAS E ATIVIDADES (máximo 30 pontos)			Some sua pontuação na categoria, respeitando o máximo de 40 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL DA SOMA DAS TRÊS CATEGORIAS (máximo 100 pontos)			Some sua pontuação das três categorias

(*) Para fins deste Edital serão consideradas "áreas afins": Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia e Ciências Socioambientais.

(**) Certificados de participação como ouvinte em Seminários, Congressos e Eventos Acadêmicos não serão considerados para pontuação.

(***) A numeração das páginas deve seguir uma sequência única, iniciada na categoria "Formação", continuando em "Produção Acadêmica" e finalizando em "Outras Experiências e Atividades".

ANEXO IV – Edital Regular de Seleção 2023 - Mestrado e Doutorado

Barema com pontuação dos itens do *Curriculum Vitae* – NÍVEL MESTRADO

A avaliação do *Curriculum Vitae* prevista no item 5.4.2 deste Edital será baseada na tabela a seguir. A pontuação final será computada multiplicando o número de itens pontuáveis com documentação comprobatória pelo valor de cada item, respeitados os limites de pontuação máxima para cada item (quando há) e para cada categoria de itens. O somatório dos pontos obtidos nas três categorias de itens não poderá ultrapassar 100 pontos. Ressalta-se que o preenchimento da pontuação no formulário do Anexo I deve ser feito pelo(a) candidato(a).

Categoria Formação: Pontuação máxima na categoria = 30 pontos	
ITENS PONTUÁVEIS	VALOR POR ITEM
Graduação Concluída nas Áreas de Antropologia/Arqueologia ou Ciências Sociais ou Ciências Socioambientais	25
Graduação em andamento nas Áreas de Antropologia/Arqueologia ou Ciências Sociais ou Ciências Socioambientais	23
Graduação concluída em Áreas Afins (*)	23
Graduação em andamento em Áreas Afins (*)	21
Graduação Concluída nas demais áreas do conhecimento	20
Graduação em andamento nas demais áreas do conhecimento	18
Formação complementar em Antropologia/Arqueologia em nível de Graduação	4
Especialização ou curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> (mínimo de 360 horas integralizadas)	7
Título de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	10
Categoria Produção Acadêmica: Pontuação máxima na categoria = 35 pontos	
ITENS PONTUÁVEIS	VALOR POR ITEM
Publicação de artigo em periódico científico, com ISSN	10
Publicação de livro ou capítulo de livro, acadêmicos, com ISBN, por publicação.	10
Publicação de comunicação (texto completo) em anais de evento acadêmico, com ISSN ou ISBN	8
Publicação de Resenha em periódico científico com ISSN	6
Publicação de material didático, instrucional ou de divulgação científica com ISBN	5
Apresentação de Pôster em evento científico	5
Comunicação Oral em evento científico	5
Categoria Outras Experiências e Atividades: Pontuação máxima na categoria = 35	

pontos	
ITENS PONTUÁVEIS	VALOR POR ITEM
Prêmio ou menção honrosa, recebido de instituição acadêmica reconhecida, por trabalho acadêmico	7
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Iniciação Científica, por semestre letivo completo (**)	5
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Extensão Universitária, por semestre letivo completo (**)	5
Participação como bolsista ou voluntário em programa de Iniciação à Docência por semestre letivo completo (**)	5
Atividade Docente na Área ou em Áreas Afins no Ensino Médio ou Superior (por semestre letivo completo) (máximo de 3 semestres)	5
Intercâmbio ou mobilidade estudantil nacional ou internacional, por semestre letivo completo	4
Exercício de atividade profissional na área (por vínculo/semestre completo) (máximo de 3 vínculos/semestres)	4
Participação como bolsista em outras modalidades de bolsas acadêmicas (p.ex: PET, ProNoturno, Permanência, etc), por semestre letivo completo	3
Participação regular e continuada em grupo de pesquisa, de estudos ou laboratório (por semestre letivo completo)(***)	3
Estágio profissional na área (por semestre completo) (máximo de 3 semestres)	2
Participação em minicurso (12 horas) ou curso de média duração (40 horas), na área.	2
Participação como ouvinte em Seminários, Congressos e Eventos Acadêmicos da área (por evento).	2
Participação como monitor ou membro de comissão organizadora de evento científico ou de extensão local (por evento).	2

(*) Para fins deste Edital serão consideradas "áreas afins": Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia e Ciências Humanas.

(**) Será considerada para pontuação apenas a participação regular e continuada, com 20 horas de atividades semanais, ao longo do semestre letivo.

(***) As atividades desenvolvidas em cada grupo de pesquisa/estudos ou laboratório deverão ser brevemente descritas. Atividades sobrepostas, no mesmo semestre e no mesmo grupo (p. ex: bolsa/voluntariado em projeto de pesquisa ou extensão *versus* participação no grupo de pesquisa/estudos/laboratório no período do projeto), não serão pontuadas em duplicidade.

ANEXO V – Edital Regular de Seleção 2023 - Mestrado e Doutorado

Barema com pontuação dos itens do *Curriculum Vitae* – NÍVEL DOUTORADO

A avaliação do *Curriculum Vitae* prevista no item 7.4.3 deste Edital será baseada na tabela a seguir. A pontuação final será computada multiplicando o número de itens pontuáveis com documentação comprobatória pelo valor de cada item, respeitados os limites de pontuação máxima para cada item (quando há) e para cada categoria de itens. O somatório dos pontos obtidos nas três categorias de itens não poderá ultrapassar 100 pontos. Ressalta-se que o preenchimento da pontuação na tabela do Anexo III deve ser feito pelo(a) candidato(a).

Categoria Formação: Pontuação máxima na categoria = 40 pontos	
Itens pontuáveis	Valor por item
Graduação concluída nas Áreas de Antropologia, Arqueologia ou Ciências Sociais	20
Graduação concluída em Áreas Afins (*)	15
Graduação concluída nas demais áreas do conhecimento	10
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído nas Áreas de Antropologia, Arqueologia ou Ciências Sociais	15
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído em Áreas Afins (*)	12
Mestrado (<i>stricto sensu</i>) concluído nas demais áreas do conhecimento	10
Curso de especialização ou título de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	5
Categoria Produção Acadêmica: Pontuação máxima na categoria = 30 pontos	
Itens pontuáveis	Valor por item
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN, avaliado como A1, A2 ou B1 no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.	10
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN, avaliado como B2 ou inferior no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.	6
Publicação de artigo em periódico científico com ISSN não avaliado no mais recente relatório Qualis da área de Antropologia / Arqueologia.	4
Publicação de livro autoral em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)	12
Publicação de capítulo de livro em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)	6
Organização e/ou edição de livro em Antropologia/ Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)	4
Publicação de Resenha em periódico científico em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISSN (*)	3
Publicação de comunicação (texto completo) em anais de evento, com ISSN/ISBN (*)	4
Publicação de material didático, instrucional ou de divulgação científica em Antropologia / Arqueologia e áreas afins, com ISBN (*)	4
Categoria Outras Experiências e Atividades: Pontuação máxima na categoria = 30 pontos	
Itens pontuáveis	Valor por item
Prêmio recebido por trabalho acadêmico	10
Menção honrosa recebida por trabalho acadêmico	2
Exercício de atividade profissional na área de Antropologia / Arqueologia (pontuação por ano completo, máximo de 15 pontos)	5

Apresentação de comunicação Oral em evento científico (<u>máximo de 10 pontos</u>) (**)	2
Participação em núcleo, grupo de pesquisa ou laboratório certificado pelo CNPq (por semestre completo, <u>máximo de 10 pontos</u>)	2
Financiamento de pesquisa e/ou bolsa acadêmica - ex: iniciação científica, mestrado, monitoria, extensão, etc. (por semestre completo, <u>máximo de 15 pontos</u>)	2,5
Experiência docente no Ensino Superior (por semestre completo, <u>máximo de 16 pontos</u>)	4
Experiência docente na Educação Básica (por semestre completo, <u>máximo de 12 pontos</u>)	3

(*) Para fins deste Edital serão consideradas "áreas afins": Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia e Ciências Socioambientais.

(**) Certificados de participação como ouvinte em Seminários, Congressos e Eventos Acadêmicos não serão considerados para pontuação.

7.10. Anexo 10 - RESULTADO FINAL_DOUTORADO.2017_COTISTA



ANOS
U F M G
1927 - 2017



Programa de Pós-Graduação em Antropologia . P P G A n
Antropologia . Arqueologia

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

RESULTADO FINAL – PROCESSO SELEÇÃO DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA – 2017

QUADRO DE NOTAS VAGAS OPTANTES PESSOAS NEGRAS

Identificação	Nome do(a) Candidato(a)	1ª Fase Nota Projeto	Resultado 1ª Fase	2ª Fase					Nota 2ª fase	Nota Final	Resultado Final
				1a parte Arguição	CV	Carta	Histórico	Média 2ª parte			
35	[REDACTED]	77	Aprovado(a)	82	5	83	94	61	71	74	Aprovado(a) e classificado(a)
45	Daniel de Oliveira Baptista	75	Aprovado(a)	82	31	60	93	61	72	73	Aprovado(a) e classificado(a)
63	[REDACTED]	64	Aprovado(a)	83	69	60	92	74	78	71	Aprovado(a) e classificado(a)
61	[REDACTED]	65	Aprovado(a)	45	88	40	85	71	58	62	Aprovado(a), mas não classificado(a)
49	[REDACTED]	61	Aprovado(a)	40	44	35	92	57	49	55	Reprovado(a)

Página 1 de 2



ANOS
U F M G
1927 - 2017



Programa de Pós-Graduação em Antropologia . P P G A n
Antropologia . Arqueologia

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

Identificação	Nome	1ª Fase Nota Projeto	Resultado 1ª Fase	Resultado Final
70	[REDACTED]	50	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
27	[REDACTED]	48	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
57	[REDACTED]	40	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
32	[REDACTED]	34	Não aprovado(a)	Reprovado(a)

ATENÇÃO:

Devido ao acesso restrito ao prédio da FAFICH em virtude das ocupações em curso, esclarecemos que os eventuais recursos contra o resultado deste processo seletivo deverão ser entregues presencialmente, conforme estabelecido no Edital, na secretaria do PPGAN Sala F-4228 – 4º andar no horário de 09:00 às 12:00h, com entrada via ECI – Escola Ciência da Informação.

Página 2 de 2

7.11. Anexo 11 - RESULTADO FINAL_DOUTORADO.2017_Livre Conc.



ANOS
U F M G
1927 - 2017



Programa de Pós-Graduação em Antropologia . PPGAn
Antropologia . Arqueologia

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

RESULTADO FINAL – PROCESSO SELEÇÃO DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA – 2017

QUADRO DE NOTAS VAGAS LIVRE CONCORRENCIA

Identificação	Nome	1ª Fase Projeto	Resultado 1ª Fase	2ª Fase					Nota 2ª fase	Nota Final	Resultado Final
				1ª parte	2ª parte						
				Arguição	CV	Carta	Histórico	Média 2ª parte			
79		89	Aprovado(a)	81	44	60	93	66	73	81	Aprovado(a) e classificado(a)
71		83	Aprovado(a)	70	62	60	93	72	71	77	Aprovado(a) e classificado(a)
78		78	Aprovado(a)	80	52	60	95	69	75	76	Aprovado(a) e classificado(a)
87		78	Aprovado(a)	85	87	93	0	60	73	75	Aprovado(a) e classificado(a)
62		80	Aprovado(a)	50	37	60	95	64	57	69	Aprovado(a) e classificado(a)
29		69	Aprovado(a)	60	83	45	93	74	67	68	Aprovado(a) e classificado(a)
40		73	Aprovado(a)	60	57	50	80	62	61	67	Aprovado(a) e classificado(a)
81		65	Aprovado(a)	60	74	40	95	70	65	65	Aprovado(a), mas não classificado(a)

Página 1 de 5



ANOS
U F M G
1927 - 2017



Programa de Pós-Graduação em Antropologia . PPGAn
Antropologia . Arqueologia

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

Identificação	Nome	1ª Fase Projeto	Resultado 1ª Fase	2ª Fase					Nota 2ª fase	Nota Final	Resultado Final
				1ª Parte	2ª Parte						
				Arguição	CV	Carta	Histórico	Média 2ª parte			
83		61	Aprovado(a)	61	17	70	93	60	61	61	Aprovado(a), mas não classificado(a)
54		60	Aprovado(a)	50	88	35	87	70	60	60	Aprovado(a), mas não classificado(a)
50		60	Aprovado(a)	40	33	40	93	55	48	54	Reprovado(a)
39		68	Aprovado(a)	30	17	35	90	47	39	53	Reprovado(a)
25		62	Aprovado(a)	30	53	30	93	59	44	53	Reprovado(a)
66		60	Aprovado(a)	30	39	40	92	57	44	52	Reprovado(a)
26		69	Aprovado(a)	40	5	30	0	12	26	47	Reprovado(a)
80		67	Aprovado(a)	10	21	35	80	45	28	47	Reprovado(a)
44		60	Aprovado(a)	35	3	40	0	14	25	42	Reprovado(a)

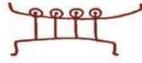
ATENÇÃO:

Devido ao acesso restrito ao prédio da FAFICH em virtude das ocupações em curso, esclarecemos que os eventuais recursos contra o resultado deste processo seletivo deverão ser entregues presencialmente, conforme estabelecido no Edital, na secretaria do PPGAn Sala F-4228 – 4º andar no horário de 09:00 às 12:00h, com entrada via ECI – Escola Ciência da Informação.

Página 2 de 5



ANOS
U F M G
1927 - 2017



FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

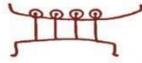
Programa de Pós-Graduação em Antropologia . PPGAn
Antropologia . Arqueologia

Identificação	Nome	1ª Fase Nota Projeto	Resultado 1ª Fase	Resultado Final
37		58	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
31		57	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
58		57	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
84		57	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
55		56	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
64		56	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
59		56	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
56		56	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
60		55	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
69		55	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
72		55	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
73		55	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
82		55	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
53		54	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
75		54	Não aprovado(a)	Reprovado(a)

Página 3 de 5



ANOS
U F M G
1927 - 2017



FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Antropologia . PPGAn
Antropologia . Arqueologia

Identificação	Nome	1ª Fase Nota Projeto	Resultado 1ª Fase	Resultado Final
42		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
46		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
48		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
74		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
77		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
86		53	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
34		52	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
67		52	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
51		52	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
76		51	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
65		50	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
41		49	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
85		49	Não aprovado(a)	Reprovado(a)

Página 4 de 5



100 ANOS
UFMG
1927 - 2027



FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

Programa de Pós-Graduação em Antropologia . PPGAn
Antropologia . Arqueologia

Identificação	Nome	1ª Fase Nota Projeto	Resultado 1ª Fase	Resultado Final
47		49	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
43		48	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
36		47	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
28		47	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
68		43	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
52		41	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
38		39	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
30		36	Não aprovado(a)	Reprovado(a)
33		21	Não aprovado(a)	Reprovado(a)

ATENÇÃO:

Devido ao acesso restrito ao prédio da FAFICH em virtude das ocupações em curso, esclarecemos que os eventuais recursos contra o resultado deste processo seletivo deverão ser entregues presencialmente, conforme estabelecido no Edital, na secretaria do PPGAN Sala F-4228 – 4º andar no horário de 09:00 às 12:00h, com entrada via ECI – Escola Ciência da Informação.

7.12. Anexo 12 - Resultado final após recursos - candidatos optantes



ANÁLISE E DECISÃO DO COLEGIADO DO PPGAN SOBRE RECURSOS IMPETRADOS POR CANDIDATOS NO PROCESSO SELETIVO DO CURSO DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA 2017 - SEGUIDO DE NOVO RESULTADO.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2016

Histórico

No dia 7 de dezembro de 2016, as candidatas ao Doutorado no PPGAN [REDACTED] e [REDACTED] apresentaram recursos ao Colegiado (à disposição dos interessados na Secretaria do Curso).

O Colegiado encaminhou tais recursos à Comissão de Seleção do processo seletivo para o Doutorado (ano de 2017), para a análise e instrução à decisão do Colegiado.

No dia 14 de dezembro, foram encaminhadas ao Colegiado as respectivas respostas da Comissão de Seleção (à disposição dos interessados na Secretaria do Curso).

Decisão do Colegiado

Na reunião do dia 16 de dezembro de 2016, o Colegiado analisou tanto os recursos impetrados quanto as respostas da Comissão de Seleção e acatou parcialmente as razões apresentadas pela Comissão para não acatar os recursos e manter as avaliações originais. Contudo, o Colegiado julga que o questionamento às notas conferidas à "Carta de Intenções", em ambos os recursos, é procedente. Na verdade, o Edital não estabelece nenhum critério objetivo para avaliação do quesito "Carta de Intenções", ao contrário dos outros quesitos definidos (Projeto de Pesquisa, *Curriculum Vitae*, Histórico Escolar e Arguição Oral). Diante disso, o Colegiado julgou necessário estabelecer uma nota comum no item "Carta de intenções" relativo à segunda etapa, para todos os candidatos (optantes e não-optantes), de forma a garantir-lhes isonomia neste quesito. Desta forma, reconsideramos as notas de "Carta de Intenções", atribuindo a todos os candidatos o valor máximo de 100 pontos.

Em relação a outro item de um dos recursos, que questiona o fato de um único candidato ter obtido a nota zero no "Histórico Escolar", o Colegiado questionou a Comissão em relação a essa pontuação, obtendo como resposta o fato do candidato não ter apresentado o referido documento. Contudo, ao verificar a documentação entregue pelo candidato, constatou-se que, de fato, o mesmo havia entregue o seu histórico de graduação. Desta forma, a referida nota deste candidato, no quesito "Histórico", foi reconsiderada, atribuindo-lhe 50 pontos.

Divulgação de novo Resultado:

A partir das razões expostas acima, foi realizada nova tabela com retificação dos resultados finais, que segue abaixo.

Atenciosamente,

[REDACTED]
sub-coordenador do Colegiado do PPGAn

Página 1 de 2

RESULTADO FINAL (APÓS JULGAMENTO DE RECURSOS) – PROCESSO SELETIVO PARA DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA – 2017 - QUADRO DE NOTAS DE CANDIDATOS OPTANTES

Núm. Identif	Nome	1a FASE Projeto	Result. 1a Fase	2a FASE					NOTA FINAL	RESULTADO FINAL	
				1a PARTE Arguição	2a PARTE			NOTA DA 2a FASE			
					cv	carta de intenções	histórico				MÉDIA da 2a parte
71	Daniel de Oliveira Baptista	75	aprovado	82	31	100	93	75	78	76,7	aprovado e classificado
79	[REDACTED]	77	aprovado	82	5	100	94	66	74	75,6	aprovado e classificado
78	[REDACTED]	64	aprovada	83	69	100	92	87	85	74,5	aprovada e classificada
87	[REDACTED]	78	aprovado	85	50	100	50	67	76	76,9	aprovado, mas não classificado
62	[REDACTED]	61	aprovada	45	88	100	85	91	68	64,5	aprovada, mas não classificada

Página 2 de 2

7.13. Anexo 13 - Resultado final após recursos - candidatos não optantes

RESULTADO FINAL (APÓS JULGAMENTO DE RECURSOS) - PROCESSO SELETIVO PARA DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA - 2017 - QUADRO DE NOTAS DE CANDIDATOS NÃO OPTANTES

Núm. Identif	Nome	1a FASE Projeto	Result. 1a Fase	2a FASE					NOTA DA 2a FASE	NOTA FINAL	RESULTADO FINAL
				1a PARTE Arguição	2a PARTE			MÉDIA da 2a parte			
					cv	carta de intenções	histórico				
79		89	aprovada	81	44	100	93	79	80	84,5	aprovada e classificada
71		83	aprovada	70	62	100	93	85	78	80,3	aprovada e classificada
78		78	aprovada	80	52	100	95	82	81	79,6	aprovada e classificada
87		78	aprovado	85	50	100	50	67	76	76,9	aprovado e classificado
29		69	aprovada	60	83	100	93	92	76	72,5	aprovada e classificada
62		80	aprovado	50	37	100	95	77	64	71,8	aprovado e classificado
40		73	aprovado	60	57	100	80	79	70	71,3	aprovado e classificado
81		65	aprovado	60	74	100	95	90	75	69,9	aprovado, mas não classificado
54		60	aprovada	50	88	100	87	92	71	65,4	aprovada, mas não classificada

Página 2 de 3

RESULTADO FINAL (APÓS JULGAMENTO DE RECURSOS) - PROCESSO SELETIVO PARA DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA - 2017 - QUADRO DE NOTAS DE CANDIDATOS NÃO OPTANTES (Continuação)

Núm. Identif	Nome	1a FASE Projeto	Result. 1a Fase	2a FASE					NOTA DA 2a FASE	NOTA FINAL	RESULTADO FINAL
				1a PARTE Arguição	2a PARTE			MÉDIA da 2a parte			
					cv	carta de intenções	histórico				
50		60	aprovada	40	88	100	93	94	67	63,4	aprovada, mas não classificada
83		61	aprovado	61	17	100	93	70	66	63,3	aprovado, mas não classificado
39		68	aprovada	30	17	100	47	55	42	55,2	reprovada
25		62	aprovada	30	53	100	93	82	56	59,0	reprovada
66		60	aprovada	30	39	100	92	77	54	56,8	reprovada
26		69	aprovada	40	5	100	0	35	38	53,3	reprovada
80		67	aprovada	10	21	100	80	67	39	52,8	reprovada
44		60	aprovado	35	3	100	0	34	35	47,3	reprovado

Página 3 de 3

7.14. Anexo 14 - DOU extinção de cotas UERJ

4 ANO XLV - Nº 084 - PARTE II
QUARTA-FEIRA - 8 DE MAIO DE 2019



PODER LEGISLATIVO

"A Alienação Parental é caso de saúde pública e direitos humanos, é abuso moral contra a criança.
"A prática de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes da tutela ou guarda" - art. 3º da Lei 12.318/2010."

JUSTIFICATIVA

A presente proposição se origina de um dos temas mais delicados do direito de família, a alienação parental, considerando os efeitos psicológicos e emocionais negativos que podem ser provocados nas relações entre pais e filhos ou avós e netos.
A prática caracterizada com toda interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos pais, pelos avós ou por qualquer adulto que tenha a criança ou o adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância etc.

O objetivo da conduta, na maior parte dos casos, é prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com o genitor.
A alienação parental fere, portanto, o direito fundamental da criança à convivência familiar saudável, sendo, ainda, um descumprimento dos deveres relacionados à autoridade dos pais ou decorrentes da tutela ou guarda.

Diante do claro interesse público e da gravidade dos efeitos psicológicos e emocionais negativos que podem ser gerados nas relações entre pais e filhos ou avós e netos, requer-se a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 469/2019

FICA VEDADA A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA AOS OCUPANTES DE CARGO DE DIREÇÃO E REITORIA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, SEM COMO AOS OCUPANTES DE CARGO DE GESTÃO DAS ENTIDADES DE FOMENTO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E ESTATÍSTICA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Autor: Deputado RODRIGO AMORIM

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e de Ciência e Tecnologia.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Artigo 1º - Fica vedada aos ocupantes de cargos de direção e reitoria em escolas de ensino fundamental e médio e nas universidades públicas, bem como aos ocupantes de cargo de gestão das entidades de fomento à ciência, tecnologia, educação e estatística no Estado do Rio de Janeiro, a filiação partidária.

§ 1º - É requisito indispensável para a nomeação e posse nos cargos do âmbito de competência do período de afastamento de, no mínimo, 6 (seis) meses de atividades político-partidárias;

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 6 de maio de 2019.
Deputado RODRIGO AMORIM

JUSTIFICATIVA

Atualmente, diferentes práticas coexistem para a nomeação, indicação ou eleição dos diretores de escolas públicas brasileiras, diretores e reitores de universidades públicas e ocupantes de cargos de gestão. Ainda vivemos a realidade de que, na maioria das vezes, o cargo nem sempre é definido a partir de critérios como a formação técnica ou seleção realizada pelos poderes públicos com o objetivo de certificar competências para o exercício do cargo.

De acordo com a última pesquisa do Sistema de Avaliação da Educação Básica sobre o tema, realizada em 2011, 46,9% dos diretores escolares haviam alcançado o cargo através de alguma forma de indicação, tanto na rede municipal quanto estadual e outros 43,9% chegaram por seleção no âmbito das redes ou por eleição. O restante, ou seja, a grande maioria, chegou ao cargo por meio de concurso público ou através de esquemas mistos.

A prática da nomeação ou indicação do diretor escolar, dos diretores e reitores de universidades públicas e dos ocupantes de cargos de gestão anula o mérito. Não, o diretor é escolhido no mesmo esquema dos cargos de confiança. Sob essa condição, ele pode ser substituído a qualquer tempo, de acordo com o momento político e as conveniências. Assim, a nomeação pode ser realizada pelo Poder Executivo por meio da Secretaria de Educação ou outros órgãos. As indicações também podem ser feitas por políticos locais, o que revela um cenário pouco democrático.

PROJETO DE LEI Nº 470/2019

EXTINGUE O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Autor: Deputado RODRIGO AMORIM

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação; da Pessoa com Deficiência; de Segurança Pública e Assuntos de Polícia; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Artigo 1º - Fica extinto o sistema de cotas para ingresso nas Universidades estaduais do Estado do Rio de Janeiro, adotado com a finalidade de assegurar seleção e classificação final nos exames vestibulares aos estudantes carentes, exceto:

I - alunos da rede pública de ensino;
II - pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor;

III - filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares, inspetores de segurança, agentes do Degas e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão de suas atribuições;

Artigo 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 6 de maio de 2019.
Deputado RODRIGO AMORIM

JUSTIFICATIVA

O sistema de cotas nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro cria um túnel procedente que é a possibilidade de discriminação social para atingir objetivos políticos, o que gera nos indivíduos uma sensação de que não serão mais julgados pelo que são ou pelo que fazem, mas em razão da cor da sua pele.
Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual à obtida pelos cotistas nas provas de vestibular.

As cotas definidas pela cor da pele do indivíduo corrompem as Universidades onde são aplicadas, anulando o valor do mérito acadêmico e criando pressão sem fim para discriminar as pessoas por sua "raça" em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade.

Cada vez mais são noticiados casos de candidatos que fraudam as autodeclarações raciais no intuito de fazerem jus a uma vaga que na verdade não fazem. Tal critério jamais poderia ser utilizado para defender direitos, já que não é possível atestar a real necessidade de um candidato apenas pela cor da sua pele.

O referido sistema representa uma afronta à meritocracia já que todos são iguais perante a lei e, permitir um sistema de cotas que utiliza como critério a cor da pele causa uma distorção nos direitos universais, pois considera que a cor da pele define a incapacidade do indivíduo de buscar por seus próprios méritos o objetivo que deseja alcançar.

O presente projeto visa extinguir a possibilidade da divisão social instituída através do sistema de cota racial que buscou garantir um suposto direito de ingresso nas universidades públicas do estado definido apenas pela cor da pele do indivíduo, e manter somente o direito à cota para aqueles estudantes que necessitam de fato do referido sistema, por conta de fatores que de fato os prejudicam e não apenas pela cor da pele.

PROJETO DE LEI Nº 471/2019

OBRIGA A COMUNICAÇÃO IMEDIATA DA OCORRÊNCIA DE REBOQUE DE CARROS NO SÍTILO ELETRÔNICO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Autor: Deputado ROSENBERG REIS

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Transportes; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Obriga a comunicação imediata da ocorrência de reboque de carros no sítio eletrônico do Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ.

Parágrafo Único - Entende-se como comunicação imediata prevista no caput desse artigo a inserção no sistema em tempo real da ocorrência do reboque.

Art. 2º - As taxas de remoção e estada do veículo, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico do DETRAN/RJ.

Art. 3º - O Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, deverá comunicar a Secretaria de Estado de Polícia Civil e Secretaria de Estado de Polícia Militar, através de um acesso automático disponível ao cadastro de veículos rebocados, visando evitar o registro de furto em relação a esses veículos e informar aos proprietários onde os veículos estão acatados.

Art. 4º - O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 07 de maio de 2019.
Deputado ROSENBERG REIS

JUSTIFICATIVA

A medida facilita o momento complicado que condutores de veículos enfrentam para remover seus carros rebocados.

Hoje, para que o proprietário do veículo saiba que este foi rebocado, ele precisa acessar o site do DETRAN/RJ, contudo, essa informação não é disponibilizada em tempo real.

O sistema atual do DETRAN, embora cerca de um dia para disponibilizar os dados do veículo rebocado. Isso causa transtornos para os proprietários que acabam registrando o boletim de ocorrência na delegacia, acreditando que seu veículo tenha sido roubado.

Dessa forma, visando evitar todo esse transtorno, a proposição prevê que a informação quanto ao reboque do veículo seja inserida no site do DETRAN, em tempo real, ou seja, no mesmo momento em que o agente do DETRAN estiver procedendo o reboque.

Além disso, os dados dos veículos rebocados deverão ser informados para as Secretarias de Estado de Polícia Civil e Secretaria de Estado de Polícia Militar, a fim de que não sejam registrados boletins de ocorrência indevidamente.

PROJETO DE LEI Nº 472/2019

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A COMPARTILHAR SALAS DE AULA DO ENSINO ESTADUAL COM O ENSINO MUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Autor: Deputado ROSENBERG REIS

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação; de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a compartilhar os espaços ociosos de salas de aula, nas suas Redes de ensino com o Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

Art. 3º - O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 07 de maio de 2019.
Deputado ROSENBERG REIS

JUSTIFICATIVA

O artigo 205 da Constituição Federal, prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

O governo, professores, família e a população em geral devem se unir e assumir cada um a sua respectiva responsabilidade, buscando a universalização do ensino, com qualidade na educação oferecida.

A presente proposta visa beneficiar os estudantes de todo nosso Estado, compartilhando as salas ociosas com a rede de ensino municipal.

Entre os benefícios dessa medida está o encurtamento da distância entre a residência dos alunos e a escola.

A formação de parcerias entre o Poder Público Estadual e Municipal, viabiliza melhores condições de ensino para os alunos de todo o nosso Estado. Por essa razão, submeto esta proposição à análise e aprovação desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 473/2019

CRIA O PROJETO "ALERJ PRESENTE", NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Autor: Deputado CHICO MACHADO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; e à Mesa Diretora.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o projeto "Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Presente", doravante denominado como "ALERJ PRESENTE".

Art. 2º - O objetivo do projeto é democratizar e efetivar o acesso às sessões legislativas públicas ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, às autoridades públicas e aos cidadãos fluminenses, de todas as cidades do Estado do Rio de Janeiro, para apresentarem propostas e reivindicações.

Parágrafo Único - O projeto poderá realizar sessões legislativas em todas as regiões e micro-regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 07 de maio de 2019.
Deputado CHICO MACHADO

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa ampliar o acesso para as autoridades públicas e para a população fluminense às sessões legislativas públicas ordinárias da Casa.

O art. 1º, § 1º do Regimento Interno da ALERJ oferece a possibilidade de que as sessões citadas em epígrafe, possam ser realizadas, eventualmente, em outro local que não seja no Palácio 23 de Junho, a requerimento da Mesa Diretora ou pela maioria dos Deputados. A fim de que o dispositivo citado tenha amparo legal, é que proponho este projeto de lei.

Ademais, sob o aspecto principiológico, é salutar frisar que é uma forma de dar eficácia material ao princípio democrático. É, como fundamento de validade constitucional, encontra assuado no art. 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como modo de dar efetividade à cidadania.

O Poder Legislativo, através do Parlamento, deve tomar-se cada vez mais próximo dos cidadãos a fim de esculpir suas propostas e reivindicações, como modo de fazer com que o exercício da democracia possa ser tomado cada vez mais direto.

Nesta esteira é que estamos é que apresentamos a presente proposição e contamos com a sua aprovação pelos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 474/2019

DISPÕE SOBRE A LAVRATURA DE TERMOS DE OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Autor: Deputado FABIO F SILVA

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Defesa do Consumidor; e de Economia, Indústria e Comércio.
Em 07.05.2019.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica proibida a lavratura de Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI) ou instrumento análogo realizados por funcionários terceirizados e/ou de empresas que prestem serviços às concessionárias de luz, água e gás, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no caput deste artigo, ficam as respectivas concessionárias obrigadas a devolver em forma de crédito na conta do usuário prestado ao consumidor os valores cobrados e/ou arrecadados em TOIs. (Termo de Ocorrência de Irregularidade) realizados nos últimos 5 (cinco) anos e que estejam em desconformidade com o que dispõe essa lei, bem como também que não tenham seguido os trâmites estabelecidos nos artigos 129 a 130 da RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.

Art. 2º - Ficam também proibidos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o corte, suspensão e/ou interrupção do fornecimento dos serviços descritos no artigo 7º desta lei, em razão de inadimplimento, realizados por funcionários terceirizados e/ou de empresas que prestem serviços às respectivas concessionárias.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) vezes o valor indevidamente cobrado, salvo este a ser cobrada em dobro no caso de reincidência, além das penalidades previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 07 de maio de 2019.
Deputado FABIO SILVA

JUSTIFICATIVA

A Light atua em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma região com mais de 10 milhões de pessoas: Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Carmo (abrangeção parcial), Duque de Caxias (abrangeção parcial), Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Comendador Levy Gasparian, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul (abrangeção parcial), Paty do Alferes, Pinheiral, Pirai, Quatis, Quilomédios, Rio Claro, Rio das Flores, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Siqueira, Teresopolis, Três Rios (abrangeção parcial), Valença, Vassouras e Volta Redonda.

A Enel Rio presta serviços para 2,6 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos, o que representa um total de sete milhões de pessoas e é uma das três distribuidoras de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Light e com o Energia Nova Fiburgo.

A companhia atua nos seguintes municípios fluminenses: Itaocara, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios, Cabo Frio, São Pedro D'Alcântara, Arraial do Cabo, Iguaçu Grande, Araruama, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Saquarema, Tanguá, Maricá, Guapimirim, Teresopolis, Magé, Duque de Caxias (parte), Petrópolis, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Campos dos Goytacazes, Resende, Porciúncula, Varre Sai, Nova Vidua, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, São José do Uberá, Itaiva, Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, São Fidélis, Cardoso Moreira, São Francisco do Itapaporã, São João da Barra, Itaocara, Quissamã, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Conceição de Macabu, Carapicuíba, Cantagalo, Macaé, Cordeiro, Duas Barras, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Carmo, Sumidouro, Silva Jardim, São José do Vale do Rio Preto, Três Rios (parte), Ansil, Itaiaçu, Porto Real, Paraíba do Sul (parte) e Nova Friburgo (parte).

Quando as concessionárias alegam uma irregularidade do consumo de energia elétrica do consumidor, segundo o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e a Resolução nº 414 da ANEEL, a primeira obrigação das mesmas é comprovar, materialmente, essa irregularidade, o que raramente é feito. Na maioria dos casos, as concessionárias se utilizam do argumento de autoridade para cobrar diferenças do consumidor de forma unilateral, indo de afronta ao CDC.

Resolução nº 414 da ANEEL

(L.) Seção I - Da Caracterização da Irregularidade e da Recuperação da Receita

Art. 129. Na ocorrência de indicio de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor.

§ 1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio das seguintes providências:

I - emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução;

II - solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal;

III - elaborar relatório de avaliação técnica, quando constata a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II; o (Relatório) dada pela Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012

IV - efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e

V - implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos: a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos.

§ 2º Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhá-lo inspecionar, no ato da sua emissão, mediante recibo.

§ 3º Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento.



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.rio.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 08 de Maio de 2019 às 03:25:03 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

7.15. Anexo 15 - MANIFESTO DOS DISCENTES COTISTAS - Documentos Google

MANIFESTO DOS DISCENTES COTISTAS

Aos membros do colegiado, ao corpo discente e à todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia do PPGAN-UFMG,

Acreditamos que afirmar a excepcionalidade dos tempos em que estamos vivendo não seja de todo uma surpresa para nenhum daqueles que estejam lendo agora estas palavras. Diante do contexto pandêmico em que nos encontramos, onde o caos, o negacionismo científico e acadêmico, bem como a ignorância e o preconceito em todos os seus meios, formatos e proporções têm se instalado enquanto políticas públicas e projetos de governo que já nascem falidos em sua gênese, nós, parte dos discentes cotistas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG, gostaríamos muito de colocar cada um dos incômodos que serão listados logo adiante e, infelizmente, extrapolam o contexto excepcional. Pelo contrário: a feitura de tal Manifesto se dá em meio a falas, práticas e comportamentos de cunho eminentemente **racista e preconceituoso** que com frequência são experiência dos dentro do PPGAn. Devido a isso, nós, enquanto pertencentes a grupos sociais afetados diretamente por tais atos e posturas - discentes negros, indígenas e pessoas com deficiência -, escolhemos lidar com esta questão sem o uso retórico de qualquer artifício de eufemização: estamos nos defrontando com atos, falas e posturas **indiscutivelmente racistas**, em suas manifestações mais sutis e refinadas, e não existem razões ou motivos que nos levem a suavizar a nomeação da natureza desses conflitos e nem quem os protagoniza, uma vez que esses mesmos conflitos, quando nos envolvem e nos atingem, de maneira direta ou indiretamente, não são nem suavizados e nem tão pouco possuem seus efeitos abrandados para nenhum de nós, afetando diretamente nosso desempenho acadêmico, desenvolvimento profissional e permanência salutar dentro deste Programa. Consideramos que a nomeação dos problemas e conflitos é uma das formas mais honestas de enfrentamento, uma vez que ao serem nomeados os problemas ganham a condição de existência e um conflito só pode ser solucionado se o mesmo existe para além do eufemismo e do implícito que existe no conhecido jogo retórico da negação.

Tendo em vista o exposto acima é que viemos, por meio deste escrito, ressaltar o repúdio, porém, infelizmente, sem maiores espantos, a falas e posturas ocorridas na última reunião do colegiado deste Programa, no dia 30/06/2020. Na referida data, dentre as demandas debatidas e abordadas pelo colegiado, houve a discussão do pedido de passagem

direta do nível de mestrado para doutorado de dois de nossos discentes: [REDACTED] e [REDACTED]. [REDACTED], na condição de representante discente, além de parte interessada diretamente nas pautas e tomadas de decisões da referida reunião, ao que nos foi informado, absteve de sua participação, sendo essa reunião conduzida com a presença da outra representação estudantil da qual dispomos: o discente e [REDACTED].

De acordo com o relato de [REDACTED], foram, então, debatidos os pareceres sobre os pedidos dos dois discentes. É neste momento, contudo, onde vemos aflorar, mais uma vez, posturas e falas completamente reprováveis oriundas de nosso corpo docente, aqueles e aquelas, dentre os quais e as quais, esperamos sempre que tenham, no mínimo, uma maior e melhor compreensão acerca dos significados práticos e simbólicos de determinados discursos e de seus efeitos sobre grupos e sujeitos dentro de nossa comunidade acadêmica. Contraditoriamente, porém, são esses os sujeitos que têm, de maneira constante e frequente, reforçado o oposto do que esperamos de uma atuação social dos que se dizem Arqueólogos e Antropólogos.

Na avaliação dos pareceres, apesar de dura e minimamente criteriosa com ambos o requerentes, o discente [REDACTED] obtém a aprovação de seu pedido, enquanto o colegiado se vê em um impasse com o estudante [REDACTED], tendo, esse último, um parecer favorável e outro negativo. É neste momento em que a docente [REDACTED] ao se pronunciar e posicionar diante do impasse, constrói uma série de associações, no mínimo, questionáveis, e por demais problemáticas, ao analisar o caso de Mauro:

- 1) Endossando argumentos que reforçam uma "excepcionalidade" e a necessidade de um "desempenho acima da média" para a aprovação do pedido de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado, a docente [REDACTED] afirmou que as Ações Afirmativas não se aplicam no caso da passagem direta pois a passagem direta é **questão de mérito**.
- 2) [REDACTED] traz à tona, no momento em que estava em discussão a avaliação do parecer do discente [REDACTED], declaradamente negro e estudante cotista de nosso Programa, uma certa preocupação com a qualidade da pós graduação, com plágios e trabalhos desenvolvidos sem maiores critérios, mencionando, ainda, a figura do Ex-Ministro da Educação Decotelli, como um exemplo de desonestidade acadêmica, no mesmo momento em que estava em discussão o pedido de passagem direta do referido discente.

- 3) Com relação aos aspectos formais do pedido de passagem direta do discente [REDACTED], Andréa afirmou que o mesmo foi embasado em resoluções antigas de nosso Programa e, devido a isso, deveria ser impugnado. Tendo o colegiado chegado à constatação, ali, de que o erro do uso de uma resolução antiga não foi de responsabilidade do aluno mas sim do próprio Programa, a docente em questão afirma estar cansada e não ter condições de trabalhar com tantos erros administrativos. Nossa secretária da Pós-Graduação, [REDACTED], diz também estar cansada e afirma que não pode assumir e ser responsabilizada por erros que fogem às suas atribuições.
- 4) Ao ser questionada pelo representante discente presente na reunião em questão, o colega [REDACTED], pelo teor de suas falas e associações por demais problemáticas que seu discurso apresentava, a docente [REDACTED] procura se retratar diante das colocações, afirmando que não se opõe especificamente contra o pedido do estudante [REDACTED], mas a todo e qualquer pedido de passagem direta, uma vez que, segundo a docente, ela é contrária a tal possibilidade.

As colocações da docente se configuram como frutas e oriundas de fundamentos e posturas **estrutural e eminentemente racistas** uma vez que:

- 1) Ao relacionar o processo da passagem direta a um princípio de “excepcionalidade” e a uma ideia de “desempenho acima da média”, [REDACTED] se faz valer da noção, por demais difundida, problemática, inconsistente e falsa, de uma “meritocracia”. Tudo piora, ainda mais, quando a docente cria, em sua argumentação, um distanciamento proposital das políticas de Ações Afirmativas de qualquer processo de meritório, uma vez que, segundo a docente, as Ações Afirmativas diriam respeito à entrada no programa, e não aos processos internos que ocorreriam à posteriori.

Acreditávamos, nós, que não seria mais necessário reprisar um ponto tão básico e fundamental como esse diante daqueles e daquelas que se afirmam, sempre que necessário e oportuno, enquanto Antropólogos e Arqueólogos. Porém, as lições mais básicas são as que se mostram sempre como as mais importantes e necessárias de revisão. Portanto, acreditamos ser importante frisar que as Ações Afirmativas são políticas públicas que atuam diretamente

contra processos históricos, dentro de nossa sociedade, de exclusão e dificuldade de acesso a bens, lugares e serviços à grupos que, ao longo da trajetória de nossa formação política, econômica, cultural e social, se apresentam não apenas enquanto marginalizados em termos de espaços e oportunidades, mas, malgrado às oportunidades que porventura desfrutem, subalternizados diante dos espaços e conquistas que lhes são possíveis reter, não na condição de indivíduos, mas ainda enquanto um grupo.

Ao distanciar as políticas de Ações Afirmativas de qualquer juízo meritório, a docente [REDACTED] reforça não apenas uma visão equivocada da política de cotas enquanto uma “concessão à terceiros”, como, o que consideramos mais grave, uma apropriação de bens, espaços e saberes, por parte de seus sujeitos, sem qualquer mérito para acessá-los. Ora, se existe uma diferenciação em uma nota de corte, por exemplo, para que se possa acessar um curso de graduação ou pós-graduação qualquer, é pelo reconhecimento de que os sujeitos que buscam acessar esses espaços e saberes possuem não apenas trajetórias sociais distintas, como, principalmente, vivências de uma educação formal diferenciadas - a bem dizer: desiguais. A redução de uma nota de corte em qualquer processo seletivo jamais se configurou ou poderá ser relacionada a um “demérito”, pelo contrário: ainda se faz necessário atingir a pontuação e o valor mínimo estipulado da nota de corte para se acessar os saberes, os espaços e os serviços requisitados.

Ressaltamos, aqui, que todos os discentes cotistas presentes de nosso Programa não apenas atingiram a nota mínima estipulada para o corte de ingresso em nossos cursos, como todos e todas têm, continuamente, provado seus méritos ao longo de toda a feitura não apenas de suas teses e dissertações, mas a tudo o quanto se relacione ao desempenho salutar dentro de nossas instâncias acadêmicas, apesar, ainda, de sermos obrigados a nos deparar e lidar com falas e posturas como esta.

O não reconhecimento desse contexto e a negação dos significados de tais atos, discursos e posturas, não nos revela apenas um descomprometimento declarado com qualquer possibilidade e medida de justiça histórico social para com os grupos sociais diretamente beneficiados com tais políticas, mas revelam, sobremaneira, uma lacuna gritante em quesitos de competência acadêmica e

profissional, levando-se em conta a vasta produção bibliográfica sobre as políticas de Ação Afirmativa que não são nem conhecidas, nem abordadas e nem exploradas por nossos docentes, sejam em disciplinas, sejam em reuniões departamentais, o que se configura em algo ainda mais grave para aqueles e aquelas que se colocam enquanto responsáveis para a formação de novos Antropólogos e Antropólogas, Arqueólogos e Arqueólogas.

- 2) Ao justificar e relacionar a recusa do pedido de passagem direta do discente, negro e cotista, [REDACTED], com a qualidade de nosso Programa de Pós-Graduação, [REDACTED] faz uma associação desnecessária e completamente inverossímil entre o acesso de discentes negros a bens, saberes e possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional dentro das instâncias de nosso programa com a “qualidade acadêmica de nossa comunidade”. Tal relação é reforçada na medida em que a docente, para fundamentar sua recusa, relaciona o pedido de [REDACTED] à figura do Ex-Ministro da Educação Carlos Alberto Decotelli, afirmando que é necessário cautela em certas medidas e decisões para “evitarmos problemas como plágios e outras inconsistências”.

A comparação é definitivamente desproporcional e descabida uma vez que o discente em questão, além de seguir com todos requisitos e protocolos exigidos para a realização do pedido de passagem direta, jamais demonstrou qualquer indício de suspeita com relação aos pontos levantados, sejam os relacionados à qualidade de sua pesquisa e trabalho - uma vez que o mesmo tem atuado no desenvolvimento de uma temática única e inovadora dentro de nosso programa e no campo das Ciências Sociais como um todo-, sejam com relação a qualquer possibilidade de plágio. Tal comparação reforça ainda mais o racismo enquanto um alicerce das dúvidas e discursos proferidos pela docente, uma vez que aciona e reforça o estereótipo de pessoas negras enquanto “trapaceiras” e/ou “malandras”, tomando o exemplo de uma única figura para julgar todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, possam ser relacionados a ela, direta ou indiretamente.

O racismo se torna mais evidente quando nós temos outro pedido de passagem direta em análise: o do discente [REDACTED], estudante branco e

integrante de nossa comunidade acadêmica em uma vaga da ampla concorrência. Aqui não estamos levando em consideração os aspectos formais presentes no conteúdo dos pareceristas diante do pedido de cada discente, mas a natureza do levantamento das questões e as associações feitas a partir do pedido de cada um. Poderia-se alegar, inclusive, que as suspeitas, dúvidas ou pontos levantados pela docente [REDACTED] para com o impasse da condição de [REDACTED] se deu exclusivamente por ter sido ele a receber um parecer negativo e ser quem está na condição do impasse, portanto ser ele o sujeito e a figura a necessitar de uma avaliação e um olhar mais detido.

É intrigante, contudo, que é justamente a figura do discente [REDACTED] a despertar não apenas as dúvidas, que se relacionam diretamente ao seu caráter e a sua competência acadêmica, mas as associações descabidas, inverossímeis e de fundo racista referentes, principalmente, à sua imagem, algo que, até onde nos consta, não se deu da mesma forma para com o outro estudante. O racismo estrutural atenua-se à medida que temos exemplos de outros membros do atual governo que mentiram em seus currículos e em momento algum foram acionados em uma comparação com o discente branco nas avaliações da docente [REDACTED].

Repudiamos de maneira precisa e veemente as falas e posturas da docente [REDACTED] por considerarmos que tais falas não se restrinjam apenas ao discente [REDACTED], o que já seria, por si só, deveras problemático e severo, mas por se estenderem, de maneira perigosa, a todo e qualquer estudante proveniente das políticas de Ações Afirmativas de nosso programa e, em especial, a àqueles e àquelas lidos socialmente e autodeclarados enquanto negros (as) e pardos (as) dentro de nossa comunidade acadêmica.

- 3) Como se não fosse o bastante as associações de natureza inaceitável das quais os discentes negros e negras de nosso Programa estão passíveis a serem submetidos, tendo sob dúvida e em xeque não apenas sua competência mas também seu caráter, temos testemunhado os sucessivos e constantes constrangimentos impostos à secretária de nosso programa e funcionária pública de nossa Universidade Federal, [REDACTED], mulher negra,

por diferentes figuras docentes e gestões na coordenação de nossa Pós-Graduação.

Recentemente, ao informar nossa comunidade acadêmica da conclusão e fechamento do Relatório Sucupira via e-mail, a funcionária em questão compartilha, também, um relato e desabafo sobre a sobrecarga de trabalho que lhe foi e lhe é indevidamente atribuída, esperando, com isso, não apenas externalizar aspectos de incômodos já consolidados no transcorrer de sua trajetória profissional dentro do PPGAN, como, também, que os sujeitos responsáveis por assumirem os encargos burocráticos de nossa coordenação observem de forma mais atenta e criteriosa a maneira pela qual assumem e distribuem as tarefas sob sua alçada, afinal de contas, até onde consta a todos nós, a elaboração do Relatório Sucupira é de responsabilidade do Coordenador em exercício do Programa. O que vimos, contudo, foi a resposta pública do então Coordenador do Programa, [REDACTED], no e-mail compartilhado pela funcionária [REDACTED] culpabilizando, de maneira sutil, a própria funcionária pela sobrecarga de trabalho que lhe foi atribuída.

Em 2016, período em que ocorreram as ocupações das Universidades Públicas Federais em escala nacional contra a PEC que restringiu investimentos nas áreas de saúde e educação por, aproximadamente, 20 anos, a docente [REDACTED] solicitou que a secretária [REDACTED] fizesse uma “faxina em sua sala”. Devido as atividades das ocupações, os serviços de limpeza de nossa Universidade entraram em um breve hiato, tendo os discentes de distintas graduações assumido grande parte desses encargos. Alegando problemas alérgicos, a docente [REDACTED] solicita à [REDACTED] uma faxina na sala em que ocupava pois ela mesma estaria impossibilitada de realizar tal limpeza. Ao ser questionada por isso, a referida docente afirmou que fez a solicitação, mas que ela não seria realizada de maneira gratuita, pois a docente estaria disposta a “pagar pela faxina”...

Ressaltamos, aqui, na feitura deste documento, que cada um desses relatos, bem como outros tantos que não figuram por aqui mas que têm vindo à tona em reuniões discentes, foram testemunhados por distintos estudantes, nos diferentes momentos e lugares onde cada um deles se deu, salvo àqueles que

foram expostos e ocorreram de forma pública pelos canais de comunicação de nossa comunidade acadêmica.

Cada um desses relatos carrega, em si, não apenas indícios de sobrecarga e precarização das condições de trabalho da funcionária [REDACTED], como, também, e não menos grave, o processo contínuo e constante de subalternização da mesma. Reafirmamos, aqui, que a secretária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais, [REDACTED], é uma funcionária pública, ocupante de seus cargos e encargos dentro de nossa Universidade mediante a feitura e submissão de sua pessoa a um concurso público, tal qual muitos docentes também o foram.

Se estivéssemos lendo cada um desses relatos em um artigo, um capítulo de livro, dissertação, tese ou em uma “etnografia estrangeira”, e debatendo esses mesmos registros dentro de nossas salas de aulas, tendo o pleno conhecimento de que estamos nos referindo não apenas a uma funcionária pública federal, mas a uma **Mulher Negra** cercada, hierarquicamente, de todo um corpo de superiores profissionais brancos, acredito que todos nós saberíamos muito bem como classificar esses acontecimentos e essas relações e quais os lados e discursos tomar e assumir. Não estamos lidando com meros “desencontros” ou “mal entendidos”. Tudo isso se configura enquanto **racismo**, em suas feitura das mais sutis até as mais evidentemente grotescas. E quanto a elas, também manifestamos e registramos, aqui, o nosso repúdio.

- 4) A argumentação da docente [REDACTED], que afirma não ser contrária ao pedido em específico de passagem direta do discente [REDACTED], mas a qualquer pedido dessa natureza, uma vez que a mesma se posiciona contra a essa possibilidade formal e específica de mudança de nível e acesso a uma nova formação titular, possui bases discursivas muito similares aos posicionamentos que têm insurgido, de teor reacionário, contra o movimento “Black Lives Matter”.

Com a recente tragédia do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, fruto da violência policial patrocinada por distintos estados nacionais, o movimento ganhou um crescente processo de revitalização tanto em território estadunidense quanto ao redor do mundo e, em especial, também no Brasil.

Com a revitalização da pauta e o retorno da sentença emblemática do “Black Lives Matter” (“Vidas Negras Importam”, em uma tradução livre), uma oposição reacionária também passou a ser registrada, afirmando que não seriam apenas as “vidas negras que importam”, e sim, “todas as vidas importam” (All Lives Matter”).

O que esse tipo de sentença e oposição nos mostra é que para se negar a particularidade da demanda de um grupo ou de sujeitos em específicos, é necessário se diluir tal demanda em uma afirmação ou sentença de cunho universalizante. Com isso, de acordo com o discurso de uma oposição reacionária ao movimento em questão, se busca falar do ser humano a partir de suas demandas totais e abrangentes, demandas que digam respeito e se relacionem diretamente, de algum modo, com a condição de humanidade, e não apenas de um grupo humano em específico. Mas, na prática, o discurso reacionário do “All Lives Matter” se configura em uma faceta negacionista que visa não apenas deslegitimar as denúncias e demandas expostas pela comunidade negra (no caso do exemplo, a estadunidense), como, principalmente, negar as especificidades e singularidades de cada grupo social e invisibilizar qualquer possibilidade de articulação e ganho político desse grupo e conquistas em termos de segurança, bem estar e serviços.

Apresentar uma posição contrária ao pedido de um aluno em específico e, depois de questionada sobre o teor dessa oposição expandir o veto a outros sujeitos e corpos, têm a mesma base e semelhança da oposição reacionária relatada no exemplo acima: veta-se o todo, para que alguns sujeitos em específicos sejam impossibilitados de acessar tais meios, espaços, bens ou recursos.

Diante disto, não há como desconsiderar o fundamento e alicerce de cunho racista a balizar tais posturas, falas e medidas e isso nos têm deixado não apenas preocupados com a forma pela qual o programa recebe os estudantes oriundos das políticas de Ações Afirmativas, mas, principalmente, das possibilidades de tais discentes de permanecerem e construírem uma carreira profissional e acadêmica dentro e a partir da comunidade do PPGAN.

A recorrência de tais falas, comportamentos e posturas são situadas temporalmente, em nosso Programa, muito antes do contexto pandêmico em que vivemos nos dias atuais: em salas de aula, em bancas de examinação de dissertações e teses, em seleções públicas de mestrado e doutorado, em avaliações de distintas disciplinas, no trato com os funcionários presentes em nossa comunidade, em reuniões departamentais e afins...

Levando tudo isso em conta, nós, estudantes cotistas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia temos realizados reuniões e estamos construindo e formalizando um coletivo onde não apenas experiências e relatos como esse possam ser compartilhados e externalizados quando necessários, mas, principalmente, que possamos, a partir desse coletivo, apresentar nossas demandas junto aos discentes e docentes, quando preciso, e criar uma rede de resguardo onde tal coletivo seja acionado e se pronuncie contra atos de constrangimento e coerção de cunho preconceituoso e racista e às recorrências que qualquer membro de nossa comunidade acadêmica venha a sofrer.

Reafirmamos, contudo, que esse coletivo se encontra em processo de formação e que a feitura desse documento não englobou a totalidade dos discentes integralizados em nosso programa via políticas de Ações Afirmativas, mas que constou com a participação de 10 estudantes cotistas, negros (as) e indígenas, e que, tal coletivo, se encontra não apenas em processo de formação, mas de expansão de integrantes e demandas a serem trabalhadas dentro do PPGAN.

Conclamamos o Programa a assumir tais demandas não como “dos cotistas”, mas como propriamente do **Programa em si**, estando atentos para o fato de que se existem fraturas nas relações entre os que ocupam o espaço da docência e os demais membros discentes e integrantes de nossa comunidade que são anteriores ao contexto pandêmico, fraturas essas que foram expostas apenas em alguns trechos e relatos reunidos e selecionados aqui, de maneira relativamente breve, temos ainda questões que se mesclaram com o contexto atual e das quais o PPGAN ainda não se pronunciou em instância e de forma alguma em termos de medidas ou mesmo de recomendações.

As alunas e alunos indígenas tanto no ensino médio, profissional quanto nas graduações e Pós-Graduações, têm se deparado com uma situação surreal e reprodutora de processos iníquos, o que tem deixado todas e todos apreensivos sobre o novo jeito de estudar para esses discentes. O acesso a esses modelos de ensino de um mundo que até pouco tempo estava longe da realidade de diversas comunidades indígenas, a caminhada para chegar nessas salas de aulas e os obstáculos enfrentados, a baixa percepção social sobre as

condicionantes e os determinantes para assegurar inclusive a permanência nessa forma de ensino regular são sempre desafios enfrentados por esses estudantes.

Ao ser feita a opção do estudo, geralmente os que estão vivendo o estilo de vida das comunidades nas aldeias, têm que, em várias situações, culturas e circunstâncias, obter a permissão de saída da comunidade não somente de seus pais, mas do ou da Pajé, das Caciques e dos Caciques, as vezes das lideranças, sendo que, assim como um voto, é acertado que o ensino adquirido e trocado lá fora será utilizado para aprimorar a ação conjunta à parentes, retribuindo e partilhando esse conhecimento, pois o primordial nessas oportunidades e relações não é o status profissional mas o bom funcionamento das comunidades de origem de cada um dos discentes indígenas.

Apesar da dispersão em diversas disciplinas e cursos dentro e fora do ambiente da UFMG e da vivência nas cidades, locais em que também existem indígenas sobrevivendo e em plena invisibilidade por razão do modelo de estereótipos, em muito, reproduzidos no interior dessa mesma academia, os estudantes indígenas tiveram que aderir, assim como todos os demais, as orientações de ficar na aldeia ou em suas casas, permanecendo em isolamento social e caso algum apresente suspeita de positividade para o COVID 19, são postos em quarentena.

A comunidade acadêmica da UFMG, no entanto, têm a revelação que as instâncias decisórias apontaram pelo retorno às aulas, recuperando o nosso primeiro semestre e possivelmente fazendo o segundo de forma consecutiva e remota. A princípio essa notícia cumpre decisões do Governo Federal a qual a UFMG é vinculada e nos traz uma série de inquietações, apreensões e angústias. Na condição de graduandos e pós graduandos em uma Universidade Pública, de qualidade, renome e sobretudo que têm adotado políticas de Ações Afirmativas, os discentes indígenas têm refletido que isso não ocorria em nenhuma localidade, a não ser quando um indígena era levado pelo Branco para estudar e não retornava mais a sua origem, e é nesse contexto que afirmamos que nossa chegada aqui não foi uma dádiva e sim conquistas constitucionais e políticas por meio de muita luta e união de diversos grupos e movimentos.

Fazer aulas de forma remota, virtual e à distância pode ser para muitos e muitas, uma possibilidade rápida e de fácil acesso, mas para os discentes indígenas se têm uma gama de variantes e dificuldades que os jogam no processo de distância da equidade tão necessária para a igualdade de oportunidades.

A maioria se encontra, pós fechamento das aulas presenciais, isolados socialmente em suas comunidades e, porque não dizer também nos quilombos, no caso de nossos integrantes e colegas quilombolas, passando por um processo de reagrupamento de tradições. E por estarem em locais distintos e distantes, sem acesso a Internet ou luz elétrica, desconectados as vezes da realidade social do mundo externo e ocidental, apresentando, ainda, a condição de pais e mães de forma precoce em relação ao padrão normativo das realidades urbanas, não há como discentes mulheres, em processo de amamentação, no cuidado de filhos e das tarefas de cunho doméstico, parar tais atividades para estudar em frente de um teclado de computador que não temos e/ou um aparelho celular.

Desta forma é consideravelmente complexo, também, o uso do celular, uma vez que sem energia elétrica para carregar o mesmo e sem a devida cobertura de sinal, esses aparelhos na aldeia são meros enfeites. As vezes quando uma família tem um gerador, falta a gasolina e assim vive-se nessa situação em que tais discentes permanecem cada vez mais distantes do “gride de largada” nessa nova forma de estudar.

Manifestamos nossa preocupação diante desse quadro pois tais estudantes compõem um grupo de risco diferenciado, uma vez que são susceptíveis de uma maneira singular às doenças deste mundo branco e não podem se dar ao luxo de contaminar seus parentes sem maiores critérios de segurança para um retorno às aulas de forma presencial.

Requeremos uma outra forma de aplicar o ensino remoto a todas e todos, assegurando as políticas afirmativas, ou, pelo menos, um pronunciamento do programa referente às medidas e orientações da Universidade referentes a esse retorno e as condições específicas e particulares dos discentes indígenas. Tais discentes são, em muitos casos, um grupo que se encontra numa vulnerabilidade econômica assim como a maioria de desempregados e subempregados que estão na economia informal ou ainda sem ter como escoar a produção artesanal típica de suas comunidades de origem. Por esse motivo a UFMG, por meio da sua gestão, e o corpo de docentes precisam olhar e levar tais pautas em consideração. Pois, nesse período de pandemia, nas comunidades, já foram isoladas as visitas, feitas barreiras, realizadas campanhas solidárias para com àqueles e àquelas que se encontram em um situação de maior vulnerabilidade.

Vamos sim retornar às nossas atividades mas descobrindo e/ou desenvolvendo juntos estratégias e as táticas necessárias para lidar com esse contexto pandêmico sem perder mais parentes, sejam os que vivem em contexto urbano ou nas comunidades e aldeias indígenas ao longo de nosso país.

Assinado: discentes cotistas auto-organizados do PPGAN

7.16. Anexo 16 - Manifesto Cotista contra candidatura de docente à presidência da ABA

Ao Comitê de Antropólogos Negros e Negras da Associação Brasileira de Antropologia

NOTA DE AGRAVO

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2022

Nós do Coletivo de Estudos, Pesquisas e Intervenção dos Cotistas de Ações Afirmativas do PPGAN-UFMG (CEPIC), viemos por meio desta manifestar nossa profunda preocupação diante do anúncio da eleição da Professora Doutora, e membra do quadro efetivo de docentes do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG, [REDACTED], à presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em chapa única lançada pela referida entidade.

Nossa preocupação advém de uma experiência tumultuada e controversa que diversos discentes, em especial discentes negres, já tiveram com a professora no transcorrer de suas vivências acadêmicas durante a graduação de Ciências Sociais, na graduação em Antropologia e no Programa de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia.

A docente [REDACTED] foi, desde o início do processo de implementação das ações afirmativas, dentro do nosso Programa de Pós-graduação, publicamente contrária à aplicação dessa política pública. Tal fato por si só, no entanto, não mobilizaria todo um coletivo, uma vez que entendemos que, vivendo dentro de um espaço diverso e um ambiente democrático como é a sociedade brasileira e como deveria ser suas instituições de Ensino, do nível Básico ao Superior, todos temos direito a um posicionamento e opinião.

O que nos mobiliza, no entanto, foi da maneira pela qual tais posicionamentos foram reafirmados e como a docente, aqui mencionada, se portou diante dos apontamentos de discentes negres frente a posturas e atitudes eminentemente racistas protagonizadas pela distinta docente e levadas adiante com base nas posições e espaços de poder por ela ocupados ao longo de quase seis anos de ações afirmativas em nosso programa de pós-graduação.

No ano de 2016, quando das ocupações dos ambientes de ensino básico e universitários como uma frente de protesto diante da aprovação 55/241, que impunha um teto máximo de investimentos para as grandes áreas da educação e saúde dentro do estado brasileiro, no antigo governo Temer, a docente [REDACTED] foi uma das figuras a se manifestar a favor das ocupações dentro dos espaços acadêmicos da UFMG, se propondo a integrar o movimento ministrando aulas, falas e palestras para os estudantes que compunham esse protesto.

Em um desses momentos, numa de suas distintas participações, a docente [REDACTED] no entanto advertiu parte dos discentes da ocupação que caso quisessem, realmente, dar credibilidade política as suas atuações, não poderiam permitir que um “traficante” cuidasse da entrada dos núcleos universitários ocupados, sendo, o referido “traficante”, nada mais do que um discente negro oriundo do curso de graduação em Ciências do Estado, da própria Universidade Federal de Minas Gerais. Quando um discente negro, hoje já egresso de nosso departamento, advertiu sobre os tons racistas da fala da distinta docente, a Professora Dra [REDACTED] negou qualquer implicação racista de sua fala, ameaçando processar o discente por danos morais, calúnia e difamação contra sua pessoa.

Com a não resolução pública desse incidente e tomando, o mesmo, a figurar em outros debates, momentos e reuniões de nossa comunidade acadêmica, a distinta docente continuou em ato de negação, reafirmando não poder ser capaz de qualquer tipo de atitude racista, uma vez que fora ela quem cunhara o termo e conceito “racismo ambiental” e sendo, ela mesma, orientadora de uma série de discentes negres, tendo, como um de seus “mais brilhantes orientandos”, de acordo com suas próprias falas, “um negro”. Tal fato levou não apenas ao descrédito, dentro de nossa comunidade, de sua atuação anti-racista, mas fez com que o constrangimento público ao qual esse mesmo orientando foi exposto o levasse a se afastar de sua figura e encerrar suas relações acadêmico-profissionais com a referida docente.

No que concerne ao seu posicionamento contrário diante da implementação das políticas de ações afirmativas, durante seu período de pós doutoramento na Alemanha, a distinta docente enviou um e-mail coagindo a sus orientandes a não participarem ou se envolverem em tais debates, afirmando que esses mesmos debates, por estarem sendo gravados, eram conduzidos de maneira inconstitucional e com vias à se provocar constrangimento diante dos participantes. O que muito nos espantou, alguns anos mais tarde, em 2020, é que, ao protagonizar, mais uma vez, outro episódio de cunho racista, agora na avaliação do pedido de passagem direta do mestrado para o doutorado de um discente negro e cotista de nosso Programa, a distinta docente exigiu que todas as reuniões em que falasse e estivesse presente fossem gravadas para que ninguém “deturpasse suas palavras”. O caso de racismo protagonizado pela docente [REDACTED] diante da avaliação parcial e racista do trabalho de um dos discentes negros de nosso programa foi, inclusive, o que mobilizou a formação desse coletivo e gerou uma nota pública de repúdio e denúncia aos já reiterados atos de cunho discriminatório racial protagonizado pela referida docente. A nota que se seguiu diante do episódio mencionado, que explica a formação do coletivo e denuncia o fato em questão, segue, em anexo, a este manifesto.

Visto isso, nós do CEPIC-PPGAn/UFMG, reiteramos a nossa preocupação e estado de alerta com a eleição, da Prof. [REDACTED] ao cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia por entendermos que a condução de uma associação de tamanha importância deve prezar pela ética e compromisso com as questões que nos atravessam enquanto antropólogos negres. Compreendemos que o racismo constitui caráter basilar na construção social vigente e operante no país, estendendo-se, portanto, também à sua população. Acreditamos que, com honestidade, escuta e disposição para mudança seja possível mitigar os danos pregressos e evitar questões no futuro. Sabemos também que, dada a temporalidade das situações aqui relatadas, se faz possível que a alegação de que estas seriam posturas passadas e desatualizadas da docente, incoerentes à sua prática atual, partam da mesma, no que concerne ao seu inalienável direito de resposta. Não somos, no entanto, capazes de garantir que tal postura venha a ocorrer, uma vez que, até então, a distinta docente, não se propôs há uma mudança de comportamento e reconhecimento de erros protagonizados por ela, aguardando, desse modo, o coletivo ansiosamente, por uma retratação pública de seus comportamentos de cunho discriminatório racial e esperando que medidas sejam tomadas no que concerne à tudo o que foi exposto diante, aqui de nossos representantes de cátedra.

7.17. Anexo 17 - Manifestação Diretoria eleita

Da: Diretoria eleita para a Associação Brasileira de Antropologia
Biênio 2023 – 2024.

À Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia
Biênio 2021-2022

Assunto: Em atenção ao e-mail do Comitê de Antropólogas/os Negras/os

Brasil, 29 de novembro de 2022

Prezada Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia,

Vimos expressar o nosso acolhimento à preocupação manifesta em documentos produzidos pelo Coletivo de Estudos, Pesquisas e Intervenção dos Cotistas de Ações Afirmativas do PPGAN-UFMG (CEPIC), encaminhados pelo Comitê de Antropólogas/as Negras/os dessa Associação; e o nosso compromisso ético com a dor ocasionada pelo racismo e assédios presentes no ambiente que habitamos.

Ao sermos convidadas/os pela antropóloga [REDACTED] para integrar a chapa para a Diretoria da ABA biênio 2023-2024, estabelecemos diversos diálogos sobre os princípios e propostas da candidatura e sobre a importância do comprometimento de nossa Associação com a defesa dos direitos humanos, raciais, étnicos, culturais e sociais, especialmente na conjuntura difícil de escalada da extrema direita no Brasil.

O que nos uniu, e nos une, na composição da chapa, são as propostas que construímos conjuntamente. Esta construção foi possível com base na confiança, que aqui reafirmamos, na trajetória acadêmica de [REDACTED] e em seu engajamento político nas lutas sociais para enfrentamento das desigualdades e violências estruturais do país.

Compreendemos a gravidade contida nos documentos apresentados pelos estudantes e reconhecemos a centralidade do racismo nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Sabemos também que precisamos contar com a participação efetiva de todas/dos antropólogas/os, para que possamos avançar com as propostas eleitas e em ações concretas que, alicerçadas no mais absoluto respeito aos direitos humanos, raciais, étnicos, culturais e sociais, o disseminem, o promovam, o incentivem e o façam ser cumprido:

A partir da manifestação do CEPIC, assumimos esse tema para a nossa primeira reunião enquanto chapa, após eleição, apontando a importância que conferimos não somente ao

tema, mas ao modo coletivo como deve ser abordado. A reunião ocorrida no dia 26 de novembro de 2022, de modo virtual, apontou a necessidade de elaborações robustas como protocolos e fóruns específicos para retomar um assunto que nos implica e sinaliza um debate sobre questões éticas que são passíveis de atualização e cuidado constante.

Desde já, esta Diretoria eleita está comprometida com a realização de fóruns voltados especificamente para o fim acima mencionado, a partir dos quais construiremos iniciativas de escuta e enfrentamento ao racismo institucional e decidiremos o encaminhamento de ações conjuntas com as instituições e suas/seus antropólogas/os. E aqui tratamos do racismo institucional para vocalizar os poderes ditos e não ditos que manejamos no meio universitário.

São esses os nossos compromissos. Agradecemos o encaminhamento feito pela atual Diretoria e pelo Comitê de Antropólogas/os Negras/os; acolhemos a preocupação do Coletivo de Estudos, Pesquisas e Intervenção dos Cotistas de Ações Afirmativas do PPGAN-UFMG (CEPIC); e contamos com o apoio e a vigilância de todas/todos no biênio a seguir.

Esperamos que esta nossa manifestação, associada à manifestação encaminhada pela Professora [REDACTED] (em anexo), possa subsidiar o melhor encaminhamento da questão apresentada.

Muito Cordialmente,

[Handwritten signature]
 [REDACTED] (UFPA, vice-presidente eleita)
 [REDACTED] (UFF, secretária geral eleita)
 [REDACTED] (UFPB, Secretaria Adjunta eleita)
 [REDACTED] (UNB, tesoureiro eleito)
 [REDACTED] (IFRN, tesoureiro adjunto eleito)
 [REDACTED] (UFAM, Diretoria Norte eleita)
 [REDACTED] (UFRB, Diretoria Nordeste eleita)
 [REDACTED] (Ará-Verá/MS, Diretoria Centro-Oeste eleita)
 [REDACTED] (UFRGS, Diretoria Sul-Sudeste eleita)

7.18. Anexo 18 - Manifestação Docente PPGAN

À Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia
Gestão 2021-2022

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2022

Ref.: em consideração ao e-mail do Comitê de Antropólogas/os Negras/as

Prezada diretoria da ABA,

Em referência à mensagem do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA encaminhando manifestações do CEPIC - Coletivo de Estudos, Pesquisas e Intervenção dos Cotistas de Ações Afirmativas do PPGAN-UFMG - que implicam a minha pessoa em duas situações identificadas como racismo e assédio moral enquanto docente no PPGAN/UFMG, me pronuncio.

Minha manifestação é motivada pelo reconhecimento de todos os sofrimentos implicados e evidenciados nos documentos encaminhados pelo CEPIC. Nunca foi absolutamente minha intenção causá-los, e isso repercutiu em mim como um sofrimento.

Na universidade, tenho aprendido com as novas gerações de estudantes que, sobretudo a partir dos cursos criados pelo REUNI e pelas políticas de ações afirmativas, vem mudando a composição socioeconômica, étnica e racial da comunidade acadêmica. Na minha visão, isso tem reflexos positivos nas viradas epistêmicas que, passo a passo, tem começado a questionar a colonialidade do saber e do poder nos campos disciplinares e nas relações universitárias.

Como mulher branca e de classe média que teve seus planos de vida possibilitados pelos privilégios que essa condição proporciona, falo desse lugar e também do lugar de quem na vida se incomodou, se revoltou e construiu uma trajetória de engajamento político com as lutas sociais para enfrentamento das violências estruturais do país. Isso repercutiu em um enorme esforço de aprendizado.

Dito isso, me manifesto sobre os episódios rememorados nos documentos do grupo CEPIC, em ordem cronológica.

Sobre o episódio de 2016, relatado na assembleia da greve na Universidade, em dezembro de 2016:

O tema se refere à notícia acerca de minha reação ao ser abordada por um homem sem camisa, branco e aparentemente estranho ao ambiente universitário, num prédio vazio em função da greve de 2016, quando eu me dirigia ao quarto andar para realização de entrevistas previstas no processo seletivo da pós-graduação daquele ano, única atividade autorizada pelo coletivo grevista. Naquela situação, nenhuma outra pessoa estava presente e eu me senti insegura diante da abordagem daquele homem naquele espaço. Mais tarde, ao sair do prédio, narrei o ocorrido para as alunas responsáveis pelo

controle de acesso ao mesmo. Ao fazê-lo, me referi ao risco de haver “traficante” na universidade. Minha evocação coincidia com a preocupação de uma suspeição bastante difundida, havia algum tempo, entre estudantes e servidore/as, de possível circulação de traficantes particularmente na FAFICH (vide matéria do jornal Estado de Minas de março de 2015 (https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/03/28/interna_gerais.632164/almunos-cobram-providencias.shtml)). Era uma preocupação também expressada naquele contexto de greve e em anos seguintes.

Posteriormente, o termo “traficante” acabou se descolando da situação efetiva em que fora utilizado, no momento tenso que vivíamos, muito infelizmente gerando-se o entendimento de uma associação de “traficante = negro”, e, principalmente, de estudante negro. É de se indagar sim, como os deslizes semânticos reforçam uma vigilância de corpos e sua tipificação como mais ou menos ameaçadores, algo cuja densidade eu aprendo de modo direto e percebo sua gravidade.

Deste episódio, ressalte-se, não houve reclamação do desconhecido que me abordou ou de qualquer outra pessoa presumivelmente ofendida. Não houve encaminhamento administrativo, queixas em ouvidoria ou em alguma outra instância equivalente na universidade.

No entanto, desde aquele momento, percebi a importância de tratar de maneira direta sobre o tema e, já no dia seguinte, enviei aos colegas e a orientandos o e-mail visando dirimir dúvidas que pairassem sobre uma ideia de perseguição de cunho racista, única possibilidade de manifestação minha naquela ocasião, dezembro de 2016 (**ver documento 1, em anexo**).

Professores e alunos vêm se dedicando intensamente ao tema do enfrentamento ao racismo na comunidade da UFMG, iniciativas com as quais eu me vejo sintonizada. Em 2017, quando eu já estava ausente em licença para estágio sênior na Alemanha, foi criado um fórum de diálogos entre aluno/as e professores/as, pensado como instância para tratar dos diversos problemas de relacionamento, queixas e denúncias de alunos/as, professores/as e técnicos/as-administrativo/as, incluindo o tema do racismo. Não fui informada sobre alguma possível abordagem do episódio nesse espaço.

Sobre o episódio de 2020, tratado na Reunião do Colegiado do PPGAn, em junho de 2020:

O tema central deste episódio é um debate ocorrido no colegiado sobre passagem direta de nível.

Na reunião do colegiado de 30 de junho de 2020, realizada por meio virtual, estava em pauta a análise dos pareceres sobre dois pedidos de passagem direta do nível de mestrado para o doutorado. No caso de um dos alunos, havia discrepância entre os pareceres (nas disciplinas cursadas, o aluno apresentava dois conceitos A e dois conceitos C) e decidiu-se pela solicitação de um terceiro parecer. Mas instaurou-se uma longa discussão sobre esse expediente de passagem direta de nível. Questões como qualidade das dissertações frente ao

prazo exíguo (90 dias) para conclusão, perda da cota de bolsas do mestrado para o doutorado, que poderia desfalcocar o Programa e dificultar acesso de aluno/as no nível de entrada para a pós-graduação, entre outros temas, foram abordados.

Deste episódio, tenho como aprendizado fundamental a necessidade de dar precisão a posicionamentos institucionais que embasam meu total apoio às ações que promovem alunos de ações afirmativas e que questionam as lógicas excludentes da meritocracia.

Acredito que, possivelmente, as minhas explicações sobre as normas da CAPES (Portaria No. 76 de 14 de abril de 2010, Arts. 16 e 17) que regem a mudança de nível do mestrado para o doutorado tenham sido tomadas como se fossem as minhas próprias posições. Na ocasião, eu comentava sobre os termos meritocráticos da Portaria, como o Art. 16 que fala de “desempenho acadêmico excepcional” e “excelência de desempenho”.

O documento “manifestação dos discentes cotistas” sobre o assunto foi encaminhado ao colegiado do PPGAn na sequência, mas o coordenador à época, em consulta aos membros do colegiado e à instância jurídica da UFMG, decidiu não o colocar em pauta. Desta forma, não pude me explicar na ocasião e tampouco verbalizar algo sobre seus desdobramentos.

Sobre pronunciamentos públicos contrários à política de cotas:

Atas e ações que me implicam no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG evidenciam que eu sou totalmente favorável às políticas de ações afirmativas na Universidade à qual me vinculo. Como dito, estive ausente durante o ano de 2017, e não participei de debates públicos, mas minha atuação pró reserva de vagas e acolhimento é institucional. Minhas posições são públicas e podem ser eventualmente acessadas em matéria do Boletim UFMG, no. 2062 de 10 de junho de 2019. Disponível em <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2062>).

Nesta grave e difícil situação apresentada à ABA, quero reconhecer o encaminhamento cuidadoso feito pelo Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação. Reconhecer também o encaminhamento feito pelo/as estudante/as ao Comitê, instância representativa para acolher e encaminhar manifestações desta natureza.

Este episódio me ensina sobre a necessidade de que a ABA atue de forma proativa neste momento em que se recrudescem as manifestações racistas e supremacistas.

Neste sentido, me empenhei na busca de interlocutores para constituir uma chapa (gestão 2023-2024) que assumisse responsabilidades com a ABA e fosse o mais representativa possível das pluralidades raciais, étnicas e de gênero e que trouxesse contribuições objetivas e inclusivas, sintonizadas com as demandas do momento que vivemos.

A este propósito, tenho plena convicção da importância do empenho de todas/os antropólogas/as para a elaboração de propostas que visem ao enfrentamento ao racismo e a todas as demais formas de discriminação presentes na nossa sociedade, incluindo as universidades e a própria ABA, em consonância com o programa elaborado pela chapa eleita.

Diante deste projeto estou comprometida, e a chapa eleita se comprometeu, a mobilizar sua energia na esperança de que todos/as os/as colegas, e, particularmente, o Comitê de Antropólogas/os Negras/os, participem deste caminho com confiança e força.

Cordialmente,



Professora do PPGAn-UFMG